

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

LIRIANA ZANON STEFANELLO

**MEMÓRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DA IMIGRAÇÃO NA QUARTA
COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL,
BRASIL**

SÃO LEOPOLDO/ VENEZA

2015

Liriana Zanon Stefanello

MEMÓRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DA IMIGRAÇÃO NA QUARTA COLÔNIA
IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor(a), pelo Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Área de concentração: Estudos Históricos
Latinos Americanos e, pelo Departamento di
Studi Linguistici e Culturali Comparati, nel
Corso di Dottorato in Lingue, Culture e Società
Moderne - Università Ca`Foscari di
Venezia/Itália.

Orientador(a): Prof.^a Eloisa Helena Capovilla
da Luz Ramos

Coorientador(a): Luis Fernando Beneduzi

São Leopoldo (RS) /Brasil – Veneza/Itália

2015

Liriana Zanon Stefanello

MEMÓRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DA IMIGRAÇÃO NA QUARTA COLÔNIA
IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a), pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS e, pelo Dipartimento di Studi Linguistici e Culturali Comparati, nel Corso di Dottorato in Lingue, Culture e Società Moderne - Università Ca`Foscari di Venezia/Itália.

Aprovado em _____ de _____ de 2015

BANCA EXAMINADORA

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS) – Orientadora

Luis Fernando Beneduzi (Ca`Foscari Venezia/IT) – Coorientador

Maria Medianeira Padoin (UFSM)

Marcos Antonio Witt (UNISINOS)

Maíra Ines Vendrame (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

A confecção de um rol de pessoas e instituições que merecem ser destacadas ao longo de um trabalho de pesquisa sempre está sujeita a críticas dos que se julgam injustiçados por nela não figurarem, no entanto existem pessoas que são tão especiais e tão importantes que merecem que algo seja dito sobre elas.

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e pela inspiração.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, por conceder a Bolsa Milton Valente que possibilitou esta pesquisa. Um especial agradecimento aos professores coordenadores deste Pós Graduação que acreditaram no meu projeto e muito fizeram para que a dupla titulação fosse concretizada.

À CAPES por ter proporcionado a realização do estágio sanduíche na Itália, que transformou-se na dupla titulação que ora adquire.

Ao Dipartimento di Studi Linguistici e Culturali Comparati da Università Ca`Foscari di Venezia/Itália, especialmente aos professores Luiz Fernando Beneduzi e Susanna Regazzoni pelo empenho e dedicação na concretização desta dupla titulação bem como pela acolhida e auxílio nos nove meses de pesquisa realizada na Itália.

À minha família, especialmente a meus pais Inês e Idelcio que, são meu exemplo e, sem os quais esta caminhada não teria sido possível. Dedico um agradecimento especial a meu irmão Adenir e minha cunhada Adriana por terem me ajudado ao longo desta pesquisa. Igualmente a minha irmã Rosemaira, meu cunhado Alcione e meus sobrinhos Jaqueline e Bruno.

À minha professora e orientadora Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos por ter acreditado nesta pesquisa, pelo apoio e confiança. E, igualmente ao Genito pelo cafezinho preparado com tanto carinho nas nossas longas jornadas de trabalho.

Àos professores e amigos Maria Medianeira Padoin, Moacir Bolzan, Maria Catarina Zanini e Maíra Ines Vendrame que muito me incentivaram nesta caminhada.

À Maria Neli Donato Pippi dedico um agradecimento muito especial por conceder acesso irrestrito a documentação inédita de sua família, sem a qual esta análise não teria tido este recorte.

À José Alexandre Magrini Pigatto pela gentileza e disponibilidade em me auxiliar com esta pesquisa e por me possibilitar o contato com os parentes na Italia.

À Família de Giuliano Battocchio de Bassano del Grappa que prontamente me acolheu e auxiliou com a história de sua família. Igualmente agradeço o senhor Francesco Pigatto por ter me recebido gentilmente em sua casa e disponibilizado a obra genealógica familiar.

Aos meus colegas Sandra Bagiotto Lago e Valter Fréo pela longa caminhada trilhada no período em trabalhei no CPG e por estarem sempre prontos a me auxiliarem.

Aos meus amigos Marcel Martinuzzo, Leno Souza, Simei Torres, Silvia Gambasin, Sara Donato e Virgílena Lazaridou que na Itália foram a minha família.

Meu agradecimento especial a Ida Cassol, Carolina Cassol e Silvana Piovesan pelo tanto que contribuíram nesta jornada.

Aos meus colegas de caminhada acadêmica, que se tornaram amigos e parceiros agradeço pelas ideias compartilhadas, pelas trocas de experiência, pelas gargalhadas e pelos muitos cafés que abrandaram as dificuldades.

Aos meus amigos que pela compreensão, apoio e paciência diante da minha ausência ao nestes últimos anos.

La memoria del corazón elimina los malos recuerdos y magnifica los buenos, y gracias a ese artificio, logramos sobrellevar el pasado.

*Gabriel García Márquez
(El amor en los tiempos del cólera, 1985)*

RESUMO

A tese é um estudo sobre a construção das memórias familiares de imigrantes na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul – Brasil. Ela fala da trajetória das famílias **Pippi e Pigatto**, da Itália ao Brasil, buscando analisar quais os mecanismos e dinâmicas usados para a inserção dessas famílias na sociedade sul-rio-grandense e como estas vêm mantendo as suas memórias. Para tanto, estudamos não só as estratégias usadas por estes imigrantes para se inserirem na sociedade receptora, mas também, como a memória de si e sobre si foi e vem sendo construída por e para seus descendentes.

A elaboração da memória é uma construção social, então, selecionar o que deve ser lembrado e o que se relega ao esquecimento é parte de todo e qualquer processo de construção de memória e de identidade. E mais que isso, compreendendo o indivíduo como ator social responsável pela sua história, os documentos familiares tornam-se patrimônio de uma comunidade quando a representam, uma vez que carregam consigo uma carga simbólica de representar no presente o passado de cada família.

Para estas duas famílias, como para centenas de outras, a construção de uma memória que chamamos de oficial ocorreu através da criação do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, organizado pelo Padre Luiz Sponchiado (01/06/1984) com o objetivo de preservação da memória deste grupo imigrante. Uma das famílias estudadas, entretanto, reelaborou suas memórias também de forma particular, a família **Pippi**. Ao construir uma outra memória de si, esta criou um acervo privado que deu a ler uma outra história/memória familiar, que em última instância tencionou a memória oficial organizada no CPG. Já os documentos da família **Pigatto**, guardados no CPG, representam e são aceitos como a sua memória na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Além desse caráter memorial, todos os documentos são parte do patrimônio cultural desta comunidade quer os guardados no acervo do CPG, quer no acervo particular da Sra. Maria Neli Donatto Pippi ou de outros não identificados. Juntos, eles fazem parte desta busca dos indivíduos pela identificação e pela afirmação de uma memória familiar. Cada documento “escolhido” torna-se, então, um símbolo de rememoração que objetiva reconstruir a trajetória, a história e a memória familiar.

Palavras-chave: memórias familiares, família Pippi, família Pigatto, imigração italiana, Quarta Colônia

ABSTRACT

The thesis is a study on the construction of family memories of immigrants in the region of the Fourth Imperial Colony of Italian Immigration of *Rio Grande do Sul* - Brazil. It addresses the trajectory of **Pippi and Pigatto** families, from Italy to Brazil seeking to analyze the mechanisms and dynamics used for insertion in the south of Rio Grande society and how they have maintained their memories. For that we study not only the strategies used by these immigrants to integrate into the host society but also how the memory itself and on itself was and is being built by and for their descendants.

The development of memory is a social construct, therefore selecting what should be remembered and what is relegated to oblivion is part of any construction process of memory and identity. And more than that, understanding the individual as a social actor responsible for its history, family documents become heritage of a community when they represent it, because they carry the symbolic burden of representing in the present the past of each family.

For these two families as well as hundreds of others, the construction of a memory - we call official - occurred through the creation of the Center for genealogy Research (CPG) of Nova Palma organized by Father Luiz Sponchiado (01/06/1984) in order to preserve the memory of this immigrant group. However one of the studied families has also reworked their memories in a particular way. The **Pippi family**, on building another memory itself, has created a private collection that has given to read another story / family memory, which ultimately tensed the official memory organized at the CPG. Nonetheless **Pigatto** family documents stored in CPG represent and are accepted as its memory at the Fourth Colony of Italian Immigration of the Rio Grande do Sul.

In addition to this memorial character all documents are part of the cultural heritage of this community which want them stored in the CPG's collection, either in the private collection of Mrs. Maria Neli Donatto Pippi or unidentified others. Together they are part of this individuals search for identification and affirmation of a family memory. Each "chosen" document becomes then a symbol of remembrance that aims to reconstruct the trajectory, history and family memory.

Keywords: family memories, Pippi family, Pigatto family, Italian immigration, Fourth Colony

RIASSUNTO

Questa tesi si propone di studiare la costruzione della memoria di famiglia, da parte degli immigrati della regione denominata, Quarta Colonia Imperiale d'Immigrazione Italiana del Rio Grande do Sul – Brasile. L'elaborato tratta del percorso intrapreso dalle famiglie Pippi e Pigatto, dall'Italia al Brasile, e cerca di analizzare quali furono i meccanismi e le dinamiche utilizzati, nel processo d'inserimento all'interno della società del Rio Grande do Sul, oltre a osservare in che modo tali famiglie abbiano conservato la propria memoria. Per questo motivo abbiamo studiato, non soltanto le suddette strategie d'inserimento usate dagli immigrati, ma anche la maniera in cui la loro memoria è stata, e continua a essere costruita, da e per i loro discendenti.

L'elaborazione della memoria è una costruzione sociale, quindi, selezionare ciò che deve essere ricordato e ciò che si può dimenticare è parte di qualsiasi processo di costruzione di memoria e identità. Inoltre, considerando l'individuo come attore sociale responsabile per la sua propria storia, i documenti di famiglia diventano il patrimonio di una comunità quando questa li riconosce come propri ed essi, pertanto, la rappresentano grazie a un insieme simbolico che raffigura, nel presente, il passato di ogni famiglia.

Per queste due famiglie, come per altre centinaia, la costruzione della memoria che denominiamo ufficiale, è avvenuta grazie alla creazione del Centro di Ricerche Genealogiche (CRG) di Nova Palma, organizzato da Padre Luiz Sponchiado (01/06/1984), con l'obiettivo di preservare la memoria del gruppo di immigrati di questa regione. Una delle famiglie studiate, tuttavia, ha rielaborato le proprie memorie in maniera privata; si tratta della famiglia Pippi, che ha creato una raccolta privata dando così vita a un'altra storia/memoria di famiglia, la quale è entrata in conflitto con la memoria ufficiale organizzata nel CRG. I documenti della famiglia Pigatto, invece, archiviati nel CRG, raffigurano e sono riconosciuti validi, come sua propria memoria all'interno della Quarta Colonia d'Immigrazione Italiana del Rio Grande do Sul.

Oltre ad avere questa caratteristica rievocativa, tutti questi documenti fanno parte del patrimonio culturale della comunità, sia quelli della raccolta del CRG, sia quelli della raccolta privata della Sig.ra Maria Neli Donatto Pippi, come anche altri di raccolte non identificate. L'insieme di questi documenti, è parte della ricerca che gli individui effettuano per identificare e affermare la memoria familiare. Ogni documento 'scelto' diventa quindi, un simbolo di rievocazione che si propone di ricostruire il percorso, la storia e la memoria della famiglia.

Parole chiave: memorie di famiglia, famiglia Pippi, famiglia Pigatto, immigrazione italiana, Quarta Colonia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visita à Estação Ferroviária Belisário – Município de Panambi, por Lindomar Lago com Lurdes Garlet, Delcir Garlet, Tarcísio Garlet, Marilena Spanevello e Elenir Mazzone, 31.5.1981.	39
Figura 2: Família do Padre Luiz - celebração da sua primeira missa - 25.12.1946.	43
Figura 3: Segunda Capela da Trindade, edifício escolar e a Casa Canônica. O local em frente às crianças se localizava a primeira capela do em Núcleo Soturno.....	46
Figura 4: Capitel Santa Polônia, construído em 1950, na Linha Duas de Nova Palma (04/09/2009)	47
Figura 5: Capitel Nossa Senhora da Saúde inaugurado aos 24.11.1946, em Linha Duas de Nova Palma. (26/09/2006).....	47
Figura 6: Local da Primeira Missa no Núcleo Soturno, hoje Nova Palma, celebrada pelo Pe. Antonio Sório em 1886, localizado próximo ao barracão dos imigrantes.	48
Figura 7: Escola de Ângelo Didonet por volta de 1910	53
Figura 8: Escola de Venuta Maria Ravanello que funcionava junto à casa de seus pais na linha Um Negativa do Núcleo Soturno.	53
Figura 9: Escola da Professora Cândida Zasso dos anos de 1940-57. Casa Herdada por Elizeu Zasso.....	54
Figura 10: Sede do Colégio Comercial Novapalmense em 1960. Este colégio funcionava, anteriormente, nas dependências da Paróquia desde 22.3.1959	55
Figura 11: Vista do Colégio Comercial Novapalmense próximo a Igreja Matriz.....	55
Figura 12: Primeiro hospital de Nova Palma na Propriedade dos Tomasi, inaugurado aos 5.6.1931 e funcionou neste local até 31.12.1938.....	57
Figura 13: Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade de Nova Palma inaugurado aos 5.11.1977	57
Figura 14: Padre Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.	65
Figura 15: Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas.....	70
Figura 16: Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas.....	71
Figura 17: Sala denominada de Documentação das Famílias	72

Figura 18: Fitas cassete e de vídeo	73
Figura 19: Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas.	73
Figura 20: Família de Ângelo Aléssio outro pioneiro da colonização de Soturno casado com Luigia Lago em Cittadella – Província de Padova	76
Figura 21: Domenico Pigatto e seus sete filhos residentes na Itália. Fotografada por ocasião da visita de Luigi, residente no Brasil (em Nova Palma – RS) a seu irmão em Bassano Del Grappa – Treviso – Itália.	77
Figura 22: Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália no ano de 1873. Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália no ano de 1873.	78
Figura 23: Carta escrita por Giovanni Piovesan a sua sobrinha que ficou na Itália em Santa Cristina de Treviso, Gasparina Tosatto.(7.2.1935).....	79
Figura 24: Passaporte Italiano de Ângelo Rossato, imigrado de Vicenza – Itália aos 7.12.1887	80
Figura 25: Ponte della Dogana, Fabbriche di Vallico, divisa entre o Ducado de Módena e o Ducado de Lucca	91
Figura 26: Vista Aérea do Comune di Fabbriche di Vallico – Lucca	93
Figura 27: Território do atual município de Fabbriche di Vergemoli. O círculo em vermelho salienta a região denominada historicamente como “Colandi” do extinto município de Fabbriche di Vallico	94
Figura 28: Vista aérea de Friola- Comune de Pozzoleone	100
Figura 29: Trajeto realizado pela Família de Luigi Pigatto na Província de Vicenza.....	103
Figura 30: Lista de Embarque no Porto de Gênova	116
Figura 31: Lista de Chegada na Argentina	116
Figura 32- Núcleos Coloniais e Terras Confrontantes	123
Figura 33- Hotel Pippi em Silveira Martins	126
Figura 34 - Família de Próspero Pippi.....	130
Figura 35- Memorando	132
Figura 36 – Flávio Bruno Pippi e Angela Moretto.....	133
Figura 37- Cartão Comercial Bruno Pippi.....	134
Figura 38 – Nota da Casa Comercial de Vincenzo Pigatto e de José Pigatto.....	137
Figura 39- Casa Pigatto em Faxinal do Soturno.....	141
Figura 40- Casal Vincenzo Pigatto e Amélia Grassi	142
Figura 41- Nota da Casa Comercial de Luiz(Luigi) Pigatto.....	144
Figura 42: Carteira de Conductor de Luiz Pigatto Filho	145

Figura 43 Família de Luigi Pigatto e Lucia Caterina Mazzardo	146
Figura 44- Carro Fiat	152
Figura 45 – Viagem a Porto Alegre da família Pigatto	153
Figura 46 – Solicitação de Pagamento	163
Figura 47- Reunião na Subprefeitura	165
Figura 48- Pasta IV – A (Flávio Bruno Pippi)	181
Figura 49- Peri Pigatto em companhia dos colegas de escola, em 1948	190
Figura 50- Festa de 15 anos de Maria de Fátima Pigatto (1972).....	190
Figura 51-Lembrança de aniversário de Maria de Fátima Pigatto	191
Figura 52- Comemoração de 25 anos de casamento de Luiz Ricardo Pigatto e Alzira Bertoldo	192
Figura 53 – Fotografia dedicada a Josefina Pippi.....	193
Figura 54 – Momento Festivo (Josefina Pippi)	194
Figura 55 – Bruno Pippi	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Atividades comercias da Firma Bruno Pippi e Filhos (Val De Serra -1921 à 1927).	134
Tabela 2- Fluxo de comercialização de terra de Vincenzo Pigatto no período de 1897-1937.	139
Tabela 3- Relação de compra de terras e imposto pago sobre a terra de Luigi Pigatto (1896-1934).....	143

LISTA DE ABREVIATURAS

AMNDP – Arquivo Maria Neli Donato Pippi

ASBdG – Archivio di Stato di Bassano del Grappa – Vicenza/IT

ASV - Archivio di Stato di Vicenza /IT

PSG - Parrocchia San Giacomo - Fabbriche di Vallico, Lucca – Toscana/IT

LISTA DE SIGLAS

CAMNPAL - Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.

CDC - Congregação da Doutrina Cristã

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

CPERS - Sindicato do Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CPG - Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma

JAC - Juventude Agrária Católica

MOPS - Movimento Popular da Saúde

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SAPAN - Sociedade Agrícola e Pastoril Novapalmense

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das Regiões Administrativas da Itália.....	87
Mapa 2: Mapa de Localização da Província de Lucca – Toscana – Itália.....	89
Mapa 3: Localização da Província de Vicenza.....	98

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – EMIGRANTI ITALIANI IN BRASILE SECONDO LA PROVENIENZA REGIONALE, 1878-1902.....	231
APÊNDICE B – GENEALOGIA DA FAMÍLIA PIPPI	232
APÊNDICE C - BREVE DESCRIZIONE GENEALOGICA.....	233

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A- DOCUMENTO ENDEREÇADO AO PADRE LUIZ POR RENETE MARIA MENEGAZZI	271
ANEXO B - DOCUMENTO ENVIADO POR ALGUSTO IZIDIO DOS SANTOS	272
ANEXO C - DOCUMENTO ENVIADO AO PADRE LUIZ POR LUIS FERNANDO NUNES MESSIAS	273
ANEXO D - PORTARIA DE 24.1.1996 EMITIDA POR LUIZ FERNANDO NUNES MESSIAS.....	274
ANEXO E – LIBRO STATO DELLE ANIME PARROCCHIA SAN GIACOMO – FABBRICHE DI VALLICO - PIPPI	275
ANEXO F - DENUNZIA DELLA SUCCESSIONE DE LUIGI PIGATTO	276
ANEXO G - DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA O PROCESSO DE CASAMENTO DE MARIA LUGIA PIGATTO	278
ANEXO H – CARTA DE VINCENZO BETTINARDI AOS PARENTES NO BRASIL	280
ANEXO I- NOTA PROMISSÓRIA DE JOÃO FRANCISCO CHAVES	282
ANEXO J – CONTRATO ENTRE BRUNO PIPPI E PRÓSPERO PIPPI	283
ANEXO K- NOTA PROMISSÓRIA DE JOÃO LUGETT.....	285
ANEXO L - TRILHADEIRAS TIGRE DE ANGELO BOZZETTO.....	286
ANEXO M- NOTA DE COMPRA DE JÓIAS	287
ANEXO N- MEMORANDO BANCO PELOTENSE	288
ANEXO O- EXONERAÇÃO DE LUIZ PIGATTO DO CARGO DE INSPETOR SECCIONAL	289
ANEXO P – CARTA DE PADRE LUIZ A RICARDO PIGATTO	290
ANEXO Q - REQUERIMENTO DE ANTONIO BRESOLIN	291

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS (CPG): CENTRO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA OFICIAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA	31
	2.1 A Trajetória do Pe. Luiz Sponchiado: “de Agricultor em Nova Treviso a Pastor das Almas em Nova Palma”	32
	2.1.1 O Pastor de Almas e Sua Atuação	45
	2.1.2 O “Púlpito”: Entre Deus e os Homens	60
	2.2 CPG: Centro de Memória Oficial da Imigração Italiana na Quarta Colônia ...	68
	2.3 Um Olhar Micro: As Famílias Entram em Cena.....	75
3	SEGUINDO PISTAS E ATRAVESSANDO O ATLÂNTICO	85
	3.1 Nas Trilhas da Imigração.....	85
	3.1.1 Família Pippi	85
	3.1.2 Família Pigatto.....	97
	3.2 Em Terras Brasileiras	107
	3.2.1 Família Pippi	108
	3.2.2 Família Pigatto.....	117
4	CONSOLIDAÇÃO DO PODER FAMILIAR: DA “VENDA AO GOVERNO”.....	122
	4.1 A Casa Comercial como Espaço De Sociabilidade	124
	4.1.1 Silveira Martins: Próspero Pippi (Novo Treviso, Nova Palma, Jaguari e Faxinal do Soturno)	125
	4.1.2 Ivorá (Val de Serra): Flavio Bruno Pippi	131
	4.1.3 Faxinal do Soturno: Vincenzo Pigatto.....	136
	4.1.4 Nova Palma: Luigi Pigatto e Filhos.....	142
	4.2 As Redes Sociais: Trocas e Alianças	148
	4.3 Representação Política: A Construção de um Poder Familiar Local e Regional	156
5	MEMÓRIAS FAMILIARES.....	169

5.1	As Memórias Construídas no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) e as Memórias Guardadas pela Família Pippi.....	170
5.1.1	O Enquadramento da Memória: CPG.....	172
5.1.2	Outra “Memória de Si”: Família Pippi.....	178
5.2	Embates Memoriais	185
5.3	Apropriações da Memória	197
6	CONCLUSÃO.....	206
	REFERÊNCIAS	212
	FONTES E ARQUIVOS CONSULTADoS	226
	APÊNDICES	230
	ANEXOS.....	270

1 INTRODUÇÃO

Foi intenso e longo nosso envolvimento com os estudos sobre a Imigração Italiana na Quarta Colônia Imperial, iniciados na Graduação em História e nos primeiros projetos de pesquisa, eles culminaram com o estágio e posterior contratação, como funcionária, do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Ao longo dos dez anos de trabalho diário neste acervo, estivemos auxiliando muitos pesquisadores em seus trabalhos de graduação, mestrado ou doutorado, ou mesmo familiares que buscavam maior conhecimento sobre a própria história familiar. Com tal encargo, ficamos cada vez mais instigadas a entender como se dava a construção desta memória tanto a elaborada e “guardada” no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, quanto a memória de si e sobre si elaborada pelos imigrantes, por e para seus descendentes, ao longo do tempo.

Convivendo diariamente com o Padre Luiz Sponchiado, criador do acervo e seu diretor até sua morte, fomos observando que suas relações com as famílias de Nova Palma se davam de diferentes maneiras, com maior ou menor afinidade, tanto politicamente quanto socialmente. Isto nos intrigou, pois conhecendo sua história, não percebíamos com clareza qual o papel que o Pe. Luiz Sponchiado desempenhava nesse contexto.

Quando pensamos em partir para o doutorado, já tínhamos uma primeira inquietação: qual o papel do Pe. Luiz na construção da memória da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul? Na busca desta e de outras respostas correlatas, partimos para o Doutorado.

Ao consultar as fontes disponíveis para nossa pesquisa no acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas, doravante CPG, em especial nas “caixas de família”, optamos por estudar duas famílias de imigrantes italianos estabelecidos na Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul: as famílias PIPPI e PIGATTO. Destas famílias, queríamos analisar quais os mecanismos e as dinâmicas usadas por ambas para se inserirem na sociedade receptora (sul-rio-grandense), assim como a memória de si e sobre si que foi e vem sendo construída por e para seus descendentes.

Ao optarmos por estas duas famílias, verificamos que suas trajetórias nos permitiriam analisar a influência das mesmas do passado até o presente em todos os aspectos da vida colonial, sejam econômicos, políticos ou sócio - culturais. A observação nos mostrou serem ambas influentes na comunidade, terem poder econômico e também, possuírem capital simbólico. Por isso as consideramos excelentes representantes de muitas outras famílias estabelecidas na região. Estudá-las, significará, portanto, partir de uma história particular

(privada) para perceber o todo. Dito de outra forma, a redução da escala de análise¹, neste caso, a trajetória destas duas famílias nos permitirá, em última instância, perceber, observar, identificar aspectos que de outro modo passariam despercebidos na construção das redes econômicas, políticas e sociais da Quarta Colônia, ou seja, queremos identificar a influência destas redes nas reelaborações memoriais feitas pelo Padre Luiz.

Assim, neste trabalho, queremos analisar a construção das memórias familiares de imigrantes na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul - Brasil, a partir da análise da documentação organizada no CPG e da documentação particular e inédita da família Pippi. Para tanto, partimos das seguintes questões: a partir das trajetórias das famílias Pippi e Pigatto, queremos identificar quais as estratégias e redes relacionais que as levaram a alcançar prestígio e poder na Quarta Colônia; quais os vínculos estabelecidos ou a ausência deles com o Padre Luiz e, por fim, que estratégias foram utilizadas para a construção de suas memórias familiares.

Diante das duas trajetórias, que queremos cruzar na análise: a trajetória do Padre e a trajetória das famílias e, neste sentido, trajetória serve para compreender pontos de contato entre as famílias e o Padre, que vão colaborar no processo de escolha da preservação da memória.

A trajetória do Pe. Luiz Sponchiado inicia em 1956 quando recebe a Paróquia de Nova Palma e se dá concomitantemente à ampliação de seu prestígio e confirmação de sua política². Sua trajetória se cruza mais particularmente com uma das duas famílias enfocadas (assim como com centenas de outras) através do uso de alguns instrumentos importantes entre os quais o púlpito, pelo exercício de sua atividade religiosa, a organização do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), instituição cuja finalidade é a preservação da memória da imigração italiana na localidade e a atuação frente ao movimento emancipacionista dos municípios da Quarta Colônia.

É no CPG que o Pe. Luiz organizará as “caixas de família” com documentação relativa aos grupos familiares imigrantes e é onde ele construirá, com documentos de diversos tipos, uma memória oficial da imigração na região. Então, o Pe. Luiz Sponchiado é fundamental para que possamos compreender como se dá a construção da memória da Quarta Colônia. Para exemplificar a parceria com o prelado, vamos analisar a família PIGATTO. Família de expressão na comunidade, os Pigatto sistematicamente estiveram ligados ao Pe. Luiz

¹ Ao se referir a este aspecto Levi diz que “para a micro-história, a redução da escala de análise é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” (LEVI, 1992, p.137) e mais que esta “observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (p.139).

² Sobre este aspecto da vida do Pe. Luiz Sponchiado e sua atuação no processo de emancipação da Quarta Colônia, consultar Bolzan (2011), Rossato (1996) e Manfio (2015).

Sponchiado, acompanharam-no em campanhas e o apoiaram em ações por ele desenvolvidas. Verificamos, porém, que por diferentes motivos nem todas as famílias tiveram o mesmo tipo de relação com o Padre.

Para fazer a escrita da história usaremos os dois arquivos, o do CPG, com cerca de 600 documentos arquivados nas referidas caixas de famílias e, os 2000 documentos arquivados no acervo privado da famílias Pippi. A documentação arquivada e utilizada é muito ampla. Compõem-se de: fotografias, lembranças (óbito, aniversário, primeira eucaristia e missas), convites (formatura, casamento), recortes de jornais, entrevistas, depoimentos orais, coletâneas de imposto territoriais e sobre empréstimos; certidões civis e religiosas (nascimento, casamento e óbito), notas (promissórias, fiscais e recibos) correspondências, escrituras de terras, contrato de Compra e Venda (C/V) de terras, transmissão de propriedade, convocações, procurações, nomeações, propagandas eleitorais, transações comerciais, etc.

Nesta perspectiva, compreendemos que

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem [...]. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre 1949, apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Ou seja, tudo que exprime, demonstra e pertence ao homem são fontes. Numa região de origem imigrante, nem todos os grupos familiares tiveram sua “caixa de família” no CPG que refletisse a história e a trajetória completa do grupo. No desdobramento do processo de formação do acervo feito pelo Pe. Luiz, percebemos que outras mediações poderiam ter interferido na composição destas caixas de família, entre as quais a filiação política do grupo familiar e/ou do padre e/ou a concordância com a liderança do pároco.

Na outra ponta da dessa rede local, estão, portanto, os opositores do Pe. Luiz do ponto de vista político, os que disputaram com o sacerdote o protagonismo político local. Neste lugar de oposição ao Padre, quem será estudada como caso será a família PIPPI. Tal como a família Pigatto, os Pippi são uma família de posses, tradicional e de prestígio na comunidade. Esse grupo familiar, do ponto de vista de sua história, agiu de forma distinta também com relação aos seus papéis pois não os depositou no CPG, como fazia a maioria, mas guardou parte de sua história documental em casa, dando a eles um outro arranjo o que os levou a contar de uma outra forma o seu passado, a decidir eles mesmos a política de memória da família.

Para compreender estes distintos contextos da colônia nos valem das seguintes constatações que serão desenvolvidas ao longo da tese: Há uma memória oficial, organizada e

reconhecida como tal, no CPG, feita pelo Pe. Luiz Sponchiado. Em paralelo a esta memória que chamamos de oficial, existe uma outra memória histórica mantida em casa e organizada pelos descendentes da família Pippi.

Do exposto, pode-se inferir que para estas duas famílias, assim como para outras tantas, houve a construção de uma memória oficial através do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG). No entanto, verificamos que paralelamente uma das famílias tem sua memória familiar reelaborada com outros documentos, por alguns integrantes de seu grupo. Percebemos, neste embate memorial, uma das características da formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio grande do Sul.

O trabalho está inscrito nos estudos da história cultural a partir de autores como Chartier (2002) e Guinsburg (2001) com os quais dialogamos sobre as questões da representação. Sobre as questões da memória, central neste trabalho, valemo-nos especialmente dos trabalhos de Candau (2003, 2011) e Pollak (1989, 1992). Nesta análise, a memória será o fio condutor das ações individuais e coletivas. Ou seja, procuraremos sempre analisar estas ações nas dinâmicas da preservação da memória.

Para isso, partimos da compreensão de que “os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade” (PESAVENTO, 2008, p.13). Destas práticas sociais suscitadas do olhar e, da percepção da realidade é que abordamos a representação. Este termo foi trabalhado por autores como Chartier (2002, p.165) e Ginzburg (2001, p.85) e ambos identificam que, por vezes, ele é tratado como a presentificação de uma ausência e por vezes torna visível a realidade representada (exibe a própria presença). É nesta segunda perspectiva que orientaremos nossas reflexões.

Comprendemos que pertencer a um grupo, a uma comunidade, é definir seu lugar social, estabelecendo fronteiras, permitindo a continuidade no tempo. Assim, “a definição de uma identidade própria forma, por assim dizer, uma base de coesão social, uma corrente de identificações e significados de compreensão mútua” (PESAVENTO, 1993, p.384). Quando a sociedade define e elabora uma imagem de si e do mundo se atribui uma identidade e se constitui como tal, por isso, é importante compreender e reconhecer que a identificação e a diferenciação são faces da mesma moeda, pois a identificação com um determinado grupo só é possível quando há grupos considerados diferentes, ou seja, criam-se limites entre eles e nós, que se expressam na diferença cultural, em que os usos de certos traços marcam uma identidade específica.

Neste sentido, a memória é um elemento constituinte da identidade. A elaboração da memória é uma construção social, ou seja, é permitida através deste entrecruzamento entre o individual e o coletivo. Assim, selecionar o que deve ser lembrado e o que se relega ao esquecimento é parte de todo e qualquer processo de construção de memória e identidade. Então, “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989, p.9).

Utilizar-nos-emos também dos enfoques da microanálise que nos estudos sobre as migrações (especialmente aos estudos desenvolvidos nas últimas décadas do século XX) partem da compreensão do indivíduo como um sujeito ativo, que toma decisões e onde a família adquire um papel importante, pois é nela que as decisões são tomadas e onde as estratégias para a sobrevivência são traçadas (RAMELLA, 1995, p.14). É no âmbito das relações pessoais, portanto, que as informações são passadas. Para este estudo, então, compreender que a e/imigração deixa de ser entendida como uma ação de desesperados a partir de uma situação de calamidade e passa a ser vista como uma tomada de decisão feita por indivíduos que traçam estratégias de superação social [onde] os vínculos pessoais são reveladores dessas estratégias (RAMELLA, 1995, p.14). Nosso objetivo, neste contexto, é perseguir estes vínculos pessoais.

A história da família teve múltiplas leituras de acordo com o tempo e o lugar. Ao examinar os trabalhos sobre o tema, a partir dos anos 1970 no Brasil, Scott (2009, p. 16) afirma que os estudiosos “valeram-se das metodologias provenientes da escola francesa e da escola inglesa e, mais recentemente, das metodologias inspiradas na micro-história italiana, com os seguimentos nominativos”³ (SCOTT, 2009, p.18). É neste momento histórico que o tema passa a ser objeto específico da história, a partir de uma abordagem mais social caracterizando-se pela diversidade temática pautada na economia doméstica. Assim, destacam-se os trabalhos de Muriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff, que estudam o tema a partir da documentação mais particular das famílias, como por exemplo, inventários post-mortem, testamentos, etc.

³ Os estudos referem-se a demografia histórica francesa da década de 1950, particularmente com Louis Henry e Michel Fleury, respectivamente demógrafo e historiador, trabalhou na reconstituição das famílias a partir dos registros paroquiais e, posteriormente inglesa na década de 1960, com o Grupo de Cambridge tendo como principal expoente o historiador Peter Laslett, que estudou a unidade doméstica a partir das listas nominativas, estas fontes começam a serem exploradas. A partir destes estudos e, dos questionamentos advindos destas pesquisas a família passa a ser amplamente estudada, agora também por sociólogos e antropólogos. São vários os autores que se dedicam a estudar este processo de inserção da família como objeto de estudo nas mais diversas áreas das Ciências Sociais e os desdobramentos advindos destes estudos, como por exemplo: Faria (1997.p.241-258), Anderson (1984) e Estrada (2003).

Neste ponto, vale destacar a influência, nas décadas posteriores, da demografia histórica nos trabalhos dos historiadores. Tais trabalhos demonstraram as distintas formas de organização familiar existentes no Brasil, permitiram perceber as especificidades regionais, e abriram espaços para o estudo dos regimes matrimoniais, parentescos, estratégias matrimoniais e relações sociais, isso, claro, abordando fontes de cunho eclesiástico, jurídico, comercial e de foro íntimo, propiciadas pelo enfoque da microanálise histórica. Dessa forma, desenvolve-se um conceito mais moderno de família “ligado ao casamento, à consanguinidade e à coabitação, entendendo por família os pais e filhos que vivem na mesma casa” (VAINFAS, 2000, p.216). Neste trabalho, as famílias estudadas procuram afirmar o parentesco e o pertencimento na memória sobre a ancestralidade italiana e é procurando compreender as construções sobre esta memória familiar e coletiva que refletiremos sobre o que é ou pode ser a família.

Existem muitos trabalhos genealógicos publicados sobre as famílias de imigrantes e descendentes de italianos da Quarta Colônia, no entanto, não destacaremos nenhuma destas obras em nossa pesquisa, pois este não é o foco desta análise. Aliás, no que tange a questão imigratória na região, podemos citar inúmeros trabalhos desenvolvidos, como por exemplo: Padre Luiz Sponchiado e Breno Antônio Sponchiado, com escritos de ordem familiar e biográfica; Maria Medianeira Padoin, o CPG e seu acervo como fonte de pesquisa; Maria Catarina Zanini, com o tema da italianidade na Quarta Colônia; Luiz Eugênio Véscio, Moacir Bolzan, Marcos Aurélio Saquet e Maíra Inês Vendrame defenderam teses doutorais sobre distintos aspectos da Quarta Colônia de imigração italiana. Coloco aqui, também, a produção que tenho desenvolvido quer na Graduação quer no Mestrado e que está voltada para a organização do CPG e seu acervo. Além disso, destaca-se as pesquisas de Jucemara Rossato e Juliana Maria Manfio que abordam a trajetória do Padre Luiz Sponchiado.

Outros estudos que têm por mote a história da imigração, em especial a que se localiza no planalto sul-rio-grandense, já têm uma longa trajetória de pesquisa no Rio Grande do Sul e, entre os autores que se dedicam a trabalhar estas temáticas citamos: Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Loraine Slomp Giron, Vitalina Frosi, Vânia Herédia e Luiza Horn Iotti, que priorizam a zona imigrante de Caxias do Sul e seu entorno. Pesquisadores como Núncia Santoro Constantino e Antonio Ruggiero dedicam-se ao estudo da imigração italiana na cidade, tendo Porto Alegre como foco principal de seus trabalhos. Luis Fernando Beneduzi e Paulo César Possamai também têm, na temática da imigração italiana do Rio Grande do Sul, contribuições recentes.

Neste trabalho, não será feito uma revisão historiográfica sobre o tema da imigração, porém alguns aspectos serão trabalhados à medida que se fizer necessário para o desenvolvimento da análise.

Como mencionado anteriormente, a influência de outras áreas do conhecimento e as mudanças nos paradigmas historiográficos proporcionaram que a história também começasse a investigar as redes sociais, as sociabilidades, os casamentos e as relações de compadrio para compreender melhor o indivíduo como ator social. Desta forma, pode-se dizer que também os estudos sobre sociabilidades ganharam lugar na história a partir da década de 1970 com as reflexões de Maurice Agulhon (ZUPPA, 2004, p.15). Sociabilidade implica a qualidade de ser sociável, a convivência entre indivíduos e pode contribuir também, em seus aspectos formais e informais, para os estudos sobre a família.

Retomamos a história numa perspectiva social na qual o fio condutor desta investigação recai sobre o grupo familiar, suas estratégias e relações o que nos possibilitará perceber, nos pormenores e nas peculiaridades, o que o particular tem de coletivo. Procurar-se-á apreender as redes mais complexas de sustentação cultural, afetiva e de poder construídas pelos imigrantes. No emprego deste método, o que estamos fazendo é a construção das categorias de análise a partir da observação das fontes que não estão dadas *a priori*.

Neste sentido, verificamos que uma versão da preservação da memória familiar com a preocupação de ressaltar suas distintas temporalidades, seu lugar na sociedade, seus personagens e sentimentalidades foi levado a cabo pelo Padre Luiz Sponchiado quando iniciou seus trabalhos de pesquisa sobre os imigrantes italianos e descendentes na Quarta Colônia. Com tal ação, ele se propunha não só a descobrir a sua história pessoal, mas também ser o “guardião” da memória da Quarta Colônia. Então

“A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p.16).

Através de suas pesquisas nos arquivos paroquiais de várias dioceses do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico Nacional, no Arquivo Público em Porto Alegre, das entrevistas e visitas às famílias coletando documentos antigos, fotografias, objetos, além da colaboração das próprias famílias que iam até a casa paroquial, quando este ainda era pároco em Nova Palma, e posteriormente, em seu escritório no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), ele foi construindo, a partir de 1973, um acervo que atualmente conta com 1634

sobrenomes italianos. No entanto, lembrando as ideias de Farge (2009, p.11) o arquivista coleciona, classifica, e o arquivo é o resultado desse trabalho. Por isso, para arranjar tais documentos, é necessário ter presente que toda e qualquer coleção familiar passa, antes de ser entregue para o organizador dos acervos, por um processo de seleção interna, no caso específico de CPG de Nova Palma, este acervo passou, no mínimo, por uma dupla seleção realizada, em primeiro lugar pela família, que disponibiliza ao padre o que considera importante sobre si, de acordo com a afinidade e confiança que nutre pelo mesmo. E a segunda, feita pelo padre, que diante da documentação, disponibilizada, seleciona o que julga representativo da memória e história familiar. Neste caso, não se deve negligenciar a autoridade do Pe. Luiz como pároco porque esta facilita o acesso à documentação familiar uma vez que o prestígio do padre nas áreas de imigração italiana vai muito além da liderança espiritual⁴ uma vez que “ele era um elemento indispensável ao mundo social e cultural dos italianos na colônia” (BOLZAN, 2011, p. 124).

Apesar destas mediações, é importante considerar que os acervos familiares são organizados segundo as expectativas de quem os pensou, com um objetivo determinado e uma visão do passado que é filtrada pelo presente. Ao fazer este movimento, os titulares destes arquivos são, ao mesmo tempo, sujeitos que fazem uma escrita de si e uma escrita da história. É o caso do Pe. Luiz Sponchiado, mas é do ofício do historiador, nestes casos, descortinar o discurso construído sobre estas famílias de imigrantes italianos estabelecidos na região colonial em estudo, assim como de suas memórias. Ou seja, cabe ao historiador perguntar como o padre construiu o discurso e no que se baseou para construí-lo.

Para buscar as respostas aos questionamentos, dividimos o trabalho em cinco capítulos que se apresentam da seguinte forma: o primeiro que dá o panorama do trabalho, que diz o que ele é; o segundo que coloca o Pe. Luiz em cena; o terceiro trata das duas famílias de imigrantes, sua origem, a sociedade onde viviam na Itália no período em que emigraram; o quarto capítulo discorre sobre a organização social dos imigrantes citados e suas relações a partir das casas comerciais e de outras atividades; o quinto capítulo, finalmente, analisa a organização as reelaborações memoriais feitas a partir do CPG e nela, a organização das caixas de família e seu conteúdo e as diferenças aí estabelecidas.

No capítulo 2, partimos do pressuposto que o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, é um lugar de memória – a memória e a história oficial da Imigração Italiana na Quarta Colônia - e, como tal, consagra uma representação do passado e elabora um discurso

⁴ Sobre este aspecto pode-se verificar os trabalhos de Zanini (2006) e Vendrame (2007 e 2003).

sobre a história. Queremos analisar, nesta primeira parte de nosso trabalho, como se dá esta construção e, neste sentido, colocar o PE. LUIZ SPONCHIADO como figura central. Para tanto, percorreremos a sua trajetória, ele também descendente de imigrantes italianos oriundos da Comuna de Carbonera, na Província de Treviso, vindos para a região colonial em 1885. Consideramos importante refletir sobre este protagonista para compreender quem é o agente social autorizado a construir a memória oficial da imigração italiana desta região e em que contexto se desenvolverá esta construção.

Neste contexto, procuramos percorrer a trajetória deste padre a fim de compreender o momento de sua inserção na sociedade novapalmense, onde além da atividade de pároco, ele construirá uma imagem em torno de si, que lhe permitirá ser o mediador para a resolução das questões em distintas áreas sociais. Neste ponto, identificaríamos que sua autoridade é respeitada para além da comunidade. E, por conta disso, ele terá a autorização, na década de 1970, para coordenar as comemorações do Centenário da Imigração Italiana nesta região colonial, concedida pelo Bispo Diocesano de Santa Maria Dom Ivo Lorscheiter. Como o CPG é o resultado deste trabalho, poderíamos dizer que existe uma memória oficializada pela mão da Igreja e reconhecida pela comunidade.

No entanto, a apropriação desta memória não se daria de forma igualitária. Procurando entender quem são estes agentes sociais da família Pippi e Pigatto, e como se dariam estas reelaborações memoriais, julgamos importante percorrer à trajetória destes dois grupos familiares. Este será o trabalho desenvolvido na terceira parte desta análise (capítulo 3).

Duas famílias de imigrantes italianos originários de distintas regiões da Itália, que imigrariam para o Brasil. Assim, investigamos a história local e os processos imigratórios desenvolvidos na região da Toscana e do Vêneto, objetivando entender a sociedade em que viviam nossos protagonistas, para compreender as motivações e aspirações que os levaram a emigrar. Como já dissemos, partimos do pressuposto de que estes sujeitos foram responsáveis por traçar suas estratégias de superação social, e valeram-se de todos os meios para isso. Nesta perspectiva, identificaríamos as redes relacionais estabelecidas neste processo, responsáveis por fundamentarem os fluxos destas emigrações.

A família Pippi, é oriunda da comuna de Fabbriche di Vallico, uma região localizada entre as montanhas, na Província de Lucca, região da Toscana. Localizamos ali a família de Giuseppe Luigi Pippi e Elena Gianni, e seus sete filhos: Giuliano Pippi, Próspero Pippi, Luisa Aldegonda Pippi, Maria Dionizia Isabella Pippi, Flávio Bruno Pippi, Gotardo Dionizio Adolfo Pippi, e Vittorio Oreste Pippi.

O primeiro da família a imigrar seria Próspero Pippi (1865), que ao se inserir na sociedade colonial, e ampliar seus negócios, alimentou o fluxo migratório familiar, proporcionando a vinda de seus irmãos (homens). A atividade comercial será a opção utilizada pela família para a inserção na sociedade sul-rio-grandense. Ao longo deste processo, identificaremos o estabelecimento de outras redes que seriam igualmente importantes na expansão e no êxito desta atividade comercial.

Quanto à família Pigatto, imigrantes originários de Pozzoleone, comuna de Vicenza, na região do Vêneto, tendo familiares já estabelecidos na América, sua inserção foi facilitada. Assim, Luigi Pigatto e sua esposa Lucia Catterina Mazzardo, emigrariam juntamente com Vincenzo Pigatto, em 1888. Na sociedade colonial, desenvolveriam, desde as atividades do cultivo da terra, ao investimento na área comercial.

Ao identificar as redes relacionais estabelecidas por ambos núcleos familiares, percebemos que o espaço da casa comercial foi, por excelência, o lugar onde estas alianças foram construídas. Este será o objeto de estudo do capítulo 4. Neste momento, dedicaremos a estudar a expansão desta atividade comercial nestes dois núcleos familiares e a consolidação do poder familiar. Há a criação de uma rede de casas comerciais, que seriam diretamente administradas pelos familiares. A “venda”, espaço por excelência de sociabilidade, seria, também, o espaço onde alianças e compadrios seriam firmados. O capital econômico oriundo desta atividade possibilitaria a diversificação das atividades. Percebemos que ambas famílias reinvestiram seu lucro na aquisição de áreas territoriais e no desenvolvimento de outras atividades.

A influência destas famílias seria alargada pelo reinvestimentos destes recursos e igualmente pela manutenção desta atividade comercial, por gerações na família. A partir deste prestígio econômico e social aliado às redes estabelecidas, estas famílias alcançariam o poder político. Procuramos identificar, também, a partir da segunda metade da década de 1950, as relações estabelecidas pelos integrantes destes dois núcleos familiares com o Padre Luiz Sponchiado, quando este se tornou o pároco de Nova Palma, pois as relações estabelecidas tanto no exercício da atividade de pároco, como em função do processo emancipatório desencadeado neste momento, teriam influência na construção da memória familiar por ele elaborada.

As memórias familiares construídas, serão o objeto de estudo da última parte desta tese, o capítulo 5. Neste momento, dedicaremos a analisar as representações memoriais elaboradas a partir do acervo do CPG e do acervo privado da família Pippi. Procuraremos discutir o enquadramento memorial elaborado no CPG, lugar de memória e história oficial da

imigração italiana da quarta colônia imperial, pelo Padre Luiz. Memória que seria reconhecida como oficial pela comunidade, e apropriada, neste estudo de caso, pela família Pigatto.

Mas, como todo o processo de reelaboração memorial é uma representação, nem todas as famílias se apropriariam da sua memória “guardada” no CPG. Este foi o caso, neste estudo, da família Pippi, através de Maria Neli Donato Pippi que organizará uma outra memória do seu grupo familiar. Assim, observamos que há uma memória reclamada e que não estaria sendo representada no acervo do CPG. Identificamos que neste embate memorial, a sociabilidade teria tido um peso decisivo na construção de memória. Neste contexto, o patrimônio documental familiar materializaria a identidade destes indivíduos, destas famílias. Identidade esta, constituída primeiramente no imaterial ou seja, na memória de cada indivíduo.

Ressaltaremos, brevemente, outro embate memorial, com o qual nos deparamos ao estudarmos as trajetórias familiares na Itália, relacionado à família Pigatto. Trata-se da elaboração de uma memória familiar que, embora baseada na comunidade de origem desta família, não contemplou os que emigraram para o Brasil, nem seus parentes (do mesmo ramo familiar) que permaneceram na Itália.

Como este trabalho propõe-se a estudar as memórias familiares construídas, por e para os descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, a nossa base documental serão, principalmente, os documentos familiares correspondentes às famílias Pippi e Pigatto arquivadas no CPG, em Nova Palma e os documentos do acervo privado da família Pippi. No decorrer do trabalho, cruzamos estas fontes⁵ com outras, como por exemplo, as pesquisadas nos arquivos comunais e paroquiais italianos, procurando sempre apreender as narrativas, os discursos construídos pelas mesmas. Além destes conjuntos documentais, valer-nos-emos de referências bibliográficas que servirão de base para as discussões propostas.

⁵ Compreendemos como fonte “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social do tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p.491)

2 CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS (CPG): CENTRO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA OFICIAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA

Povo que não preserva suas raízes perde sua identidade e, perdida esta, nada mais tem a perder. - Padre Luiz Sponchiado.

O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG), foi criado pelo Padre Luiz Sponchiado. A estratégia usada por ele para criá-lo partiu das histórias contadas por seus antepassados sobre sua família. A partir dessa coleta familiar ampliou a pesquisa a todos os imigrantes e descendentes estabelecidos na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. No ano 1973 um outro acontecimento veio reforçar a estratégia estabelecida pelo Pe. Luiz Sponchiado pois ele foi nomeado pelo Bispo Diocesano de Santa Maria, para coordenar as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no RS, programadas para o ano de 1975. A partir deste momento, a investigação tomou corpo pois foram consultados diversos arquivos no país, foram feitas entrevistas e visitas às famílias coletando documentos antigos, fotografias, objetos, participou de eventos que discutiam o tema da imigração. Tudo isto resultou num acervo que conta hoje com aproximadamente 1850 sobrenomes italianos, catalogados em 75 livros de genealogia. Este acervo foi inaugurado para visitação do público no dia do centenário de criação do Núcleo Soturno, hoje município de Nova Palma, em 1 de junho de 1984.

Mas a importância deste acervo para a identidade e o patrimônio cultural regional só será compreendido se o colocarmos como parte da obra do Padre Luiz Sponchiado, uma vez que ele (padre) é quem consolida a história e a memória oficial da Imigração Italiana na Quarta Colônia. Neste sentido e para compreendermos como ele concretiza esta obra é importante analisarmos a sua trajetória.

Para alcançar este objetivo partimos da noção de trajetória definida por Bourdieu (2008, p. 81) como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, mas consideramos muito relevante a reflexão feita por Kofes (2001, p.19-28), a qual parte do mesmo princípio de Bourdieu, mas leva em conta a temporalidade. A autora ao estudar a trajetória de sua personagem procurando verificar a imagem que os testemunhos escritos oferecem da mulher analisada, considera a importância das narrativas tecidas por ela própria, numa “tentativa de congelar uma temporalidade precisa” (p.27) e assim, uma imagem de si. Sendo assim, para a autora trajetória seria “o processo de configuração de uma experiência social singular” (p.27). Compreensão esta fundamental para averiguar que memória/história de si os

distintos atores sociais procuram construir através de suas narrativas, levando em consideração que o processo de narrar e registrar implica em uma seleção, princípio de todo e qualquer processo memorável.

Estudar a trajetória de alguns indivíduos especialmente aqueles que têm destaque na produção das representações acerca da identidade e da memória da imigração italiana, não significa negar o papel dos outros indivíduos ou grupos sociais nesta história, mas limitar o trabalho para focar na análise. Em outras palavras, significa estudar aprofundadamente algumas estratégias de produção de uma memória sobre o fenômeno imigratório. Partindo deste princípio buscamos neste capítulo analisar a influência do Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia Imperial de imigração italiana do Rio Grande do Sul pois sabemos que o Padre Luiz, além de suas funções sacerdotais atuava na comunidade como uma liderança e, como tal, estabelecia uma outra rede de relações e de interesses cuja abrangência ia do político, social ao cultural e identitário. Neste contexto é que vamos destacar centralmente as relações construídas pelo Pe. Luiz com os integrantes das famílias Pippi e Pigatto desde o momento de sua chegada à comunidade de Nova Palma, um dos Municípios pertencentes ao território estudado (no último capítulo). Ao estudar as relações entre estes atores sociais pretendemos compreender também a extensão do papel do Pe. Luiz Sponchiado na sociedade colonial da Quarta Colônia.

2.1 A Trajetória do Pe. Luiz Sponchiado: “de Agricultor em Nova Treviso a Pastor das Almas em Nova Palma”

Entendemos o Pe. Luiz Sponchiado como “o guardião da memória” dos imigrantes e descendentes de italianos na referida região colonial. Ou seja, os “guardiões da memória”⁶, são pessoas que por algum motivo, são indicados a falar/escrever sobre as histórias locais. Por isso, empenham-se em não esquecer o passado, dedicando-se “permanentemente a (re)construção da memória, seja colecionando fotografias e pequenos objetos em suas caixinhas de lembranças, ou narrando a seus membros mais novos casos e histórias” (PEREIRA, 2008, p.186).

Para compreender esta atribuição dada a este padre, como o “guardião da memória”, necessário que o investiguemos inicialmente como indivíduo, ou seja, como o cidadão Luiz Marcelino Sponchiado, e como um padre extremamente ativo na sociedade regional. Ao fazer este movimento queremos compreender como ele conseguiu construir um dos maiores acervos da memória familiar do Sul do Brasil e hoje um importante patrimônio cultural da imigração

⁶ Pollak (1989, p.8) trabalha com a ideia de “guardião de memória”, ao referir-se às lembranças, zelosamente guardadas e, que são transmitidas seja na família, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.

italiana no Rio Grande do Sul e no Brasil. Na busca desta resposta consultamos a política imigratória adotada pelo Brasil no século XIX, especialmente a partir de 1850. Ela visava a substituição da mão de obra escrava pela assalariada nas lavouras cafeeiras em São Paulo⁷ e, especialmente no Rio Grande do Sul propunha a ocupação e definição da fronteira, a implantação da pequena propriedade policultora, atraindo para cá imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos⁸. Os primeiros chegam a partir de 1824. Outros, a partir de 1848.

A partir de 1870 são criadas quatro colônias imperiais e os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na zona da mata, que se situava entre a região dos campos de cima da serra, onde estava os pecuaristas descendentes de portugueses, a depressão central, onde estavam os alemães, e a zona da campanha. As colônias criadas foram: Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves e Conde D'Eu, hoje Garibaldi, ambas em 1870, Campo dos Bugres, hoje Caxias do Sul, em 1875 e Silveira Martins, em 1877. Esta última, foi inicialmente colonizada por russo-alemães, mas como estes não se adaptaram ao local a abandonaram no início. Com isso, a administração imperial decidiu povoar o Núcleo com italianos. É nesta colônia que a família Sponchiado se estabelece quando vêm para o Brasil.

A família Sponchiado que emigrou para o Brasil é oriunda da *Comune de Carbonera*, Província de Treviso, na Região do Vêneto, ao norte da Itália. Lá a família possuía um açougue/abatedouro e comerciava a carne suína e seus derivados, com o posto policial de Treviso. Este negócio, ao que nos indica a documentação, era familiar e passou de geração em geração. Os filhos, além de auxiliarem nas atividades do abatedouro, também complementavam a renda familiar trabalhando na extração da “giara”, espécie de arreião ou pedregulho utilizado em construções e estradas (SPONCHIADO, 1996, p.110).

Domenico Sponchiado e sua esposa Marianna Barbon, trabalhavam neste negócio familiar. O casal teve sete filhos: Luigi, Antônio, Giuseppe, Giuseppina Luigia, Vincenzo, Luigi Constante e Angelo. O primogênito falece logo após nascer. Com o passar dos anos, o núcleo familiar aumenta devido aos casamentos dos filhos mais velhos e, com a chegada dos

⁷ Com a extinção do tráfico negreiro através da Lei Eusébio de Queirós em 1850, é preciso encontrar outra fonte de mão de obra. Neste sentido, ocorre uma mudança na política de terras, visando incentivar a vinda de imigrantes. A terra até então, sinônimo de status social, com a Lei de 18 de setembro de 1850 (GIRON, 1992, p. 53) se torna mercadoria e como tal pode ser transacionada. A referida lei estabelece o aproveitamento das terras devolutas do império, determinando diretrizes para a estruturação das colônias, assim como fixa normas para o pagamento dessas terras.

⁸ O imigrante italiano era tido pelo estado como o “tipo ideal”, “ao lado dos portugueses e espanhóis, pela proximidade de língua, religião e costumes [sendo], mais facilmente assimilável por nossa sociedade [...]” (GOMES, 2000, p.161). Ele contribuiria para o branqueamento da população, teoria esta elaborada pela intelectualidade brasileira que inferiorizava a figura do mestiço (BENEDUZI, 2005, p. 277).

netos. Assim, a renda do açougue já não era suficiente para sustentar toda a família o que leva os novos chefes a procura de trabalhos temporários.

Luigi Costante, penúltimo filho do casal nascido a 4 de outubro de 1857 em *San Floriano di Callalta- Treviso*, região do Vêneto na Itália, após alguns anos no serviço militar, além de trabalhar com o pai no açougue, realizava trabalhos extras como por exemplo acompanhar os “velórios noturnos na igreja” (SPONCHIADO, 1996, p. 111). Não se pode especificar se devido a notícias de conterrâneos já imigrados, mas o fato é, que a família decide que Luigi imigraria, em 1885, para averiguar as reais possibilidades de um projeto familiar de imigração.

Neste aspecto é importante destacar que a Itália acabara de constituir-se como um Estado Nacional⁹ (1861), e passa por transformações estruturais inserindo o país no modelo capitalista. Isto acarretou um alargamento do mercado de trabalho, num contexto de desagregação da sociedade rural e desenvolvimento industrial, que segundo Bevilacqua (2001, p.106)

Il mondo così diventava più piccolo, i continenti più vicini. La diffusione delle ferrovie, la formazione di una rete sempre più fitta di strade nazionali, provinciale e comunali toglieva tanti paesi e villaggi dall'antico isolamento ed accelerava i trasporti, favoriva gli spostamenti delle persone, moltiplicava gli scambi e la concorrenza commerciale¹⁰.

A imigração já era um fenômeno regular no vêneto, embora fosse direcionado à regiões vizinhas na própria Europa. O que se transforma é a duração e a distância. Estas transformações alargam as possibilidades dos indivíduos e das famílias, que se compreendem como capazes de

Cambiare la propria fortuna, e quella della propria famiglia, investendo in un biglietto e in un viaggio oltreoceano che avrebbe condotto a un remunerativo lavoro, all'acquisizione di un consistente risparmio. Ebbene, questa possibilità cambiò la vita e l'orizzonte culturale della società rurale italiana, e costituì al tempo stesso una delle forze profonde della sua trasformazione (BEVILACQUA, 2001, p. 108)¹¹.

⁹ O vêneto passa a fazer parte do Reino da Itália somente em 1866 e, a unificação se afirma com a tomada de Roma, em 1870.

¹⁰ Tradução: Assim, o mundo tornou-se menor, os continentes mais próximos. A disseminação das ferrovias, a formação de uma rede cada vez mais densa de estradas nacionais, provinciais e municipais, removeu muitas cidades e vilas do antigo isolamento e acelerou os transportes, favorecendo a circulação de pessoas, multiplicando os intercâmbios e a concorrência comercial.

¹¹ Tradução: Mudar a própria sorte e de sua família, investindo em um bilhete e uma viagem ao exterior que levaria a um trabalho lucrativo, a aquisição de uma economia substancial. Bem, essa possibilidade mudou a vida e o horizonte cultural da sociedade rural italiana, e formou ao mesmo tempo uma das forças profundas da sua transformação.

Concordando com Bevilacqua e indo ao encontro da reflexão feita por Ramella (1995, p.11 e, 2001, p.144) o imigrante aqui é compreendido como o agente social, o protagonista que faz suas escolhas e traça suas próprias estratégias de superação social. Neste sentido, os estudos sobre a temática da e/imigração vem-se constituindo como uma área fundamental do saber histórico. Sendo uma temática complexa, ela é decisiva para compreender os encontros e desencontros entre o “eu” e o “outro”. No desenrolar deste processo, estes estudos têm-se utilizado, mais recentemente, de novas metodologias e fontes para a compreensão de tais questões¹². Estas, por seu turno, levam em conta o e/imigrante, enquanto sujeito responsável por decisões em que a família tem um peso importante, já que é nesse núcleo que estratégias de sobrevivência e deslocamentos são traçados. Parte-se deste pressuposto para entender os agentes sociais estudados neste trabalho.

Retomando a análise da família Sponchiado, esta, ao decidir enviar Luigi ao Brasil, traça um projeto de mudança da própria sorte, parafraseando Bevilacqua. De acordo com as informações contidas em Sponchiado (1996, p. 111-114) e, no arquivo genealógico do CPG, Luigi viajou juntamente com a família do parente e conterrâneo Nicola Rosso. Chegam no Rio de Janeiro em agosto de 1885. De lá, partem para o Rio Grande do Sul com destino a ex- Colônia Silveira Martins, onde permanece o parente. Luigi, ao invés, empregou-se na Estrada de Ferro e nos dias de descanso visitava as famílias Dotto e Pozzobon estabelecidas em Vale Vêneto.

Alguns meses após, verificando que podiam adquirir seu próprio lote de terra ele comunica a família, que imediatamente se organiza para partir. É neste momento, que o projeto de imigração familiar é concretizado. Assim, em fins de janeiro do ano seguinte, aportam no Rio de Janeiro:

Domenico Sponchiado¹³ e sua esposa Marianna Barbon e os filhos:

¹² García Abad (2004, p. 11-12) define as seguintes teorias para os estudos migratórios: A teoria clássica que foca em variáveis macro-econômicas “como resultado de la división internacional del trabajo y de la desigualdad económica, movimientos forzados por el sistema capitalista de mercado y las leyes de la oferta y la demanda” (Baud, 1994 apud GARCIA ABAD, 2004, p.11). Segundo esta concepção o imigrante é compreendido como um agente passivo. A teoria neo-clássica “push and pull factors”este fenômeno é explicado como provocado pelas “causas de expulsión de la zona de origen y otras de atracción que se encuentran en el destino, causas fundamentalmente económicas” (p.12). Este enfoca as dinâmicas e as variações regionais. Nesta perspectiva, segundo Ramella (1995, p. 16) o indivíduo atua mecanicamente em função das orientações de valor que lhes são próprias. Já nas últimas décadas do século XX, à medida que avançam estes estudos, um novo enfoque é abordado o da microanálise, que compreende o indivíduo como um sujeito ativo, que toma decisões, traça estratégias, e assim a família adquire um papel importante, pois é nela que as decisões são tomadas e as estratégias traçadas para a sobrevivência (RAMELLA, 1995, p. 14).

¹³ As informações sobre a família Sponchiado, apresentadas a seguir, foram consultadas na obra de Sponchiado (1996, p.116-117). Optou-se por manter a grafia dos nomes conforme apresentadas pelo autor.

Giuseppe, casado com Marianna Rosso, com suas sete filhas pequeninas (Maria, Filomena, Celestina, Rosa, Luigia, Ana e Tereza);

Vicenzo recentemente casado com Elizabetha Boscheratto e, Angelo, solteiro.

Permaneceram na Itália os filhos Antônio, já casado que continuou a atividade da família no açougue e sua irmã, Giuseppina Luigia também casada.

Embora os patriarcas tenham imigrado com alguns dos filhos, a permanência de dois filhos na Itália, mantendo a atividade econômica desenvolvida por gerações, possibilitava uma via de mão dupla ou seja, para qualquer eventualidade permanecia a possibilidade do retorno, assim como garantia, em caso de necessidade a vinda ao Brasil dos que lá haviam permanecido. Assim, as portas permaneciam abertas propiciando a solidariedade e o sustento de todo o núcleo familiar.

Para exemplificar, se referindo ao estudo das redes sociais nos fluxos migratórios já dizia Garcia Abad (2004, p. 14) “estos estudios parten del descubrimiento de la existencia de cadenas e redes migratorias invisibles redes que se tejen entre familiares y paisanos y entre los orígenes y destinos, y que tienen una gran influencia en la direccionalidad de las migraciones y en su ritmo y mantenimiento”¹⁴.

A família Sponchiado é um exemplo de que estas redes de relações e solidariedades funcionou efetivamente, pois desde a chegada de Luigi, quando este vem com seu conterrâneo e, posteriormente sua estreita relação com as famílias Dotto e Pozzobon, ambas originárias da Província de Treviso, até culminar na efetiva solidariedade quando o núcleo familiar chega em 1886 e, permanece até a designação de seus lotes na casa dos Dotto¹⁵ em Vale Vêneto.

A família adquiriu os lotes na Linha Geringonça (depois denominada Novo Treviso), que assim ficaram distribuídos: Angelo nº 421, Giuseppe nº 422 e 426, Luigi nº 424 e Vicenzo nº 277 (SPONCHIADO, 1996, p.114).

Já estabelecidos na região colonial a família precisa se reestruturar devido à perda de Vicenzo Sponchiado. Em fins de 1888 ele sofreu uma queda do cavalo que acarretou o seu falecimento. Sua esposa Elizabetha que havia relutado em emigrar, agora permanece em uma situação complicada pois além de estar grávida encontra-se viúva. Em um primeiro momento, ela pensa em retornar para junto de sua família na Itália. No entanto, a família Sponchiado

¹⁴ Tradução: estes estudos são baseados na descoberta da existência de correntes ou redes migratórias invisíveis, redes tecidas entre familiares e conterrâneos e entre as origens e destinos, e têm uma grande influência sobre a direccionalidade da migração e no seu ritmo e manutenção.

¹⁵ Francesco Dotto era também de Carbonera e havia chegado na colônia em 11.1.1878 apud Livro de Genealogia CPG – Nova Palma nº 9 página 53.

novamente se reorganiza de modo a não a desamparar e nem perder o lote de terra. A saída encontrada foi um novo casamento, dentro do próprio núcleo familiar.

Assim, aos 26 de abril de 1888, Luigi Constante casou-se com a viúva de seu irmão, Elizabetha Boscheratto¹⁶. Este casal teve dez filhos¹⁷ dentre os quais destaca-se Silvio Sponchiado, nascido em 9 de abril de 1898 e casado aos 20 de junho de 1921 com Corona De Marco, que casam e passam a residir, juntamente com seus pais Luigi e Elizabetha em Novo Treviso.

Dois episódios interessantes são destacados por Manfio (2015, p.50-54) ao analisar este momento histórico para a família Sponchiado. Em primeiro lugar menciona a situação enfrentada por este grupo familiar. Luigi com seus 64 anos não tinha mais condições de auxiliar no trabalho agrícola, além do que, desde sua juventude não gostava de trabalhar no pesado. Isso preocupava seu filho Silvio, pois o sustento da família dependia do cultivo da terra e seu pai não assumia tal responsabilidade que, no núcleo familiar era desempenhada pelos homens.

Soma-se a este o fato de que com o casamento de Silvio a família havia aumentado. E não somente isto, o primeiro filho Luiz Marcelino¹⁸, nasceu com sete meses de gestação aos 22 de fevereiro de 1922. A autora menciona o mal estar causado a família pela possibilidade de Corona ter casado grávida, o que feriria as regras de conduta e moral católica.

Estes fatores somados ao aumento familiar, onde todos residiam na mesma casa e, sobreviviam do cultivo do mesmo lote, faz com que a família se reorganize e decida partir em busca de novas terras, deixando todos os dissabores vividos ali para trás, recomeçando em outro lugar.

Nesta lógica, muitos imigrantes ou descendentes migravam para outras regiões onde havia terras disponíveis sendo loteadas e, nas quais em muitos casos, já havia conhecidos e parentes. Novamente identificamos as redes de informações como um dos vetores destas migrações, pois neste caso em específico os seus primos, filhos de Angelo Sponchiado, já haviam migrado para a Grande Erechim.

Assim, percebe-se que a mobilidade que havia na colônia¹⁹ era uma mobilidade pautada em escolhas e em projetos familiares coletivos, tal como ocorrera com os movimentos feitos algumas décadas antes, quando deixam a sua terra natal na Itália em busca de outras oportunidades.

¹⁶ O filho de Elizabetha e Vincenzo faleceu nove meses após o nascimento.

¹⁷ Os filhos são os seguintes: Carlos, Domingos, José Cassiano, João Antonio, Silvio, Augusto Angelo, Amábile Maria, Amélia Maria, Ida Maria e Antonio.

¹⁸ De agora em diante será chamado de Padre Luizinho ou também Padre Luiz.

¹⁹ Abordaremos a questão da mobilidade e das colônias criadas em função desta mobilidade no capítulo quatro.

A família Sponchiado de Novo Treviso, segundo a cronologia de Padre Luizinho, em 27 de maio de 1924²⁰ se reúne na casa de seu avô

Os manos: CARLOS, JOSÉ, JOÃO E SILVIO – (aproveitando o meio tempo em que as esposas não estavam por parir) – [e] partem para Palmeira em busca das “terras novas”. Embarcaram no trem em Val de Serra e deixam-no na Estação Belisário, onde com condução de Panambí, entram em Palmeira. Alí se indicou terras no baixo –Taquaruçu do Sul, ou melhor ainda, na medição da Posse do Amaral (SPONCHIADO, Escritos²¹ 27/05/1924. CPG: Sala de Documentação, Caixa Sponchiado).

Assim, neste momento os irmãos vão averiguar conjuntamente a viabilidade de uma transferência coletiva. Já em julho de 1925, transferem-se a família de Silvio e Corona com os pequeninos Luiz, Olinto Hanibal e Elizabetha, os avós Luigi Sponchiado e Elizabetha assim como a família de seu irmão José Sponchiado. Os quartos irmãos adquirem os lotes confrontantes, permanecendo todos vizinhos.

A ferrovia facilitou muito a mobilidade na colônia, pois agilizou o transporte ligando-a às diferentes regiões do estado. No caso dos Sponchiado, eles partem em carroças até a Estação Val de Serra e, de lá vão de trem, até a Estação Belisário, no Município de Panambi. Daí o restante do trajeto é feito de caminhão e carroças, até chegar ao destino.

A fotografia abaixo mostra a Estação Ferroviária Belisário, retratada pelo padre Luizinho em 1981, no momento em que ele estava realizando a sua pesquisa familiar e coletando informações e documentação para o que depois vai se transformar no acervo do CPG. Seu objetivo era refazer o percurso realizado por sua família algumas décadas antes, quando se transferiram para a região de Taquaruçu do Sul, próximo a Palmeira das Missões.

Conforme os estudos da “escrita de sí, escrita da história” desenvolvidos por Gomes (2004) podemos considerar o Pe. Luizinho como um indivíduo moderno, como um personagem de sí²², imerso no seu tempo, pois produz um discurso em torno dos acontecimentos e os ordena de forma a construir uma identidade que lhe permita continuidade e estabilidade no tempo.

²⁰ Encontrou-se uma divergência na documentação com relação a data em que Silvio e seus irmãos viajam para averiguar a possibilidade de adquirirem novas terras. Por exemplo, na obra de Sponchiado (1996, p. 120) a data é 1922, mas em vários documentos escritos por padre Luiz a referência é de 1924. Levando em conta que todos são escritos posteriores, adotamos a data de 1924, pois a encontramos com maior recorrência na documentação.

²¹ Utilizaremos a denominação de “escritos” às informações pesquisadas, em diversos arquivos e fontes, por Padre Luiz Sponchiado. Estas informações são datadas de acordo com os períodos pesquisados, portanto, poder-se-á encontrar datas relativas ao período da colonização, a qual ainda denominaremos de escritos. Destacamos ainda, que estes escritos não foram publicados, encontram-se arquivados nas diversas caixas de documentação do acervo do CPG.

²² Esta idéia refere-se aos estudos da escrita de sí que, segundo Gomes “remete diretamente ao debate já mencionado sobre o texto como representação e/ou invenção de si, situando este tipo de escrita como um palco onde a encenação dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades do indivíduo moderno encontraria espaço privilegiado”. (GOMES, 2004. p.19).

O que queremos destacar é, de acordo com Candau (2003, p. 143-144), que “tudo o que memoriza domestica o passado, mas acima de tudo ele [Pe. Luiz] apropria-se dele [passado], incorpora-o e marca-o com sua impressão, etiquetagem memorial manifesta nas narrativas ou memórias de vida”.

Figura 1: Visita à Estação Ferroviária Belisário – Município de Panambi, por Lindomar Lago com Lurdes Garlet, Delcir Garlet, Tarcísio Garlet, Marilena Spanevello e Elenir Mazzonetto, 31.5.1981.



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Sponchiado.

Na produção destas narrativas sobre o seu passado, Padre Luizinho procurar registrar de diversas formas estas memórias. Ao refazer o trajeto da viagem, realizada algumas décadas antes pela sua família, fotografa os lugares. Estas imagens se tornam fontes para nós pesquisadores, pois

São fruto da ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio. As imagens são visuais e carregam consigo esta condição especial que se realiza no plano dos sentidos, ao serem captadas e fixadas por certo tempo na retina de quem vê. Imagens são, pois, traços de uma experiência sensorial e emotiva (PESAVENTO, 2008, p.18).

Esta imagem passa a ser o testemunho histórico da pesquisa feita por padre Luizinho, quando ao retratá-la “congelou a realidade” no momento em que realizava a pesquisa, mas que

tem por objetivo rememorar, ser referência para a rememoração do que ele e sua família viveram ali décadas antes.

Em vários dos escritos feitos sobre si e sua família identifica-se fortemente a supervalorização da fé e da religião católica praticada cotidianamente em família. Sob este aspecto, pode-se mencionar, ainda, vários trabalhos escritos sobre a Quarta Colônia que abordam o papel e a importância da figura do padre para o imigrante italiano e seus descendentes²³. Concordamos com Bolzan (2011, p. 124) quando afirma que o

Auxílio do padre (sacerdote) se constitui numa grande aspiração para o progresso das localidades. Ele era um elemento indispensável ao mundo social e cultural dos italianos na colônia.

Mas destacamos que estas aspirações eram pautadas por interesses individuais e, neste sentido as relações estabelecidas nem sempre significavam uma religiosidade fervorosa, mas estavam pautadas em interesses econômicos e políticos, e muitas vezes eram extremamente conflituosas, como veremos nos capítulos posteriores.

Estes costumes religiosos eram praticados primeiramente na família. No momento inicial do processo imigratório da Quarta Colônia era a figura do padre leigo, indivíduo que conduzia as práticas religiosas e que possuía maior instrução, que se sobrepunha.

Mesmo posteriormente com a presença dos padres na região colonial, identifica-se nos relatos do Pe. Luizinho uma recorrência quanto a instrução religiosa obtida em casa e ministrada principalmente por seu pai. Ao recordar da sua primeira eucaristia²⁴

Naquele dia chuvoso, pela manhã, vendo que João Munaro (vizinho do pai) ia levando sua turminha para Taquaruçu, papai me botou engarupado em sua mula até o grande angico da volta da estrada, perto do povoado. Ali desapeando-me calçou-me as botinas enquanto me dava as últimas instruções, digo últimas por que todo o meu aprendizado catequético e devocional o tive diretamente dele.²⁵

²³ Aqui cabe mencionar que durante muito tempo, a produção historiográfica sobre a imigração italiana preocupou-se em exaltar a figura do imigrante herói, extremamente católico, ligado a família, a moral e aos bons costumes, citamos como exemplo: Santin e Isaia (1990), Sponchiado (1996), Manfroi (2001) dentre outros. No entanto estudos mais recentes mostram as várias interfaces das relações entre os padre e os imigrantes relações estas construídas e por vezes nada harmônicas, como por exemplo Vendrame (2007 e 2013), Bolzan (2011), Possamai (2005).

²⁴ É uma celebração ou cerimônia religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana em que os cristão participam e recebem pela primeira vez a Hóstia, que simboliza o corpo e o sangue de Cristo sob a forma de pão e vinho, ou seja o sacramento da Eucaristia.

²⁵ Entrevista Concedida a Jucemara Rossato em Janeiro de 1996 (ROSSATO, 1996, p. 20).

É importante ter presente que este indivíduo que rememora o passado ocupa um lugar social, ou seja, ocupa uma posição no campo intelectual e político e tem objetivos específicos. Assim, quando se analisa os escritos do padre, deve-se considerar este sujeito imerso no seu lugar social e no seu tempo.

A mudança dos Sponchiado de Novo Treviso para Taquaruçu do Sul ocorre aos 26 de julho de 1925. Quatro anos depois, Luizinho foi matriculado na Escola de João Fontana, a qual frequentou até 1933. Deste momento histórico ele recorda a participação dos pais em sua educação, o que demonstra que possuíam instrução e que a consideravam importante.

Segundo ele, “no primeiro ano escolar, creio que atingi o terceiro livro de leitura. Em casa, sempre a mãe me ensinava a ler. Não raro, com “sopapos” (murros) [tapas] e o pai me amestrava no catecismo decorado em italiano, que pouco compreendia” (SPONCHIADO, Escritos 11/02/1995. CPG: Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz).

Luizinho com seus onze anos, sendo o filho mais velho, auxiliava os pais na labuta da terra. Foram poucos meses de ajuda, pois em fevereiro de 1934 ele se dirige ao Seminário Diocesano São José, em Santa Maria. Para os filhos de agricultores como Sílvio Sponchiado com família numerosa e muito católica [natalidade incentivada pela Igreja], quanto mais filhos maior a força de trabalho. Por isso, o ingresso em institutos religiosos era tido como uma alternativa e, em muitos casos, a única para os filhos de agricultores terem acesso à educação, assim como garantiria a alguns dos filhos uma atividade profissional diferente, pois a terra não atenderia a todos.

Segundo Possamai (2005, p. 197) “A catequese, as associações religiosas e os grupos de coroinhas contribuíam para preparar o jovem para ingressar na vida religiosa”. Numa outra perspectiva consideramos que assim como o pároco, o catequista e o professor, os institutos religiosos também tinham interesse em atrair meninos e meninas para seus quadros. As missas realizadas nas paróquias eram momentos de mobilização e entusiasmavam os jovens para a vida religiosa. Para Luizinho Sponchiado as Missões populares em Taquaruçu do Sul em 1932 é que suscitaram o seu anseio de ser sacerdote

Lembro-me o ano de 1932, quando em fevereiro Missionários Capuchinhos pregaram fervorosa Missão numa semana e na praça, no domingo final, chantaram a cruz de madeira. A figura do religioso sobre uma mesinha pregando, despertou-me pela primeira vez a IDEIA DE SER PADRE CAPUCHINHO. Muito apoiada pelo catequista e sacristão Nono Munaro, pais e avós. (SPONCHIADO, Escritos 11/02/1995. CPG: Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz).

Aos 26 de fevereiro de 1934 como já anotamos, Luizinho, ingressa no seminário a convite do Padre Vitor Batistella, pároco de Barril, atualmente município de Frederico Westphalen. No seminário aos 4 de maio de 1939 recebeu instrução no 7º Regimento de Infantaria, na IIIª Companhia do 1º Batalhão, onde recebeu a carteira de reservista de 2ª categoria em março de 1940. Segundo ele, a sua formação foi moldada pela educação Jesuítica, tanto no seminário em Santa Maria, quanto no Seminário Maior em São Leopoldo, onde ingressou em 1940. Ao longo deste período desenvolveu várias atividades paralelas, como a datilografia, o teatro e a oratória, cursou Filosofia e Teologia e recorda das tensões vividas com a 2ª Guerra Mundial.

Seu envolvimento com a comunidade e, em diversas atividades se inicia ainda no seminário. Um exemplo disto é, que em 1945, em suas férias, desenha a planta de uma nova igreja para Taquaruçu. No dia 15 de dezembro de 1946 Luiz Sponchiado ordena-se sacerdote em Frederico Westphalen.

É importante observar que desde a organização da comissão para a construção da nova capela de Taquaruçu do Sul, da qual fez parte, até o seu envolvimento no desenho da planta e no incentivo continuo aos construtores, o futuro padre influencia e se mantém vigilante garantindo o empenho dos fiéis para com a igreja e com Deus:

Avante bravo, para a glória de Deus e do nosso lugar; vossos suores, lutas, trabalhos sem cotas, dias perdidos, viajados, etc., tudo ficará estampado nas torres a nossa capela, ou nas belas abóbadas do teto, para serem admiradas pela geração de hoje e de amanhã, que exaltarão o arrojo, fé viva, e vossa vontade de querer! (Diário de Padre Luiz apud SPONCHIADO, 1996, p.145)

Este é um bom exemplo para analisarmos como a religião católica entre os italianos e seus descendentes era fator aglutinador, mobilizador, e de status social. Fazer parte de uma comissão e ser responsável pela obra mais importante da comunidade local, a igreja, significava ter seu nome lembrado, e exaltado como exemplo de cristão a ser seguido e, mais que isto, ser respeitado na comunidade.

Esta nova igreja é inaugurada e, ao mesmo tempo é celebrada a Primeira Missa Solene do Padre Luiz Sponchiado, “filho do lugar”, em 25 de dezembro de 1946.

Figura 2: Família do Padre Luiz - celebração da sua primeira missa - 25.12.1946.



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz.

Esta convivência estabelecida pelo trabalho e envolvimento comunitário que destacamos, nos mostra como estreitam-se laços e estabelecem-se relações. Após a sua ordenação, Pe. Luiz assume os trabalhos como vigário cooperador em Iraí/RS, onde

É responsável por atender as atuais Paróquias de Iraí, Planalto, Alpestre, Vicente Dutra e Ametista do Sul (ex São Gabriel). A área [do ponto de vista geográfico] é montanhosa e margeante ao Rio Uruguai e seus tributários (SPONCHIADO, 1996, p. 146).

Em diversas comunidades onde atuou Pe. Luizinho fundou a Congregação da Doutrina Cristã (CDC) cujo objetivo era mobilizar os jovens para se instruírem sobre a doutrina católica e repassarem estes conhecimentos às crianças²⁶. Também participou da fundação de várias comunidades e capelas, dada a importância da edificação destes templos para a vida religiosa. Sob este aspecto alguns autores²⁷ destacam a importância da capela como centro integrador da comunidade. É na capela, após as celebrações, que se desenvolve toda a vida social da

²⁶ Para maiores detalhes consultar Sponchiado (1996, p. 147).

²⁷ Sob este aspecto pode-se consultar Possamai (2005); e De Boni, (1987, p. 293)

comunidade, assim como a vida econômica sendo um local propício também para encontros de negócios.

Entre os anos de 1948 a 1950 nosso protagonista atuou como capelão interno do Hospital de Caridade de Santa Maria e Coadjutor da Catedral. Foi neste momento que se dedicou a outras atividades além da de pároco: participou do curso de auxiliar de enfermagem, de ensaios de parapsicologia, do Apostolado da Oração além de curso sobre a instalação da rede de alto-falantes.

Antes de sua primeira estada em Nova Palma, ele atuou também como cooperador na Paróquia de Frederico Westphalen, junto ao Monsenhor Vitor Batistella. Isto foi entre os anos de 1951 e 1956. Juntos participaram ainda do processo de emancipação de Frederico Westphalen, iniciado em 1953.

Neste episódio fica clara a importância da figura do padre para a comunidade nos processos emancipacionistas. Padre Luiz tem aí o seu batismo político de fato. Frederico Westphalen e Nova Palma serão seu laboratório e onde observamos sua liderança como nos indicam Bolzan (2011), Sponchiado (1996) e Rossato (1996).

Então podemos dizer que nosso sujeito é um líder religioso, que atua em diversas frentes entre as quais se incluem a organização [em sua paróquia] da Juventude Agrária Católica (JAC), o incentivo às vocações, a coordenação de processos de emancipação, a inspeção do ensino municipal. Atuando em diferentes áreas, Pe. Luizinho vai influenciando distintos setores da sociedade e assim delineando um prestígio local. Ao referir-se ao papel do clero nas comunidades italianas, D. José Barea (1995, p. 10) afirma que

Em quase todas elas, é a pessoa que conta com melhor preparo intelectual. Quase sempre os padres estão nas comissões que advogam melhoramentos. Orientam e estimulam, servindo ainda de Moderadores.

Por conta deste preparo intelectual e desta experiência, padre Luiz²⁸ assume a Paróquia de Nova Palma aos 11 dias de março de 1956. Sua meta é, além de cuidar da Paróquia dedicar-se ao processo emancipacionista dos núcleos da ex-colônia Silveira Martins. Pe. Luiz Sponchiado permanece ali durante quatro anos.

Esta trajetória da família Sponchiado e do Padre Luiz reflete uma realidade bastante recorrente na imigração italiana. Muitas famílias fizeram este mesmo percurso, ou seja,

²⁸Sobre a influência exercida nos processos emancipacionistas dos núcleos coloniais da região da ex-colônia Silveira Martins o trabalho de Bolzan (2011) é esclarecedor e, aborda detalhadamente a atuação deste padre.

mutaram de lugar com o objetivo de melhorar as condições econômicas, assim como incentivaram o ingresso de seus filhos na vida religiosa.

2.1.1 O Pastor de Almas e Sua Atuação

Como já apontamos, nas comunidades colonizadas por imigrantes italianos a religião ordenou e definiu o mundo dos imigrados e de seus descendentes. Cabe salientar aqui que se considera a religião um dos principais valores dos imigrantes, e, na região da Quarta Colônia, assim como em outras regiões, não houve uma homogeneidade do credo católico²⁹. Queremos dizer que a imagem do imigrante extremamente católico foi construída especialmente com o trabalho dos Palotinos que se estabeleceram a partir de 1886 em Vale Vêneto³⁰. Eles foram os responsáveis pela implantação do projeto romanizador³¹ da Igreja Católica em toda a região. Assim,

O mundo do trabalho da família e da fé era um universo único entrelaçado, e no qual a observância dos preceitos religiosos permitia uma sensação de bem-estar e tranquilidade (ZANINI, 2006, p.141)

Esta vivência religiosa oportunizou a existência de uma sociedade que aparentemente cooperou, que partilhou, que sustentou vínculos. Por isso, mesmo com as dificuldades do início da colonização e com os esparsos recursos financeiros que possuíam, os imigrantes empenharam-se na construção de capitéis³² e igrejas que além de manter as práticas religiosas, demonstravam riqueza e opulência e os distinguiu entre si.

²⁹ Sobre esta questão observa-se os vários conflitos desde a vinda dos primeiros padres para a colônia e mesmo posteriormente com os Palotinos. Neste sentido, sobre estas relações conflituosas os trabalhos de Vendrame (2007) Bolzan (2011) e Vescio (2001) são esclarecedores.

³⁰ É com a chegada dos padres da Pia Sociedade das Missões na região, imbuídos do ideal ultramontano, que estes vão trabalhar fortemente para a homogeneidade do credo católico. Estes desenvolveram “um projeto disciplinar intencional que deveria envolver toda a tessitura social, normatizando e regulando as relações individuais, seja na família, na escola, nas associações devocionais, na imprensa, na agricultura, no trabalho, no lazer, na política, nas relações sociais e até mesmo na intimidade” (MARIN, 1999, p.75).

³¹ Este projeto deveria atingir todos os níveis da sociedade, objetivava “redefinir os valores, a maneira de pensar e de agir e corrigir as práticas e hábitos contrários à ortodoxia católica e a sociedade burguesa” (MARIN, 1999, p. 75-76). Cabe aqui ressaltar que a romanização defendia um padrão moral e rígido da hierarquia eclesiástica centrada na autoridade papal, procurava substituir o catolicismo popular por aquele proveniente de Roma. Ao passo que o ultramontanismo “se desenvolveu sobre um plano duplo: tendência em reconhecer o Papa da Igreja como uma autoridade espiritual total e a reivindicação para a Igreja da independência a respeito do poder civil, e mesmo um certo poder, ao menos indiretos, sobre o Estado” (WERNET, 1987 apud MARIN, 1999, p. 74). Assim, os leigos estavam submetidos ao clero que exercia um completo e total controle em todos os níveis.

³² Embora o termo capitel refira-se a parte superior da coluna clássica, regionalmente estes pequenos oratórios são um local de culto popular. Para aprofundar o tema consultar Tura (2012).

Em Nova Palma, isto não foi diferente. Tão logo os primeiros imigrantes chegaram, providenciaram a construção de igrejas e capitéis. Na primeira imagem temos a segunda capela de Nova Palma construída em 1904, pois a primeira era em madeira. Ao lado, a casa paroquial. Levando em consideração que o povoamento do Núcleo Soturno iniciou em 1884, em vinte anos, esta já era a segunda igreja, num local onde, praticamente nada havia, como se percebe na imagem. É possível, pois, pensar que estes imigrantes mobilizavam todos seus esforços e muitos recursos nestas construções, mas fica também muito clara a importância da religião para o imigrante.

Figura 3: Segunda Capela da Trindade, edifício escolar e a Casa Canônica. O local em frente às crianças se localizava a primeira capela do em Núcleo Soturno



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Matriz.

Os Capitéis como apontamos, são outra forma de expressar esta religiosidade. Mas para além da religiosidade, segundo Beneduzi (2011, p. 149)

À súbita edificação de capelas, capitéis, pequenos comércios, praças, além de sinais de devoção e busca de desenvolvimento econômico, serão marcas da recriação de um *paese* deixado para trás. A religião constituir-se-á em um lugar de memória da imigração italiana, porque permitiu tanto a construção de certa unicidade entre os recém-chegados – elaborando um conjunto comum de crenças – quanto a manutenção de um elo, fundado na sensibilidade, entre o lugar que se deixou e aquele que se está descortinando.

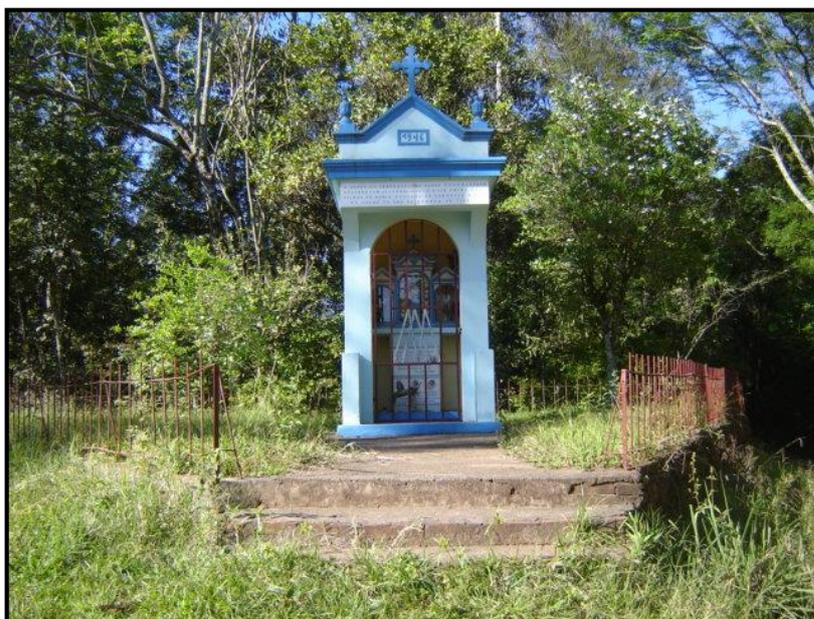
Muitos destes capitéis, surgiram de promessas feitas e localizavam-se na beira dos caminhos. Exemplo do que falamos são os dois capitéis abaixo:

Figura 4: Capitel Santa Polônia, construído em 1950, na Linha Duas de Nova Palma (04/09/2009)



Fonte: REBELATTO, Franciele. In: Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma- RS³³.

Figura 5: Capitel Nossa Senhora da Saúde inaugurado aos 24.11.1946, em Linha Duas de Nova Palma. (26/09/2006)



Fonte: REBELATTO, Franciele. Capitel.In: AFAPMNP

³³ De agora em diante, o Acervo Fotográfico da Prefeitura Municipal de Nova Palma será assim denominado: AFAPMNP

Pode-se afirmar que o projeto de romanização levado a cabo pelos Palotinos, irradiado para toda a região a partir de Vale Vêneto, deu bons frutos no Núcleo Soturno (hoje Nova Palma), criado em 1884. Desde o atendimento a esta população iniciado em 1888 com o padre palotino João Vogel e principalmente depois de 1898, quando padre Matias Schoernauer se estabelece como capelão e o projeto romanizador finca suas raízes e deita seus ramos. Esta religiosidade característica da colonização italiana, pode ser verificada, então, através da construção tanto de capitéis quanto de igrejas, com a colaboração da maioria das famílias da comunidade. Este simbolismo religioso representado por igrejas e capitéis, também pode ser verificado nos memoriais e locais onde eram realizadas as primeiras missas e que se tornaram locais de memória nos quais se cultuam o esforço e o exemplo dos antepassados que se aventuraram na imigração e, assim, reforçam a imagem de um imigrante trabalhador e religioso.

Na imagem seguinte observa-se que o local onde foi celebrada a primeira missa pelo Padre Antonio Sório. Estes monumentos, são lugares de comemoração e apoio a memória, pois ancoram a relembração (POLLAK, 1992, p.202). Desta forma, as

Imagens do passado [estão] dispostas em ordem cronológica, “ordem das estações” da memória social. [Elas] evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos de sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações de sua unidade presente (Bourdieu, 1965 apud LE GOFF, 2003, p.460).

Figura 6: Local da Primeira Missa no Núcleo Soturno, hoje Nova Palma, celebrada pelo Pe. Antonio Sório em 1886, localizado próximo ao barracão dos imigrantes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Padre Luiz Sponchiado ao assumir a paróquia de Nova Palma aos 11 de março de 1956, procurou restaurar a maioria destes locais, sejam capitéis, monumentos ou mesmo igrejas oportunizando com este gesto, o reforço de uma identidade italiana através da religiosidade. Aqui cabe ressaltar que a referida paróquia até a data da chegada do Pe. Luiz fora atendida pelos padres Palotinos³⁴. Nas próprias palavras de padre Luiz

Na paróquia, reformei a Gruta de Lurdes em 1958, a Caverna de Fátima no Cinquentenário da criação da Paróquia em 1969. Construí 5 novas Capelas, abrangendo todo o território da Freguesia, tornando-se uma das paróquias da diocese mais bem organizada, e chamada pelo Bispo D. Ivo de “Pérola”. Construímos nova Canônica, e, sobre o salão no segundo andar, a Escola de Liderança para cursos de formação de leigos, em todos os setores da Pastoral da Igreja, desenvolvendo muito a Comunidade Eclesial de Base (CEBs) (SPONCHIADO, Escritos, 11/02/1995. CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz, p. 2).

Entre outras iniciativas do Pe. Luiz e que podemos destacar temos a da reinauguração da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes com o intuito de tornar a igreja mais próxima dos fiéis, mais atuante e, procurando expandir a religião católica. Por isso, os projetos de comemoração dos 50 anos da freguesia incluíam os seguintes objetivos:

Fundação de capelas em todos os recantos que não houvesse atendimento satisfatório;
 Dotar a matriz e as capelas com salão e campo de esportes;
 Intensificar as comunidades na linha das CEBs, vendo a paróquia como uma rede de comunidades, com seus serviços;
 Localizar e erguer um monumento comemorativo da efeméride (SPONCHIADO, 1996, p.201).

Tais ações tinham por objetivo justamente tornar a igreja ou capela (quer no meio urbano ou no rural) um centro social unificador da comunidade, uma referência que agregava, ou melhor, um espaço de sociabilidade, entendida aqui como “principio de las relaciones entre las personas o aptitud de los hombres para vivir em sociedad” (BERNALDO DE QUIRÓS, 2008, p.4).

Como podemos observar, especialmente no projeto de comemoração do cinquentenário da freguesia, a preocupação do sacerdote vai além do reforço de uma identidade, mas demonstra claramente o seu comprometimento com a memória.

³⁴ Os padres Palotinos atuaram em toda a região da Quarta Colônia. Chegaram em 1886 em vale Vêneto. Em Nova Palma podemos destacar a atuação dos seguintes padres: Pe. João Vogel (1888- 1895), Pe. Schuster (1895-1898), P. Matias João Schoernauer (1898- 1900), Pe. Guido Spiesberger (1901- 1907) Pe. Francisco Burmann (1907-1921), Pe. João Zanella (1921-1955), Pe. Vitelio Trevisan (1955-1956).

Outro dado importante e, já destacado na história pessoal do Pe. Luiz era o objetivo do clero em manter sempre o engajamento de jovens no sacerdócio. Esta era também uma tarefa à qual ele se dedicou muito. Este trabalho fora desenvolvido por outros párocos também, mas ele adotou estratégias como retiros, palestras, convites e ajudas, tanto para meninos quanto para meninas. Sobre este fato também é pertinente observar que os padres ligados aos seminários procuravam estar em contato com os párocos atuantes nos mais distantes municípios para mobilizar jovens ao vocacionado. Para demonstrar este fato tomamos como exemplo, a correspondência datada de 9 de maio de 1954, do Padre Provincial da Companhia de Jesus, Edvino Friderich, endereçada ao padre Luiz Sponchiado em que solicita a colaboração a as vocações de irmãos para a Companhia. Segundo ele,

Essa paróquia já nos deu Irmãos muito bons e penso que, sem prejuízo do seminário diocesano, poderíamos receber alguns mais. Sempre se encontram bons rapazes que seguiriam vida mais perfeita se houvesse quem lhes indicasse o caminho para alcançá-la.

Vossa Revcia. sabe muito bem quão necessários nos sejam os Irmãos, mesmo para atender aos seminários que nos são confiados, como também não ignora as qualidades que deve ter um Irmão Jesuíta [...](FRIDERICH, Correspondência, Cerro Largo: 09/05/1954, CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz)

Pelos exemplos trazidos podemos afirmar que desde que se tornou padre, Luiz Sponchiado participou ativamente da construção e restauração de capelas, da organização paroquial e do recrutamento de novas vocações.

Mas, não foi só no campo religioso que ele foi atuante. Pudemos perceber também sua contribuição no campo político desde a década de 1947, quando em 17 de janeiro daquele ano recebeu a credencial do juiz eleitoral de Palmeira das Missões, Walter Torres, para ser Delegado do Partido Social Democrático (PSD). No desdobramento do processo verificamos que em 1950 ele era presidente da Mesa da 41ª Zona Eleitoral de Castelinho - em Frederico Westphalen, isso reflete sua liderança para além do sacerdócio, pelo lugar de prestígio social que ele ocupava na sociedade.

A partir de agosto de 1953 nós o vemos, também atuando no processo de emancipação do Município de Frederico Westphalen. Neste momento, dedicava-se ao estudo da Lei 2.116 de 24/9/1953 para esclarecer ao povo sobre o processo de emancipação. Por esta Lei, segundo Bolzan (2011, p.129)

O Estado brasileiro, ao mesmo tempo que se orienta politicamente para atender as demandas sociais que decorrem das periferias urbanas das

idades já instaladas [...] também oportuniza, produzindo uma legislação emancipatória, que novos centros urbanos sejam criados, inclusive em áreas absolutamente rurais (coloniais) como é o caso da ex- Colônia Silveira Martins.

Continuando em sua participação política, em 1955 é nomeado para exercer o cargo de Presidente da 32ª Zona Eleitoral, em Frederico Westphalen para as eleições de 5 de outubro desse ano.

Em 1956 quando assume a paróquia de Nova Palma e, já familiarizado com as questões legais do processo emancipatório ocorrido anos antes em Barril (atual Frederico Westphalen) e com a experiência paroquial vivida lá, estava credenciado a ser uma liderança local na nova Paróquia. Enquanto liderança, propôs ao chegar em Nova Palma, a emancipação da colônia como um todo. Neste sentido procurou reunir alguns líderes locais para tal fim. Nos seus escritos identifica-se o seguinte:

[...] muito poderia contribuir, propondo a emancipação [da colônia], para destacar-se autônoma dos Municípios de Cachoeira – Santa Maria e Júlio de Castilhos. Uma reunião de 15 líderes que convoquei, na noite de 31/07/1957, resultou “pian piano”, na Formação das atuais Comunas de: Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande e São João do Polêsine. Trazendo naturalmente para esta Colônia Avoenga o progresso material, cultural e espiritual, os fatores que desenvolvidos equilibradamente trazem [também] realização humana e progresso material (SPONCHIADO, Pronunciamento, Nova Palma: 02/04/2004, CPG, Sala da Documentação, Caixa Sponchiado. p.2).

Apesar de seu pronunciamento, verificamos que esta proposta inicial não se concretizou³⁵. A fala demonstra, porém, o papel e a liderança que representava o novo Pe. Luiz Sponchiado na comunidade de Nova Palma. Neste processo é importante compreender também que havia muitos outros interesses em jogo. Ou seja, além dos interesses de Faxinal que disputava para ser a sede do município e acabou por se emancipar, numa segunda proposta, o prefeito de Júlio de Castilhos pressionava Monsenhor Busato, de Ivorá, a não concordar com a emancipação. Também cabe ressaltar as divergências político – partidárias entre Monsenhor Busato, simpatizante do PTB, e o então prefeito Victor Weirich, do PSD, partido ao qual o Pe. Sponchiado também estava ligado (SPONCHIADO, 1996, p.178). Cabe ressaltar, então, que novamente foram os

³⁵ Sobre este aspecto os trabalhos de ROSSATO (1996), SPONCHIADO (1996) e BOLZAN (2011) abordam especificamente como ocorreu o processo, todos os passos trilhados, as sucessivas tratativas feitas nas reuniões, o que culminou com a divergência de alguns líderes de Faxinal do Soturno e sua emancipação em 1959.

interesses políticos que frustraram a segunda tentativa emancipatória, agora com a participação do distrito de Ivorá e parte de Pinhal Grande.

O que é importante destacar deste processo neste momento é a articulação desenvolvida pelo padre Luiz Sponchiado e por outras lideranças locais, para conseguirem a emancipação, com a criação de uma nova Comissão de Emancipação que assim ficou composta, na reunião de 13 de abril de 1958

Presidente: Pe. Luiz Sponchiado, Vice-Presidente: Frederico Dallafavera, Segundo vice: Ângelo Rossato; Secretário: Maury Langone, 2º: Gentil José Grendene, 3º: Pedro Benjamin Rossato, 4º: Angelo Antonio Pigatto; Tesoureiro: Pe. Breno Simonetti, 2º: Primo Vestena, 3º: Alcides Dallanora, 4º: Bruno Pippi; Conselho Consultivo: Benedito Domingos Rossato [...] (SPONCHIADO, 1996, p.179).

Embora tenha havido alguns contratempos³⁶ com o pleito eleitoral para prefeito e governador, ficou acordado entre estes integrantes que todos os candidatos que visitassem o local, fossem indistintamente falar com o vigário. A ação realizada teve sucesso e, aos 29 de julho de 1960, pelo decreto lei nº 3.933 foi criado o Município de Nova Palma. Politicamente, poderíamos dizer que a principal atuação de padre Luiz Sponchiado foi em torno dos processos emancipatórios de toda a antiga região colonial de Silveira Martins que articulava estas comunidades em busca de sua autonomia político-administrativa.

Padre Luiz não deixou, porém, de atuar em outros campos do fazer político como no campo educacional tendo trabalhado em Barril (atual Frederico Westphalen) no cargo de Inspetor do Ensino Municipal e ao transferir-se para Nova Palma, constata muitos avanços no campo educacional em toda a área da ex-Côlônia Silveira Martins, com muitas escolas ligadas a professores particulares ou a iniciativas ligadas a Igreja. Deste momento histórico destacamos algumas imagens:

³⁶ Bem ressaltados por Bolzan (2011 – p.136-139), e Sponchiado (1996 p. 178-181), os quais detalham todos os tramites, insucessos e articulações político-partidárias que impossibilitaram a emancipação. Como aqui nosso objetivo é somente ressaltar a liderança local exercida pelo por este padre e, algumas lideranças que iram surgir com este processo emancipatório, mais especificamente ligadas as famílias Pippi e Pigatto, objeto específico de estudo desta tese, detemo-nos a relatar e analisar alguns fatos considerados significativos para tal fim.

Figura 7: Escola de Ângelo Didonet por volta de 1910



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Escolas.

Figura 8: Escola de Venuta Maria Ravello que funcionava junto à casa de seus pais na linha Um Negativa do Núcleo Soturno.



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Escolas.

Figura 9: Escola da Professora Cândida Zasso dos anos de 1940-57. Casa herdada por Elizeu Zasso.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

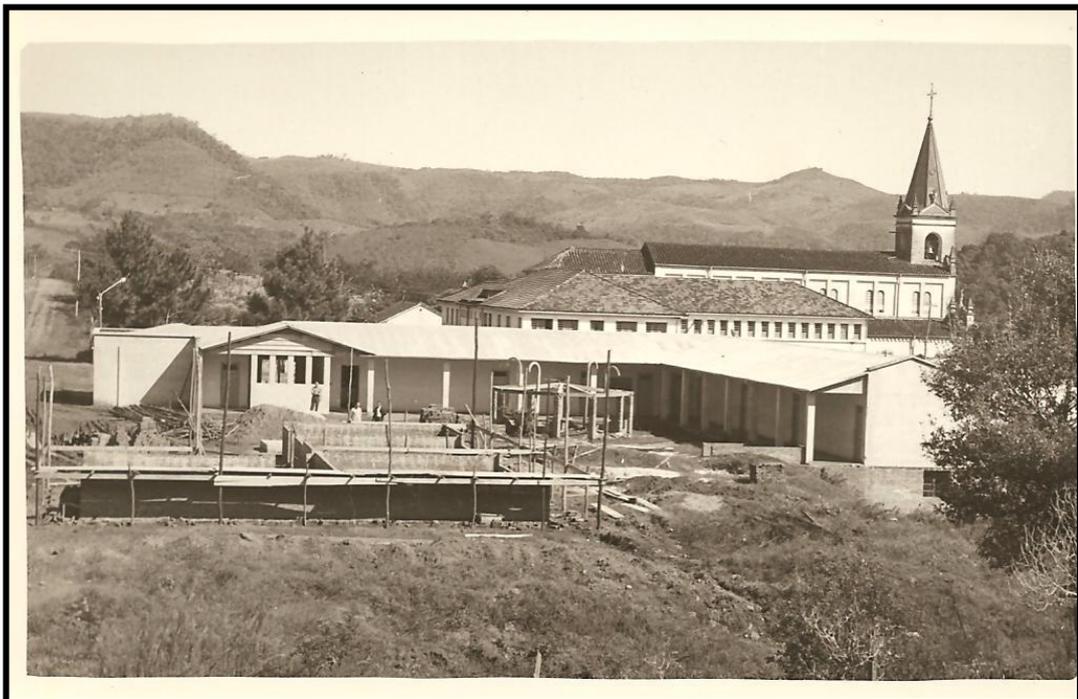
A partir de 1959, articula-se a criação de Uma Escola de Curso Médio em Nova Palma segundo as iniciativas de Maury Antonio Langone, então candidato a Vice-Prefeito de Júlio de Castilhos (secretário da comissão emancipacionista e primeiro Prefeito do Município de Nova Palma) com o auxílio de Padre Luiz Sponchiado. Esta iniciativa estava inserida no contexto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG, posteriormente CNEC). Por muitos anos Padre atuou como Diretor deste educandário que recebeu as seguintes denominações: Ginásio Comercial de Nova Palma, Colégio Comercial de Nova Palma e Escola Cenecista de Segundo Grau de Nova Palma. Em 1968 passou a disponibilizar para a comunidade o Curso de Técnico em Contabilidade. A escola encerrou suas atividades em dezembro de 1984 (LANGONE, 2013, p.277-280). Nas imagens a seguir uma vista da sede desta escola.

Figura 10: Sede do Colégio Comercial Novapalmense em 1960. Este colégio funcionava, anteriormente, nas dependências da Paróquia desde 22.3.1959



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Escolas.

Figura 11: Vista do Colégio Comercial Novapalmense próximo a Igreja Matriz.



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Escolas.

Além desta iniciativa de sucesso consultamos os diários de Padre Luiz e neles descobrimos mais algumas obras referentes ao assunto³⁷ educação dentre as quais destaca-se a criação, em 1973, de uma escola ligada à Igreja e ao Sindicato, que funcionava junto ao colégio das Irmãs. Além dela encontramos ainda sua influência na construção de escolas municipais nas comunidades rurais.

Identifica-se aqui um padre atuante não só no seu compromisso com a evangelização, mas em outras áreas da sociedade. Neste sentido,

Autoridade e o prestígio que o padre gozava entre os colonos italianos provinham, principalmente, do fato de ser ele o símbolo da fé, do progresso e da cultura. O padre, normalmente, era a pessoa que possuía maior estudo e, portanto, muitas vezes solicitavam a solução dos problemas não só espirituais, como também materiais (FOCHESATTO, 1976, p.31 apud MERLOTTI, 1979, p.80)

Indo ao encontro da reflexão proposta por Merlotti, verificamos que o prestígio e a autoridade que o padre possuía permitiram-lhe atuar em distintas áreas da sociedade como veremos a seguir.

Para além da “saúde espiritual” a saúde do “corpo” também foi um dos campos de atuação de padre Luizinho. Diante das dificuldades vivenciadas pelos imigrantes nas colônias, estudos já realizados especialmente o de Vendrame (2007) demonstram que estes possuíam muitas crenças e práticas religiosas muitas vezes contrárias à doutrina cristã e com as quais os padres tinham que lidar³⁸. Eram poucos os que possuíam conhecimentos médicos, especialmente no interior da colônia. Com o tempo, registra-se a presença de alguns médicos na região e mais especialmente no Núcleo Soturno. Em 1930, registra-se a construção de um hospital improvisado, no qual alguns médicos prestaram seus serviços. Na imagem a seguir verifica-se as instalações deste primeiro hospital.

³⁷ Sponchiado (1996, p 225-226) e Langone (2013, p.295-296).

³⁸ Não é objetivo deste trabalho discutir estas questões. No entanto, para título de conhecimento o trabalho supracitado é esclarecedor quanto a estas práticas. Merlotti (1979, p.53) e Sponchiado (1996, p.227-229) também abordam o tema.

Figura 12: Primeiro hospital de Nova Palma na Propriedade dos Tomasi, inaugurado aos 5.6.1931 e funcionou neste local até 31.12.1938.



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Hospital.

Em 1966, Pe. Luiz com a experiência adquirida ao trabalhar no Hospital de Caridade, em Santa Maria, inicia uma campanha para a obra de um novo hospital, mobilizando a população. Esta obra foi construída em mutirão com a participação da comunidade, e inaugurada aos 5 de novembro de 1977. Outra medida apoiada por ele e adotada pelo Município foi o Movimento Popular da Saúde, a partir de 1986 em que agentes de saúde comunitários, passaram a atender a população nos mais distantes confins do município.

Figura 13: Atual Hospital Nossa Senhora da Piedade de Nova Palma inaugurado aos 5.11.1977



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Elencamos a seguir algumas ações do Pe. Luiz Sponchiado no setor agrícola do Município de Nova Palma. Dentre as iniciativas do pároco junto com outras lideranças para melhorar a perspectiva agrícola do Município, cria-se em 1956 a Sociedade Agrícola e Pastoril Novapalmense – SAPAN, a qual é desativada em 1962. Nos anos 1960 encontramos sua ação na fundação da Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma, mais tarde chamada de Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL). E também na Cooperativa Mista Vila Cruz Ltda.

Uma explicação para progresso do cooperativismo agrícola neste período é o fato de que no cenário político nacional e internacional, segundo Lago (2013, p.29) imperava a “expansão do comunismo e o cooperativismo foi incorporado por correntes políticas, religiosas e sindicais como uma alternativa ao avanço deste sistema”.

Corroborar com esta explicação o que foi anotado no Livro Tombo nº 3fls 51 de Nova Palma, em agosto de 1961

Como em todo o país, também em nossa paróquia organizam-se listas com assinaturas contra a pretendida oficialização do Partido Comunista, ateu, materialista e opressor. As listas foram enviadas diretamente ao Sr. Presidente da República Jânio Quadros, o qual parece-nos está realizando uma política externa, se bem intencionada também perigosa, em relação ao comunismo. (Livro Tombo nº 3fls 51).

A Cooperativa³⁹ então, é criada como escopo de defender os interesses dos agricultores e associados na comercialização de seus produtos e na aquisição do que estes necessitassem, evitando a exploração a que estavam submetidos ao depender dos negociantes e evitando a expansão das idéias comunistas. Nas palavras de padre Luiz, para ele enquanto pároco, “a mim o que me orientou na caminhada é que o homem está bem quando está fisicamente bem, moralmente bem e espiritualmente bem, como um tripé de um banquinho que tem que ter equilíbrio” (SPONCHIADO, 2006 apud LAGO, 2013, p.30).

Com este intuito é que ele intervém nas mais distintas atividades da sociedade.

Diante destes fatos aqui destacados pode-se inferir que este pároco, a exemplo de muitos outros, procurou envolver-se em todos os setores da sociedade, não se restringindo ao seu ministério. Este era um homem da igreja, mas também um político, educador, médico da alma e do corpo, que usava de toda a sua autoridade e influencia para alcançar o desenvolvimento

³⁹ Sobre as transformações nas cooperativas agrícolas e a implicação destas mudanças na agricultura familiar, especialmente a CANMPAL, consultar SAQUET (2002).

local. Sua posição de liderança era reconhecida pelo povo e respeitada pelos mais distintos líderes, como bem relata Langone (2013, p.267)

De acordo com os costumes da comunidade novapalmense quanto aos empreendimentos de caráter público ou privado, o apoio do padre, tornava-se de fundamental importância para a perfeita receptividade junto à população. Apesar de reconhecer a indiscutível influência do Clero na colônia e os fatores positivos relacionados com a obediência dessa regra, eu a considerava como inibidora de algumas iniciativas importantes que poderiam ser concretizadas em favor de muitas carências existentes na localidade. Entretanto consciente da minha situação de forasteiro e para evitar “mal entendidos”, cumpria-me respeitar as tradições locais.

Fica claro para nós que qualquer empreendimento que fosse realizado na comunidade passava pela aprovação e depois empenho e parceria com o pároco. Reconhecida esta autoridade, observa-se que a participação do pároco era importante e decisiva em muitas ocasiões como temos procurado demonstrar.

Reconhecendo, como o próprio Langone afirmou, o apoio do padre para qualquer empreendimento e também sua autoridade diante do povo, não é incomum o fato de muitas famílias aproximarem-se do pároco. Esta ligação mais estreita vai sendo construída ao longo do tempo e pelas relações que são mantidas com o mesmo. Da mesma forma que há uma aproximação mais estreita com algumas pessoas, ocorre o inverso também, ou seja, há um afastamento de outras.

Compreendemos, neste contexto, que o padre Luiz, ao assumir a paróquia de Nova Palma, trouxe consigo as agitações em prol da emancipação, as discussões, as comissões, a participação. Criaram-se lideranças que nem sempre comungaram das mesmas ideias do padre mas nem por isso deixaram de ter expressividade na mesma proporção⁴⁰.

São estas questões que queremos observar com relação às duas famílias, Pippi e Pigatto, estabelecidas na quarta colônia e participantes de muitas destas atividades que o Pe. Luiz liderava.

Neste sentido, destacamos que desde a chegada do padre estas duas famílias já estavam inseridas na sociedade local. Tanto que se observarmos a própria comissão de emancipação é possível comprovar que ambas tem já suas relações políticas, que serão aprofundadas noutro capítulo. Para demonstrar destacamos que na referida comissão o 4º secretário era Angelo

⁴⁰ No trabalho desenvolvido pela historiadora Vendrame (2013) ela demonstra os conflitos existente entre párocos e alguns membros da comunidade, o que confirma que embora a autoridade fosse reconhecida, não significava concordância e submissão.

Antonio Pigatto e o 4º tesoureiro era Bruno Pippi. Já no momento da primeira administração destacamos a presença de Bruno Pippi e Peri Pigatto como vereadores.

Ao estudarmos as trajetórias dos integrantes destes dois grupos familiares verificamos que sua inserção se dá também noutras áreas.

2.1.2 O “Púlpito”: Entre Deus e os Homens

Como vimos apontando, a autoridade do Pe. Luiz como pároco era inconteste e as relações estabelecidas entre o mesmo e os representantes dos poderes locais lhe possibilitavam por um lado, que “controlasse” a comunidade, ou seus fiéis, sendo seu conselheiro, confidente e orientador. Por outro lado, ao ter reconhecida essa autoridade perante a comunidade pelas autoridades constituídas, tornou-se porta-voz, diante desse povo, de todas as mudanças e decisões tomadas, seja pelos membros da prefeitura, da delegacia de polícia ou mesmo das autoridades escolares. É, portanto, um duplo viés a ser observado, pois tanto o poder local se faz presente através do padre no município como um todo, quanto para o povo este pároco era tido como o interlocutor entre eles e esses poderes.

Há de se observar que esta influência não se restringe à comunidade, mas a sobrepõe. Exemplos deste reconhecimento encontra-se na correspondência endereçada ao pároco pela Madre Rosália Maria, da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, de Silveira Martins, datada de 16 de julho de 1963 que diz o seguinte

Ciente da influência que V. Revma. goza em nossa congregação, e do bem que a nós tem prestado, aproveito-me mais uma vez, dessa pronta atenção em aceitar, se fosse em época possível, pregar o Santo Retiro as irmãs nas férias de fim de ano [...]

Aguardando vossa resposta em breve, prometo as orações de toda a comunidade em vosso favor e prol de vosso apostolado (MADRE Rosália Maria. Correspondência, Silveira Martins, 16/07/1963, CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz).

Para além desses pedidos e relacionado especificamente ao poder local, destacamos quatro modalidades de solicitações endereçadas ao padre para que, no uso de suas atribuições de pároco, comunicasse à população:

- 1º Solicitações do escritório municipal da Emater, em Nova Palma;
- 2º Necessidade de um Sargento de trânsito;
- 3º Comunicações do Delegado de serviço militar;
- 4º Comunicações dos diversos setores da prefeitura;

Neste contexto o púlpito torna-se um espaço privilegiado onde a população recebe as mais diversas informações e o Pe. Luiz um autêntico porta-voz dos poderes estabelecidos, em nível local. Então para ter acesso aos avisos tanto da segurança local, quanto da prefeitura era necessário participar das celebrações, o que em última instância nos permite concluir que era necessário ser católico praticante.

A extencionista rural da Emater aos 8 de junho de 1984 solicita a colaboração do pároco para a divulgação de uma palestra sobre os agrotóxicos e os perigos que eles causam à saúde. No mesmo documento há o aviso que após a palestra serão entregues os boletins dos alunos da Escola Tiradentes. (Anexo A)

Sua relação com o delegado, ou seja com a polícia local e regional é bem estreita como se pode constatar em dois ofícios expedidos, ambos com data de 12 de novembro de 1968. Nestes documentos fica expresso que a colaboração existe entre “a igreja e a delegacia”. Assim como há na sociedade um consenso de que o poder exercido pelo padre através da religião não pode ser ignorado, pois é um dos meios mais eficazes em alguns momentos, para atingir a população. Isso fica claro neste documento quando o delegado diz “Na certeza de sermos atendidos na nossa pretensão antecipadamente agradecemos, e colhemos a oportunidade para apresentar a V Revm^a os nossos protestos de apreço e distinguida consideração”. (DELEGADO Militar, Ofício nº 199/68, CPG, Sala de Documentação, Caixa Prefeitura)

O respeito e reconhecimento da autoridade do padre se deveu muito ao empenho dos padres Palotinos na região, pois é deles o trabalho de doutrinação, baseado no lema “ora et labora” que objetivava em suma, “formar indivíduos honestos, ordeiros, laboriosos, religiosos e que ocupassem seu tempo exclusivamente com a oração e o trabalho” (MARIN, 1999, p.76). Cabe salientar que, embora houvesse o reconhecimento desta autoridade, isso nem sempre significou a partilha de interesses, ideias e ações.

Nos documentos acima mencionados, havia um de Augusto Izídio dos Santos (Ver anexo B), delegado do serviço militar que convocava os jovens em idade de servir à pátria para comparecer ao treinamento, assim como os reservistas de 1^a e 2^a categorias para se apresentarem. Deste também o Padre deu conta, no púlpito.

Nos anos de 1964 e 1966 identificam-se dois ofícios endereçados ao padre do então delegado de polícia, Luiz Fernando Nunes Messias. O primeiro devido ao período eleitoral, com data de 6 de maio de 1964, solicita que o padre torne pública a portaria “que proíbe a venda de bebidas alcoólicas no período eletivo que se levará a efeito no dia 10 do mês em curso, neste município” (DELEGADO Polícia, Comunicado, CPG, Sala de Documentação, Caixa Prefeitura).

Já o documento datado de 24 de janeiro 1966 (DELEGADO Polícia, Ofício nº 02/66, CPG, Sala de Documentação, Caixa Prefeitura), também tem o objetivo de tornar pública a portaria que proíbe os negociantes locais de vender bebidas alcoólicas principalmente a cinco indivíduos que estando embriagados, solicitem estas bebidas. (Consultar anexos C e D)

No que tange aos documentos da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual, são quatro documentos e destes, dois são solicitações e dois são avisos.

A primeira solicitação datada de 9 agosto de 1967, do Inspetor veterinário de Júlio de Castilhos, senhor Silvio Ribas, pede que o padre esclareça aos colonos sobre a necessidade e a finalidade da campanha da febre aftosa.

A segunda refere-se à solicitação para a cedência do pátio do salão paroquial para o desenvolvimento de atividades da Secretaria de Saúde, com data de 7 de julho de 1944.

Os outros se referem a avisos que o prefeito encaminha para a comunidade. Um deles refere-se especificamente aos moradores do meio rural, para que procedam à limpeza de suas propriedades nas margens das estradas.

O último dos documentos aqui analisados refere-se ao horário de atendimento e divulgação do acervo da biblioteca pública municipal. Com o intuito de informar toda a comunidade sobre a disponibilidade cultural, o então prefeito municipal Valternei Ceolin, encaminha o referido ofício datado de 26 de abril de 1994.

Ao observar estes documentos constatamos que, embora Biasoli (2005) restrinja sua pesquisa no período 1870-1920, é válido para as décadas posteriores, especialmente no caso aqui estudado, afirmar que

A religião não apenas possibilitava “consolo espiritual” [...] mas construía núcleos de vida social, em torno dos quais gravitavam as atividades econômicas, sociais e culturais dos imigrantes. Havia os batismos, os casamentos, os enterros – todos esses passos da vida e da morte devidamente sacralizados -, como também acontecia o comércio e a difusão de valores que possibilitavam a disciplina e o trabalho na lavoura, a constituição das famílias e das gentes ordeiras, capazes de suportar a rotina da roça e as privações da vida rural (BIASOLI, 2005, p. 118).

Pode-se inferir a partir do exposto que o padre Luiz, através do seu púlpito, tinha acesso a tudo o que acontecia na sociedade e, a todas as decisões que eram tomadas pelos poderes locais; Mas, mais que isto, ele era o responsável por apoiar e transmitir isto à comunidade, o que lhe permitia ter um controle efetivo, no nível espiritual, social, econômico, educacional, político e cultural desta população, era do alto do púlpito.

Com esta atuação o referido sacerdote transformou a paróquia de Nova Palma num “modelo” de fé e religiosidade, a ser seguido pelas demais paróquias da Diocese. Por isso, segundo o Padre Luiz, era considerada a “pérola” dentre as paróquias pelo Bispo Dom Ivo Loscheister. Exatamente por garantir a “pérola” das paróquias ao reconstruir a identidade italiana, que em outubro de 1974, o referido Bispo o incumbiu de coordenar as comemorações do centenário da imigração italiana na quarta colônia, reforçando assim a identidade e a memória de toda a antiga região colonial pela mão da Igreja.

Reforça esta análise as palavras do Monsenhor Humberto Busato, contemporâneo de Padre Luiz e pároco em Ivorá, quando diz “um sacerdote virtuoso faz mais numa paróquia para a ordem social do que todas as leis dos magistrados e as armas dos soldados” (BUSATO, 1920, apud MARIN, 1999, p.88). Ou seja, diante destas palavras e dos documentos analisados, pode-se apreender que esta era a prática que movia este sacerdote.

Refletindo um pouco sobre a representatividade assumida/conferida pelo/ao Padre Luiz diante desta sociedade e, em todos os seus níveis, pode-se afirmar que ele é o indivíduo autorizado a falar para/em nome da comunidade, ele tem o poder simbólico, a autoridade reconhecida pelo grupo. Nas palavras de Bourdieu (1996, p.82-83)

O mistério da magia performativa resolve-se assim no mistério do ministério [...], isto é, na alquimia da representação (nos diferentes sentidos do termo) através da qual o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, como um único homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e agir em nome do grupo, de se tomar pelo grupo que ele encarna, de se identificar com a função a qual ele se entrega de corpo e alma, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído.

A construção da trajetória do Pe. Luiz Sponchiado, neste sentido, ia além das suas funções de prelado. Como observamos ao longo dos itens anteriores o padre Luiz, investido de sua autoridade de pároco desenvolveu um prestígio e um respeito na comunidade que lhe possibilitava ser um empreendedor local, um protagonista em todos os níveis.

Pensando nas representações que os grupos ou indivíduos mantêm com o mundo social, segundo Chartier (2002, p.169) “as formas institucionalizadas através das quais “representantes” encarnam de modo visível, “presentificam”, a coerência de uma comunidade,

a força de uma identidade, ou a permanência de um poder”, podemos dizer que o padre exerce de fato o papel de representante na/para a sua comunidade.

Assim, a sua redes de relações, as alianças em torno de projetos comuns o tornavam conhecido e respeitado. Isto se evidencia de duas maneiras: a primeira através das homenagens recebidas e do poder concentrado, ou seja, durante todo o tempo que atuou como pároco e mesmo depois sempre teve acesso a tudo o que se passava, seja na prefeitura, na delegacia, na igreja, na escola e assim por diante. O reconhecimento a este trabalho se dava através das homenagens que lhe eram prestadas por diferentes setores da sociedade.

Quanto às homenagens recebidas pelo Pe. Luiz ao longo de sua trajetória de vida, destacamos:

- “Cidadão Nova Palmense”, dado pela Câmara Municipal de vereadores de Nova Palma em 9/8/1980;
- Diploma de Honra ao Mérito Especial, ofertado pela Sociedade Italiana *Massolin de Fiori*, a 16/12/1994;
- “Comunicador do Ano” – Prêmio Landell de Moura doado pela Diocese de Santa Maria a 5/5/1997;
- “Comenda do Mérito Cultural”, ofertada pelo Ministério da Cultura do Brasil e recebido das mãos do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso em 7/11/2000;
- Sócio Fundador Honorário do *Circolo Veneto di Nova Palma*, recebido em 25/7/2002;
- “*Cavaliere Italiano*”, doado pelo Presidente de República Italiana, a 27/12/2002;
- Diploma *D’Onore*, ofertado pela Sociedade Italiana de Faxinal do Soturno, a 31/05/2003;
- Premio de “*Distinzione*”, doado pela Comunidade Italiana de Porto Alegre a 12/08/2003;
- Menção Honrosa, doado pelo município de Frederico Westphalen, a 28/02/2005;
- “Cidadão Silveirense”, ofertado pela Câmara Municipal de Vereadores de Silveira Martins, em 7/11/2005.

Figura 14: Padre Luiz Sponchiado recebendo o título de Comendador da República, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa CPG.

Quanto ao exercício do poder do Pe. Luiz, ele pode ser aquilatado através de documentos que lhe são enviados, por exemplo por alguns deputados dando satisfações sobre as verbas aplicadas na comunidade; aviso das obras realizadas pela prefeitura; relatórios anuais da prefeitura; projetos de lei encaminhados à Câmara de vereadores. Este poder aparece como uma via de duas mãos exercido por ambas as partes, pois padre Luiz também solicita auxílios para a população tanto à Prefeitura quanto à Câmara de Vereadores. A correspondência recebida do Deputado Hugo Mardini é um exemplo do que apontamos.

Porto Alegre, 23 de agosto de 1971.

Ilustre amigo

Reverendo Padre Luiz Sponchiado

NOVA PALMA – RS

Para conhecimento do prezado amigo, tenho a grata satisfação de passar às suas mãos, com esta, cópia do demonstrativo dos auxílios que destinei de minha verba pessoal do plano de Auxílios e Subvenções, do corrente exercício, a algumas entidades desse município.

Aproveitando esta oportunidade, envio meus cumprimentos e um

apertado Abraço

Deputado Hugo Mardini

(MARDINI Hugo, Correspondência, Porto Alegre: 23/08/1971, CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz)

Ou seja, há um reconhecimento deste poder do sacerdote que ultrapassa a comunidade em sí. Queremos dizer que, sendo ele o porta-voz da e para a comunidade, o é para além dela e para quem a ela quisesse chegar. Assim, para acessar o eleitorado era importante sustentar um bom relacionamento com o pároco.

Outro exemplo em nível local e que demonstra a relação próxima entre o Pe. Luiz e a Prefeitura é o seguinte:

Nova Palma, 5 de outubro de 1990.

Pe. Luiz,

Alegra-me comunicar a v. reverendíssima que a nossa Administração Municipal já realizou as obras de instalações elétricas da caverna e monumento de Nossa Senhora de Fátima. Lá foram feitas as instalações na copa/cozinha, colocados postes de concreto com luminárias, tomadas de luz e holofotes para iluminação da imagem de Fátima.

Assim, aquele local de convergência de fieis e que se construiu num apreciável ponto turístico acaba de receber uma considerável melhoria pública em atenção ao pedido da comunidade de Pinhalzinho – Linha Onze e Linha Doze.

Saudações.

Joel Pereira Rodrigues

Prefeito Municipal

(RODRIGUES Joel Pereira, Nova Palma: 05/10/1990, CPG, Sala de Documentação, Caixa Prefeitura)

Para demonstrar que este prestígio se estende a todas as áreas os próximos três documentos são fundamentais já que o primeiro se refere à relação com a ordem local, o segundo ao acesso à educação e o último à cultura. Assim, manter a ordem e a paz da comunidade era tarefa do delegado, mas ele era auxiliado nesta tarefa pelo nosso pároco. É o que nos revela o documento reservado, endereçado ao Delegado e escrito por padre Luiz, onde encontramos a seguinte informação:

Sr.Delegado

Pessoas responsáveis junto à nossa comunidade, nos apresentam sérias restrições, quanto a pessoas que vieram de fora – (Faxinal, Vila Ceolin, etc.), homiziando-se em “barracos” de propriedade do Sr. Nilo Secretti, no “Bairro Barracão”, de nossa cidade.

Homens trabalham na Oficina de Nilo Secretti, e outro, alhures. Mas em seu “aluguel”, contam-nos amontoados, há serias restrições [pois] reúnem menores com comidas, beberagens, e, ...prostituição, com até 4 ou 5 mulheres, que alí se reúnem em finais de semana. [Está] havendo revolta na vizinhança. Havendo, em dias passados gritarias na rua, que parecem ter serenado, com passagem da polícia pelo local.

Pedem providencias o que também, se assim se apresenta o caso, peço.

Atenciosamente. NOVA PALMA, aos 14.12.1994.

(SPONCHIADO, Luiz.Correspondência, Nova Palma:14/12/1994. CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz)

O envolvimento com a educação também fica evidenciado no documento abaixo, enviado pelo Pe. Luiz:

Sr. Secretário Municipal da Educação
PREFEITURA MUNICIPAL
NESTA.

- Rogo, tendo visto de “visu” a necessidade, que seja fornecido UM ABRIGO DO UNIFORME, à aluna da Escola Tiradentes, que frequenta a sétima série deste estabelecimento: ROSENILDA DA SILVA, filha de Tereza da Lurdes da Silva, senhora pobre residente no Rincão Santo Inácio, deste Município. Adolescente de 15 anos de idade, sente-se inferiorizada junto aos colegas, o que poderia fazê-la na continuidade, tão desejada, dos estudos..

-Nova Palma, aos 11.3.1996.

Padre Luiz Sponchiado - Pároco. (SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, Nova Palma: 11/03/1996. CPG, Sala de Documentação, Caixa Prefeitura)

Ressaltamos que o Padre deu andamento aos pedidos e conseguiu resolvê-los.

No âmbito cultural destacamos as relações de Pe. Luiz com o historiador Barbosa Lessa. Embora de um outro âmbito é um documento que atesta as relações do sacerdote com distintos intelectuais sul-rio-grandenses que lhe têm, também, em alta conta, como se pode deduzir desta carta:

Porto Alegre, 31 de março 1985
Prezado amigo Pe. Sponchiado

Tenho a satisfação de informar que já deve estar nas livrarias meu livro “NATIVISMO” o mais recente lançamento de Editora L&PM.

O tema é muito atual. Faz um retrospecto do movimento tradicionalista gaúcho, desde os primeiríssimos tempos, até os dias de hoje. Com o fenômeno dos 800 Centros de Tradições gaúchas, o campeão de discos Borghettinho, os festivais de músicas nativas, os jovens vestindo bombachas, por ai a fora. Qual a razão de tudo isso? E agora? O que acontecerá daqui para a frente?

Como assuntos dessa natureza te interessam, apressei-me em dar este alô.

Depois eu gostaria muito de saber se tua maneira de ver o fenômeno nativista coincide com a minha.

Um abraço do
Barbosa Lessa

(LESSA, Barbosa. Correspondência, Porto Alegre: 31/03/1985. CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz)

Com estes exemplos pode-se observar que as relações com o poder e mais, o prestígio construído pelo Pe. Luiz Sponchiado perpassou todos os setores da sociedade ocorrendo tanto em relação à sua aprovação e seu conhecimento do que se passava quanto para interceder por alguma causa ou por alguém. É possível afirmar, portanto, que o Padre Luiz Sponchiado construiu uma trajetória política, intelectual e cultural reconhecida e respeitada não só

localmente, mas regionalmente. Nos parece, entretanto, que há ainda um outro lugar especial na vida do Pe. Luiz que ele constrói e que também o constrói como um importante personagem na história da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: é o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG). Lugar de memória da imigração construído pelo sacerdote, este projeto inclui a história de muitos imigrantes e coloca nas mãos do prelado um pouco da vida particular de cada um destes homens e mulheres.

2.2 CPG: Centro de Memória Oficial da Imigração Italiana na Quarta Colônia

Valeu, e, muito, nesse ponto, o velho dito: “SE IL NONNO NON RACCONTA AI NIPOTI, SE ROMPE IL FILO” – Se o avô não conta aos netos, rompe-se o fio. E família sem história, está fadada a desaparecer. Tamanha a importância da genealogia e da cultura, a par do pão e da religiosidade, os 3 Suportes, que bem equilibrados, realizam o Indivíduo, o Lar, a Comunidade e a Nação, nesta vida e na futura (SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, São Paulo. 25/09/2003, CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz. p.2)

A partir dos documentos arranjados, dos livros de genealogia e de outros elementos como “roupas dos antepassados, panelas, fotografias, cartas, baús, ou seja, objetos que possuem valor sagrado para os que com ele se relacionam e que se tornam símbolos de pertencimento guardados com muito esmero” (ZANINI, 2006, p.72), os descendentes constroem uma memória e reivindicam para si uma identidade, valorizando-se como indivíduos ou como grupo com características particulares permitidas pela ancestralidade italiana.

O ato de recordar é trazer para presente fragmentos do passado em uma lógica construída pelo sujeito que recorda. O que esquecemos, não recordamos. A memória rouba ao esquecimento às experiências passadas. Por isso, se evidencia a necessidade de manter vestígios do passado para reelaborar esta memória. Nesse sentido, segundo Santin e Isaia (1990) é no passado que encontramos estratos essenciais de nossa identidade seja ela grupal ou individual. Esta busca das raízes está atrelada, ainda, a uma exigência natural do dinamismo da vida, onde este retorno garante a identidade do indivíduo e/ou do grupo. É em seu passado, que o Pe. Luiz buscou primeiramente sua identificação, segundo ele mesmo nos relata: “assim nos contava o NONNO LUIGI, sagaz contador de ‘histórias e estória’, nas longas noites hibernais [invernais], junto aos fogachos que preparavam a vaporização da “garrapa”, para se tornar açúcar mascavo”. (SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, São Paulo. 25/09/2003, CPG, Sala de Documentação, Caixa Padre Luiz. p.2)

É partindo destas memórias particulares, que padre Luiz, a partir da década de 1950, trabalha em suas pesquisas. Com a organização das comemorações do centenário amplia a pesquisa a todos os imigrantes e descendentes de italianos da Ex- Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins.

Embora suas pesquisas tenham iniciado bem antes da concretização desta obra, a efetiva disponibilização para o público ocorreu somente em 6 de junho de 1984, no centenário da criação do Núcleo Soturno (hoje Nova Palma). Através de suas pesquisas nos arquivos paroquiais de várias dioceses do Estado, no Arquivo Histórico Nacional, no Arquivo Público em Porto Alegre, das entrevistas e visitas às famílias, da coleta de documentos antigos, fotografias e objetos. As famílias colaboravam indo até a casa paroquial, quando Pe. Luiz ainda era pároco em Nova Palma, e posteriormente, em seu escritório no Centro de Pesquisas Genealógicas. Assim, ele foi construindo a partir de 1973, um acervo que atualmente conta com 1850 sobrenomes italianos, catalogados em 75 livros de Genealogia.

A organização do acervo foi arranjada da seguinte forma:

- A) **Genealogia:** É composta atualmente de 75 livros, apresenta registro dos dados das famílias, que possuem as seguintes informações: datas, locais de nascimento, dados do casamento, batismo, datas de saída da Itália, de chegada no Brasil e o lugar de chegada, entre outros.

Figura 15: Padre Luiz Sponchiado na Sala de Genealogia do Centro de Pesquisas Genealógicas



Fonte: REBELATTO, Franciele. In: AFAPMNP

B) **Cronologia:** Esta documentação constitui-se de blocos de papel (rústicos) datilografados, que possuem dados desde o século XVI até o século XX, pesquisados pelo Padre. A partir de 1870, esses documentos estão dispostos por ano, meses e dias, o que somam aproximadamente um total de 52.850 páginas. Neste material o padre anotou os acontecimentos históricos regionais, nacionais e internacionais priorizando as informações locais sobre as famílias pertencentes à Quarta Colônia, como por exemplo, os batizados, casamentos e óbitos. Estes dados são transcritos para a genealogia. Também, a partir dos anos 60, do século XX, há os registros diários e cotidianos da vida pessoal de Pe. Luiz Sponchiado.

Esta documentação que chamamos de cronologia é um suporte para a genealogia, além de ser uma espécie de diário do Padre Luiz pois anotava também nesta ficha as atividades que ele desenvolvia como pesquisador e como pároco.

Figura 16: Padre Luiz Sponchiado na Sala da Cronologia do Centro de Pesquisas Genealógicas



Fonte: REBELATTO, Franciele. In: AFAPMNP

C) **Caixas de famílias:** também denominadas caixas de documentação são compostas de correspondências que o padre recebia, de cartas que imigrantes e seus familiares trocavam com parentes da Itália; de documentos das famílias dentre os quais podemos citar: passaportes, certidões, escrituras de terras, entre outros do município de Nova Palma, da região e de outros municípios do Estado. Além disso, existem fotografias de época e alguns álbuns de família mais recentes além de, histórias de famílias feitas pelo sacerdote por ocasião das festas familiares.

Figura 17: Sala denominada de Documentação das Famílias



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

D) **Fitas cassete e de vídeo** são compostas de histórias de vida, de leituras que o Padre Luiz realizava dos documentos que pesquisava em arquivos (exemplo: Arquivo Histórico do RS, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro), bem como os registros de festas, celebrações vinculadas à Igreja e de eventos nos quais o padre participava, como em locais históricos e outros. Catalogadas e identificadas pelas seguintes temáticas e cores:

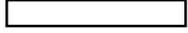
- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Fitas Sponchiado |  |
| 2) Fitas Igreja Específica |  |
| 3) Fitas Homenagens e Romarias |  |
| 4) Fitas Igreja |  |
| 5) Fitas Pesquisas |  |
| 6) Fitas CPG |  |

Figura 18: Fitas cassete e de vídeo



Fonte: Arquivo pessoal da autora

E) **Biblioteca:** é composta de livros, revistas, monografias, teses, jornais que tratam especialmente sobre a imigração, bem como de material de história da Igreja, história do Brasil e do RS e história Geral. Também compõe-se de fontes primárias das capelas da paróquia, assim como documentação de empresas e escolas da região.

Figura 19: Padre Luiz Sponchiado na Biblioteca do Centro de Pesquisas Genealógicas.



Fonte: REBELATTO, Franciele. In: AFAPMNP

Também compõe este acervo as pesquisas genealógicas realizadas pelas famílias.

F) **Mapoteca:** Composta de um grande número de mapas e plantas dos municípios e da colônia de Silveira Martins.

Este conjunto documental organizado no CPG, confere a este Centro o status de lugar de memória da Imigração Italiana da Quarta Colônia Imperial. Neste sentido, os

[...] lugares de memória são essencialmente meios, meio de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios, e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea, como queria Hallbwachs. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente (AREVALO, 2007, p.11).

Queremos dizer que o CPG é um lugar de memória da Imigração Italiana, porém mais que isso, percebemos que ele já é história, pois foi construído a partir de uma intenção do Padre Luiz que, compreendendo o seu caráter eletivo, o sacralizou em um discurso. Nas palavras de Farge (2009, p.11) o “arquivo supõe o arquivista; uma mão que coleciona e classifica”.

Esta conjunto compõe o discurso oficial da memória da imigração italiana na quarta colônia. Nas palavras de Certeau (1982, p.81)

Colecionar, durante muito tempo, é fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar... E com os produtos que multiplica, o colecionador se toma um ator na cadeia de uma história por fazer (ou por refazer), de acordo com novas pertinências intelectuais e sociais. Desta maneira, a coleção, produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma "máquina gigantesca" (Pierre Chaunu) a qual tornará possível uma outra história.

Na compreensão de Zanini (2006, p.23) a memória é “como uma ligação entre o eu e o mundo no qual as experiências significativas tomam lugar. Rememorar é um dialogar, um invocar, um ato de encontro tanto social quanto consigo mesmo”.

A continuidade no tempo e o reconhecimento tanto político quanto social, buscado por grupos sociais distintos, são sinais visíveis da existência de um patrimônio. Sendo assim, o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma é também um patrimônio cultural da região, além de ser um local de memória e de história.

É necessária a identificação da comunidade com este bem, de modo que se torne uma marca, um referencial que conta sua história [...], o patrimônio é inventado

e reinventado de maneira que existe um aspecto político na seleção daquilo que as comunidades consideram - ou não - sua herança cultural (SOARES; KLAMT, 2008, p.7).

Neste ponto observa-se a importância que adquire o patrimônio como materialização de uma identidade.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural, significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso a disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público (GONÇALVES, 2002, p.121-122).

Estudar o patrimônio implica, portanto, em entender como os distintos grupos se apropriam dele para construir uma memória e uma identidade coletiva. “Não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais as forças sociais agem (...), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio” (MENESES, 2006, p.37).

2.3 Um Olhar Micro: As Famílias Entram em Cena

Como já dizia Nora, os lugares de memória, só o são como tal se “a imaginação o investe de sua aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual” (NORA, 1993, p.21).

O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, é um local de memória mas as caixas de documentação que o compõem trazem este simbolismo memorial com mais clareza, pois a memória insere os indivíduos “em cadeias de filiação identitária distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros” (CATROGA, 2001, p.50). Isto nos leva a dizer que a identidade é uma construção social e que na modernidade é a família o elo que possibilita a identificação, a diferenciação e a transmissão dessa memória.

Padre Luiz Sponchiado como pároco de Nova Palma, e na sua condição de líder espiritual foi conquistando a confiança de todos o que lhe possibilitou uma proximidade tal com as famílias que aos poucos elas lhe confiavam também suas memórias e suas histórias. Ao compreender que as histórias de família são legados que permitem a construção de uma memória que se transmite e se partilha, o Pe. Luiz assumiu com seus paroquianos a responsabilidade pela história e pela genealogia familiar dos indivíduos com quem conversava e, ao mesmo tempo partilhava com eles os seus conhecimentos sobre o processo imigratório e o estabelecimento das famílias na região.

Com isso, as famílias sentiam-se valorizadas e disponibilizavam os seus documentos familiares para o padre “guardar”. Muitos documentos originais foram doados ao CPG, outros foram copiados. Dentre os documentos destacamos: passaportes; certidões de nascimento, casamento e óbito; fotografias; históricos familiares; recortes de jornais; pesquisas realizadas; entrevistas; lembranças de óbito, de missas, de primeira eucaristia; convites de casamento, de formatura; cartões postais; escrituras de terra, impostos territoriais; mapas de colônias de terras e cartas trocadas com pesquisadores.

Alguns exemplos desta documentação são as fotografias:

Figura 20: Família de Ângelo Aléssio outro pioneiro da colonização de Soturno casado com Luigia Lago em Cittadella – Província de Padova



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Aléssio.

Figura 21: Domenico Pigatto e seus sete filhos residentes na Itália. Fotografada por ocasião da visita de Luigi, residente no Brasil (em Nova Palma – RS) a seu irmão em Bassano Del Grappa – Treviso – Itália.



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Pigatto.

Figura 22: Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália no ano de 1873. Certidão de nascimento de Giovanni Piovesan da Itália no ano de 1873.

p.zza roma, 2
cap. 31055
c.f. 80008290266
p. iva 01253020265



**COMUNE DI
QUINTO DI TREVISO**
PROVINCIA DI TREVISO

Gen: 3.53

Servizi Demografici:
tel. 0422-472329
fax 0422-472381
Centralino:
tel. 0422-472311
fax 0422-472380

CERTIFICATO DI NASCITA
L'UFFICIALE DELLO STATO CIVILE

Visto il registro degli atti di nascita per l'anno 1873
atto n. 00051 1873

C E R T I F I C A

che **PIOVESAN GIOVANNI**
Paternita': **PIOVESAN GIUSEPPE**
Maternita': **PARISOTTO ANTONIA**
E' NATO a **QUINTO DI TREVISO (TV)**
il **24-04-1873**

Si rilascia ai sensi Art. 3 D.P.R. 2-5-1957 N.432
Esente da bollo ai sensi art.7 c. 5, legge 29-12-1990,n.405



Prof. Osvaldo Dal Lago
Agente Consolare d'Italia a Santos
RS, Brasile.

Rilasciato in Esente
Uso : AMMINISTRATIVO
Diritti : n. 5517

Data : 04-10-2007
Ora : 08:37

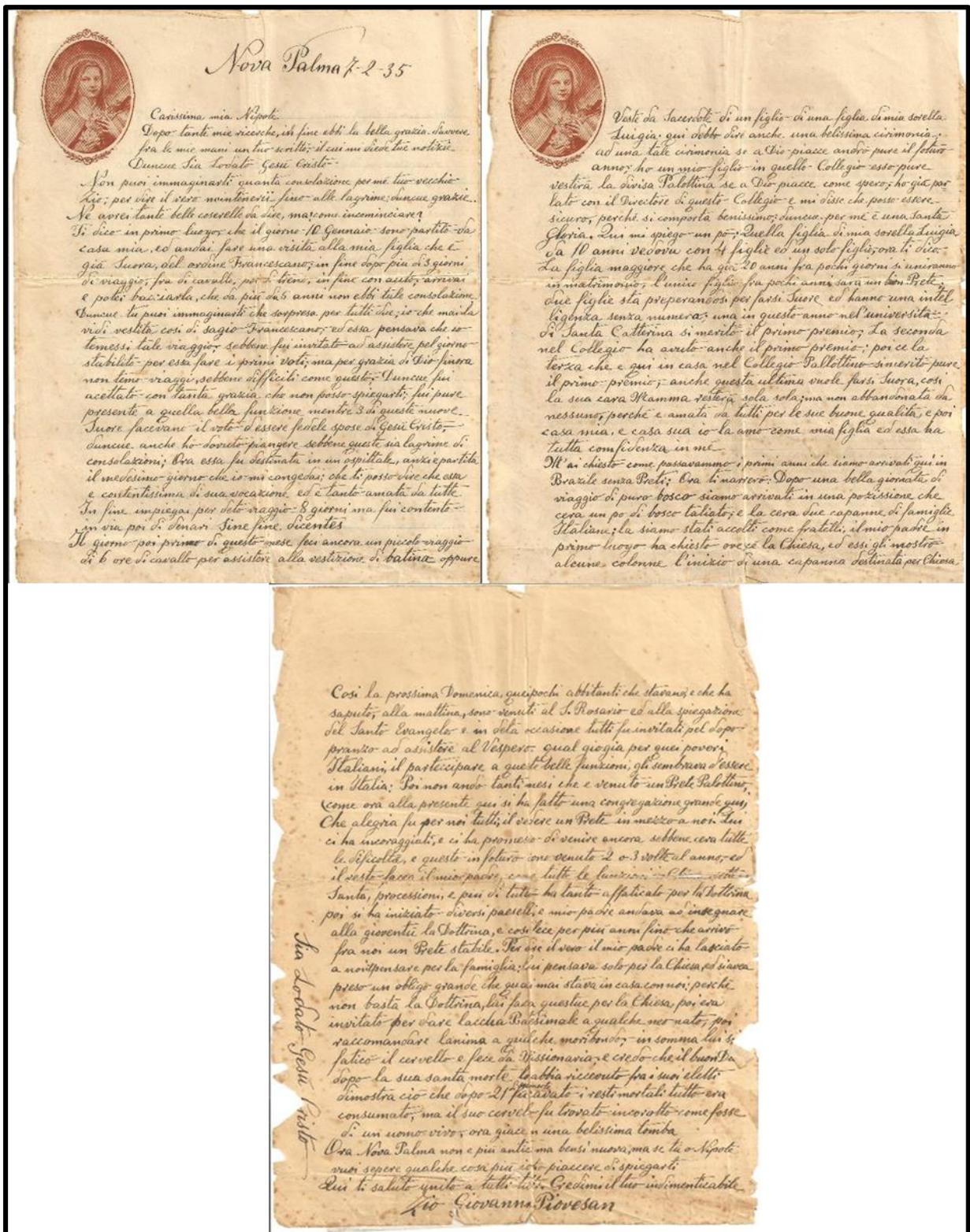


L'UFFICIALE DI STATO CIVILE
L' ORDINE DEL SINDACO
Il Funzionario incaricato
Dott. ...

Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Piovesan.

Correspondências de época:

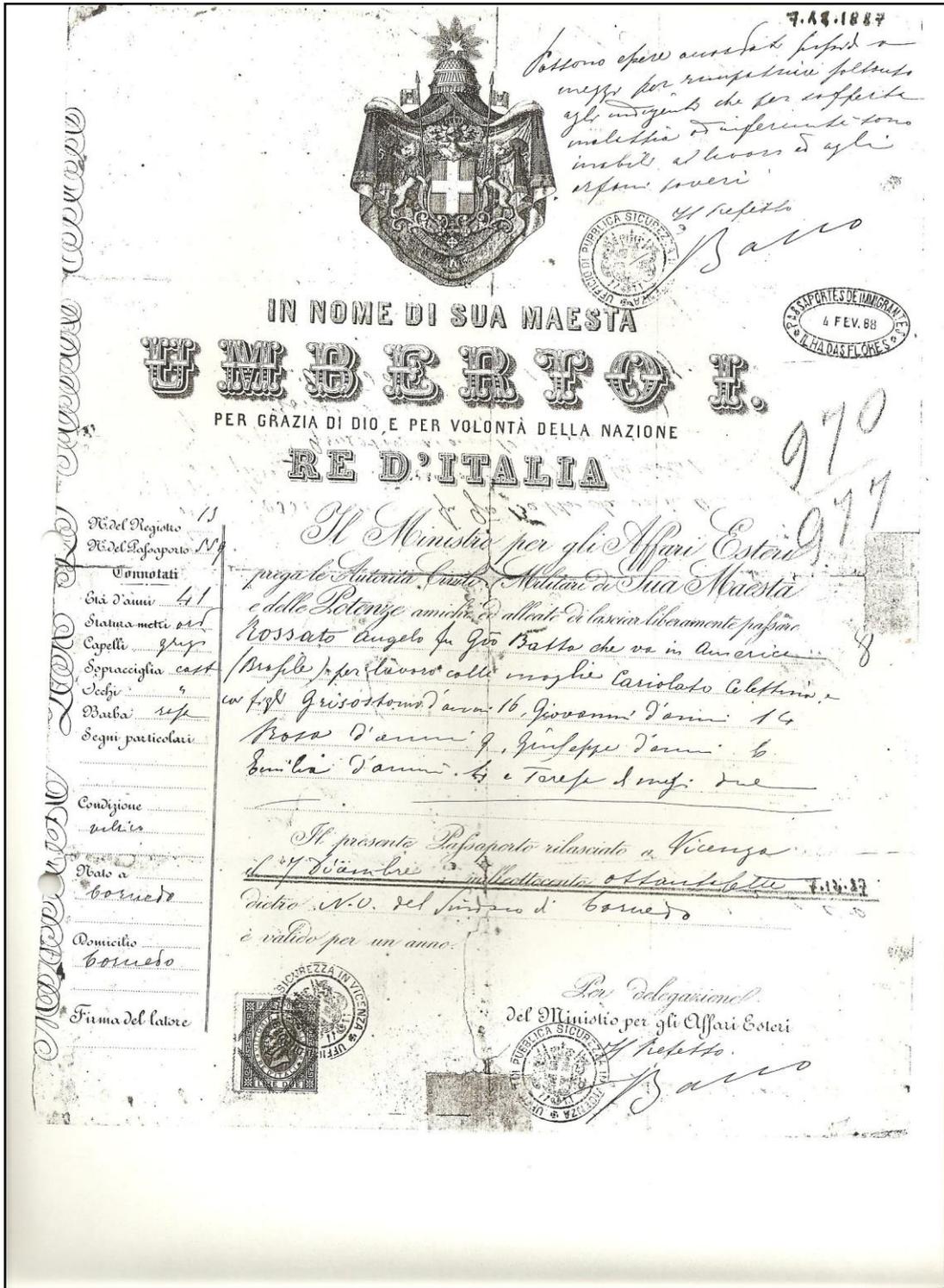
Figura 23: Carta escrita por Giovanni Piovesan a sua sobrinha que ficou na Itália em Santa Cristina de Treviso, Gasparina Tosatto. (7.2.1935)



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Piovesan.

Passaportes:

Figura 24: Passaporte Italiano de Ângelo Rossato, imigrado de Vicenza – Itália aos 7.12.1887



Fonte: Arquivo CPG, Sala da Documentação, Caixa Rossato.

De fato, as festas familiares, os ritos e símbolos como a fotografia e os papéis de família fazem parte das heranças que são fundamentais para a criação do sentimento de pertença. Este por sua vez, permite a cada um se reconhecer nessa genealogia.

São portanto estas caixas de família que, juntamente com a genealogia despertam o sentimento de identidade nos descendentes que visitam o centro de pesquisas, mas é preciso compreender o caráter seletivo da memória a sua ação política de selecionar o que irá configurar o campo do memorável. São 1850 sobrenomes italianos catalogados no acervo e, como um sobrenome pode ter várias caixinhas de acordo com a quantidade de documentação, estas caixas somam aproximadamente 2000 unidades.

Para as famílias Pippi e Pigatto, objeto de nossa pesquisa, também foram feitas estas caixinhas.

Na caixa referente à família Pippi encontra-se pouca documentação. São em torno de 70 documentos que relacionamos da seguinte forma: atestados, certificados de compra e venda (C/V) de terras, certificado eleitoral, recortes de jornais, lembranças, Escritos: que são o resultado de pesquisas em arquivos, jornais, entrevistas, depoimentos feitos por Padre Luiz sobre a referida família, documentos de nascimentos, casamentos, óbitos e notas.

O que intriga, à primeira vista, é que levando em consideração somente o que estas caixinhas nos mostram, sem nenhuma dúvida diremos que a família Pippi não tinha nenhuma expressão política e econômica na sociedade colonial. No entanto, consultando outras fontes e mesmo estudando um pouco mais atentamente a história da região identificamos que esta família tem muita expressão econômica e, para citarmos apenas um exemplo, destacamos a figura de Próspero Pippi comerciante em Silveira Martins. Assim, a documentação arquivada no CPG não possibilita a completa visualização desta trajetória e sim fragmentos.

Então por que isto não está explícito no local que concentra a memória da imigração na região? Bem para responder esta inquietação precisamos mergulhar na questão da memória constituída e, que ela é seletiva. Então compreender o papel do padre como selecionador do que será arquivado representará, através do acervo do CPG, a história desta família. Isto é representativo, também, dos embates de memória, de autoria no processo de construção da memória familiar entre o padre e a família Pippi. É importante considerar como as diferenças políticas, as redes parentais e relacionais, por exemplo, podem produzir diferenças nas estratégias de conservação do passado comunitário. Ponto este que investigaremos no quarto capítulo desta tese.

No entanto, ao rastrear a trajetória desta família mais detalhadamente tivemos acesso a uma outra documentação particular pertencente à senhora Maria Neli Donatto Pippi. Esta documentação que é muito rica e, está organizada em pastas por casal desde os primeiros imigrantes até as gerações sucessivas. Há também outras pastas temáticas. Inclui-se neste arquivo outros sobrenomes dos quais são oriundas as esposas, como por exemplo Moretto e

Giacomello. Ressalta-se que, em todas as pastas, exceto as temáticas, as mesmas iniciam com a genealogia da família que é uma forma de situá-los no tempo e no espaço e, depois vem a documentação referente àquele ramo específico. Para este estudo, nos detivemos na análise das pastas específicas da família Pippi as quais descrevemos a seguir:

Pasta II A- Bruno Pippi e Mafalda Casarotto (Este é o sogro da detentora do arquivo);

Pasta III A- José Pippi e Júlia Copetti;

Pasta III D- Amâncio Pippi e Pasqualina Giacomello

Pasta IV A – Bruno Pippi e Angela Moretto;

Pasta Livro 1- Relações Comerciais;

Pasta Livro 2- Bens e Propriedades;

Pasta Política – Aborda as eleições de 1982, 1993, 1996, 2000, 2004, 2006 (presidente e governador), 2008 e 2012;

Pasta Política – Especificamente em Nova Palma na década de 1990;

Pasta Administração NP- Relativa a Administração Municipal de 1993 a 1996 – em que Bruno Pippi Filho (marido de Maria Neli Donatto Pippi) é secretário Municipal de Educação e Cultura;

Pasta “Amarela” – Trajetória de Bruno Pippi Filho no CPERS (Sindicato do Professores do Estado do Rio Grande do Sul).

O arranjo da documentação de Maria Neli obedece a mesma lógica do arranjo do CPG. Isto nos permite pensar que temos aqui dois conjuntos documentais mas uma mesma lógica organizacional.

Deste modo uma completa a outra e, mais do que isso, essa mesma lógica denuncia o jogo de forças na luta pela conservação do passado. Apesar disto, esta documentação possibilita também uma visão distinta da já constituída a partir do acervo do CPG porque permite ter uma amplitude da trajetória deste grupo familiar. Encontramos em torno de 1300 documentos que poderíamos classificar como documentos de nascimentos, casamentos e óbitos; Convites de casamento e formatura, cartões postais, convites em geral; Entrevistas orais, cartas e históricos; Fotografias; Lembranças de casamento, primeira comunhão, óbito; Título de eleitor, carteira de reservista do serviço militar, cadastro de pessoas físicas; Atas, processos, decretos, atestados, certificados; Propagandas políticas, planos de governo; Recortes de jornais; Escrituras de terra e imóveis, talão de imposto, talão de transmissão, extrato de compra e venda; Recibos, comprovantes de débitos, notas promissórias, memorandos, notificações, balanços contábeis e relatórios. Ou seja, são da mesma tipologia das caixas do CPG mas permitem um alargamento da compreensão.

No que tange à família Pigatto, a situação é oposta à da família Pippi. Encontramos duas caixas de documentação que perfazem um total de 500 documentos e poderíamos assim classificá-los: Lembranças de óbito, aniversário, primeira eucaristia e missas; Fotografias; Convites de formatura, casamento, primeira eucaristia e homenagens; Recortes de jornais; Escritos: que são o resultado de pesquisas em arquivos, jornais, entrevistas, depoimentos feitos por Padre Luiz sobre a referida família; Cartões de aniversário, postais, de ano novo; Coletânea de imposto territorial e sobre empréstimos; Certidões civis e religiosas de nascimento, casamento e óbito; Notas promissórias, fiscais e recibos; Correspondências sobre pesquisas e históricas da família; Escrituras de terras, contrato de Compra e Venda (C/V) de terras, transmissão de propriedade, extratos e título de propriedade; Talão de transcrição de imóveis; Atestados, convocações, procuração, nomeação, regulamento e declarações (trata de cargos ocupados pela família, convocações para assembleias de cooperativa e para esclarecimentos na polícia, declarações de negócio, declaração de funcionamento de comissões, etc); Propagandas eleitorais, cédula de votação e propaganda de empresa pertencente à família; Caderneta militar, título de eleitor, passaporte, boletim escolar; Diploma da obra das vocações da Diocese de Santa Maria e folheto da obra pontifícia da Santa Infância; Planta de uma área de terras; Um termo de encerramento de livro, selo de verba sobre um livro copiador e caderneta de gado vendido.

Isso também nos intrigou, pois se percebe claramente a atuação e influencia desta família na sociedade da Quarta Colônia. Mas então da mesma forma que com a família anterior, a inquietação permanece: essa documentação corresponde à realidade? Para averiguar, entramos em contato com vários familiares e aos poucos, observamos que eles reconhecem a memória descrita no CPG como sua e mais contribuem doando documentação constantemente ao acervo. Citamos o exemplo de José Alexandre Pigatto que realizou pesquisas sobre sua família e doou documentos ao acervo.

Neste trabalho, as famílias estudadas, procuraram afirmar o parentesco e o pertencimento sobre a ancestralidade italiana. E procurando compreender as construções sobre esta memória familiar e coletiva refletiremos o que é ou pode se dar a construção da memória a partir da compreensão da ideia de família compreendida

Como sendo um conjunto de relações recíprocas, tanto simétrica como assimétricas, estabelecidas e normatizadas socialmente, das quais as mais visíveis e recorrentes são as relações de parentesco consanguíneo, afim e fictício. Tais relações são mutáveis, vinculam e estabelecem “lugares sociais” também mutáveis às pessoas que nelas são incluídas por critérios próprios, mas condicionados por valores e regras sociais, morais, religiosos,

econômicos, políticos e afetivos próprios da época e do lugar em que ocorrem (HAMEISTER, 2014, p.104)

São estas questões que procuraremos ao longo da tese descortinar, para compreender como se constrói a memória destas famílias, estudando a partir de sua trajetória, a inserção na sociedade sul-rio-grandense. Assim, partimos da memória oficial construída no CPG como aquela que é reconhecida e aceita como tal, pela maioria das famílias e descendentes destes imigrantes italianos estabelecidos na Ex- Quarta Colônia. Esta é a memória que foi oficializada, pois o responsável por esta instituição, foi autorizado pela comunidade e investido do poder para reelaboração da mesma.

No entanto, pela maioria não significa totalidade. Esta dimensão do não se sentir representada, levou Maria Neli Donato Pippi, a ser também autorizada pela sua família, a reelaborar uma outra memória que pudesse se contrapor à memória oficial (CPG). Sendo assim, apreender o fatores que influenciaram esta disputa pela representação memorial também é objetivo deste trabalho.

Nos dois próximos capítulos mergulharemos na análise da trajetória destas duas famílias, buscando compreender o contexto em que viviam nos seus respectivos “paesi” na Itália, a vinda para o Brasil e, as estratégias desenvolvidas para inserirem-se na sociedade rio-grandense.

3 SEGUINDO PISTAS E ATRAVESSANDO O ATLÂNTICO

Nem todos podiam emigrar. O problema da emigração é determinado pela estrutura familiar. (LEVI, 2015, p.250)

Entender como, a partir de uma situação particular, os indivíduos produzem o mundo social, é apreender as redes mais complexas de sustentação cultural, afetiva e de poder. O fio condutor desta investigação histórica, então, recai sobre o indivíduo, suas estratégias e relações, o que possibilita perceber, nos pormenores e nas peculiaridades, o que o particular tem de coletivo. Segundo esta ótica de estudar o indivíduo como ser social, que faz escolhas e age, fica explícito que os historiadores mudam seus focos de análise para a sociedade como um todo, e que fazer escolhas e agir, neste estudo, está no princípio de qualquer análise sobre o processo

3.1 Nas Trilhas da Imigração

Apreender a trajetória realizada pelas duas famílias que são objeto desta análise torna-se fundamental para compreender quem são estes indivíduos. Assim,

Perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. (MONTAGNER, 2007, p.18)

Objetivando elucidar este desenrolar histórico, neste capítulo, delimitar-se-á em percorrer, no limite permitido pelas fontes, o trajeto e a trajetória, refazendo os passos e as escolhas destes dois grupos familiares que assumem papel ativo como protagonistas da emigração.

3.1.1 Família Pippi

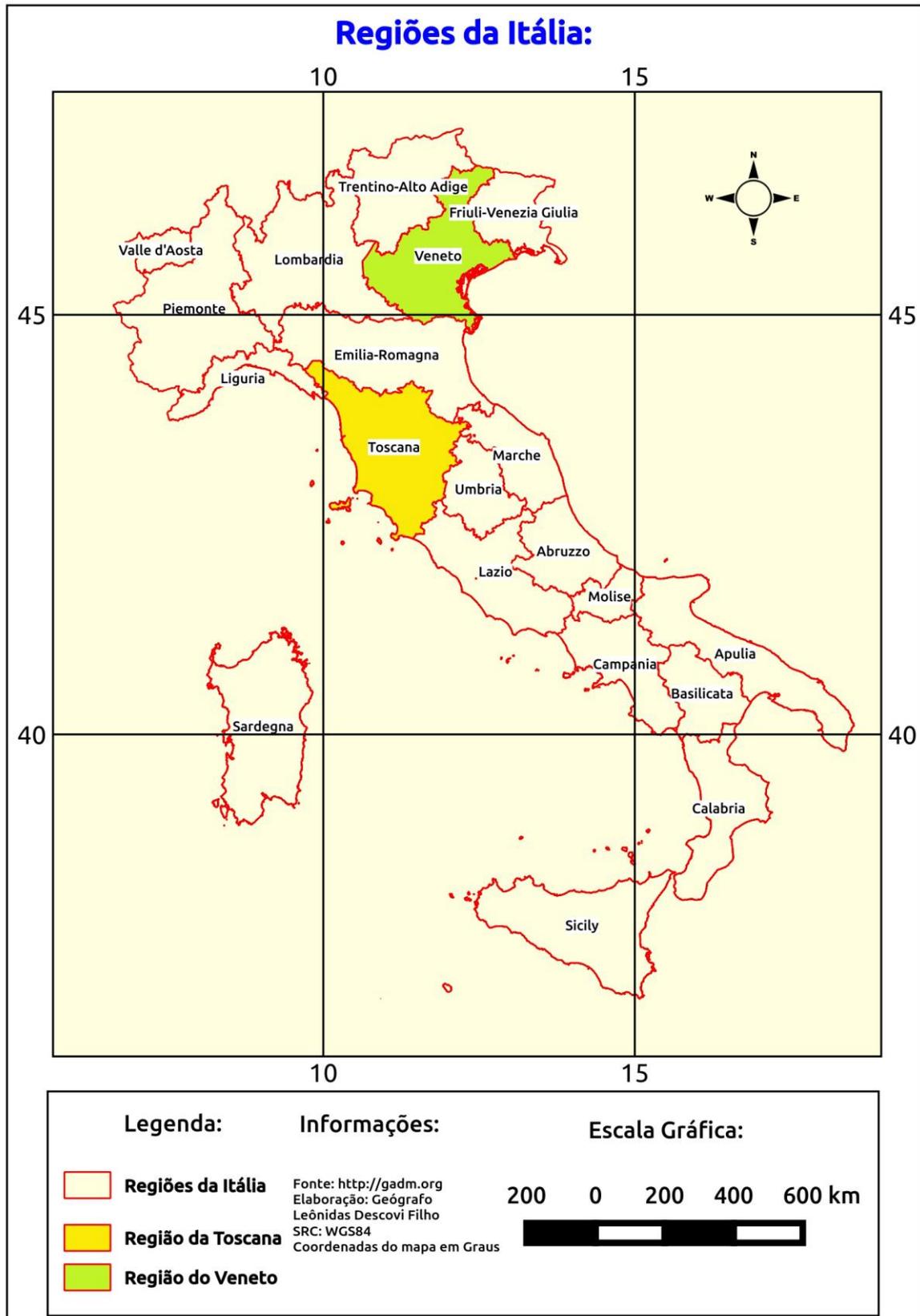
O fenômeno da imigração de massa na região da Toscana ocorre de forma mais intensa e significativa na virada do século XIX para ao XX. No entanto, Ruggiero (2011, p. 19) parafraseando Dadà (2000, p. 153-164), destaca que esta área geográfica dos Apeninos tem uma tradição secular de mobilidade humana, isso porque esta sociedade mantém características de

deslocamentos periódicos em função do trabalho, para garantir a subsistência de sua população rural. É essa movimentação sazonal que vai ser tratada primeiramente nesse capítulo, pois para compreendermos a movimentação das famílias Pippi e Pigato, nos dois lados do Atlântico, é necessário “conhecer” o lugar de onde saíram.

Os mapas que acompanham o trabalho da pesquisa, informam-nos, sobretudo, sobre as duas Províncias de onde veio imigrantes para a Quarta colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, no último quartel do séc. XIX, que são a Toscana e o Vêneto e regiões menores dentro dessas duas áreas. Em ambas, as mudanças territoriais foram muitas até chegar ao formato da época da emigração. Tais mudanças, que mostraremos ao longo do capítulo, foram importantes, uma vez que nos deram pistas sobre as permanências culturais, mas também nos deram as razões da mobilidade da população e, ainda, as razões para emigrar.

Historicamente, a região da Toscana, como observa-se no mapa número 1, é uma dentre as vinte regiões geopolíticas da Itália, situada na Itália central, limitando-se a noroeste com a Ligúria, ao norte com a Emília Romagna, ao leste com Marche e Úmbria e, ao sul, com o Lácio. É banhada pelo Mar da Ligúria e pelo Mar Tirreno em toda sua costa oeste.

Mapa 1: Localização das Regiões Administrativas da Itália

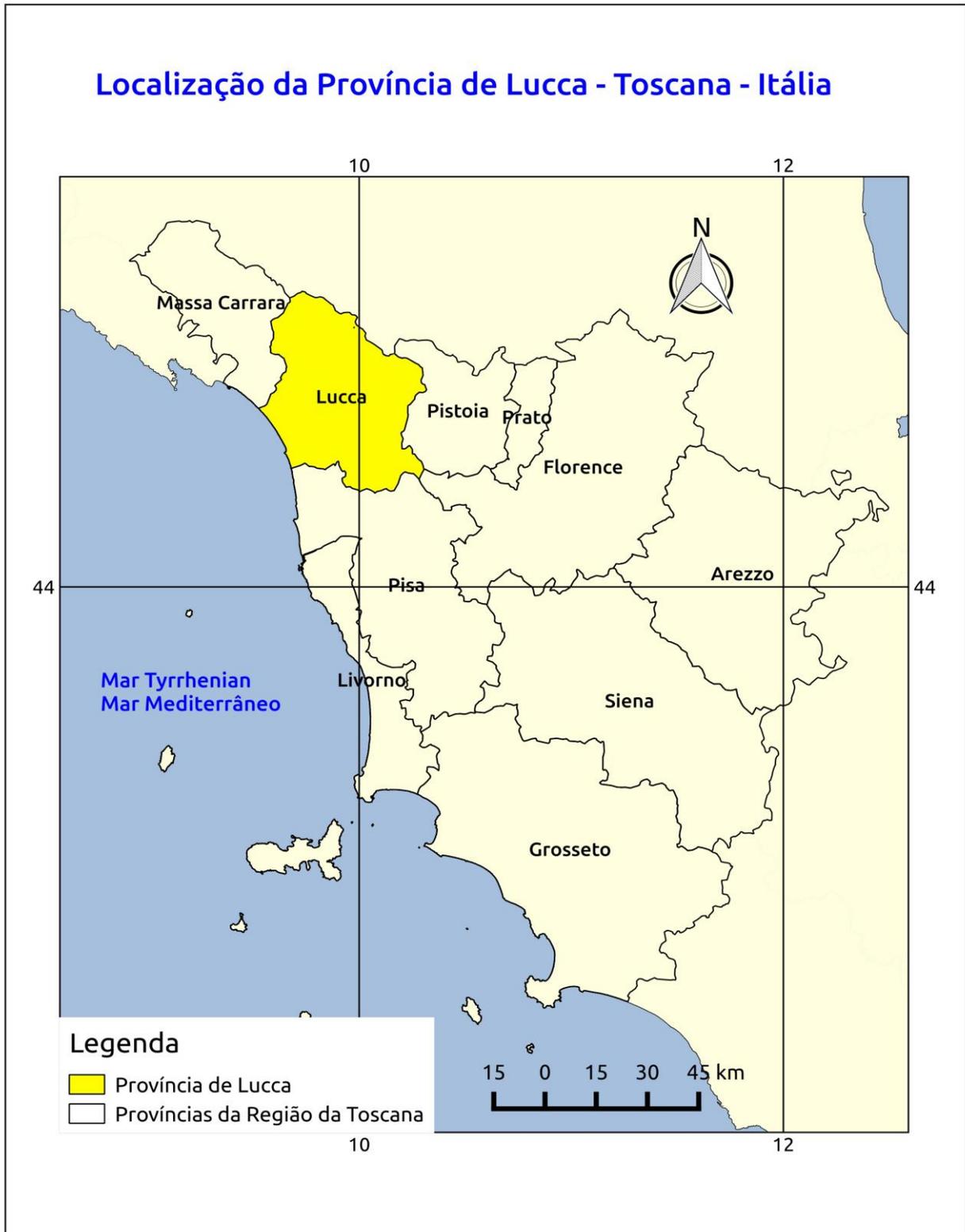


Fonte: Mapa elaborado especialmente para este trabalho por: DESCOVI FILHO, Leônidas. Florianópolis, 2015. 1 mapa. Escala: 1:200.000.00.

A região da Toscana tem como capital administrativa a cidade de Florença e é formada por dez províncias: Arezzo, Florença, Grosseto, Livorno, Lucca, Massa Carrara, Pisa, Pistóia, Prato e Siena. Tais províncias são constituídas por 287 municípios e estes, por sua vez, de muitos vilarejos⁴¹. A população da Toscana é de 3.655.672 milhões de habitantes, segundo o último senso de 2011 (*ISTAT. Censimento populazionale di 2011*), com uma superfície territorial de 22.990,23 km², sendo mais de 90% desta área montanhosa, conformada pela Cordilheira Apenina (*Toscana Clima e Dati Geografici*). No período de 1878 à 1895 (Ver apêndice A), 32.882 toscanos emigraram para o Brasil (RUGGIERO, 2010, p.235).

⁴¹ As províncias italianas possuem uma capital administrativa com nome parecido e, são subdivididas em Comune (i), que são estruturas administrativas parecidas aos Municípios Brasileiros e, como no Brasil, em suas áreas rurais possuem diversos vilarejos, os quais são conhecidos como frazione (i), località ou ainda paese(i).

Mapa 2: Mapa de Localização da Província de Lucca – Toscana – Itália



Fonte: Mapa elaborado especialmente para este trabalho por: DESCOVI FILHO, Leônidas. Florianópolis, 2015. 1 mapa. Escala: 1:15.000.00.

O estudo da migração nesta região intensificou-se nos últimos vinte anos, quando a crise dos modelos macro sociais não dava mais conta das lógicas explicativas e novos conceitos e

novas abordagens foram necessárias. Assim, “una maggior chiarezza nelle ricerche si è avuta con la introduzione dei concetti di regione e area socioeconomica migratoria, intendendo così riferirsi a zone i cui caratteri morfologici, economici e sociali, inducono per periodi più o meno lunghi, dei comportamenti negli spostamenti umani simili” (RUGGIERO, 2011, p.20)⁴². Exemplo do que falamos foi a acentuação da emigração na área de Luchese, particularmente na região da Garfagnana e Lunigiana, sustentando grandes fluxos sazonais de mão de obra, o que as torna uma das principais áreas deste sistema de emigração europeia, desde os primórdios dos anos 800 (Dadà, 1993, apud RUGGIERO, 2011, p.21).

A Garfagnana é uma região da Província de Lucca, na Toscana, localizada no vale superior do rio Serchio entre os Alpes Apuanos e os Apeninos⁴³. Fora uma região habitada na antiguidade por uma população denominada Apuana, que, com o passar dos séculos, vai sendo dominada por romanos, lombardos e francos e, naquele momento, seu território fora dividido entre algumas famílias feudais. Historicamente, tal divisão caracterizou a península itálica como um território onde predominou o fracionamento político, o domínio estrangeiro e o absolutismo (IOTTI, 2001, p. 28)

Em fins do século XIV, a República de Lucca tenta dominar a região da Garfagnana para aumentar seu poder frente a Pisa e Florença. No século seguinte, alguns Municípios decidiram passar ao domínio Estense, no Ducado de Ferrara. Em 1450, na continuidade da disputa territorial, o Ducado de Ferrara cria uma terceira vicaria a qual denominou-se de Trassílico.

Com a devolução do Ducado de Ferrara ao Estado Pontifício, no século XVI, o poder Estense se transfere para Módena. Trassílico foi uma região de fronteira⁴⁴ entre o poder Estense (Ducado de Ferrara e depois Módena) e a Ducado de Lucca. O rio Turrite Cava é a fronteira natural entre os dois estados, no entanto, existe até hoje uma construção junto à ponte, que é

⁴² Tradução: Obteve-se uma maior clareza nas pesquisas com a introdução dos conceitos de região e área socioeconômica das migrações, entendendo, assim se referir a áreas onde as características morfológica, econômica e social, induzem por períodos mais ou menos longos, comportamentos semelhantes em deslocamentos humanos.

⁴³ Para uma descrição histórica e geográfica aprofundada da região e suas características, consultar: Repetti (1835. p. 293-299)

⁴⁴ No oitocentos a região da Garfagnana fazia parte da República de Lucca quando da ocupação napoleônica com o Principado de Baiocchi. Com o Congresso de Viena(1815) e a divisão da Itália em sete estados entre eles o de Módena – Toscana, esta passa ao domínio Austríaco – Estense, por um breve período ficou sob o domínio do Granducado da Toscana (1848-1849), após retorna ao domínio de Módena. Com a unificação italiana em 1861 toda a região da Garfagnana passa a fazer parte do Reino da Itália, mas sob a administração da Província de Massa-Carrara. Em 1923 foi reunida a Província de Lucca. Em 1947, com o decreto de 10 de maio, o chefe do Estado autoriza a transferência da sede administrativa do Município de Trassílico para vila de Fabbriche di Vallico. (DECRETO 10 Maio 1947, nº 441) Aos 21 de abril de 1948 o Município de Trassílico foi suprimido dando lugar ao Município de Fabbriche di Vallico e passando Trassílico a fazer parte do Município de Galliciano (*TRASSILICO e La Rocca Medioevale*)

símbolo desse período. Trata-se de um edifício que servia de alfândega, prisão e também hospedagem aos militares que faziam a guarnição da fronteira da República de Lucca. Ou seja, havia uma barreira humana, controladora, uma representação do poder de Lucca, na fronteira. Isso pode ser observado na fotografia a seguir:

Figura 25: Ponte della Dogana, Fabbriche di Vallico, divisa entre o Ducado de Módena e o Ducado de Lucca



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Aos 17 de março de 1861⁴⁵, é proclamado o reino da Itália, com a monarquia constitucional da casa de Savóia, num movimento denominado *Risorgimento*⁴⁶. A região compreendida como Grão Ducado da Toscana, com a anexação ao Reino da Itália, foi descrita como Região Toscana, formada por sete Províncias: Arezzo, Florença, Grosseto, Livorno,

⁴⁵ Segundo Candeloro (1989, p.9, apud IOTTI, 2001. p.28), não há um consenso entre os historiadores quanto à data exata do surgimento do estado unitário italiano. Este utiliza como referência o ano de 1860 como marco final da luta pela independência, pois a anexação dos territórios de Roma e Veneza “não modificaram a estrutura política [...] isto é, o sistema monárquico moderado que havia triunfado no outono de 1860 [...]”.

⁴⁶ Este termo “nasceu da ideia de que a nação italiana deveria reerguer-se do estado de decadência e de servidão em que se encontrava para retomar seu caminho de progresso. Esta ideia, que teve uma notável eficácia propagandística durante o movimento, responde somente em parte pela efetiva realidade histórica que o precedeu [...] o processo de formação da nação italiana foi [...] lento, penoso incompleto, e a consciência nacional manifestou-se sobretudo sob a forma literária” (Candeloro, 1989.p.10 apud IOTTI, 2001, p.29).

Lucca, Pisa e Siena. Geograficamente, essa era uma região pobre em planícies, mas rica em formações montanhosas e recursos naturais, tais como o ferro, o cobre, o lenhite, o mármore e o mercúrio, além de ser muito populosa (MORI, 1986, p.5-9)

Após o Congresso de Viena (1815), a península italiana havia sido dividida politicamente em estados, a maioria deles sob a administração direta ou indireta da Áustria, ou então, governados por reis conservadores⁴⁷. Com a unificação, abrem-se as portas para o capitalismo, com “a formação de um mercado nacional de transformações nas relações de produção, de separação entre a atividade agrícola e industrial e de diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália” (IOTTI, 2001, p.28).

O território de Fabbriche di Vallico⁴⁸ -onde encontraremos os ancestrais da família Pippi - pertencia, antes de se tornar município, após a 2ª Guerra Mundial, a Trassílico⁴⁹ e compreendia as vilas de Gragliana, Vallico Sopra e Vallico Sotto. É uma comunidade de montanha do médio vale do rio Serchio, formada às margens do rio Turríte Cava (afluente à direita do rio Serchio) e que tem, em suas origens, o trabalho com o ferro, como se pode constatar no texto de Ferrari-Bravo (1997, p.207): “Principale centro della valle della Turríte Cava è (km 7.7) Fabbriche di Vallico 349 m [metri], ab.577 (821), un tempo rinomato per la lavorazione del ferro (armature, spade, strumenti) e delle castagne, fondato nel XIV secolo da una colonia di Bergamaschi che vi aprirono anche delle filande”⁵⁰.

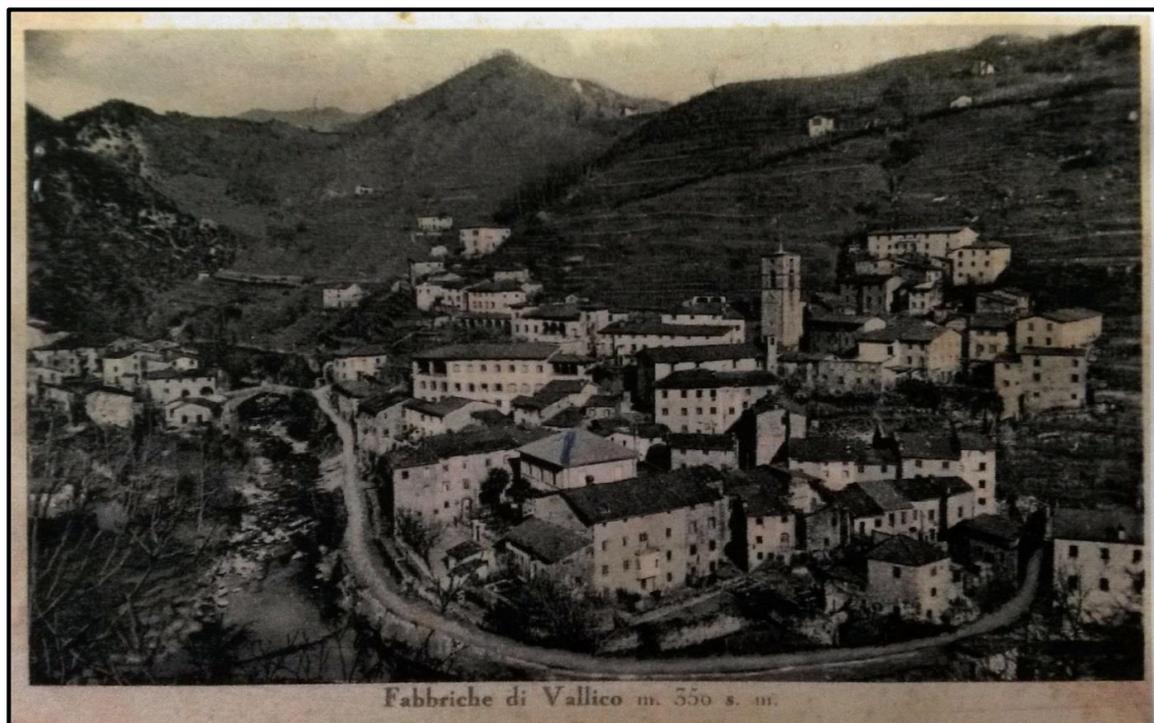
⁴⁷ Sob o domínio Austríaco estava o “reino lombardo-veneziano, o Trentino e a Ístria, controlavam o grão-ducado da Toscana e o ducado de Módena por intermédio dos seus soberanos (Habsburgo – Lorena e Este). O ducado de Parma estava confiado à Maria Luíza, ao passo que o ducado de Luca cabia à infanta da Espanha, cujo primo, Fernando IV, recuperava o Reino das Duas Sicílias; a influência austríaca se exercia igualmente sobre os Estados do papa, por meio das guarnições em Ferrara e Ravena, nas Legações. Vitor Emanuel de Sabóia reinstalava-se no Piemonte, aumentando com a antiga República de Gênova [...]”(GUT, 1991, p. 295-296).

⁴⁸A partir de 1 de janeiro de 2014, este município uniu-se ao município de Vergemoli e se formou assim, o Município de Fabbriche di Vergemoli, que pertence à Província de Lucca. A propósito esta Província é composta atualmente de 34 municípios: Altopascio, Bagni di Lucca, Barga, Borgo a Mozzano, Camaiore, Camporgiano, Capannori, Carreggine, Castelnuovo di Garfagnana, Corelia Antelmineli, Fabbriche di Vergemoli, Forte dei Marmi, Fosciandora, Galliciano, Giuncugnano, Lucca, Massarosa, Minucciano, Molazzana, Montecarlo, Pescaglia, Piazza al Serchio, Pietrasanta, Pieve Fosciana, Porcari, San Romano, Seravezza, Sillano, Stazzema, Vagli di Sotto, Viareggio, Villa Basilica e Villa Collemandina. (*PROVINCIA Di Lucca Comuni*).

⁴⁹ Trassílico pertence por algum tempo ainda ao então Município de Fabbriche di Vallico e posteriormente torna-se uma vila do Município de Galliciano.

⁵⁰ Tradução: Principal centro do vale do Turríte Cava é (7,7 km) Fábricas de Vallico 349 m [metros], ab.577 (821), antigamente famoso pelo trabalho do ferro (armadura, espadas, ferramentas) e pelas castanhas, fundada no século XIV por uma colônia Bergamaschi, que abriram também fiações.

Figura 26: Vista Aérea do Comune di Fabbriche di Vallico – Lucca



Fonte: Acervo do Arquivo do Comune di Fabbriche di Vallico.

É trabalhando e residindo nesta comunidade, na década de 1850, que identificamos a família de Giuseppe Luigi Pippi⁵¹ (Ver apêndice B e anexo E), este, nascido e criado em Fabbriche di Vallico aos 13 de março de 1822⁵². Trabalhador prático na forja do ferro, casado aos 4 de outubro de 1846⁵³, com sua conterrânea Elena Gianni, nascida aos 16 de janeiro de 1825 e, filha de Giuseppe Gianni e Assunta Bacci, na igreja da comunidade dedicada a São Giacom⁵⁴. Essa comunidade era, dividida pelo rio Turrite Cava que, em toda sua margem direita, pertenceu por longo período ao domínio Estense, onde localiza-se o centro religioso da comunidade, local em que por gerações se realizaram os casamentos e batismos da família Pippi. Na fotografia acima, é possível observar a torre da igreja à margem direita do rio e, à esquerda, o povoado historicamente denominado Colandi, pertencente à República de Lucca, onde viveram ao menos cinco gerações desta família, desde o bisavô de Giuseppe, Mariano Pippi, até seus filhos, antes de partirem para a América.

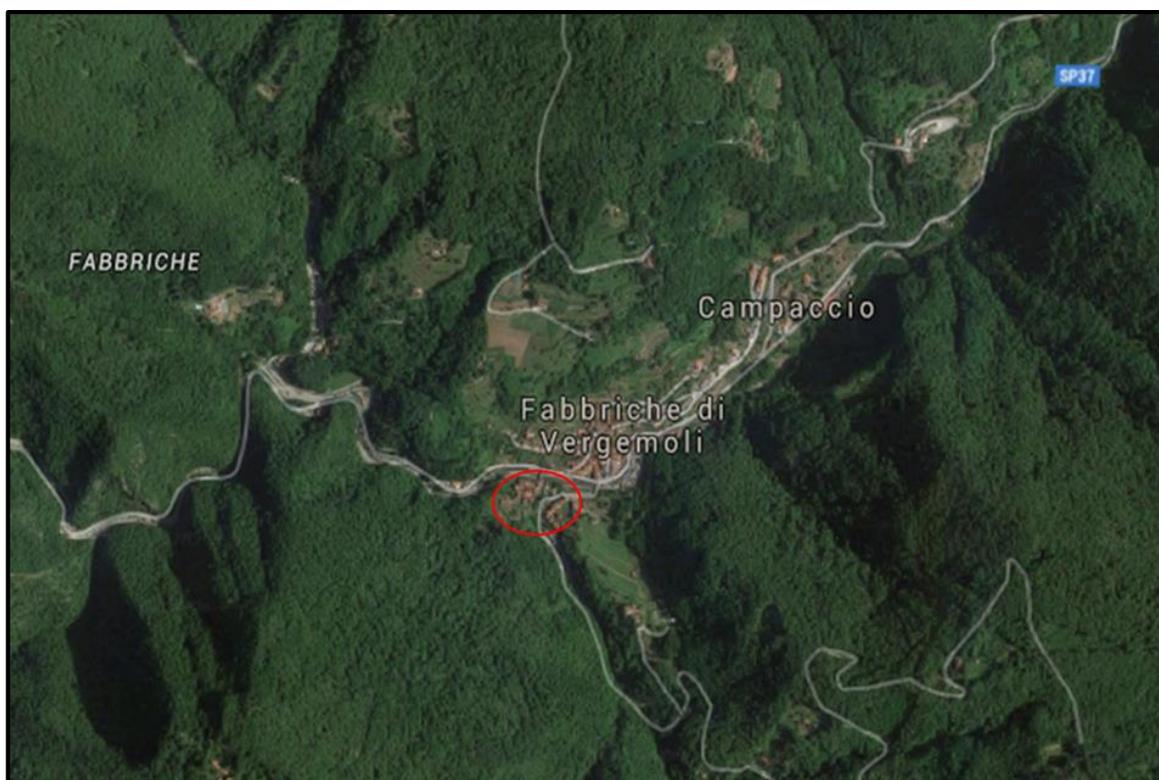
⁵¹ Giuseppe Luigi, traduzindo para o português José Luis, filho de Filippo Antonio Pippi e Maria Benedetta Gianni.

⁵² Libro di Battesimo della Parrocchia di Fabbriche di Vallico- San Giacomo, a partir de agora PSG, Lettera C de 1776-1831, p.163.

⁵³ Libro di Matrimoni PSG n°4, Lettera C de 1827-1905, p. 50-51, n° 83.

⁵⁴ Optamos por não fazer a tradução deste nome para o português, que seria Tiago, pois como pesquisamos nesta paróquia, para evitar confusão, manteremos a descrição do acervo como PSG.

Figura 27: Território do atual município de Fabbriche di Vergemoli. O círculo em vermelho salienta a região denominada historicamente como “Colandi” do extinto município de Fabbriche di Vallico



Fonte: Adaptado pela autora de **GOOGLE MAPS**. Mountain View: Google, 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@43.9968758,10.4267772,1190m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 1 fev. 2015.

Como se pode observar nesta imagem, a região é extremamente íngreme, pois, como o próprio nome diz, “Vallico” é um vale entre as montanhas onde constata-se a existência de cultivo em pequenas áreas para sustentar as famílias. Na maioria dos casos desses pequenos proprietários, era necessária uma complementação da sua renda. Nesse sentido, estudiosos da migração toscana, particularmente relacionada às áreas de montanha, ressaltam que alguns membros das famílias, normalmente os homens chefes de família e jovens em idade de casar, migravam sazonalmente em busca de trabalho, permanecendo de seis a oito meses longe de suas casas a fim de garantir o sustento da família. Acentuadamente, esta migração para o trabalho tem como destino as planícies Toscano-Lombardas e, posteriormente, a Córsega, a França e a América (DADÀ, 1994, p. 6-7).

A família Pippi, sendo natural desse lugar, ao que nos parece não se enquadrava plenamente nessa situação. Elena, a mãe, contribuía com a renda familiar atuando como costureira, mas isto era insuficiente para a manutenção da família. De Giuseppe Luigi Pippi, encontramos que, se não durante toda a sua vida, pelo menos nos últimos anos, trabalhou como

“bracciante”, ou seja, era um “trabalhador rural desprovido de qualquer propriedade da terra para o cultivo, sendo, por isso, dependente de um proprietário que paga pela sua força de trabalho” (BENEDUZI, 2011, p.92). Entretanto, identificamos nos registros de batismo/nascimento de todos os seus filhos, uma alternância na descrição da profissão exercida pelo chefe de família Giuseppe Luigi Pippi, ora ele era ferrazzuolo⁵⁵ prático, ora era “bracciante”, o que significa que ele pode ser enquadrado como participante da migração de trabalho normalmente praticada de outubro/novembro com retorno à comunidade de origem em maio/junho. No entanto, por algum tempo, embora não se possa precisar se concomitantemente, exerceu as duas profissões.

Este casal tinha sua moradia em Colandi e ali nasceram seus sete filhos, conforme listamos abaixo:

Giuliano Pippi, nascido aos 18 de abril de 1851⁵⁶, Próspero Pippi, nascido aos 14 de novembro de 1853⁵⁷, Luisa Aldegonda Pippi, nascida aos 2 de janeiro de 1856⁵⁸, Maria Dionizia Isabella Pippi, nascida aos 14 de março de 1858⁵⁹, Flávio Bruno Pippi, nascido aos 20 de abril de 1860⁶⁰, Gotardo Dionizio Adolfo Pippi, nascido aos 6 de julho de 1862⁶¹ e Vittorio Oreste Pippi, nascido aos 23 de julho de 1867⁶².

Quando falece Giuseppe Luigi Pippi, aos 48 anos de idade, no dia 7 de setembro de 1870⁶³, deixa Elena viúva com sete filhos, o mais velho com 19 anos e o mais jovem tinha apenas 3 anos.

Cabe lembrar também que o trabalho dos agentes de imigração já era sentido de forma intensiva na região enfocada neste mesmo período, primeiro, atuando na migração sazonal e, posteriormente, na transoceânica.

Possivelmente seja neste contexto (não se sabe como e nem o porquê) que o segundogênito do casal, Próspero Pippi, tenha resolvido emigrar, sozinho, aos 12 anos de idade, no ano de 1865, seu destino não era, porém, a Europa. Assim, num período anterior à grande imigração, mas seguindo um caminho já feito por muitos toscanos, Próspero Pippi partiu para a América. Segundo o que pudemos apurar, seu navio naufragou na costa de Montevideú, mas ele conseguiu se salvar e entrou no Uruguai.

⁵⁵ Segundo o vocabulário do <http://www.treccani.it/> ferrazzuolo corresponde a profissão de ferreiro.

⁵⁶ **Libro Stato delle Anime**, PSG, Ano ..., p.92.

⁵⁷ **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1853, nº 55.

⁵⁸ **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1856, nº 1.

⁵⁹ **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1858, nº24.

⁶⁰ **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1860, nº 34.

⁶¹ **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1862, nº 50.

⁶² **Atti di Nascita** del Comune Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1867, nº 50.

⁶³ **Atti di Morti** del Comune di Trassilico (Fabbriche di Vallico). Ano 1870, nº 8.

Conforme informa Ruggiero (2011, p.185), desde a metade do oitocentos o Uruguai, a Argentina e o Chile, na América do Sul, são pontos de atração para os trabalhadores qualificados da região da Garfagnana, formando, em alguns casos, cadeias migratórias. No caso estudado, não foi possível descobrir se o Uruguai realmente era o destino final do menino Próspero Pippi. No entanto, ali é que foi salvo, como descreveu, muitos anos depois, a *Stafetta Riograndense* (3.6.1925)⁶⁴: “veio da Itália com apenas 12 anos, naufragou na costa de Montevideú. Tomados pelo temor, foi rejeitado pelos que ocupavam o barco salva-vidas. No entanto, milagrosamente, foi resgatado, enquanto aqueles que ocupavam o barco pereceram” [tradução nossa].

Como o jornal relata, foi muita sorte de Próspero Pippi ter sido resgatado. Por onde andou não se sabe, pois sua trajetória é desconhecida, mas sabemos que ainda jovem ele vêm para o Sul do Brasil, trazendo um modesto capital. Aqui ele participa da fundação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, em 1878⁶⁵.

Sob este aspecto, alguns estudos mais recentes investigam estes fluxos migratórios na fronteira com os países do Prata e destacam a grande mobilidade de imigrantes nesta região. Em alguns casos, para minimizar custos, é incentivada a propaganda nesta região

O aspecto mais interessante de compreender esse tipo de migrações está em um relatório que o cônsul italiano Pasquale Corte compilou em 1884. O diplomata lembrava que, depois de ter favorecido a introdução de 100 mil colonos italianos no Rio Grande do Sul com uma propaganda dirigida aos centros agrícolas do Vêneto e da Lombardia, o empreiteiro Serpa Pinto, contratado pelo governo brasileiro, voltou-se em 1874 e 1875, também para Montevideú e Buenos Aires, onde havia uma forte crise econômica e comercial, para atrair com menor despesa os imigrantes italianos. Pasquale Corte era, na época, cônsul em Montevideú e se lembrava de ter expedido milhares de passaportes para imigrantes italianos residentes em Montevideú e Buenos Aires seguirem para o Brasil e, em especial, para o Estado do Rio Grande do Sul (RUGGIERO, 2015, p.172).

Provavelmente, o jovem Próspero tenha ouvido falar do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, e decidiu partir.

⁶⁴ Crônica copiada por Padre Luiz Sponchiado da *Stafetta Riograndense*, no Arquivo do provincialato dos Capuchinhos de Caxias do Sul. In: CPG, Sala de Documentação, Caixa Família Pippi.

⁶⁵ Inicialmente denominada Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte. É elevada à categoria de colônia com o nome de Silveira Martins, aos 20 de setembro de 1878, pelo presidente da Província, sendo assim, oficialmente foi criada pelo Governo Provincial. SPONCHIADO (1996, p.58) e SAQUET (2003, p. 14) Também é importante destacar que o Núcleo Colonial foi criado em 1877, inclusive muitos adotam esta data, no entanto foi ocupada por italianos somente em 1878, de acordo com a Relação de Vapores e dados arquivados no CPG de Nova Palma por padre Luiz Sponchiado (no início de 1878). Para fins didáticos utilizamos esta data como a da fundação desta colônia italiana.

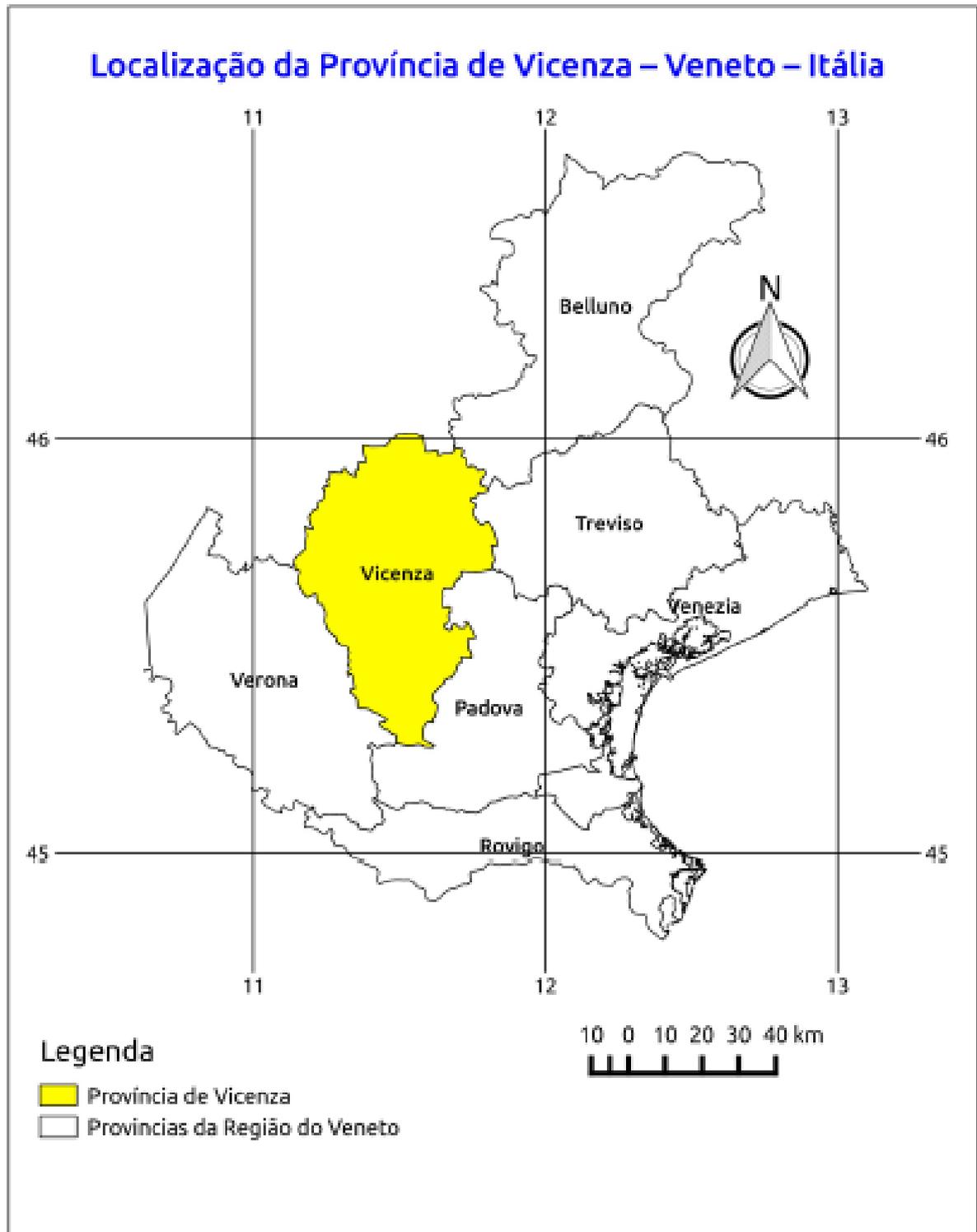
A trajetória de Próspero Pippi inicialmente é nebulosa, a partir de um determinado momento começa a se fazer presente em Santa Maria onde, ao que tudo indica, teria sido identificado como o primeiro vendedor ambulante da região (CINQUENTENÁRIO.....,1925, p.332). Com a fundação do referido núcleo colonial italiano no município, é convidado por representantes do governo (JUBILEU, 1944, p.8) para abrir um “mercadinho” e farmácia (enfermaria) nas imediações do barracão de Val de Buia, o primeiro abrigo para os imigrantes que aguardavam a distribuição e ocupação dos lotes.

Giulio Lorenzoni é um outro imigrante que vêm para o Brasil, aos 14 anos de idade, com sua família e se estabelece na mesma colônia recém fundada (Silveira Martins). Ele a descreve em livro (*Memórias de um imigrante italiano*) em seus aspectos sociais, usos e costumes. Ao fazer tal relato destacou, também, a figura de Próspero Pippi, o iniciador da família Pippi no Sul do Brasil.

3.1.2 Família Pigatto

Voltemos então ao Vêneto, para marcar a área de onde emigraram os Pigatto. A Região do Vêneto, como se observa no Mapa 1, é uma dentre as vinte regiões geopolíticas da Itália e está situada a nordeste. Limita-se ao norte com a Áustria, ao sul com a Emilia - Romagna, a noroeste com Trentino – Alto Adige, a leste com o Mar Adriático e a oeste com a Lombardia. A capital administrativa é a cidade de Veneza e, a região é formada por sete províncias: Veneza, Belluno, Padova, Rovigo, Treviso, Verona e Vicenza. Estas províncias são constituídas de 580 municípios. Com uma população de 4.928.543 milhões de habitantes, segundo o último senso de 2011 (*ISTAT, Censimento populazionale di 2011*), e uma superfície territorial de 18.391,25 km², sendo que mais de 50% desta área é formada por planícies (*Veneto Clima e Dati Geografici*). No período de 1887 à 1895 (Ver apêndice A), 246.168 emigrantes vênnetos e friulanos dirigiram-se ao Brasil. (RUGGIERO, 2010, p.235).

Mapa 3: Localização da Província de Vicenza



Fonte: Mapa elaborado especialmente para este trabalho por DESCOVI FILHO, Leônidas. Florianópolis, 2015. 1 mapa. Escala: 1:100.000,00

Do ponto de vista histórico, a antiga Pozzoleone⁶⁶, que inicialmente se chamava somente Pozzo, originou-se na ação de conquista do Monastério de São Felice e Fortunato de Vicenza que era proprietário de vasta área territorial incluindo a propriedade rural de São Vito que, segundo Dellai (2008, p.76), “luogo che includeva pressoché tutto il territorio dell’attuale Bressanvido (che da esso prende il nome), ed in più ampie aree di Poianella, Preporcile (un paese ora scomparso che si trovava ad est dell’attuale centro di Poianella), Pozzo, Lupia ed Ancignano”⁶⁷. A origem desse município está, portanto, atrelada à Igreja, que foi durante muito tempo a grande detentora dessa área territorial. Mas, ao longo dos séculos, houve um empenho para tornar estes campos produtivos, desmatando-os e irrigando-os. Nesse sentido, foram realizadas muitas obras de canalização para a irrigação, especialmente no período em que esta região ficou sob o controle de Veneza.

Já Friola⁶⁸, distrito de Pozzoleone, é um outro vilarejo pequeno porém estratégico, que está localizado à margem direita do Rio Brenta e historicamente tem uma tradição de ser fronteira entre as atuais províncias de Vicenza e Pádua, mas foi palco, assim como muitos territórios circunvizinhos, de várias disputas. Neste local, o rio é mais estreito, o que facilitava a passagem de uma margem a outra. Ou seja, terra de passagem em plena planície, ponto de fácil travessia do rio Brenta. Friola era um porto de escala e comunicação tanto com os territórios da outra margem como de transporte comercial⁶⁹. Friola atualmente pertence ao município de Pozzoleone⁷⁰.

⁶⁶ A mudança do nome Pozzo para Pozzoleone ocorre aos 18/08/1867, quando o prefeito do município para distingui-lo de outros lugares que eram igualmente denominados. Vittorio Emanuele II decreta então a mudança.

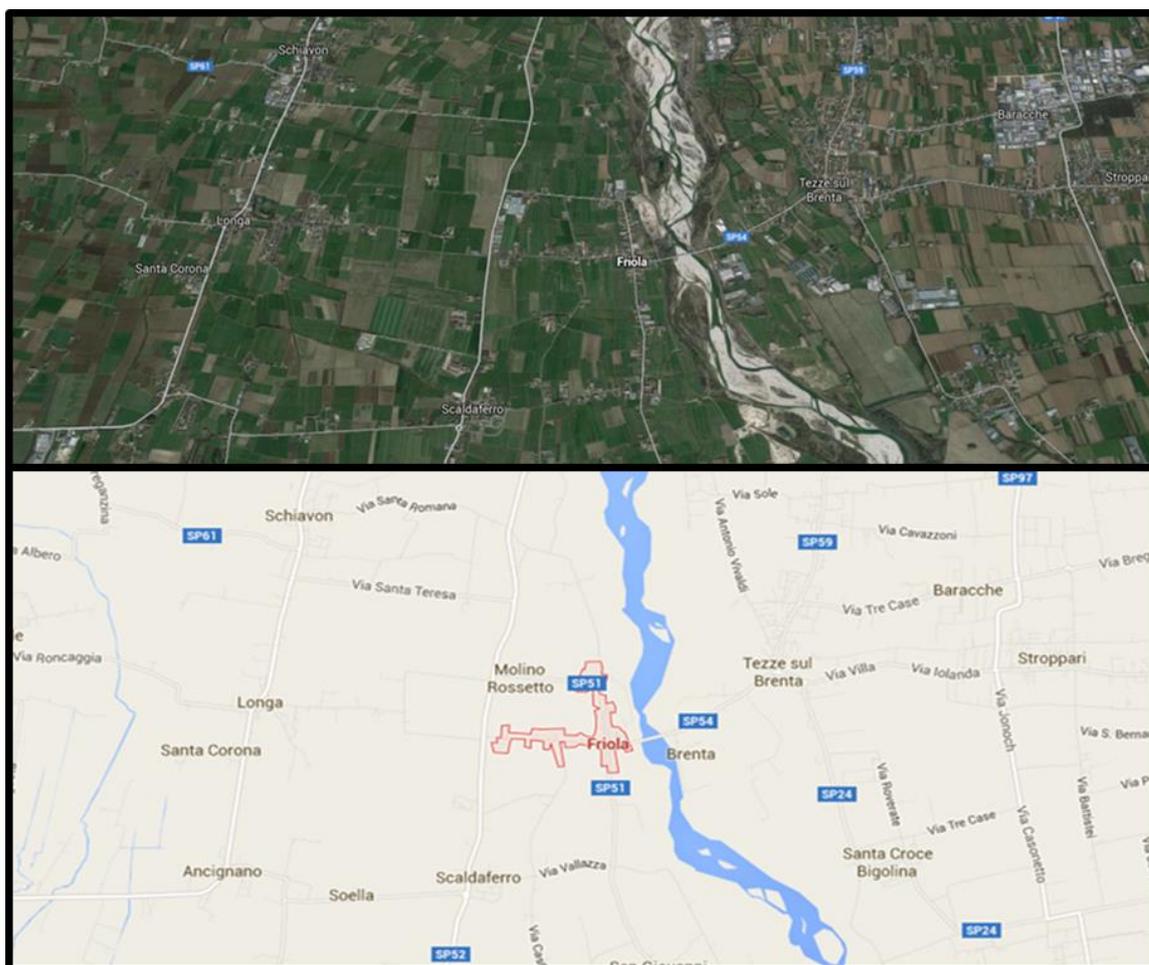
⁶⁷ Tradução: lugar que incluía quase todo o território do atual Bressanvido (do qual herda o nome), e áreas mais amplas de Poianella, Preporcile (um vilarejo hora desaparecido, que ficava a leste do centro de Poianella) Pozzo, Lupia e Ancignano.

⁶⁸ Segundo as informações históricas, esta região era o feudo dos nobres Ezzelini desde o século XII. Nos séculos seguintes, as famílias nobres de Vicenza, Proti e Dalla Távola sucedem-se na aquisição destas terras. (*L'ANTICA FRIOLA.*)

⁶⁹ Local de parada dos “balseiros” que transportavam a madeira pelo rio Brenta em direção a Veneza.

⁷⁰ Este município pertence a Província de Vicenza. A propósito, a mesma é composta de 121 municípios, dentre os quais destacamos, os seguintes, por estarem direta ou indiretamente, ligados a trajetória desta família: Bassano del Grappa, Breganze, Dueville, Pozzoleone, Sandrigo e Schiavon. (*ELENCO DEI COMUNI, Provincia de Vicenza*).

Figura 28: Vista aérea de Friola- Comune de Pozzoleone



Fonte Adaptação feita pela autora do **GOOGLE MAPS**. Mountain View: Google, 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/36050+Friola+VI,+Italy>. Acessado em julho de 2015.

No século XV, a República de Veneza⁷¹, com sua oligarquia militar e mercante, havia conquistado amplo poder econômico e territorial, neste momento, intensificava as conquistas espalhando-se para o Vêneto. Vicenza é ocupada em 28 de abril de 1404. Apesar de alguns conflitos, o período da dominação veneziana proporcionou estabilidade política e recuperação socioeconômica, mas o mais importante a destacar é que em Pozzoleone, assim como em Friola, conforme o estudioso Dellai (2008, p.120) durante este período, o município gozava de autonomia para deliberar sobre todos os negócios do seu respectivo território.

Do século XVI ao XVIII, ocorre uma transformação fundiária na região. As famílias nobres Capra e Mocenigo, originárias de Vicenza, grandes donatárias de terras, juntamente com

⁷¹ Também conhecida como República Vêneto, estendia sua dominação na atual região do Vêneto, ou seja, nas províncias de Treviso, Pádua, Verona, Vicenza, Rovigo e Belluno além da Bréscia, Bérgamo e Mântua, da Lombardia e Udine, do Friuli. Também designam este período e referindo-se ao poder de Veneza os termos: Sereníssima e Dominante. Sobre a representação deste termos conferir o trabalho de Beneduzi (2011, p.34).

os Dalla Távola de Friola, aos poucos viram seus territórios se fragmentarem. Neste período, a igreja, além de grande poder econômico, ampliou o poder local, intensificando-o com o Concílio de Trento (1545-1563). Assim, além das funções religiosas, o pároco devia controlar a vida em torno da paróquia. Mais precisamente, nada devia fugir dos seus olhos, por isso, ele detinha o controle burocrático e a assistência religiosa.

Em 1797, Napoleão Bonaparte invade a região e acaba com o poderio da Sereníssima. Segundo Beneduzi (2011, p.35-36), ao abordar as transformações ocorridas neste período, verificou-se que o poder de Veneza não era aceito pacificamente por membros da elite, e, para estes, significou a libertação. No entanto, para a população que habitava distante do meio urbano, representava a instabilidade, a perda das certezas do já estabelecido.

A instabilidade não era só sentida, mas foi instaurada, de fato, com as sucessivas dominações franco-austríacas. Com o Congresso de Viena (1815)⁷², instala-se um longo período de dominação austríaca, que só será rompido quando o Vêneto passa ao Reino da Itália em 1866.

As sucessivas guerras e a desestruturação social conduziram a um progressivo empobrecimento da população. E não somente isso, pois, como nos diz Beneduzi (2011, p.39 e seguintes), os códigos culturais sofreram alterações, já que o dominante era, acima de tudo, o estrangeiro- francês ou austríaco- que não partilhava dos mesmos rituais sociais. Então, no imaginário desta população se reconstrói positivamente a imagem da república veneziana - outrora dominadora da região - que, de invasora, passou a ser protetora. Seus valores serão retomados uma vez que os novos donos do território pretendiam a unificação política sob sua bandeira e a reforma do ensino, o que levaria, em última instância, à perda dos valores culturais locais. Neste sentido, é uma relação entre o eu em confronto com o outro que vai levar à permanência de costumes.

O que queremos destacar, deste contexto, é que a sociedade rural de Pozzoleone era fortemente marcada pela guerra, por ser um território de passagem e, pela religiosidade. A estrutura social pós-unificação havia se alterado em relação ao passado. Neste momento, as grandes propriedades dos nobres cederam lugar às pequenas e médias propriedades de agricultores desta mesma localidade, mas muito mais de famílias provenientes de outras localidades segundo as constatações de Dellai (2008, p.237).

⁷² Como já mencionado neste capítulo, conforme as decisões estabelecidas por este Congresso a região passa a fazer parte do reino Lombardo-Veneto. Também destaca-se que não é objetivo aqui abordar todos os conflitos ocorridos até a resolução deste congresso. Mas o tema pode ser aprofundado consultando as obras de Beneduzi (2011), Dellai (2008), Lanaro (1984), entre outros.

É neste contexto que encontramos a família Pigatto. Como já mencionado, todos estes territórios da planície vicentina eram de intensa mobilidade e muitas vezes as extensões feudais compreendiam vários destes lugarejos, que posteriormente vão-se tornando municípios.

E a igreja ainda era uma grande senhora feudal, haja vista o exemplo anteriormente citado de Dellai, referente aos domínios territoriais de São Vito. Precisamente, no território de Vicenza, a mobilidade dos “braccianti” era intensa e a família Pigatto é um exemplo desta mobilidade.

Luigi Pigatto, filho de Vincenzo Pigatto e Rosa Carollo, nasceu em Breganze, na Província de Vicenza. Assim como Pozzoleone, esta região também é caracterizada pelo domínio da igreja e dos nobres feudais, aliás, em muitos destes casos, os domínios estendiam-se entre estas duas comunidades.

É neste local que Vincenzo e Rosa constituem família. Ali nasceram os filhos Domenico, Vincenzo e Luigi. Este último é o chefe da família que perseguimos nesta pesquisa. Luigi nasceu em 1832. Por volta de 1855 casou-se com a jovem Maria Freato, natural da comuna vizinha de Sandrigo, filha de Bortolo e Maria Zorzan.

É no distrito de Ancignano, da mencionada comuna, que Luigi e Maria, que são agricultores, residem após o casamento e onde terão quatro de seus seis filhos⁷³: São eles: Rosa Pigatto, nascida em 1 de outubro de 1856; Maria Luigia Pigatto, nascida aos 18 de abril de 1858; Luigi Pigatto, nascido aos 29 de março de 1862⁷⁴; Angela Pigatto, nascida aos 27 de julho de 1864. Segundo os arquivos e fontes consultados Luigi não participava das migrações sazonais em função do trabalho, mas quando migra o faz com a família. Seu pai permaneceu em Breganze, já seu irmão Domenico, na década de 1850, encontrava-se em Pozzoleone e ali casou-se com a pozzoleonesa Giovanna Della Pria⁷⁵.

Historicamente, a década de 1860 é marcada pela constituição do reino da Itália. É neste momento histórico que Luigi decide transferir-se para Friola, frazione (distrito) de Pozzoleone.

Considera-se a hipótese de que seu irmão Domenico possa ter convidado, ou apontado possibilidades de melhores condições de trabalho a Luigi. Talvez pela instabilidade sofrida no processo de unificação. Enfim, é uma hipótese a considerar, uma vez que, após a unificação, o primeiro prefeito desta comuna foi Nicolò Benozzati, auxiliado pelo seu “braço direito”, o herdeiro dos Dalla Távola (de Friola), Giovanni Bernardi. Em qualquer situação na qual o

⁷³ As informações sobre as datas destes nascimentos foi coletada nos processos de casamentos que mencionaremos a seguir e que estão sob a tutela do Arquivo de estado de Vicenza, na Sessão de Bassano Del Grappa, localizado na Comuna do mesmo nome.

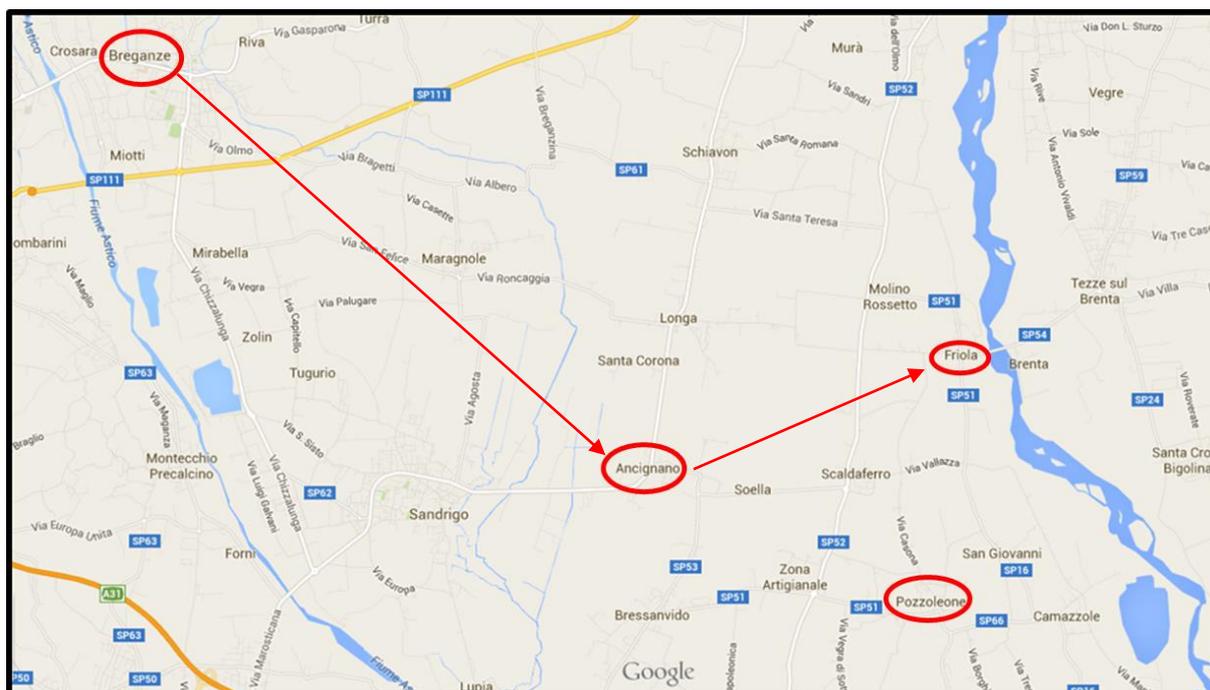
⁷⁴ Libro di Battesimo- Parrocchia San Pancrazio – Ancignano- Anno 1862.

⁷⁵ Informações de Dellai (2008, p. 295).

prefeito necessitasse se ausentar, o próprio Bernardi assumia a administração. Segundo os registros, em 1876, ele estava à frente da administração auxiliado por 14 conselheiros, dentre os quais, Domenico Pigatto.

Luigi Pigatto se estabeleceu com a família em Friola e ali nasceu o filho Vincenzo, aos 14 de fevereiro de 1870. Segundo os registros consultados, o último filho nasceu aos 28 de setembro de 1872 em Pozzoleone e recebeu o nome de Domenico, como seu tio.

Figura 29: Trajeto realizado pela Família de Luigi Pigatto na Província de Vicenza



Fonte: Adaptado pela autora do **GOOGLE MAPS**. Mountain View: Google, 2015. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Province+of+Vicenza,+Italy>. Acesso em agosto de 2015

Residindo na casa de nº 60 em Pozzoleone, aos 25 de março de 1875⁷⁶, Luigi Pigatto faleceu aos 45 anos de idade deixando a esposa Maria Freato com seus seis filhos, sendo que o mais pequenino tinha apenas dois anos e meio.

Segundo a *Denunzia Della Successione*⁷⁷ (Ver anexo F), feita por conta de sua morte e da qual foi declarante seu irmão, constava dos seguintes bens móveis:

⁷⁶ **Atti di Morte**. Comune Pozzoleone. Anno 1875, nº 14. Na documentação encontramos uma divergência que acreditamos seja em função do registro civil. Ou seja, no registro de óbito consta que morava no endereço acima mencionado, porém na denúncia de sucessão feita por ocasião de sua morte, e no qual foi declarante seu irmão Domenico, consta residência a Friola. Por isso, em função de Friola pertencer ao comune de Pozzoleone, é possível que ele realmente habitasse ali, mas no registro consta somente o nome do referido Comune. E esta observação serve também para o nascimento do último filho, Domenico.

⁷⁷ Este documento era feito após a morte e descrevia os bens do falecido, os herdeiros e as partes que cabiam a cada um. Poderíamos dizer que é a partilha dos bens do falecido.

- | | | |
|----|-----------------------------------------------------|-----------------------|
| 1. | Due Manzo dell' approssimativo valore di £ | - 150,00 |
| 2. | Una [...] di £ | - 15,00 |
| 3. | Un Calgiero del calcolato valore di £ | - 8,00 |
| 4. | Una Stagnata [...] del valore di £ | - 5,00 |
| 5. | Una Raminella che calcolasi del valore di £ | - 1,00 |
| 6. | Due Secchi vecchi [...] di £ | - 5,00 |
| 7. | Un Bronzo del valore di £ | - 12,00 |
| 8. | Alcuni attrezzi di casa e da cucina del valore di £ | - 10,00 ⁷⁸ |

Como se pode observar, os bens divididos eram de uso do camponês e foram divididos entre os herdeiros em partes iguais, perfazendo um total de 206 libras italianas. A família não possuía nenhum bem imóvel, dividindo por isso apenas os referidos bens móveis, o que permite concluir que, embora houvesse valor, não eram suficientes para o sustento do grupo familiar. Substancia esta hipótese, as informações contidas na documentação de casamento das duas primeiras filhas, especialmente a de Maria Luigia Pigatto a qual se isenta de pagar as taxas pois comprova a pobreza, quase miséria em que vivia sua família.

Logo após o falecimento de Luigi Pigatto, sua filha mais velha Rosa Pigatto, com 19 anos, casou-se com o jovem natural de Friola, Vincenzo Bettinardi em 1 de outubro de 1875⁷⁹. O núcleo familiar Pigatto, com o falecimento do pai e o casamento da filha, tem a força de trabalho reduzida. Naquele momento, O filho homem mais velho tinha 13 anos de idade, mas, provavelmente, assume as responsabilidades com a família, já que em 1877 sua irmã, Maria Luigia, também casou. Quando esta jovem, com seus 18 anos, casou-se com Giovanni Battista Rossato, aos 6 de fevereiro de 1877⁸⁰, os documentos apresentados para o casamento (Ver anexo G) comprovavam que estava isenta de pagar a taxa, pois tanto o pároco quanto o prefeito de Pozzoleone atestavam a miséria da família. Depreende-se que, após a morte do chefe familiar, a situação era precária, embora os casamentos das duas filhas mais velhas tenham diminuído a quantidade de indivíduos para sustentar.

⁷⁸ **Denunzia** della Successione di Luigi Pigatto. Ufficio del Registro di Maróstica nº 38, v. 8. Data: 25/03/1875 In: Archivio di Stato di Bassano del Grappa (a partir de agora o referido Archivio será abreviado da seguinte forma: ASBdG). Até onde foi possível a identificação e a tradução aproximada dos itens descritos na referida partilha, pois alguns termos estão em dialeto, assim poderíamos descrevê-los: 1) Dois bois de valor aproximado 150 libras; 2) Uma [não temos a certeza do termo] de 15 libras; 3) Um caldeirão calculado no valor de 8 libras; 4) Recipiente de lata (Balde ou panela?) no valor de 5 libras; 5) Pequena panela [de cobre, usada para fazer café] que calcula-se no valor de 1 lira; 6) Dois baldes (recipiente de lata usado para a retirada de água) velhos [...] no valor de 5 libras; 7) (Estátua ou vaso de bronze) Um bronze no valor de 12 libras; 8) Alguns utensílios de casa e de cozinha no valor de 10 libras. Consultaram-se vários dicionários italianos para chegar a estas informações principalmente o vocabulário em www.treccani.it e DEVOTO; OLI (1971).

⁷⁹ **Atti di Matrimonio**. Comune Pozzoleone. Anno 1875, nº 7. In: ASBdG.

⁸⁰ **Atti di Matrimonio**. Comune Pozzoleone. Anno 1877, nº 4. In: ASBdG.

No ano de 1882, com seus 20 anos, Luigi ingressa no serviço militar, aos 27 de outubro, atuando como soldado de 3ª categoria na milícia territorial do distrito de Vicenza⁸¹. Embora até o ano de 1887 ele se apresentasse quando solicitado, aos 16 de agosto de 1883 é enviado em licença permanente.

Em fins de novembro de 1885, Luigi casou-se no religioso com a jovem Lucia Catterina Mazzardo⁸², que residia em Vivaro, distrito pertencente à comuna de Dueville. Seus pais, porém, residiam em Friola. Não pudemos apurar, mas provavelmente a jovem trabalhava fora de casa para complementar a renda familiar. O casamento civil foi realizado no dia 17 de janeiro de 1886, ambos foram realizados em Dueville⁸³.

Neste período em Friola, residia a mãe Maria Freato, com os filhos Angela, Vincenzo e Domenico, respectivamente com 21, 16 e 14 anos. Segundo a documentação consultada, e tem lógica pela situação vivida pela família, Luigi e sua esposa ao receberem notícias de Maria Madalena Mazzardo, irmã de Lucia, casada com Giácomo Turra, imigrantes estabelecidos na Colônia Silveira Martins, no estado do Rio Grande do Sul- Brasil, desde 1884, pensam na possibilidade de mudar a situação vivida e também emigrarem. Segundo Franzina (2006, p.263), “os camponeses vênnetos, partindo para a América, vendiam em geral todas as suas coisas, animais, e móveis da casa e, frequentemente, se tinham um pedaço de terra vendiam-no também”. Isso explicaria o fato de algumas famílias⁸⁴ viajarem com algum recurso financeiro, que embora não fosse muito, era considerável. Vendrame (2015, p. 206-207), analisando esta mesma situação dirá que

O fato de algumas famílias terem chegado aos núcleos de colonização no sul do Brasil com pequeno capital permitiu que rapidamente se articulassem para adquirir terras por conta própria. As relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido, podendo esta rede de reciprocidade ser acionada em diversas situações, como na elaboração de estratégias conjuntas que facilitassem a ocupação e organização em um determinado espaço. Se, por um lado, o abandono da terra natal representava a ruptura de alguns vínculos sociais, por outro, ela era a condição que permitia a renovação ou criação de laços com conterrâneos.

⁸¹ **Liste di Leva Militare**. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1862, nº 426. In: Archivio di Stato di Vicenza (a partir de agora: ASV).

⁸² Lucia é filha de Pietro Mazzardo e Maria Novello, natural da Comuna de Schiavon, nascida aos 31 de dezembro de 1861.

⁸³ O registro civil também foi feito em Pozzoleone, o qual consultamos. **Atti di Matrimonio**. Comune Pozzoleone. Anno 1886, parte II, nº 1.

⁸⁴ Segundo Franzina (2006, p.264) com a venda dos bens, exceto em alguns casos, a renda girava em torno de 150 a 300 liras.

No mesmo ano de 1886, nasceu o filho primogênito do casal que também chamou-se Luigi, que no ano seguinte veio a falecer. Conforme observamos, com a morte do pai, a família não possuía bens imóveis, ou seja, a terra, mas Giacomo Turra (SPONCHIADO, Escritos, 16/02/1888, Caixa Pigatto) já estabelecido no Núcleo Soturno, da referida colônia (Silveira Martins), não só adquiriu dois lotes de terra, como também reservou um para o cunhado que imigraria. Ou seja, a possibilidade de ter sua terra própria teve grande peso na decisão, diante da situação de pobreza da terra natal.

Juntamente com o jovem casal, emigrou o irmão de Luigi Pigatto, Vincenzo com 17 anos. Estes chegaram na Colônia de Silveira Martins, em fevereiro de 1888⁸⁵.

Os portos de saída dos imigrantes não eram somente os italianos de Gênova e Nápolis, mas também os franceses como Le Havre e Marselha, até onde tivemos acesso não foi possível precisar qual deles foi a porta da América para a família Pigatto. No entanto, sabemos que em 1888 encontravam-se no Brasil.

Na Itália, permaneceram as irmãs mulheres e Domenico, juntamente com a mãe. No mesmo ano em que o clã Pigatto aporta em terras brasileiras, a moça mais jovem dentre as mulheres, Angela, casou-se com Antonio Rossato, cunhado de sua irmã Maria Luigia, aos 19 de março de 1888⁸⁶. Mesmo com a emigração de alguns membros da família, na ocasião do casamento de Angela, o documento também é muito enfático quanto à condição de miserabilidade da família, o que nos permite concluir que a redução do núcleo familiar não significa menos miséria.

No ano de 1892, o mais jovem da família ingressa no serviço militar, ficando a mãe com as filhas, que residiam em Pozzoleone. Domenico, antes de ingressar como militar, atuava como *industriante*⁸⁷. Em janeiro⁸⁸ do ano seguinte, faleceu, nesta mesma comuna, Maria Freato, com sessenta anos de idade. Domenico, tal como seu irmão Luigi, atuou cinco anos como militar (1892-1897). Como soldado de 1ª categoria, atuou como policial, tanto de patrulha a pé como da infantaria montada. Com a declaração de boa conduta, ele sai de licença permanente em 27 de setembro de 1897⁸⁹. Embora tenha se apresentado em outras ocasiões, ao contrário de seu irmão, ele se aposentou e conservou o grau definitivamente em 1902.

⁸⁵ Segundo as informações contidas em alguns escritos de Padre Luiz Sponchiado eles teriam chegado com o Vapor Paraná em Porto Alegre no dia 13 de fevereiro de 1888. No entanto, não se pode comprovar esta informação e tão pouco conseguimos descobrir o Porto pelo qual eles partiram da Itália.

⁸⁶ **Atti di Matrimonio.** Comune Pozzoleone. Anno 1888, nº 10. In: ASBdG.

⁸⁷ *Industriante*: era a pessoa que trabalhava em uma atividade industrial, ou alguém que conduzia uma empresa agrícola locada de considerável extensão. Informações consultadas no dicionário online: <http://www.treccani.it/>.

⁸⁸ **Atti di Morte.** Comune Pozzoleone. Anno 1893, nº 3. In: ASBdG.

⁸⁹ **Liste di Leva Militare.** Comune di Vicenza. Nati nel anno 1872, nº 831. In: ASV.

No que tange à vida pessoal, Domenico Pigatto casou-se em 13 de maio⁹⁰ de 1901 com Giuliana Spada⁹¹, com a qual teve sete filhos⁹², descendência registrada na figura nº 21 do capítulo anterior. Após um parto difícil, a esposa faleceu e, aos 21 de fevereiro de 1916, ele casou-se novamente com Eugênia Fransan.

Assim, a família Pigatto dividiu-se entre Brasil e Itália. Esta família, a exemplo de tantas outras famílias vênetas, viram na emigração uma possibilidade de mudança social e econômica, ou seja, assim como ocorreu com a família Pippi, os Pigatto traçam uma estratégia de superação social, tornam-se protagonistas do processo e emigram em busca de melhores condições de vida. Neste caso em específico, as redes parentais são reveladoras desta teia de relações que une os dois lados do oceano. A reflexão feita por Ramella (2001, p.150) expressa o que queremos dizer

Essendo movimenti prevalentemente circolari, come abbiamo detto, cioè fondati sulle comunità di partenza, le reti sociali che questi emigranti utilizzavano per acquisire le informazioni sui cantieri nei paesi che erano soliti percorrere e per costruire le catene di contatti attraverso i quali si occupavano dividevano una caratteristica essenziale: avevano una base comunitaria, cioè erano costituite nel loro nucleo portante di legami con i conterranei, che erano i compagni di lavoro⁹³

3.2 Em Terras Brasileiras

Como pudemos apurar as duas famílias até o momento, mesmo que de formas distintas se organizaram a fim de possibilitar a melhoria das condições de todo o núcleo familiar, seja possibilitando a sustentabilidade de quem permaneceu na Itália, quanto dos que partiram. Assim, as portas cá e lá estão abertas para qualquer eventualidade. Esta foi uma dupla presença, pensada por ambas as famílias. O desdobramento deste processo será dado, a partir daqui pela trajetória destes atores sociais agora em solo brasileiro e sul-rio-grandense.

⁹⁰ **Atti di Matrimonio.** Comune Bassano del Grappa. Anno 1901, nº 12. In: ASBdG.

⁹¹Filha de Giuseppe Spada e Fortunata Carraro, nascida aos 22 de agosto de 1877 em Loreggia –PD. Ela trabalhava como costureira.

⁹² Os sete filhos são: Giuseppe, Adele, Angelina, Maria, Teresa, Luigi e Antonio. Dentre estes filhos, Maria Pigatto casou-se com Sante Battocchio, que são os pais de Giuliano Battocchio, residente em Bassano del Grappa, que juntamente com sua família me auxiliaram muitíssimo no levantamento destes dados familiares.

⁹³ Tradução: Fazendo principalmente movimentos circulares, como havíamos dito, ou seja, fundada na comunidade de origem, as redes sociais que estes imigrantes utilizavam para adquirirem as informações sobre os locais de construção nos países que costumavam ir e para construir cadeias de contato através das quais os que estavam envolvidos compartilhavam uma característica essencial: haviam uma base comunitária, ou seja, eram constituídas em seus núcleos transportados pelas ligações com os conterrâneos, que eram os companheiros de trabalho.

3.2.1 Família Pippi

O jovem toscano Próspero Pippi vai ser descrito pelos seus biógrafos como alguém “cheio de vivacidade e com uma atividade extraordinária”, sendo um dos primeiros comerciantes da colônia (LORENZONI, 1975, p.60). Aos domingos, diz o mesmo autor, o costume era, após o “desjejum” na sede, todos realizarem seus negócios, adquirindo os “gêneros para a semana, comprando especialmente no grande armazém do Sr. Próspero Pippi” (LORENZONI, 1975, p. 73). Próspero Pippi participou, ainda, da fundação da colônia, desde a abertura do traçado original da estrada entre os matos, até chegar ao planalto, o lugar da sede da colônia. Este pequeno excerto dá bem a dimensão do personagem sobre o qual falamos.

Para compreender melhor a sociedade da época e como funcionavam os negócios, Lorenzoni (1975, p.73) esclarece, ainda:

A maior parte das compras era feita com vales que um empregado da Diretoria entregava aos trabalhadores e seriam descontados então no dia do pagamento, que costumava realizar-se de três em três meses. Nesses dias, que em geral eram quatro ou cinco, antes de todos terem sido pagos, o lugarejo regurgitava de pessoas, todas contentes e, naquela ocasião, todos gastavam, jogando, comendo e bebendo sem se lembrar tanto de economia.

Com estes vales, os comerciantes recebiam as devidas importâncias em dinheiro do responsável pelo governo. Assim, garantia-se não só o fluxo econômico em seus negócios, como também se estabeleciam nestes locais os laços de amizade, solidariedade e compadrio.

Neste momento, os negócios de Próspero iam muito bem e ele gozava de uma certa liderança na comunidade. Ele reinveste seus lucros, adquirindo lotes de terra e construindo, tanto que um dos seus barracões na sede é utilizado como Igreja, até que seja construído um local adequado para a mesma.

Segundo o que pudemos apurar, Próspero Pippi manteve contato com sua família na Itália. Devido ao seu sucesso no empreendimento comercial e ainda considerando que seu pai já havia falecido (1870), ele chama a família que se organiza para emigrar. Assim, Próspero reúne capital para expandir seus negócios de um lado e proporciona a vinda de seus irmãos, de outro. São duas ações concomitantes, mas de grande efeito no grupo familiar. Ao mesmo tempo, busca sua realização pessoal e, talvez, parte de seu projeto de vida, quando, aos 13 dias do mês de abril de 1879 ele casa com a trentina Serafina Guarienti, que havia chegado na colônia com seus pais Leopoldo e Anna Busetti Guarienti, em março do ano anterior (1878). Nessa mesma

época, seus irmãos Giuliano e Luiza Aldegonda também estavam prestes a se casar. Assim, a família se estrutura para que ao menos um dos irmãos emigre, inicialmente.

Quanto à ocupação das terras na nova Colônia, Próspero reservou o lote urbano nº 110, na sede da colônia para seus pais e do qual recebeu o título de propriedade em 20 de junho de 1882 (Livro de Genealogia CPG, nº 9, p.7). A decisão da família Pippi, na Itália, pela emigração, em resposta ao chamamento de Próspero Pippi, vai ter continuidade com a vinda de Flávio Bruno Pippi, irmão de Próspero, com 21 anos de idade. O jovem vai encontrá-lo em Silveira Martins. Seu irmão mais velho, Giuliano Pippi, havia casado com a jovem Apollonia Pippi em 14 de setembro de 1879⁹⁴ e com ela já tinha quatro filhos pequenos, não tendo, neste caso, condições de emigrar. Sua irmã Luiza Aldegonda casou na mesma data que Giuliano com Aléssio Chelotti e com ele já tivera um filho, estando, em princípio, também com dificuldades para vir.

Flávio Bruno chegou ao Brasil no ano de 1881, embora o registro de sua saída pelo Porto de Gênova e o de sua chegada ao Brasil não tenham sido encontrados. Se ele teria seguido a rota de seu irmão Próspero, não há como sabermos, mas o fato é que, em 1881, o jovem já se encontrava na colônia. Sua inserção nela foi rápida, pois, no primeiro dia de 1882, ele será padrinho, juntamente com Ema Tognotti, da filha de Lorenzo Biazus e Giovanna Barchet, Ema Itália. É possível supor que isto tenha ocorrido devido ao prestígio dos Pippi e às relações de Lorenzo Biazus com seu irmão Próspero, uma vez que Lorenzo foi um dos líderes do primeiro grupo de italianos que chegam à Santa Maria (Silveira Martins) e, sendo assim, era contemporâneo de Próspero. Entretanto, certamente as redes de sociabilidade e de solidariedade neste momento já estavam em funcionamento na Colônia. Aqui, é necessário nos valermos da discussão feita por Moutoukias (1995, p. 228 apud IMÍZCOZ, 2004, p.122) sobre redes. Ela é entendida como “um conjunto específico de conexões entre um grupo definido de pessoas, com a propriedade adicional de que as características das ditas conexões podem ser usadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas” [tradução nossa] e serve para sublinhar as relações sociais. Alguns fatos ocorridos no início da colonização demonstram já a existência destas relações em rede.

Para a colonização da Colônia Silveira Martins com imigrantes italianos, a Inspetoria de Terras e Colonização, sob o financiamento do governo Imperial, assina o contrato com a empresa porto-alegrense Carvalho Bastos & Vieira que começa a vigorar em primeiro de janeiro de 1878, os quais são responsáveis, pela “viagem, transporte, alimentação, remédios,

⁹⁴**Atti di Matrimonio.** Comune Trassilico. Anno 1879, nº9 e nº12.

acomodações, ferramentas, queixas, bagagens e correspondências dos imigrantes” (SPONCHIADO, 1996, p.56). Esta empresa passa a ser, de fato, responsável pela colonização do lugar. Guilherme Greenhalgh⁹⁵, engenheiro responsável pela medição dos lotes nos anos iniciais da colônia, trabalhou de perto com os italianos recém-chegados. Durante sua administração, ocorreram revoltas por parte dos colonos e, segundo Sponchiado (1996, p.56) e Ancarani (1914, p.68), Próspero Pippi teria salvado a vida do engenheiro Greenhalgh em uma destas ocasiões. Este fato, entre outros, é um indicador de que Próspero Pippi era uma liderança local, ou seja, de que era ouvido e respeitado, pois havia sido o mediador da situação e contornara as desavenças. Nesse sentido, fora o porta-voz dos colonos e falara em seu nome, mas soubera se comunicar e evitar o conflito.

Neste mesmo ano, concomitante com a chegada de Flávio Bruno Pippi na colônia, registrava-se também a chegada dos padres Vitor Arnoffi e Antonio Sório. Estes, assim como os demais imigrantes, procuravam com a imigração buscar novas oportunidades, melhorando sua condição de vida e adquirindo patrimônio material. Nesse contexto, é que foram convidados por Antonio Vernier, a pedido de Paulo Bortoluzzi, para virem ao Rio Grande do Sul. Ambos veem neste convite uma possibilidade de “fazer a América”.

Pe. Arnoffi foi designado pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras para permanecer na sede da colônia e Pe. Sório ficara em Vale Vêneto. Como lideranças religiosas estavam empenhados na assistência espiritual da colônia e em construir relações com os paroquianos. Estas, ao mesmo tempo em que os aproximava de alguns grupos, os distanciava de outros⁹⁶. Lorenzo Biazus, por exemplo, reconheceu no Pe. Arnoffi, quando da sua chegada à sede, o padre que havia celebrado a última missa de um grupo de imigrantes antes da sua partida da Província de Belluno, de onde ambos eram oriundos. O reconhecimento por parte do conterrâneo favoreceu a criação de laços de confiança e solidariedade (VENDRAME, 2013 p.63-64). Novas redes de solidariedade e sociabilidade se formariam na colônia pela mão dos sacerdotes, pois a proximidade do padre com Lorenzo Biazus e as boas relações mantidas entre os dois sacerdotes são indicativos de que o quadro das relações sociais do padre Arnoffi também fossem parte das do padre Sório. Considerando que a igreja é um ponto de convergência, de

⁹⁵ Este engenheiro foi sucedido por Dr. Saldanha Marinho Filho, seguido por Luiz José de Almeida, Tomaz de Aquino Couto e, em 1881 assume José Manuel da Siqueira Couto o qual considera-se como o fundador da Colônia.

⁹⁶ Sobre a vinda destes padres à Colônia em 1881 e principalmente sua inserção na sociedade e os desfechos trágicos de ambos. Foram muitos os pesquisadores que se dedicaram a este estudo abordando de várias perspectivas o tema. Para aprofundar estas discussões, consultar principalmente os trabalhos: Vendrame (2007 E 2013); Vêscio (2001), Righi, Torri, Bisognin (2001), Bonfada (1991), Sponchiado (1996), Possamai (2005), Pozzobon (1997), e Bolzan (2011).

agregação dos colonos, o bom relacionamento com os padres vai além de ser católico fervoroso e atende igualmente a interesses econômicos e políticos.

Com o estabelecimento do padre na sede, o comerciante Próspero Pippi, amigo de Lorenzo, que já vinha cedendo espaço em seu barracão de madeira para a celebração das missas dominicais, realizadas trimestralmente pelo padre José Marcelino de Souza Bittencourt, vigário de Santa Maria, reforça suas relações com o novo pároco e com a comunidade, permitindo que este local continue sendo usado para as missas.

Como já se sabe, a cedência do barracão do comerciante Próspero Pippi para as missas também era uma maneira não só de estreitar os laços com o padre, mas também de impulsionar seus negócios, pois desde o seu estabelecimento como comerciante, a reunião dos colonos aos domingos movimentava seus negócios

Aos domingos, portanto, era um contínuo chegar de colonos, de todas as direções, uns a pé, outros a cavalo e, quando eram nove horas da manhã, todos os negócios, “case di pasto”, e botequins estavam cheios de gente. A maior parte estava tomando seu desjejum, comendo um prato de mondongo, uma sopa ou um prato de carne e tomando um copinho de cachaça, porque outra bebida não havia, a não ser o Carlon, um vinho português muito artificial, que não sentava bem no estômago, e era muito caro. (LORENZONI, 1975, p. 73)

Depreende-se que o comércio era impulsionado aos domingos com o movimento das compras e das sociabilidades. Assim, o fato de a celebração dominical ser ministrada por um padre, garantia a circulação dos paroquianos e os investimentos, bem como, uma boa prosa. Aqui a motivação e o empenho são de duas ordens: religiosa e econômica. Devido à importância da casa comercial de Pippi e, sem menosprezar as demais⁹⁷, vemos que está investindo para firmar sua imagem comercial ao ceder espaço para os ritos religiosos da comunidade. Esta é uma situação partilhada não só por Pippi, mas também por outros comerciantes como Paulo Bortoluzzi, que juntamente com a comunidade do Vale Vêneto se empenhou em trazer padres da Itália para que atendessem às necessidades religiosas dessa população. A questão aqui não é medir a religiosidade, mas sim, evidenciar as relações estabelecidas por conta, ou não, desta maior ou menor proximidade.

Após a morte do Pe. Vitor Arnoffi em 1884, o Pe. Antonio Sório é nomeado como o novo vigário pelo Bispo Diocesano da Paróquia de Santo Antônio. Estas relações entre os imigrantes e os padres serão firmadas, de agora em diante não só na pia batismal, mas também

⁹⁷ Segundo Ancarani (apud SANTIN; ISAIA, 1990, p. 81) no período de 1877 a 1914 a sede da colônia contava com 24 comerciantes.

no altar e nos cartórios. É o que pudemos perceber quando destacamos a trajetória de Flávio Bruno Pippi que, já inserido na colônia, adquire o lote número 111 da sede e se dedica à atividade comercial junto com seu irmão Próspero. Em 1886, Flávio Bruno se une em matrimônio com Anna Brondani⁹⁸ na igreja Santo Antônio de Pádua em Silveira Martins, tendo como celebrante o padre Dom Antonio Sório⁹⁹.

O desenvolvimento da região colonial toma novo impulso com a chegada do trem a Santa Maria em 1885¹⁰⁰ e com a inauguração do entroncamento na Estação Colônia em Santa Maria, da estrada de ferro Porto Alegre – Uruguaiana. O acesso à sede da colônia Silveira Martins, se deu com a participação de muitos imigrantes (SANTIN; ISAIA; 1990, p.30). A colônia administrada diretamente pelo Ministério da Agricultura, de 1886 a 1889 têm

Uma comissão de Melhoramentos, presidida pelo Imigrante Próspero Pippi, homem de espírito comunitário e dotado de grande poder de liderança. Esta comissão assumiu, entre outras atribuições, a de demarcar os limites do distrito colonial, a fim de facilitar a arrecadação de impostos (SANTIN, ISAIA, 1990, p.31).

Este é o período em que Próspero Pippi amplia suas atividades de representação da colônia, destacando-se ora no campo político, ora no econômico ou em ambos. Buscando ampliar essas relações ao final do Império (1887 a 1892), Próspero Pippi traz para o Brasil seus outros três irmãos homens, juntamente com sua mãe. Gotardo Dionísio Adolfo chegou a 16 de agosto de 1887 no Rio de Janeiro, tendo embarcado no porto de Gênova a bordo do Vapor Adria. Dos outros irmãos não se pode precisar uma data para a entrada no Brasil. Além disso, a sua rota de viagem ainda permanece desconhecida. Pressupõe-se, no entanto, que tenha sido a mesma usada por Próspero, quando da sua vinda para a América, ocasião em que, desafortunadamente, sofreu um naufrágio. O que nos leva a concluir, por esta estratégia, é que o único registro encontrado de saída da Itália para a família Pippi data de 1904, quando Apollonia Pippi, esposa de Giuliano, viaja da Itália para a Argentina, acompanhada de dois filhos. Quanto à matriarca da família, Elena Giani, vinda entre 1887 e 1892, faleceu na colônia em 19 de outubro de 1903, com 79 anos (Livro de Genealogia CPG, nº 9, p.7).

⁹⁸ Filha de Giobattista Brondani e Mariana Conavis, nascida aos 21 de janeiro de 1861 em Gemona, Itália.

⁹⁹ Livro de casamentos de Silveira Martins nº 1, folha 13.

¹⁰⁰ Esta estrada teve início em 1877, passando por Cachoeira (1883) Santa Maria dois anos após e chegando a Uruguaiana em 1907. De Santa Maria dirigiu-se aos norte interligando Cruz Alta, passando por Passo Fundo e chegando a Erechim. Neste caminho posteriormente será criada estação Val de Serra. (SAQUET, 2003. p. 78 e SPONCHIADO, 1996. p. 73).

Na continuidade da trajetória familiar que estamos estudando, verificamos que é aqui no Brasil que todos os irmãos Pippi irão constituir família. Próspero e sua esposa Serafina tiveram 16 filhos¹⁰¹, dos quais apenas 10 sobrevivem. São eles:

José Pippi, nascido em 1883; Santo Dante, nascido aos 11 de março de 1887; Damásio João, nascido aos 25 de agosto de 1891; Américo Francisco, nascido aos 18 de novembro de 1894; Ester Ana, nascida aos 12 de agosto de 1896; Milena Josefa, nascida aos 18 de outubro de 1899; Odone Felipe, nascido aos 29 de dezembro de 1900; Plínio, nascido aos 29 de janeiro de 1905; Próspero Filho, nascido aos 13 de novembro de 1907; Serafin Luis, nascido aos 28 de junho de 1908.

Próspero Pippi, um dos primeiros imigrantes da hoje chamada Quarta Colônia, havia se tornado um homem de posses tanto para os padrões imigrantes quanto para os padrões da elite local do final do séc. XIX. Era dono de vários lotes de terra na sede, dentre os quais os números: 483, na Linha 1 norte, 263 na Linha 1 Sul e dos lotes urbanos números 107 (este era de propriedade de sua mulher Serafina) 108, 112 e, no Núcleo Norte os lotes 70 e 71. Na sede, Próspero era também proprietário de uma casa que alugou para servir de quartel e cadeia no período de 1 de março a 31 de dezembro de 1888. No desdobramento destas atividades econômicas, ele atuava também em outros setores como a fundação de associações. Em 16 de agosto de 1885, Próspero Pippi e seu irmão Flávio Bruno participaram da fundação da *Associazione di Mutuo Soccorso fra gli operai italiani di Silveira Martins*, posteriormente denominada *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I*, a qual objetivava principalmente o auxílio aos sócios em caso de doenças ou por velhice (SAQUET, 2003, p. 93). Fundar associações de mútuo socorro com caráter beneficente no período em tela (final do séc. XIX) era revelar, mais uma vez, a importância do personagem naquela comunidade. Ele estava em todas as atividades, das políticas às de benemerência. Tais ações nos permitem aquilatar a sua importância na colônia naquele contexto.

O irmão de Próspero, Flávio Bruno Pippi, e sua mulher Ana Brondani tiveram apenas dois filhos, uma vez que ela, cinco meses após o seu segundo parto, faleceu. Celestina Helena, nascida em 20 de setembro de 1887, e Leão José João, nascido no dia 27 de outubro de 1888, perderam a mãe em 24 de março de 1889. O menino faleceu 14 dias após sua mãe. Diante da situação, Flávio Bruno casa novamente em 10 de outubro de 1889 com a jovem Ângela

¹⁰¹ Os dados sobre os filhos foram pesquisados no Livro de Genealogia nº 9, p.7 do CPG – Nova Palma. Optamos por descrever aqui somente os filhos sobreviventes, embora no decorrer abordamos um dos filhos que faleceu, pois nesta genealogia consta somente 12 dos 16 filhos do casal.

Moretto¹⁰². Com ela, Flávio Bruno Pippi teve outros 13 filhos, já nascidos em Núcleo Norte¹⁰³, onde foram residir. Os filhos de Flávio e Ângela são os seguintes: José Francisco, nascido aos 10 de junho de 1890; Casemiro, nascido em 01 de junho de 1892; João Silvio, nascido aos 22 de junho de 1894; Amâncio, nascido aos 10 de maio de 1895; Eliza Luiza, nascida aos 3 de novembro de 1897; Floriza, nascida aos 18 de março de 1898; Abel nascido, aos 7 de setembro de 1899; Genoveva, nascida aos 28 de dezembro de 1901 e falecida aos 8 de agosto de 1902; Genoveva Maria, nascida aos 18 de maio de 1903; Helena, nascida aos 15 de janeiro de 1905; Ernesto, nascido aos 26 de março de 1907; Angelo, nascido aos 20 de novembro de 1908; Brunilda Hildegonda, nascida aos 9 de outubro de 1910.

O outro irmão, Gotardo Dionizio Adolfo Pippi, após chegar ao Brasil, seguiu os passos de seus irmãos e ficou na colônia ajudando-os. Em 1889, quando se iniciam os trabalhos para a criação de Núcleo de Jaguari (18.8.1889), os primeiros lotes são destinados a alguns imigrantes que estão na sede da colônia e que ainda não possuem lotes. É neste contexto que Gotardo transfere-se para lá, exercendo a atividade comercial, na qual está inserido, adquire o lote colonial nº 359, na linha 6, e em 2 de abril de 1892, casou-se com Maria Sesti¹⁰⁴. O casal teve apenas uma filha: Adelina, nascida aos 1893. Ele casou-se pela segunda vez, com Luiza Pergon e com ela teve o filho José Gotardo Pippi, nascido em 1909.

Em 1888, em data desconhecida, é a vez de mais um irmão, Giuliano Pippi, emigrar para o Sul do Brasil. Ele, porém, deixou sua esposa Apollonia Pippi com quatro, de seus cinco filhos em Fabbriche di Vallico, na Itália. Seus filhos eram: Pasqua, nascida em 1875; Davide Erminio, nascido em 1877; Donato Romano, nascido em 1879; Maria Imola Concetta, nascida em 1881; Giuseppe Antonio, nascido em 1884.

Como a mãe Apollonia ficara na Itália e encontramos o registro de casamento de Maria Imola Concetta¹⁰⁵ em Jaguari, é provável que a menina de apenas sete anos tenha vindo com seu pai, já que ele trouxe um dos filhos quando emigrou. Ganharia consistência esta hipótese se, neste momento, tivesse emigrado também a avó paterna Elena Gianni. No entanto, não se pode afirmar com segurança, que ela tenha vindo com este filho, mas é uma hipótese bastante plausível. De qualquer modo, Giuliano emigra e permanece em Silveira Martins.

¹⁰² Ela filha de Angelo Moretto e Luigia Reffo, nascida aos 7 de setembro de 1867 em Tombolo – Província de Pádova – Itália. Todas estas informações foram pesquisadas no Livro de Genealogia nº 5 p.27- CPG – Nova Palma e no arquivo da particular de Maria Neli Donato Pippi, de Nova Palma.

¹⁰³ Núcleo Norte – foi um dos núcleos de colonização, da colônia Silveira Martins, criado em 1883. Atualmente é o município de Ivorá.

¹⁰⁴ Nascida em 1875 na Itália, filha de Giuseppe e Adele Brigati.

¹⁰⁵ Casada aos 17 de setembro de 1898 com Artemio Sesti, conforme Livro de Genealogia nº 9 p. 113 CPG – Nova Palma

No contexto da organização familiar dos Pippi, verificamos que o ano de 1889 é importante para esta família, uma vez que neste ano Flávio Bruno se transfere para o Núcleo Norte com sua família, e Gotardo passa a morar em Jaguari. Então, Próspero Pippi e seu irmão Giuliano permanecem na sede. A inserção deste na sociedade colonial local, dá-se aos poucos, à medida que vai se relacionando com os concidadãos amigos de Próspero entre os quais, Lorenzo Biazus¹⁰⁶.

A presença ou não de Apollonia Pippi, esposa de Giuliano no Sul do Brasil, não vinha sendo objeto de especulação até encontrarmos uma referência à sua morte em 1926, na sede da colônia. A partir deste fato, buscamos em diferentes listas de navios algum sinal de sua chegada. Fomos encontrá-la embarcando no porto de Gênova em 1904 com destino à Argentina¹⁰⁷, seus dados, nome, nacionalidade, idade, estado civil e destino conferem. Além disso, vinha acompanhada por dois de seus filhos Giuseppe, com 20 anos e Davide com 27 anos. Não havia mais dúvidas, Apollônia emigrara no início do século XX. Continua, entretanto, intrigando-nos o fato de ela ter ido para a Argentina. O caminho feito entre Buenos Aires e a Colônia Silveira Martins no centro do Rio Grande do Sul, não foi encontrado.

¹⁰⁶ Com a morte deste cidadão, Giuliano terá um relacionamento com a viúva, Giovana Barchet, do qual resultará um filho (Ernesto), nascido em 4 de março de 1902, mas legitimado somente em 1926, após a morte de sua esposa Apollonia Pippi. A relação extra-conjugal não era, certamente, novidade na vida destes homens e mulheres imigrantes. Mas aqui tivemos, ao que tudo indica, um caso excepcional já que o cuidado foi com a mulher do Giuliano - Apollonia Pippi e não com a criança ou mesmo com a mãe do menino certamente bastante vulnerável naquele momento.

¹⁰⁷ Listas de Embarque do Porto de Gênova, arquivadas no Centro Internazionale Studi Emigrazione Italiana (CISEI). Chegada ao Porto de Buenos Aires, arquivada no Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA), na Argentina.

Figura 30: Lista de Embarque no Porto de Gênova

Sono presenti nella banca dati 15 nominativi che corrispondono ai criteri di ricerca

N.	Nominativo	Età	Data viaggio	Luogo registrazione	Scheda
1	PIPPI NELLO	21	06-03-1906	Stati Uniti	
2	PIPPI GIUSEPPE	20	05-11-1904	Argentina	
3	PIPPI APOLLONIA	53	05-11-1904	Argentina	
4	PIPPI DAVIDE	27	05-11-1904	Argentina	
5	PIPPI RANIERI	30	24-07-1891	Brasile, San Paolo	
6	PIPPI AMNIBALLE	27	26-07-1889	Brasile, San Paolo	
7	PIPPI MATTEU	51	11-12-1887	Brasile, San Paolo	
8	PIPPI RENZO	24	06-01-1948	Argentina	
9	PIPPI DAVID	23	01-10-1926	Argentina	
10	PIPPI CHURICHETA	22	27-11-1926	Argentina	
11	PIPPI GIUSEPPE	24	02-05-1926	Argentina	
12	PIPPI LEOPOLDO	34	27-03-1906	Stati Uniti	
13	PIPPI LEOPOLDO	29	31-03-1904	Stati Uniti	
14	PIPPI LORENZO	24	01-02-1905	Stati Uniti	
15	PIPPI PELLEGRINO	17	26-04-1905	Stati Uniti	

Fonte: http://www.ciseionline.it/KMS/inc_188.asp

Figura 31: Lista de Chegada na Argentina

Mostrar 10 registros

Filtrar resultados:

Apellido	Nombre	Edad	Estado Civil	Nacionalidad	Lugar de Nacimiento	Profesión	Fecha de Arribo	Barco	Puerto
PIPPI	APOLLONIA	53	C	ITALIANA	DESCONOCIDO	AGRICULTOR	1904/11/05	TOSCANA	GENOVA
PIPPI	DAVIDE	27	S	ITALIANA	DESCONOCIDO	AGRICULTOR	1904/11/05	TOSCANA	GENOVA
PIPPI	GIUSEPPE	20	S	ITALIANA	DESCONOCIDO	AGRICULTOR	1904/11/05	TOSCANA	GENOVA
PIPPI	DOMENICO	43	C	ITALIANA	PERUGIA	AGRICULTOR	1923/11/19	TOMASO DI SAVOIA	GENOVA
PIPPI	FEDERICO	16	S	ITALIANA	PERUGIA	AGRICULTOR	1923/11/19	TOMASO DI SAVOIA	GENOVA
PIPPI	INOCENSA	20	C	ITALIANA	PERUGIA	AGRICULTOR	1924/09/22	PRINCIPE DI UDINE	GENOVA
PIPPI	ASUNTA	23	C	ITALIANA	PERUGIA	CIVIL	1925/04/23	CONTE ROSSO	GENOVA
PIPPI	GIUSEPPE	24	S	ITALIANA	TRASILICO	AGRICULTOR	1926/05/02	PINCIO	GENOVA
PIPPI	DAVID	23	S	ITALIANA	LUCCA	AGRICULTOR	1926/10/01	TAORMINA	GENOVA
PIPPI	VITTORIO	64	C	DESCONOCIDA	LUCCA	INDUSTRIAL	1926/11/14	GIULIO CESARE	GENOVA

Fonte: <http://cemla.com/buscador/>

As duas listas, como vemos, completam-se. Eles chegaram à Argentina no dia 5 de novembro de 1904, com o Navio Toscana, são agricultores e, à exceção de Giuseppe, a mãe e o irmão sabiam ler e escrever. O lugar de nascimento é desconhecido, ou seja, não declararam a procedência. O que nos parece plausível é que provavelmente a rota da família Pippi tinha como destino os países do Prata e de lá dirigiam-se ao Brasil. Ao analisar a documentação

familiar, encontramos estreitas relações entre os Pippi e o comerciante Amós Nocchi, estabelecido em Bagé, também toscano que importava e exportava em sua casa de negócio. Levando em conta que Bagé é uma das portas de entrada para o estado, uma possibilidade é que este tenha sido o caminho percorrido (RUGGIERO, 2015, p.174-175).

Isso nos permite inferir que esta foi a rota de migração feita por algum dos integrantes da família e, certamente, mantiveram contato com os familiares que lá permaneceram.

O último dos irmãos a vir para o Brasil foi Vitório Oreste Pippi, porém, ele emigra com sua esposa Rosa Corsi e a filha pequenina Vitória. Casado aos 13 de abril de 1891, em Fabbriche di Vallico, sua filha nasceu lá, aos 4 de fevereiro de 1892. Neste mesmo ano, decidem se juntar a seus irmãos na América. Eles, num primeiro momento, ficam em Núcleo Norte, provavelmente com Flávio Bruno, posteriormente transferem-se para Jaguari, São Francisco, Novo Treviso (na época núcleo Geringoza), e depois voltam para o Núcleo Norte. Tiveram, além de Vitória, mais 11 filhos: São eles: Serafim, nascido aos 28 de novembro de 1895; Alberto, nascido aos 19 de março de 1897; Luiz, nascido aos 29 de abril de 1899 e falecido; Maria, nascida aos 15 de março de 1900; Amélia, nascida aos 15 de fevereiro de 1902; José, nascido aos 21 de fevereiro de 1903; Ângelo, nascido aos 16 de outubro de 1905; Antônio, nascido aos 27 de agosto de 1907; Vitor Francisco Ludovico, nascido aos 10 de julho de 1910; Casemiro Juliano, nascido em 1 de agosto de 1912; Rosa, nascida aos 2 de março de 1916.

O que percebemos, ao final do processo emigratório da família Pippi, é que Próspero trouxe todos os seus irmãos, mas os deixou um tempo para aprenderem e adquirir experiência na atividade comercial. Além de aprender o ofício de comerciante, era necessário aprender também os meandros envolvidos nessa atividade. Só depois é que cada um deles passava a ser responsável por uma nova casa comercial, ampliando, assim, a rede econômica familiar, bem como as relações familiares que vão se constituindo com os casamentos.

3.2.2 Família Pigatto

Lucia Catterina Mazzardo, esposa de Luigi Pigatto, estava grávida quando de sua chegada ao Brasil. Conforme mencionado anteriormente, sua irmã Maria Madalena e Giácomo Turra, seu cunhado, já se encontravam desde 1883 na Colônia. Estes haviam adquirido os lotes nº 15 e 21 do Núcleo Soturno. Segundo os escritos de Padre Luiz, Giácomo Turra, em 1885, havia reservado o lote nº45, do referido núcleo, para Luigi Pigatto. Neste contexto, deve-se recordar que o Núcleo Soturno recém estava sendo criado, o que possibilitava que eles ainda pudessem reservar lotes para os conterrâneos que quisessem emigrar. O Núcleo Soturno (atual

município de Nova Palma) distava 39 km da sede da colônia. Na linha uma negativa¹⁰⁸, residiam estes parentes da família Pigatto que os acolheram na chegada.

Logo, Luigi adquiriu o Lote 45 e posteriormente, segundo escrito de Padre Luiz, em 16 de fevereiro de 1888,

Comprou no cabeçalho da terra, o direito de “nacionais” do Lote 91. Nas alturas da extremidade Leste deste, no alto, havia quantidade de “caboclos”, com os quais, a família [...] foi se criando e acostumando. Não houve, pois, dificuldades em adquirir direitos confrontantes e vicinais, e, mais tarde, terras de campo.

Como se pode perceber e comprovar-se pelas escrituras de terras, contratos de compra e venda e títulos de propriedade, desde que chegou ao Núcleo Soturno, Luigi Pigatto adquiriu os seguintes lotes pertencentes à Linha nº1 do referido núcleo da ex-colônia Silveira Martins: nº 45, 90,91,92,93 e 94. Destaca-se que dois destes 6 lotes foram comprados diretamente do governo, ao passo que os outros foram comprados, com o tempo, de portugueses que tinham a posse os quais, na descrição de Padre Luiz, são referidos como “nacionais”.

Ele dedica-se à agricultura num primeiro momento, mas posteriormente vai investir os recursos adquiridos em uma casa comercial. Este casal teve 11 filhos¹⁰⁹, dos quais 10 nasceram em terras brasileiras, no Núcleo Soturno, estes enumeramos a seguir: Luiz Filho Pigatto, nascido aos 27 de junho de 1888; Maria Luiza Pigatto, nascida aos 11 de dezembro de 1890; Rosa Pigatto, nascida aos 13 de junho de 1892; Luiza Pigatto, nascida aos 29 de junho de 1893; Pedro Pigatto, nascido aos 8 de dezembro de 1895; José Vincenzo Pigatto, nascido aos 20 de junho de 1896; Antonio Domingos Pigatto, nascido aos 8 de dezembro de 1897; Angela Pigatto, nascida aos 9 de setembro de 1900; Catarina Pigatto, nascida aos 20 de outubro de 1902; Elizabetha Elsa Pigatto, nascida aos 3 de fevereiro de 1905.

A prosperidade pretendida, ao deixar a Itália, vai sendo atingida pela família, pois, como veremos a seguir, o poder econômico que vai sendo paulatinamente conquistado, transforma-se não só para estes imigrantes, mas também para as gerações sucessivas em poder político. A prosperidade estava não só visível na sociedade colonial local, mas também demonstrada aos parentes na Itália.

Retomando a motivação havida quando da decisão pela emigração, em resposta à propaganda que os parentes já estabelecidos haviam feito, Zannini e Gazzi (2003, p.318) ao

¹⁰⁸ Padre Luiz compreendia por linha uma negativa, a sucessiva a linha base (zero) de medição do núcleo, mas oposta a linha uma (positiva).

¹⁰⁹ Estas informações e os dados genealógicos foram consultados no Livro de Genealogia nº 3. p.99 do CPG.

referirem-se à reação dos agricultores em relação a estas notícias, afirmam que “tendeva naturalmente a dar credito alle parole stese di pugno dal parente già emigrato, dal paesano fidato”¹¹⁰. Retoma-se esta questão, pois Luigi Pigatto manteve correspondências com os parentes que permaneceram na Itália. Então, a carta passa a ser a forma mais creditada de informações. Sobre o tema Levi (2015, p.23) nos diz que

O lugar-comum da emigração como fruto de uma caótica fuga de miseráveis e como consequência do processo de proletarização é, com certeza, errado: emigram aqueles que podem emigrar e porque tem uma sólida rede parental e recursos materiais, que fazem da emigração um investimento dentro de uma estratégia de gestão dos recursos, forte e complexa; emigram os proprietários mais do que os proletários, mesmo que, obviamente, o fenômeno comece como resposta à crise dos preços dos produtos agrícolas, a partir dos anos 80 dos Oitocentos.

A Carta¹¹¹ datada de 20 de janeiro de 1896 (ver anexo H), enviada de Friola, por seu cunhado Vincenzo Bettinardi confirmando que havia recebido a correspondência e as fotos enviadas pelos cunhados do Brasil, é um exemplo destas correspondências. Fala das novidades na comunidade e da situação da família, a qual estava cultivando campos e que eles, apesar das estiagens, haviam colhido bem (BETTINARDI, Vincenzo. 20/01/1896, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto). Assim, as correntes de informações estabelecidas entre o país de origem e o de chegada, através das cartas, das fotografias e das remessas de dinheiro, eram a ponte e a propaganda mais eficaz da imigração. Citando Ramella (2001, p.143) “il motore dell'emigrazione è diventato negli anni l'emigrazione stessa”¹¹².

Quanto a Vincenzo Pigatto, que imigrou juntamente com o irmão e a cunhada, não residiu com a família Turra, como havia feito Luigi. Inicialmente, estabeleceu-se no lote 24, solitário e em meio ao mato. Segundo as memórias de Luigi Girardello, relatadas por Padre Luiz (Escritos, 09.09.1892), esta família natural de Breganze, em Vicenza, vendo-o sozinho convidaram-no para residirem com eles no lote de nº6. Alguns dias depois, Vincenzo transferiu-se para junto da família Girardello.

Trabalhou inicialmente como jornalista no núcleo, exercendo várias atividades, inclusive para Luciano Descovi, com quem passou a manter estreitas relações. Posteriormente,

¹¹⁰ Tradução: Tendiam naturalmente a dar crédito às palavras escritas de punho pelo parente já emigrado, pelo compatriota de confiança.

¹¹¹ Muitos autores trabalharam a questão das correspondências como sendo a fonte de informação mais creditada e o motor que mantinha o fluxo destas e/imigrações. Para título de conhecimento destacamos Franzina (1979) e Rech, Rech (1996).

¹¹² Tradução: O motor da emigração tornou-se ao longo dos anos a própria emigração.

arranjou trabalho na construção da estrada de ferro, próximo à Estação Pinhal, localizada no atual Município de Itaara, na linha ferroviária que ligava Santa Maria a Marcelino Ramos.

Enquanto seu irmão Luigi trabalhava inicialmente na terra, Vincenzo não se dedicou somente à atividade agrícola e logo procurou adquirir um lote na sede do núcleo. Aliás, o lote pretendido era o de número 81, e estava ocupado por Próspero Pippi, com sua casa de negócios. Ele intencionava construir ali, também, um moinho hidráulico. No entanto, por conta de desavenças havidas entre este e o diretor da Colônia Manuel José da Siqueira Couto, Vincenzo conseguiu adquirir o lote, mediante um “acordo econômico”¹¹³, em maio de 1890¹¹⁴. O jovem Pigatto demonstrava muita habilidade com os negócios.

No ano seguinte, construiu no referido lote uma pequena casa, com um dormitório, na qual passou a residir. Sua futura esposa, Amélia Grassi, também chega ao núcleo neste momento histórico, quando de São Paulo, vem residir com seu tio Matteo Grassi. Letrada, ministrava aulas em italiano para algumas crianças. Logo inicia-se o namoro.

No ano seguinte, aos 9 de setembro de 1892, casam-se no religioso Vincenzo Pigatto e Amélia Grassi¹¹⁵. Segundo a documentação encontrada no CPG, o casal já havia se organizado para após o casamento trabalhar em Vale Vêneto com o comerciante Paolo Bortoluzzi. E assim o fizeram, onde

Ela, letrada, [trabalhava] no balcão e [com a] escrita da Loja; Ele – (semi - alfabetizado) – [trabalhava] no transporte em carroças, de cargas e descargas de produtos e mercadorias, na Ferrovia de Arroio do Só e [em] S. [Santa] Maria, [nos] serviços domésticos de ordenha, trato de animais, plantio e limpeza de lavouras (SPONCHIADO, Escritos, 09/09/1892, Caixa Pigatto, p.1 verso)

Permanecem trabalhando com o senhor Bortoluzzi até 1895, quando, após realizarem o casamento no civil, legalizaram a situação com o fim de estabelecer-se em “Campo do Meio”, hoje município de Faxinal do Soturno, com negócio próprio.

As terras desta região pertenciam aos grandes latifundiários como Theobaldo Barbosa Lima e Miguel Martins, que especialmente a partir de 1890, foram sendo loteadas e vendidas a imigrantes já estabelecidos na colônia. Paolo Bortoluzzi, em 1893, foi procurador de Manuel

¹¹³ No documento original a palavra utilizada foi “gorjeta”.

¹¹⁴ Sobre este episódio consultar: SPONCHIADO, Escritos, 10/05/1890. CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

¹¹⁵ Filha de Michelle Grassi e Fiorina Lorschi, natural de Santa Maria delle Rovere-TV/ Itália. O registro civil do casamento foi realizado aos 17 de maio de 1895 livro de Dona Francisca nº 1 pág.57, quando residiam em Vale Vêneto. Segundo as informações ela tinha irmãos em São Paulo que eram proprietários bem sucedidos de casa comercial e de uma firma de carrocerias e, com os quais mantinham contato assiduamente.

Py na venda das terras, as quais este havia adquirido e loteado da Sesmaria Miguel Martins. Vincenzo Pigatto, que trabalhava com Bortoluzzi, organizou-se para mais tarde adquirir terra na região.

Segundo Cesca (1975, p.54), Vincenzo teria adquirido o negócio de um senhor conhecido como Gobbetto, na entrada da atual da cidade, vindo de Nova Palma. Neste primeiro momento, ele ainda se dedicava à agricultura, enquanto sua esposa lecionava e cuidava do pequeno negócio. Vincenzo e Amélia não tiveram filhos, mas criaram os sobrinhos Luigia e José Vincenzo, filhos de seu irmão Luigi Pigatto.

Os dois irmãos dedicaram-se a atividades diversificadas, como por exemplo, em muitas ocasiões em que são contratados para os serviços de abertura de estradas, o que possibilitou uma renda extra, além do cultivo do lote (s) colonial, que vai sendo reinvestido em outras áreas como a casa de negócios e na aquisição de terras, como veremos no capítulo seguinte.

4 CONSOLIDAÇÃO DO PODER FAMILIAR: DA “VENDA AO GOVERNO”

As vendas [...] foram, sem dúvida, um *locus* colonial privilegiado, onde vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e *tomavam partido* nas diversas situações (Witt, 2008, p.214-215).

Neste capítulo, deter-nos-emos na análise da rede comercial estabelecida no território colonial pelas famílias Pippi e Pigatto. Procurar-se-á exemplificar, a partir destas relações, as redes e alianças estabelecidas para a sua afirmação e inserção na sociedade sul-rio-grandense. Isto vai se dar, principalmente, através das casas comerciais, compreendidas como espaço, por excelência, de sociabilidades, além de espaço econômico e político. Queremos demonstrar, igualmente, como o conjunto de fatores contribui para a proximidade ou o afastamento entre os membros destas famílias, assim como, especificamente em Nova Palma, com o Padre Luiz Sponchiado, que será, mais tarde, o responsável pela construção da memória oficial da imigração italiana, na região. (Quarta Colônia).

A partir de agosto de 1882 a colônia Silveira Martins é emancipada, com este processo, embora a Comissão de Medição de lotes continuasse administrando a inserção dos imigrantes, a então ex - colônia passou juridicamente a ser o 5º distrito de Santa Maria. Neste momento, segundo Bolzan (2011, p. 38), as emancipações coloniais possibilitam a compreensão da política imperial brasileira de imigração/colonização como um processo ajustado aos interesses dos grupos detentores do poder. Ou seja, por vezes o governo central é responsável pelo processo, noutras transfere-o para as províncias ou a particulares, circunstanciado pelos interesses do momento.

É a administração provincial, naquele momento, portanto, a responsável pela ex- colônia Silveira Martins. Então, através do decreto 1570, de 21 de abril de 1886 que o referido território é dividido, sendo parte entregue à administração de Santa Maria [a parte mais significativa do território por incluir a sede], parte a Cachoeira do Sul, e uma terceira parte foi incorporada ao município de São Martinho. Após a sua emancipação, em 1901, esta parte passou ao município de Vila Rica, atual Júlio de Castilhos, conforme nos informa Bolzan. (2011, p. 37-38). Sobre esta divisão da ex-colônia, Beltrão (1958, p.77-78) nos diz que

As comunidades de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles, Dona Francisca e parte de Val Veronês foram agregadas ao município de Cachoeira do Sul; enquanto que o Núcleo Soturno (Nova Palma) e Novo Treviso passaram a fazer parte de Vila Rica (Júlio de Castilhos); e Silveira Martins continuou a ser administrada por Santa Maria.

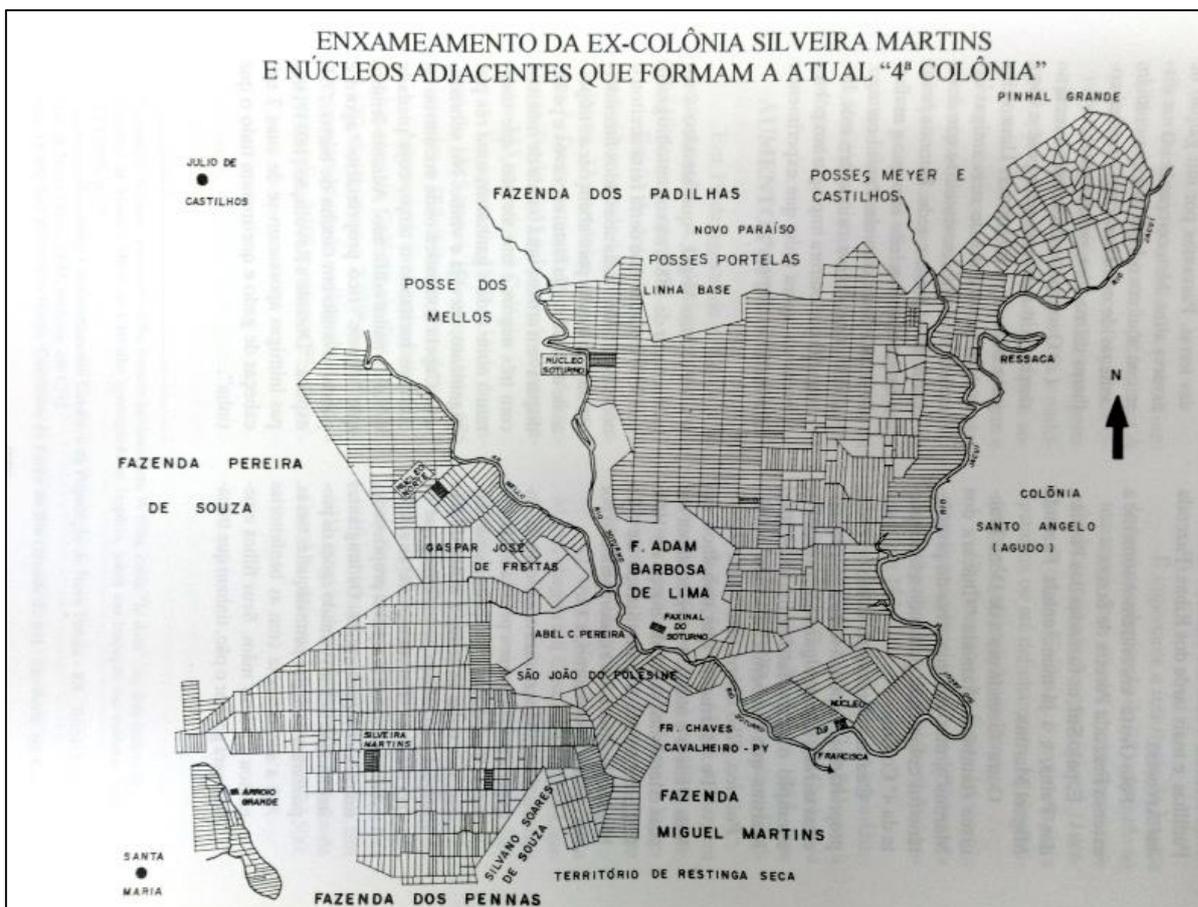
Este é, portanto, o espaço territorial da colônia, agora dividido e à mercê de iniciativas privadas na luta por melhorias. Ao mesmo tempo em que ocorria tal divisão, os imigrantes, longe de serem compreendidos como sujeitos passivos, buscavam na sociedade seu espaço e, para tanto, estabeleceram relações com o propósito de defender seus interesses. Os sujeitos históricos aqui estudados estavam inseridos nesta sociedade e se tornaram lideranças locais e regionais.

É importante destacar, ainda, que as terras coloniais eram circundadas por grandes extensões de campos e matos pertencentes a proprietários luso-brasileiros, que posteriormente vão lotear e vender estas áreas aos imigrantes que tinham condições de pagar por elas. Estas áreas eram as mais planas da região. Neste contexto, citamos, por exemplo, que tanto Paulo Bortoluzzi¹¹⁶ quanto Próspero Pippi, ambos comerciantes, atuaram como procuradores de Manuel Py¹¹⁷, na venda de seus lotes. O mapa deixa claro quais eram as propriedades particulares que cercavam a ex-colônia:

Figura 32- Núcleos Coloniais e Terras Confrontantes

¹¹⁶ Imigrante italiano, oriundo da Comune de Piavon, em Treviso na Região do Vêneto, que chega na Colônia em 20 de abril de 1878, e mais especificamente em Vale Vêneto. Era comerciante, possuía grande influência na região. Esteve à frente de iniciativas, como por exemplo, a de organizar a vindas dos primeiros padres para a Quarta Colônia. O trabalho de VENDRAME(2013), especialmente o capítulo 2, aborda a trajetória deste imigrante.

¹¹⁷ Manuel Py adquiriu parte das terras da sesmaria de Miguel Martins que compreendia Santos Anjos, Polêsine, Linha do Meio, estendendo-se até o Vacacaí Mirim (SPONCHIADO, 1996, p.70).



Fonte: Sponchiado (1996, p.71)

Tendo sua base nos núcleos coloniais, tanto a família Pippi quanto a família Pigatto adquiriram áreas de terra destes portugueses, seja na região de Faxinal do Soturno, seja na região de Júlio de Castilhos. Em alguns destes locais, esses imigrantes se estabeleceram com casa comercial, como é o caso, por exemplo, de Próspero Pippi, cuja “venda” era administrada por seu irmão Bruno e de Vincenzo Pigatto, ambos com negócios em Faxinal do Soturno.

Tanto a família Pippi quanto a família Pigatto, ao se estabelecerem na zona colonial, iniciaram suas atividades como comerciantes. No decorrer do tempo, investiram também na compra de terras. São estas relações comerciais, econômicas, sociais e políticas desenvolvidas nas vendas de Próspero e Flávio Bruno Pippi, assim como nas de Vincenzo e Luigi Pigatto, que serão nosso foco neste capítulo.

4.1 A Casa Comercial como Espaço De Sociabilidade

“O espaço de intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade na colônia era a venda, a casa comercial; referência territorial de negócios, conchavos políticos, discussões e

informações; de presença masculina por excelência, de barganhas e de poder do comerciante” (TEDESCO, 2010, p.283). É nesta perspectiva que vão entrar as casas comerciais dos sujeitos aqui estudados, assim como as atividades envolvidas em torno delas, longe de serem compreendidos como sujeitos passivos, processos. Segundo Lorenzoni (1975, p.74)

Cada casa de comércio possuía em geral sua tropa de mulas, umas quinze a vinte, que, todas as semanas saíam da colônia carregadas com produtos coloniais: milho, trigo, feijão, batatas e outros gêneros e voltavam para lá levando açúcar, café, arroz, sal, ferramentas, tecidos, louças, quinquilharias, etc.. e, desta maneira, quase todos foram conquistando uma posição

Neste sentido, portanto, são estes homens, envolvidos com as atividades comerciais na região colonial, que galgaram posições econômicas e sociais num primeiro momento e, posteriormente, posições políticas, as quais refletem e são parte da história desta inserção dos imigrantes italianos no sul do Brasil e dos quais as famílias Pippi e Pigatto são legítimas representantes

4.1.1 Silveira Martins: Próspero Pippi (Novo Treviso, Nova Palma, Jaguari e Faxinal do Soturno)

Próspero Pippi, foi um dos principais¹¹⁸ comerciantes da Quarta Colônia. Estabelecido, desde os primórdios da colonização italiana na sede do núcleo, investe em várias atividades mercantis. Além deste negócio, que oferecia os mais diversos produtos manufaturados aos imigrantes, adquiriu vários lotes de terras, investiu em um moinho, hotel e em uma “fábrica” de fumos.

A exemplo de outros comerciantes, Próspero adquire terras e bens por dívidas hipotecárias. A seguir, destacamos dois exemplares destes contratos:

- Aos 17 de novembro de 1899, no cartório de Silveira Martins (L2 fls 82), Lorenzo Pase hipotecou 40 alqueires¹¹⁹ de matos, no valor de 1.400\$000. Valor da dívida que possuía com o referido comerciante. (SPONCHIADO, Escritos, 17/11/1899, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi).

¹¹⁸ Destacado em várias bibliografias, como um dos principais comerciantes de Silveira Martins. Exemplo destas obras são Saquet (2003), Ancarani (1990), Righi; Bisognin; Torri (2001), Beltrão (1979) e Santin; Isaia (1990).

¹¹⁹ Um alqueire paulista corresponde a 2.42 hectares (ha). No entanto, não pudemos apurar se trata-se de alqueire paulista ou não. As demais variações desta medida, aumentam significativamente a quantidade de terra. Assim, partindo desta correspondência, pode-se estimar que nesta hipoteca 96.8 ha, foram dados como garantia de pagamento da dívida.

- Aos 12 de dezembro de 1906, no mesmo cartório, Júlio Donato hipotecou um lote rústico de terras e matos (30 ha), na linha 6 do Núcleo Norte, com benfeitorias incluindo um moinho. O valor da dívida era 2.500\$000, adquirido para seus negócios particulares (SPONCHIADO, Escritos, 12.12.1906, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi).

Este segundo caso exemplifica outra atuação do comerciante: sua casa comercial era igualmente uma casa de crédito. Isto é reforçado pelo documento datado de 24 de abril de 1895, o qual demonstra o empréstimo realizado por Próspero a Joan [João] Francisco Chaves, de Faxinal do Soturno, no valor de 59\$600. (Ver anexo I)

Tedesco (2010, p.297), ao analisar a dinâmica mercantil na obra o Quatrilho, de Pozenato, destaca que “nesse campo, a esperteza, a racionalidade nas contas, os cálculos de juro, o bom uso do dinheiro do outro são fundamentais. Dos empréstimos em dinheiro poderia resultar, dependendo da desgraça de quem o toma emprestado, numa boa colônia de terra a um preço baixo”.

No tocante à área territorial adquirida por Próspero, em lotes coloniais o total foram oito. Levando em consideração que os lotes coloniais, mediam em torno de 25 hectares¹²⁰, somente ele possuía 200 hectares de terra. Como afirmou Tedesco, esta racionalidade administrativa corroborou para que muitos, no caso, todos comerciantes analisados nesta tese, adquirissem áreas territoriais por conta das dívidas e empréstimos realizados aos colonos.

No caso deste comerciante, ele investe seus lucros na aquisição de um hotel.

Figura 33- Hotel Pippi em Silveira Martins

¹²⁰ Segundo Marin; Marin (2009, p.65), estes lotes eram de aproximadamente 25 hectares.



Fonte: Santin (1986, p.48)

[O]Hotel Pippi foi inaugurado na década de [1920] e permaneceu em atividade até 1945, quando a Vila Silveira Martins deixou de ser frequentada pelos veranistas. Estes provinham de Santa Maria, Porto Alegre e mesmo do Uruguai, São Paulo e Rio de Janeiro, atraídos pela excelência do clima e pela boa cozinha italiana. Havia outros fatores como a cordial acolhida e espontaneidade de seus moradores e visitantes (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p.650).

Além do hotel, em terras adquiridas em Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno, construiu um moinho (ESCRITOS, Padre Luiz, s/d).

Próspero Pippi formou também uma rede de casas comerciais, partindo da sede da colônia onde se estabeleceu como comerciante. Esta rede se estendeu de Silveira Martins a Faxinal do Soturno, Nova Palma e Novo Treviso. Em Núcleo Norte e Jaguari o negócio ainda é familiar, porém de propriedade de Flávio Bruno e Gotardo Dionizio. No entanto, conforme descrito no capítulo anterior, todos os seus irmãos estabeleceram-se em Silveira Martins, e após alguns anos de experiência, trabalhavam nas filiais, ou no seu próprio negócio. Além disso, em 1922, seus filhos se estabelecem em Júlio de Castilhos, com casa comercial.

No que tange às suas filiais, ao contrário do que afirmou Saquet (2003, p.133), não foi somente no ano de 1915 que ele expandiu seus negócios. Através da documentação, vimos que a vinda dos irmãos atendia à expansão dos negócios. No documento, datado de 15 março de 1899 (Pasta Livro 1- Relações Comerciais- AMNDP)¹²¹ encontra-se a dívida de hipoteca que

¹²¹ Este documento faz parte do acervo de Maria Neli Donatto Pippi, que a partir deste momento, abreviaremos da seguinte forma: AMNDP.

estava sendo paga por conta do balanço da casa comercial, que possuíam em Faxinal do Soturno, com data de 1896, Próspero e seu irmão Flávio Bruno Pippi. A partir deste momento, Flávio Bruno adquire a casa comercial, até então de seu irmão, que funcionava em Faxinal do Soturno, e pela qual ele era responsável, como se pode observar, no contrato (Ver anexo J) a seguir:

Os abaixo assignados, de uma parte Bruno Pippi residente no quinto distrito de Cachoeira e de outra Próspero Pippi residente em Silveira Martins Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, por este instrumento particular reduzido a Escritura pública [sic] convier a uma das partes, tens contractado [sic] o seguinte:

I [...] como resultou do balanço da casa de negócio sita no Faschinal [sic] do Soturno, effectuado [sic] em setembro de 1896 o cidadão Bruno Pippi se reconheceo [sic] devedor com o Senr [sic] Próspero Pippi da quantia de reis treze contos, duzentos e setenta e um mil reis.

II [...] hoje paga a dita dívida seguinte [da seguinte forma]:

a) em fazendas valor de cinco contos e duzentos e vinte e sete mil réis (5.227\$000).

b) em dinheiro um conto de réis e duzentos mil réis (1.200\$000).

c) dois terrenos um sito sub [sob] o Guarda Mor, outro na linha seis, dos quaes [sic] se obriga de passar-lhe a competente escriptura [sic] de venda, correndo todas as despesas por conta do vendedor pelo valor de dous [sic] contos e oitocentos mil réis.

d) cinco bois e tres [sic] carretas que entregará quanto antes resgattando [sic] o competente recibo, pelo valor de um conto de réis, porém se o Senr [sic] Próspero Pippi vender todo [sic] isso por mais de um conto de réis, tem de devolvê-lo ao Senr [sic] Bruno Pippi e se vender por menos, a differença [diferença] o Senr [sic] Bruno tem de pagar ao Senr [sic] Próspero.

e) uma letra a prazo de 90 dias de um conto de réis.

f) finalmente Rs 44.000 a vista e dous [sic] contos de réis com prazo de dous [sic] annos [sic] dando hipoteca [hipoteca] as duas casas que possui[sic] na sede Silveira Martins.

III [...] o Senr [sic] Bruno Pippi pode gozar da casa que ac- [continua verso] tualmente [sic] mora, como também do potreiro, por seis meses a correr da data de hoje sem pagar aluguel porém conservando a casa de potreiro nas condições que actualmente [sic] se acha.

IV [...] fica amortizadas qualquer transações comerciais e particulares que existia entre eles fora do que tratou se no presente contracto [sic] sob pena de responsabilidade com [...] que em juízo caber.

Soturno 15 de Março de 1899

Ass.

Bruno Pippi

Próspero Pippi

Rodolpho K. Vogh

Guido Carlos Pasini (Pasta Livro 2- Bens e Propriedades- AMNDP)

Em 1896, foi rescindido o contrato da casa comercial, que existia anteriormente em Faxinal do Soturno. Ou seja, Bruno adquire este negócio de Próspero. Posteriormente, ele se estabelecerá em Val de Serra (Júlio de Castilhos) com o negócio, mas a família residirá em Núcleo Norte.

Pode-se perceber, através deste contrato, que estes comerciantes possuíam os meios necessários para o transporte de suas mercadorias, ou seja, os bois e as carretas. Além disso, demonstra que Bruno, neste momento (1899), possuía terras e casas e é representativo do empenho de bens, como garantia para o negócio.

Segundo a documentação, algumas destas casas eram administradas diretamente por Próspero. Assim, seus irmãos, para ficarem práticos nos negócios, inicialmente estabeleciam-se na Sede, e ele percorria as filiais.

Em Nova Palma, nas Crônicas da Colonização¹²² (PADRE Luizinho, Nº 46 e 47), encontramos a seguinte descrição em relação a sua casa comercial:

[...] 8 - E o rancho de pau a pique aquém Portela, que serviu de Igrejinha da primeira Missa, seria o “Mercadinho de Próspero Pippi” já desativado que nos fala a tradição do livreto do Jubileu? É bem possível. Este senhor, vindo na primeira turma de Italianos para Silveira Martins 1877 procedente de Massa Carrara, da Média Itália, dedicou-se desde logo ao comércio, na Sede da Colônia

9 - Alastrando-se esta pelos novos núcleos, com a aquiescência da Diretoria, colocava “pequenas filiais” nestes lugarejos fiando aos Imigrantes vales garantidos pela Comissão; fornecendo-lhes os objetos mais necessários, como o sal, querosene, alguma ferramenta, rapadura e cachaça, que os italianos chamavam de “acquavita”.

10 – A pinga foi a causa do bochincho havido com caboclos que vem narrado no citado opúsculo “Jubileu de Nova Palma às fls 9”, que vamos transcrever:
11 – “No mercadinho de Próspero Pippi, chegaram dois mulatos, pedindo erva, sal e cachaça acrescento eu. Desciam da Linha Base, a beira Campo de Cima da Serra onde numerosos e seminômades vagavam estes mestiços. Caldeados pelo sangue de Índios Missioneiros sobreviventes das Bandeiras, negros escravos hominizados em quilombos, e portugueses aventureiros em busca de tesouros jesuíticos. Aos Imigrantes chamavam com apelido genérico de “gringos”.

12- “E o dinheiro? cobra provavelmente, seu Pippi, no balcão do boteco. “Dinheiro não temos e não pagamos”! Das palavras passaram ao desforço, em que Próspero se valeu de um facão distribuindo corte de planchaços. Vendo sangue e ambos abatidos no chão, pensando no revanche com que seriam vingados logo mais. Correu para casa do vizinho gritando: “Matei os dois”...

¹²² Estas Crônicas foram escritas por Padre Luiz Sponchiado. Inicialmente (a partir de 1969) foram publicadas no Jornal Regional *A Voz do Planalto* que, circulou até 25/12/1969. Este foi substituído pelo Jornal *O Imigrante*, aos 27/11/1976. Após quase dez anos de interrupção nas publicações destas Crônicas, aos 7/12/1985, com a criação do Jornal *Nova Palma Notícias*, as publicações são retomadas. As 145 Crônicas (além de outras três, escritas, porém não publicadas) encontram-se arquivadas no CPG, sob a denominação Crônicas da Colonização. E foram escritas com o objetivo de contribuir para a história da imigração, nas comemorações do Centenário.

Giuseppe Bertoldo, o primeiro artífice que recentemente viera de Vale Vêneto, para instalar uma ferraria, o agasalhou durante a noite indormida. Cada ruído da floresta pressagiava a chegada dos vingadores. Mas não. No amanhecer voltaram a bodega. “Um dos pretensos defuntos se fora cerro a cima. O outro, de cabeça enrolada num trapo, sentado no tronco, fumava um palheiro”.

13- O bar de Próspero durou pouco. Os riscos eram frequentes, seu Pippi se envolveu em negociatas e falcatruas que lhe cortaram a licença dos vales e a confiança da Comissão de Medição de Lotes. Virou tapera. Este tugúrio abandonado na falta de melhor, foi o local escolhido (Conforme preceituava a Liturgia daqueles anos de se celebrar sob um teto), para a primeira Missa em Soturno, ou Barracão.... [...]

A casa comercial de Próspero Pippi era administrada diretamente por ele. Com a vinda de Vitório Oreste e sua família, este se estabelece sucessivamente em Núcleo Norte, Jaguari, São Francisco e Novo Treviso. Através das informações dos registros de batismos de seus filhos (Livro Genealogia CPG, nº5, p.84), é possível verificar esta mobilidade familiar. De 1905 a 1908, é o período que “[...] veio [sic] estabelecer-se em Novo Treviso, onde o mano Próspero botara um botequim. Sociedade, portanto. Mas, não gozando de boa fama, foi à bancarrota pouco depois” (SPONCHIADO, Escritos, s/d, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi). Posteriormente, devido, provavelmente, ao negócio não ter dado certo, ele vai se transferir para Ivorá (Núcleo Norte).

No ano de 1922, os filhos de Próspero, especialmente Damásio, se estabeleceram em Júlio de Castilhos com o *Armazém Colombo*. Este fornecia, entre outros produtos de primeira qualidade, vinhos e licores. (CINQUANTENARIO...,1925, p.236).

Figura 34 - Família de Próspero Pippi



Fonte: Righi; Bisognin; Torri (2001, p.584)

Próspero Pippi faleceu aos 11 de maio de 1925, em Silveira Martins, sempre como comerciante.

4.1.2 Ivorá (Val de Serra): Flavio Bruno Pippi

Flavio Bruno Pippi, após desfazer a sociedade comercial com seu irmão Próspero, investe em sua própria casa comercial. Este negócio muda de razão social atendendo à progressão familiar, ou seja, até 1912 a empresa era somente dele. Após esta data, altera a razão social para Bruno Pippi e Filhos e, em 1927, passa a ser denominada João Pippi e Irmãos. A sede da sua empresa localizava-se em Val de Serra, porém sua família residia em Núcleo Norte, ambos na época distritos do município de Júlio de Castilhos. Este é mais um caso representativo de que atividade comercial se perpetua na família, tanto para os filhos quanto para os netos. Nas casas comerciais, vendiam-se aos colonos produtos manufaturados e compravam-se deles os produtos agrícolas.

Ao analisarmos a documentação das transações econômicas efetuadas na firma de Bruno Pippi e Filhos, em Val de Serra, constatamos que, dentre outros, ele adquiria dos colonos e vendia às empresas em cidades como Porto Alegre, Pelotas, Bagé os seguintes produtos: feijão, milho, batatas, grappa, bergamotas, laranjas, mandiocas, amendoim, banha, feijão em cores, trigo, arroz, alfafa, toucinho e lenha. Ao passo que comprava e revendia aos colonos, dentre outros produtos, os seguintes: café, açúcar, sal, erva, rapaduras, velas, charutos e cigarros, arames, fazendas [tecidos], roupas e calçados¹²³.

A documentação é reveladora de muitos aspectos, um destes em particular reforça a influência econômica, exercida pela casa comercial de seu irmão Próspero. No documento datado de 26 de novembro de 1921, de Silvestre de Oliveira, de Santa Maria, este afirma não ter relações comerciais com a empresa Bruno Pippi e Filhos, mas diz que “é amigo de longos anos de Próspero” e, por isso, pede que façam o favor de resgatar junto ao senhor Luiz Rigon os 70 sacos vazios, pertencentes a Manoel Flores. (Pedidos- 26/11/1921- Pasta Livro 1- Relações Comerciais –AMNDP).

¹²³ Lista elaborada pela autora a partir da Pasta Livro 1- Relações Comerciais da família Pippi -. Fonte: (AMNDP).

Outro fator abordado ao longo desta tese, que é representativo das relações estabelecidas com estes comerciantes, são os empréstimos tanto pedidos, quanto concedidos pelos mesmos.

Flávio Bruno tem como credor a empresa porto-alegrense Ernesto Hausnler e Companhia, aos 17 de novembro de 1902, quita o empréstimo que havia solicitado no valor de 1.500\$000 réis. (Extinção de Hipoteca, 17/11/1902- Pasta Livro 2- Bens e Propriedades – AMNDP). Para adquirir este empréstimo, este comerciante hipoteca terrenos, casa e benfeitorias que possuía em Faxinal do Soturno. Esta transação é expressiva e denota a força desta rede de solidariedades entre pares comerciantes. Além disso, denota a proximidade que existia entre Flávio e Vincenzo Pigatto, pois ele é testemunha da transação.

Pippi também emprestou dinheiro, em 1901, João Lugett (Ver anexo K), residente em Dona Francisca, solicita um empréstimo no valor de 46\$600 réis (Nota Promissória, 1/10/1901- Pasta Livro 1- Relações Comerciais- AMNDP). Flávio Bruno emprestou dinheiro à empresa Hidrelétrica de Tupanciretã, em 1921, conforme se observa no documento a seguir.

Figura 35- Memorando

MEMORANDUM

Tupaciretan, 5 de Abril de 1921

Ilmos Snrs. Bruno Pippi & Filhos

Val de Serra

Amigos e Snrs:-

Confirmamos o nosso memorandum de 24 de Março ultimo, sobre qual ainda não obtivemos resposta.

Conforme nos refferimos no memorandum acima, desejavamos liquidar o nosso debito com VV.SS. até o dia 10 do corrente, cuja importancia contavamos receber em cobrança relativa ao fornecimento de corrente electrica, particular e publica correspondente ao mez passado, porém devido á falta de numerario que a todos vem prejudicando, temos encontrado dificuldades nessa liquidação, mesmo com as Intendencias de Julio de Castilhos e C. Alta, que nos pediram maior prazo para liquidarem os seus debitos já atrazados. Em virtude do que, vimos propor lhes o pagamento immediato da metade do nosso debito e saldo com prazo de 30 dias si possivel fôr.

Esperando que VV.SS. concordem com o que propuzemos, aguardamos v/resposta neste sentido e nos firmamos com elevada consideração,

de VV.SS.

Amigos Attos. Obrgos.

JPF/

P.

Fonte: Memorando, 05/04/1921- Pasta Livro 1- Relações Comerciais, AMNDP.

Os documentos acima citados, visibilizam a rede de créditos dos Pippi, tendo sempre como figura central o comerciante. Mencionou-se, anteriormente, os bens adquiridos e usados nas negociações de Flávio Bruno Pippi. Para exemplificar, a área territorial adquirida, de 1899 a 1927, foi de aproximadamente 137 hectares. (Escrituras, Pasta Livro 2- Bens e Propriedades-AMNDP). Claro que o valor destas áreas é alterado, quando possuem benfeitorias. Das dez transações analisadas, no período acima descrito, em cinco dos casos havia bens construídos, além da área territorial.

No caso específico de Núcleo Norte, ele adquiriu 5 lotes com benfeitorias, de uma única vez, todos de propriedade de Paulo Bortoluzzi. Segundo Saquet (2003, p.109), no referido núcleo, a família Pippi, era detentora de 8,5% do lotes urbanos.

Figura 36 – Flávio Bruno Pippi e Angela Moretto



Fonte: Bellinaso (1983, p.216)

No núcleo supracitado, Flávio adquiriu um sobrado que serviu de Hotel e moradia da família, segundo as informações orais da senhora Maria Neli Donato Pippi¹²⁴.

¹²⁴ Segunda as descrições contidas nas obras dos pesquisadores Bellinaso (1983) e Righi; Bisognin; Torri (2001), este sobrado seria a casa comercial de Flávio Bruno. O importante nesta análise é evidenciar os diversos ramos de atuação familiar, portanto enumeramos esta discordância dos fatos. A detentora do acervo destaca o fato de Flávio

Os filhos seguiram os passos comerciais do pai e do avô, João e José Francisco Pippi¹²⁵ assumem os negócios da casa comercial com seu pai. Quanto a Abel¹²⁶ e Ernesto trabalhavam como carroceiros na compra e venda dos produtos coloniais. Nas gerações sucessivas, portanto, a atividade comercial continuou.

Um exemplo da continuidade comercial familiar é evidenciada pela empresa do neto de Flávio Bruno Pippi, que inclusive terá o nome do avô, Bruno Pippi.

Figura 37- Cartão Comercial Bruno Pippi



Fonte: Pasta II A- Bruno Pippi e Mafalda Casarotto -AMNDP

As atividades comerciais, conforme estamos analisando, estabeleciam redes de relações comerciais e, às vezes, sociais muito sólidas com outros comerciantes do Rio Grande do Sul. Para demonstrar as redes comerciais estabelecidas, elaborou-se um quadro das empresas que comerciavam com Flávio Bruno Pippi (incluindo quando esta muda a razão social).

Tabela 1 -Atividades comerciais da Firma Bruno Pippi e Filhos (Val De Serra -1921 à 1927).

MUNICÍPIOS	EMPRESAS E PESSOAS
Júlio de Castilhos	<ul style="list-style-type: none"> • Ângelo Ferigolo • Francisco Onófrio • Mostardeiro e Irmãos • João Pinto Costa

Bruno ter adquirido áreas de terras em Val de Serra e, também, que em 1925 seu filho João fará parte da comissão da construção de uma nova capela em Val de Serra (BELLINASSO, 1983, p.93), período em que trabalha juntamente com seus pais e irmãos, na casa comercial.

¹²⁵ O filho de José Francisco, Bruno Pippi, será comerciante em Nova Palma.

¹²⁶ Abel é afilhado de Vincenzo Pigatto, o que reforça a ideia de solidariedade e da existência de uma rede de relações entre estes comerciantes.

Tupanciretã	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa Hidroelétrica Vaz e Companhia • Nonenmacher e Irmão
Uruguaiana	<ul style="list-style-type: none"> • Vitor Cauduro • Abino Dreon
São Gabriel	<ul style="list-style-type: none"> • Elvidio Barbosa e Guglielmi
Bagé	<ul style="list-style-type: none"> • José Gautério • Torres e Irmão • Armando Nocchi • José Simon Pons • Garicochea e Griva • Djalma Bina • Rodrigues e Irmãos • Fabrica Brasil • Amós Nocchi • Gabriel Rosa
Pelotas	<ul style="list-style-type: none"> • Vilas Boas e Farias
Santa Maria	<ul style="list-style-type: none"> • Antonio Francisco de Castro • Claudio Patta • Waldemar Ribeiro • Antonio Silvestre de Oliveira • Ricardo Aita e Irmão • Hotel Kroeff • Friedrich e Cia • Fabrica Macedo • Alfredo Nicolaenskes • Tabacaria Brasil • Cooperativa de consumo dos Empregados VFRGS
Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> • Fialho e Carvalho • Germano Walvilich • Franco Ramos e Cia • Frederico Mentz e Cia • Edmundo Dreher e Cia • Fraeb e Cia • Albino Cunha • Bromberg e Cia e POA • Brutschke Siemens E Cia • Carvalho Junior e Cia • Bertholdo L. Suffert • Oscar Philippi e Cia (Matriz Inglesa e Filial no Rio de Janeiro) • Teodoro Etzberger • Amoretty e Cia
São Leopoldo	<ul style="list-style-type: none"> • Fábrica de Calçados Rex (Bruno Berchti e Cia)
Novo Hamburgo	<ul style="list-style-type: none"> • Allgayer e Filho

Palmeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Balbino Pereira dos Santos • Lourenço Biancone
Santana do Livramento	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Ferrí • João Barzoni • Zambonato e Irmão • Cervejaria Concórdia
Ijuí	<ul style="list-style-type: none"> • Buhrer
Santa Cruz	<ul style="list-style-type: none"> • Companhia de Fumos
Cruz Alta	<ul style="list-style-type: none"> • Aita e Irmãos • Emília dos Santos
Santo Angelo	<ul style="list-style-type: none"> • Flores e Filho
Passo Fundo	<ul style="list-style-type: none"> • Alexandre Lago • Garibaldi José da Cunha

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Pasta Livro 1- Relações Comerciais –AMNDP

4.1.3 Faxinal do Soturno: Vincenzo Pigatto

Vincenzo Pigatto adquiriu experiência juntamente com sua esposa na casa comercial de Paulo Bortoluzzi, em Vale Vêneto. Ao estabelecer-se em Faxinal do Soturno, com casa comercial, amplia as relações comerciais para além do seu estabelecimento. Sobre isto, em pesquisa no Arquivo Público de Porto Alegre, realizada aos 19 de agosto de 1978, Padre Luiz assim relata:

12.9.1895

Em D.Frc^a [Dona Francisca], Cartório L3.49v - Contrato de CIA Comercial, que fazem JOÃO STIEVEN e VICENZO PIGATTO. Na casa daquele, com as seguintes condições:

- 1) Denominação: João Stieven e Cia, anônima com as condições em vigor
- 2) A Sede em “Soturno”, 5º distrito de Cachoeira, por 5 anos a contar da instalação podendo-se prorrogar, por mútuo consentimento.
- 3) Capital social de 4 contos e 300 mil reis. Entrando João com 3.180 \$000 e Pigatto com 1.100 \$ 000 rs.
- 4) Toda a despesa a serviço da Comercial, será da Cia, quer resulte lucro ou despesa, prejuízo.
- 5) após término do prazo da qual poderá retirar o capital investido, com lucros ou prejuízos, partilhados em duas partes iguais a cada um dos sócios.
- 6) Morrendo um dos sócios, ficará tudo para os herdeiros, tendo estes os mesmos direitos, esgotado o prazo.
- 7) A Cia não poderá se dissolver, sem liquidar todas as contas ativas e passivas.
- 8) Na dissolução o Sócio que ficar, ficará com a casa, onde instalado o comércio.
- 9) Se a Cia perder o Capital, cada sócio responderá somente pelo capital investido.

10) Assim ajustados, pediram-me este instrumento - Alberto Santos - Escrivão, João Stieven, Vicente Pigatto, Nicomedes Barbosa de Lima, Inocêncio Gonçalves Oliveira. (SPONCHIADO, Escritos, 12/09/1895, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto)

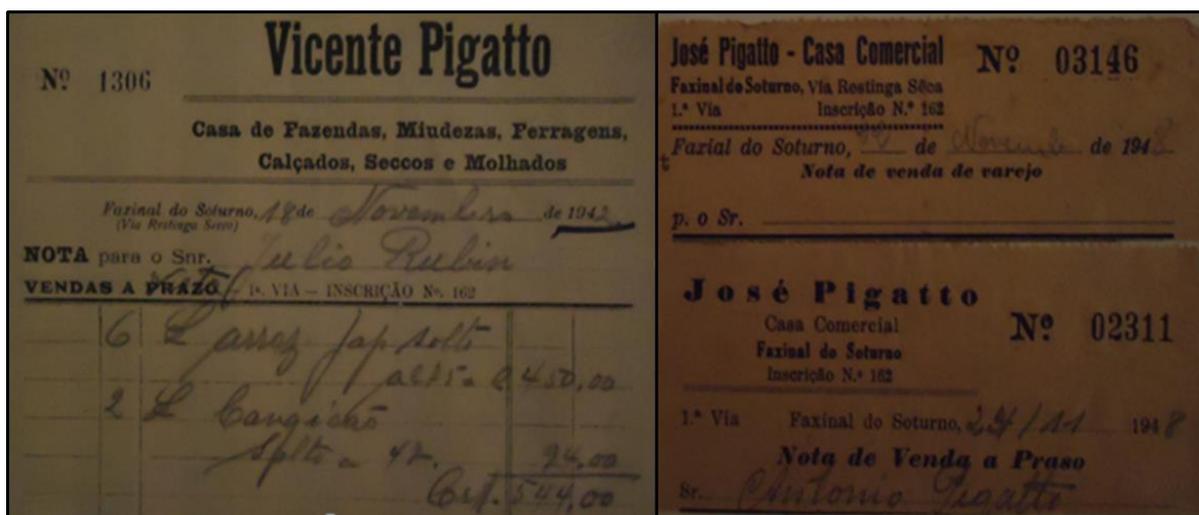
O que se pode perceber desta empresa é que ela indicava que Vincenzo Pigatto estava a expandir seus negócios. Entretanto, esta sociedade se desfez em 1897, em comum acordo entre os consorciados. Aqui se percebe que desde o seu emprego na casa comercial de Bortoluzzi, Vincenzo já planejava a empreitada comercial realizada. Ao que tudo indica, sua grande incentivadora e parceira era sua mulher Amélia, já que logo após a transferência para “Campo do meio”, tratou de expandir seus negócios, montando a referida Companhia Comercial acima indicada.

A família de Amélia, que residia em São Paulo, como já apontamos, fornecia alguns suprimentos que eram comercializados na região colonial, na casa comercial de Vincenzo¹²⁷. Talvez o fato de já terem estes parentes como fornecedores, tenham-nos influenciado a investir no ramo comercial, cabe lembrar também, que seu irmão Luigi Pigatto tinha uma casa de negócios, em Soturno. Isso, permite conjecturar que a intenção era ampliar a rede de abrangência comercial da família.

Naquela época, início do século XX, os gêneros alimentícios, produzidos pelos núcleos familiares, eram vendidos a estes donos das “vendas” que intermediavam a comercialização entre o produtor rural e as grandes casas comerciais, em cidades maiores. Estas vendas eram instaladas nas “linhas” e compravam a produção excedente em troca de artigos manufaturados, razão pela qual muitas destas casas comerciais atendiam pelo nome de “Casa de fazendas, miudezas, ferragens, secos e molhados”. Vincenzo Pigatto, assim como os outros comerciantes abordados neste trabalho, é exemplo de empreendedor local, conforme se pode perceber nas notas expedidas na venda de Vincenzo (Vicente) Pigatto, em Faxinal do Soturno, e posteriormente de José Pigatto, seu sucessor no negócio.

Figura 38 – Nota da Casa Comercial de Vincenzo Pigatto e de José Pigatto.

¹²⁷ Conforme destacado no capítulo anterior, Vincenzo plantava enquanto sua esposa cuidava do negócio. Ao que tudo indica, embora atuasse no ramo comercial, ele também cultivava o arroz, uma das principais culturas do Município de Cachoeira. Em 1911 ele aparece na relação dos produtores de arroz irrigado e, no final do anos vinte, na relação dos industriais e comerciantes. (SELBACH, 2007, p. 386-387).



Fonte: Arquivo CPG. Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Em relação à economia agrícola colonial tanto alemã quanto italiana,

Estava também no comércio dos gêneros alimentícios, produzidos nas propriedades familiares. O incremento da produção disseminou as “vendas”, como ficaram conhecidas as casas comerciais que serviam de elo de ligação entre o produtor rural e as grandes casas comerciais das cidades maiores. Instaladas nas picadas e linhas, esses estabelecimentos compravam toda a produção e a trocavam por produtos manufaturados, como tecidos, louças, ferragens, sal, chapéus, e outros, para serem revendidos aos colonos. Os “bodegueiros” regulavam o transporte, determinavam o preço de compra e venda, adiantavam produtos manufaturados aos colonos para posterior ressarcimento com produtos agrícolas. Aos poucos, os próprios colonos passaram a instalar vendas nas cidades, muitas vezes em sociedade com outros comerciantes, eliminando assim os intermediários, razão pela qual as principais firmas comerciais em Cachoeira do Sul, já no início do século XX, tinham sobrenome de origem alemã e italiana (Werlang, 1995 apud SELBACH, 2007, p.117-118).

Estes “bodegueiros” em seus negócios com os colonos acabavam, muitas vezes, dando crédito maior do que a produção entregue na venda. Isso gerava um endividamento por parte dos colonos e, em vários casos, houve o empenho de terras para o pagamento destas dívidas. Padre Luiz nos mostra que o

negociante do tempo da “Quaderneta” [caderneta], insensivelmente facilitava as compras [e] ao chegar o ano escasso (secas, enchentes, gafanhotos, geadas extemporâneas), [os colonos] somavam débitos em ascensão [e] terminavam numa escritura de Empenhos de terra. [Foi] assim [que] a área de Vicente Pigatto aquém e além Soturno, e tb [também] em Nova Palma se tornou grande. (SPONCHIADO, Escritos.17.10.1999, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto).

Exemplo efetivo deste endividamento e da efetiva cobrança por parte dos comerciantes encontram-se no registro do Cartório de Dona Francisca, livro 13, p.78, datado de 9 de fevereiro de 1901, onde consta a “Hipoteca de dívida de Nicanor do Amaral e Mello a Vincenzo Pigatto, [no valor] dum conto de réis. A importância da letra vencida, rogando agora mais 2 anos, a contar desta data para inteiro resgate, levou o endividado a hipotecar em garantia o Lote Colonial em Campo do Meio, com 414.520m²” (SPONCHIADO, Escritos, 09/02/1901, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto). O lote foi adquirido por Vincenzo Pigatto, quando em 1923 vende a terra para a construção do novo cemitério, declara tê-la havido do referido Nicanor A. Mello.

Dessa forma, muitos comerciantes na região colonial enriquecem por conta dos débitos assumidos, em suas casas de negócio, pelos colonos. Vincenzo investe seu capital na aquisição de terras, sejam estas havidas por dívidas de hipoteca, como citamos no exemplo anterior, ou por compra direta do proprietário, assim como em um Moinho. Para visualizar este investimento, elaborou-se uma amostragem, partindo das suas aquisições, após seu estabelecimento com casa comercial em Faxinal do Soturno. É importante deixar claro que ele tinha um lote (nº81), comprado quando se estabeleceu no Núcleo Soturno, assim como a área onde localizou-se a sua venda em Faxinal, que não levamos em consideração para esta amostragem.

Tabela 2- Fluxo de comercialização de terra de Vincenzo Pigatto no período de 1897-1937.

Ano/Hectares C/V	Compra (C)	Venda (V)	Total Adquirido	Total Vendido
1897	9.577 ha	_____		
1898	2.9207 ha	_____	12.4977 ha	
1901	41.452 ha		53.9497 ha	
1912	178.86 ha	_____	232.8097 ha	
1918	_____	208.78 ha		208.78 ha
1921	_____	24.2 ha		232.98 ha
1937	22ha	_____	254.8097 ha	
Total = (254.8097ha -232.98ha) 21.8297 ha (Adquiridos)				

Fonte: Elaborada pela autora a partir das transcrições e escrituras de Compra e Venda arquivadas no CPG- Caixa Pigatto.

Diante da análise desta tabela da área territorial comercializada por Vincenzo Pigatto, observamos que, após ter-se estabelecido com a casa comercial, praticamente toda a terra que ele adquiriu foi posteriormente vendida. O saldo positivo da aquisição, pode-se assim dizer, é o que se dá com a compra da última área, em 1937.

Com um patrimônio já considerável nos primeiros anos de século XX, ele e sua esposa adotaram os sobrinhos Luigia e José Vicente, garantindo, assim, que este patrimônio que aumentava através da casa comercial e da aquisição de terras, ficasse na família.

Com sua casa comercial, Vincenzo Pigatto deslocou o eixo econômico regional até então atrelado ao núcleo de colonização italiana de Novo Treviso, para Nova Palma e Restinga Seca porque investira na abertura de estradas que ligavam Faxinal a estas localidades. Em função de sua atividade, entrou em conflito com comerciantes do referido núcleo, pois, segundo informações, era o que se poderia chamar de um cidadão enérgico que sempre atingiu seus objetivos.

Suas desavenças comerciais¹²⁸ com os irmãos Busanello, que possuíam negócio em Novo Treviso e filial em Polêsine, e com os Pasettos, que também possuíam negócio no núcleo com filial em Dona Francisca, são reveladoras das relações de influência e poder que estes comerciantes tinham tanto local, quanto regionalmente, porque ocorreram longas disputas pela abertura de estradas que ligassem as lojas destes comerciantes do núcleo a suas filiais, desviando o caminho da rota de Vincenzo Pigatto. Este, por seu turno, empenha todo seu prestígio político para que aqueles não tenham sucesso. De fato, suas estreitas relações com Angelo José Bozzetto contribuíram para que Pigatto obtivesse êxito nesta empreitada.

Além das boas relações políticas e do prestígio social já angariado, encontramos mais uma faceta de Vincenzo Pigatto. Ele era tido como “católico de vanguarda” (CESCA, 1975, p. 29). Isto quer dizer que era responsável por muitas iniciativas em prol da religião. A exemplo de outros comerciantes, estar ligado à igreja era interessante, não só em função da prática religiosa, mas também das relações comerciais daí advindas. Neste sentido, doou o terreno para a construção da Igreja Matriz (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p.229), de Faxinal do Soturno e vendeu o terreno para a construção do cemitério.

Tais atitudes revelam que Vincenzo Pigatto procurou estender seus braços para todos os setores da sociedade. Nessa trajetória, ele conseguiu transformar sua casa comercial em uma das mais poderosas da região. Sua esposa o acompanhava, agora lecionando em casa para as crianças da localidade. Segundo Cesca (1975, p.29), em 1922, os Pigatto doaram o terreno para

¹²⁸ Segundo consta na documentação, estas disputas iniciaram por volta de 1913 e findaram ao final da década de 20, quando algumas casas comerciais faliram em função da crise de 1929.

a construção de um colégio em Dona Francisca e em 1942 em Faxinal do Soturno. Ou seja, a família procurou auxiliar no desenvolvimento da sociedade de “Campo do Meio”. Desta forma, reduziu a concorrência no comércio e expandiu sua rede de relações nesta comunidade.

Outra forma muito eficaz de Vincenzo Pigatto afirmar o seu poder econômico junto à sociedade local foi a construção de uma casa para a sua família, que para o período chamava atenção da cidade e, ao mesmo tempo, expressava por si só a atitude de seu dono.

Figura 39- Casa Pigatto em Faxinal do Soturno



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Vicenzo Pigatto contratou para a construção de sua nova residência os famosos construtores irmãos Bay, fazendo questão que esta ficasse pronta para o casamento do seu filho adotivo e braço direito em seus negócios, José Vicente Pigatto, que se realizou no dia 27 de junho de 1921, com a jovem faxinalense Catarina Socal. No alto da construção, há a imagem de um gato sustentando um rato em suas mandíbulas, que significaria “enquanto o gato não comer o rato, existirá a casa Pigatto”. Segundo as fontes orais, este slogan teria sido inventado pelo Senhor José Ruviano de Silveira Martins, devido à prosperidade do negócio dos Pigatto. Mas, para além do poder econômico, existe hoje um poder simbólico expresso nesta construção,

que a par de ser um patrimônio familiar é também representativo do patrimônio histórico do município de Faxinal do Soturno.

Figura 40- Casal Vincenzo Pigatto e Amélia Grassi



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Vicenzo Pigatto após a morte de sua esposa Amélia Grassi, em 12 de setembro de 1931, casou-se novamente com a viúva Maria Zago Ragagnin, aos 28 de novembro de 1932. Ele faleceu aos 3 de agosto de 1945. Mas sua casa comercial segue em funcionamento com José Vicente Pigatto, seu sobrinho e, posteriormente, os descendentes também permanecem no ramo comercial com a empresa **Pigatto e Filhos Ltda** - Comércio de tecidos, confecções, armarinhos, ferragens, secos e molhados.

4.1.4 Nova Palma: Luigi Pigatto e Filhos

No capítulo anterior, vimos que Luigi Pigatto havia vindo da Itália a convite de seu cunhado. Assim, ao chegar em Núcleo Soturno, Luigi Pigatto e a esposa são acolhidos, num primeiro momento, na casa dos parentes Turra. Posteriormente, com a aquisição do lote nº 45, fixam residência ali. Ao longo dos anos adquirem várias áreas de terra circunvizinhas, das quais,

algumas obtidas por compras dos portugueses estabelecidos na região, outras diretamente do governo.

Luigi trabalhou no cultivo dos lotes, mas também investiu em uma casa comercial localizada em Rincão do Padilha¹²⁹, distrito do Município de Júlio de Castilhos. Adquiriu vários lotes coloniais (já descritos no capítulo anterior), além de muitas áreas de campo, matos, pedaços de terras com benfeitorias. O fato de ter se organizado para a emigração e, após a chegada na região colonial, investir na compra destes lotes de terra, permite conjecturar que teria, por mais pequena que fosse, feito uma reserva de capital. Chegado na colônia, em 1888, ao pagar os impostos territoriais em 1903, o valor é sobre 179 hectares. Ou seja, quinze anos após sua chegada, já tem uma área considerável de terra. Esta área só aumenta com o passar do tempo¹³⁰, como é possível verificar na tabela a seguir.

Tabela 3- Relação de compra de terras e imposto pago sobre a terra de Luigi Pigatto (1896-1934).

Ano/Hectares C/V	Compra (C)	Imposto Sobre Terra	Total Adquirido
1896	44 ha		
1899	88.8 ha		132.8 ha
1903		179 ha	
1905	44 ha	179 ha	176.8 ha
1907	98.3033 ha	223 ha	275.1033
1909		315 ha	
1912	46.9155 ha	276 ha	322.0188 ha
1913	17 ha	276 ha	339.0188 ha
1920		341 ha	
1932		381 ha	
1934		50 ha	

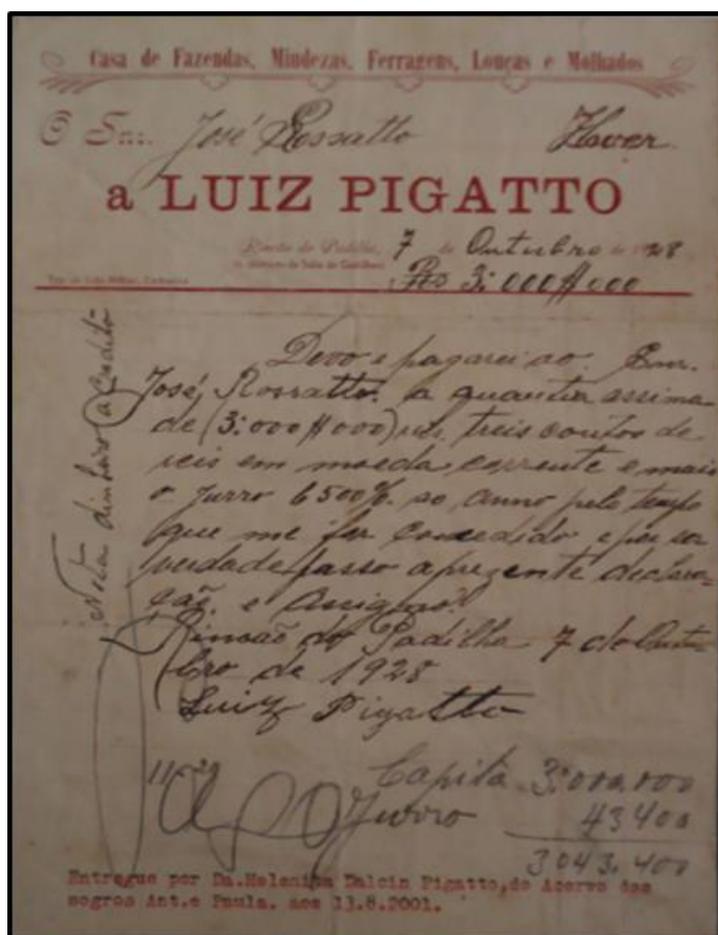
¹²⁹ Não foi possível precisar a data de fundação de sua casa comercial, através da documentação analisada.

¹³⁰ Como a base documental utilizada para nossa análise são as fontes do arquivo do CPG, não foi feito um levantamento mais aprofundado em relação à exata quantidade de terra comercializada, até porque o intuito é fazer uma amostragem da influência e do poder econômico, o que é possível verificar cruzando esta documentação com outras bibliografias que abordam sob diversos aspectos a história destas comunidades. No entanto, em entrevistas orais e mesmo em uma pesquisa mais aprofundada poder-se-á comprovar que eram possuidores de outras áreas territoriais, além das aqui descritas. Outro fator importante a destacar é que nem sempre as aquisições eram assim tão tranquilas, queremos dizer que quando os limites das terras ainda não eram bem definidos, e havia a necessidade de medição os ânimos se exaltavam, conforme pudemos perceber em alguns documentos do acervo.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das escrituras de terra e dos talões de impostos do arquivo do CPG, Caixa Pigatto.

Na tabela descrevemos a relação de áreas compradas e dos impostos pagos de 1903 a 1934¹³¹. Em 1932 ele têm um patrimônio considerável de 381 hectares de terra, muitas benfeitorias e a casa comercial.

Figura 41- Nota da Casa Comercial de Luiz(Luigi) Pigatto



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

A partir de sua casa comercial, além do poder econômico, são estabelecidas relações que lhe permitem circular entre a elite local. Neste sentido, esta casa comercial é local de sociabilidade, onde para além de parceiros e clientes, firmam-se amizades através do apadrinhamento e dos casamentos.

Casal com muitos filhos, o primogênito Luiz Pigatto Filho, atuou como carroceiro, profissão que é muito importante neste período, pois todas as casas comerciais necessitavam

¹³¹ Este é o último ano que Luiz paga impostos.

fazer o transporte dos produtos comercializados na “venda”. No período que precede a utilização dos veículos movidos a motor, utilizava-se a carreta¹³² como meio de transporte. “Os carroceiros permaneceram transportando as mercadorias até a chegada dos caminhões: eram os condutores de tração animal que tinham, inclusive, carteira de habilitação concedida pelas Delegacias de Trânsito e Acidentes de Júlio de Castilhos e Santa Maria” (SAQUET, 2003, p.156).

Figura 42: Carteira de Condutor de Luiz Pigatto Filho



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Esta profissão será seguida por dois de seus filhos, Luiz Ricardo e José. Assim, a família Pigatto procurou, além de fazer a comercialização, também investir no transporte, era uma profissão passada de pai para filho.

A carreta delineou-se como a ligação que vinculava família, terra, produção, comércio e sobrevivência. Funcionando como a principal ferramenta de mobilidade comercial e urbana, transportou o colono até sua colônia, vinculou-o à terra e às suas colheitas, a produção ao comércio, possibilitou o sustento e a sobrevivência da unidade produtiva (TEDESCO; BALBINOT, 2014, p.418).

¹³² “Variadas denominações são utilizadas para se referir a este meio de transporte sempre presente no âmbito rural: carroças, carretilhas, aranhas, carroções e carretas” (TEDESCO; BALBINOT, 2014, p.412)

Na atividade comercial seguem os outros filhos homens: Pedro¹³³, José Vicente e Antonio. O Segundo foi criado pelo tio Vincenzo em Faxinal do Soturno e seguiu os negócios do tio. Antonio substituirá o pai em sua casa de negócios em Rincão do Padilha. Este porém, além de atuar como comerciante, investe na criação de gado.

Figura 43 Família de Luigi Pigatto e Lucia Caterina Mazzardo



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Os comerciantes conseguem acumular algum capital. São os *homens de negócio* no território da Colônia Silveira Martins; a personificação do capital; manipulam e monopolizam o circuito mercantil graças o relativo isolamento desse território e ao seu conhecimento dos mecanismos [de] sujeição [dos] produtores diretos; *suas cadernetas e livros caixas* são instrumentos de controle e subordinação alheia; são mediadores na sujeição e dominação das relações de produção não caracteristicamente capitalistas produzidas no final do século XIX com a re-territorialização italiana. São intermediários nas relações sociais, mercantis entre os produtores imediatos os demais revendedores, tanto dos excedentes agrícolas como dos *secos e molhados* e os instrumentos de trabalho; ganham também emprestando e guardando dinheiro. Complementam-se mutuamente, produtores diretos e comerciantes, numa relação de dominação e subordinação. (SAQUET, 2003, p. 214)

¹³³ Pedro teve uma tardia e rápida passagem pelo ramo comercial, quando se estabeleceu em Linha Base, no município de Nova Palma, na década de 1940. Juntamente com seu genro Angelo Fabrizio, colocam casa de negócios que permaneceu em atividade não mais que 8 anos, devido à concorrência, nesta mesma localidade, com da casa comercial há tempo estruturada, do sobrinho Guido Pigatto (filho de Luigi Filho). Por essa razão cessou suas atividades neste ramo de negócios. (Depoimento oral de Cezira Pigatto Fréo)

Exemplos destes empréstimos realizados nas casas comerciais são os recibos que Antonio Pigatto (comerciante) emite a Antonio Zavagna¹³⁴ datados de 07/08/1939 e 30/11/1940 o primeiro no valor de 7:120\$000 réis e o segundo 4:000\$000 relativo à nota promissória assinada aos 07/08/1937. Ou seja, pelo que estes dois recibos demonstram o empréstimo feito foi no mínimo no valor de 11:120\$000 réis. No entanto, os empréstimos também eram feitos aos comerciantes, estabelecendo-se, assim, uma rede de crédito. Exemplo deste fato está expresso na figura 36, em que Luiz Pigatto pede emprestado 3:000\$000 réis a José Rossato. Concordamos com o que diz Saquet sobre estes comerciantes que realmente são a personificação do capital. Indo mais além nesta análise, verificamos que Antonio segue com a casa comercial do pai, mas em 1943 amplia este negócio em sociedade com Vitélio Canzian, colocando uma casa comercial em Gramado¹³⁵. Esta sociedade será desfeita em 1948. Em 1961, logo após a emancipação de Nova Palma, município criado em 12 de julho de 1960, Antonio empresta o valor total Cr\$ 29.238,00¹³⁶ para a prefeitura construir a rede de alta tensão em Novo Paraíso, onde Antônio e sua família residiam. Aqui temos, portanto, a presença da sagacidade comercial da família e, ao mesmo tempo, o usufruto das benesses do pertencimento à categoria dos comerciantes.

A análise de Saquet (2003, p.172 -173) informa que no território colonial “apenas os comerciantes mais bem sucedidos tinham acesso à classe hegemônica regional, conseguindo algumas melhorias para si, como o telefone, a abertura de estradas para seus caminhões etc”, realmente, este era um comerciante bem sucedido. Ou seja, a abertura de estradas e a participação como representantes do poder foi, desde o patriarca Luigi, um legado deixado para as sucessivas gerações.

Luigi, além de comerciante, tornou-se um exemplar representante da elite latifundiária, passando a ser dono de um respeitável patrimônio. E, por isso, para preservar sua fortuna, ela foi desigualmente distribuída, ficando seu filho, Antonio Pigatto, com a maior parte.

O ramo comercial da família se estende para os netos também. Os filhos de Luigi Filho, José e Luiz Ricardo, seguem no ramo de transportes. José¹³⁷, após um tempo de trabalho com seu tio em Faxinal, retorna a Nova Palma, onde constitui família, e, em sociedade com seu

¹³⁴ Outra grande família latifundiária da região, que comprou dentre outros, campos dos herdeiros de João Padilha.

¹³⁵ Atualmente uma comunidade rural pertencente ao município de Nova Palma, na época fazia parte do Município de Júlio de Castilhos. Aliás, toda esta área deste povoado pertencia às posses de Francisco Ferreira Castilhos, e passou por herança a Júlio Prates de Castilhos em 1875. Quando a empresa colonizadora Hermann e Meyer adquiriram a área, loteiam e vendem aos descendentes de italianos.

¹³⁶ Conforme parcelas das dívidas arquivadas no CPG- Sala de documentação, Caixa Pigatto.

¹³⁷ Posteriormente José Pigatto dedica-se a comercialização de gado e adquire várias áreas de terras.

irmão Luiz Ricardo¹³⁸, adquire um caminhão para transporte. Guido Pigatto, também filho de Luigi Filho, seguiu o ramo comercial com casa de negócio em Linha Base (Município de Nova Palma).

4.2 As Redes Sociais: Trocas e Alianças

Ao analisar os vínculos parentais e familiares, Ramella (1995, p.10) evidencia que a própria noção de parentela é uma construção social. A princípio, a existência de uma relação de parentesco seria suficiente para o reconhecimento de obrigações entre os agentes envolvidos. No entanto, o parentesco nem sempre denota o reconhecimento destas obrigações. O parentesco real, ou fictício pode ser exercido através do apadrinhamento, o que consolida também os laços de sociabilidade. É o que se vê acontecer entre a família Pippi e a família Sório, sendo representativo destas relações que apontamos, o caso do filho de Próspero Pippi, Massimiliano, batizado aos 15 de fevereiro de 1886 e que tem como padrinho o padre Antonio Sório, somente ele, sem nenhuma madrinha. No dia seguinte, o mesmo sacerdote ministrou os atos fúnebres do pequenino, que teve como causa mortis gastroenterite¹³⁹. O apadrinhamento nos pareceu uma estratégia para estabelecer relações mútuas de solidariedade.

Estas relações foram sendo construídas desde o casamento de Pippi, pois na ocasião do seu matrimônio em 1879, com dona Serafina, os dois testemunhas são indivíduos importantes dentro da sociedade. O Italiano Anibal di Primio que era negociante em Santa Maria desde o ano de 1877. O outro padrinho de casamento foi Antonio Soliani¹⁴⁰, seu conterrâneo de Luchese.

Próspero e Serafina, por sua vez, também apadrinharam em outras oportunidades, como no dia 12 de junho de 1882, quando são padrinhos de Antonio Noal, filho de Augusto Noal e Celeste. Além do apadrinhamento, os casamentos de seus filhos refletem igualmente esta teia de relações. Seus filhos José e Santo Dante, casados (Livro de Genealogia do CPG nº 7, p.63) respectivamente em 1908 e 1914, com Helena e Carmelinda Martello, reafirmam as ligações

¹³⁸ Luiz Ricardo continua no ramo dos transportes e, em sociedade com o cunhado Rubin adquiriu o Moinho Grendene em Nova Palma. Também foi comerciante de fumo, e sócio fundador da CANMPAL sendo seu Diretor-gerente no período de 03/02/1963 a 1971.

¹³⁹ Livro de batismo de Silveira Martins nº1, p. 106 e Livro de óbito também de Silveira Martins nº 1, p.8.

¹⁴⁰ Celeste é natural da aldeia de Piegai, na Comune di Pescaglia, Província de Lucca que se limita ao norte com Fabbriche di Vergemoli. Chegou no Brasil aos 25 de março de 1878 e estabeleceu-se na sede da colônia em Silveira Martins.

com a família Sório, já que estas são filhas de João Martello e Virginia Sório¹⁴¹. Este, o dono do Hotel Martello.

O homem mais jovem dentre os filhos de Próspero se casou, em 1935, com Geni Maria Cervi, filha do comerciante Artemio Cervi, de Silveira Martins. Quanto às duas filhas mulheres, Ester Ana e Maria Josefa¹⁴², casaram-se, respectivamente em 1915 e 1919, com Eugenio e João Cauduro. Estes eram filhos do comerciante de Arroio Grande, Raimundo Cauduro.

Estes apadrinhamentos e casamentos são representativos da manutenção de laços já estabelecidos, no caso, da proximidade com a família Sório, como também das alianças através do matrimônio entre os comerciantes italianos. Nesse contexto, as relações interfamiliares entre os indivíduos que desempenhavam atividades comerciais e os que ocupavam cargos de prestígio social tinham por objetivo maior a integração e a coesão do grupo, “podendo os benefícios serem usufruídos por todos os envolvidos” (VENDRAME, 2013, p.196).

Além das redes sociais estabelecidas através de apadrinhamentos e casamentos, o exercício da função de procurador para vender/ comprar ou receber terras e valores é revelador de vínculos e/ou compromissos e demonstram o prestígio de quem recebe a função.

Próspero nomeou como seu procurador, na compra de um lote colonial, Padre Sório, aos 10 de novembro de 1897 (VENDRAME, 2013, p.209). Já, aos 7 de junho de 1903, Próspero é procurador de José Skossnecker, para receber o valor de 3.000\$000 da firma Valentini Merchiori e Cia. (SPONCHIADO, Escritos, 07/06/1903, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi). O que se constata, portanto, é que “os comerciantes atuavam como procuradores no mercado das transações, intermediando os negócios entre conhecidos, compadres e clientes” (VENDRAME, 2013, p.136). Esse é também um gesto que demonstra confiança nestes comerciantes e destaca o prestígio dos mesmos em âmbito local e regional pois passavam a ser uma espécie de porta-voz dos seus representantes, muitas vezes, falando por eles.

Em 1905, no dia 6 de junho, Próspero é o procurador de Manoel Py¹⁴³ na venda de cinco lotes urbanos, na sede de Núcleo Norte, feita entre Paulo Bortoluzzi a seu irmão, Flávio Bruno Pippi. Esta área com benfeitorias estava cedida a Paulo, que, para quitar o valor devido a Manoel, vendeu a área. (Escritura Pública, Pasta Livro 2- Bens e Propriedades-AMNDP).

¹⁴¹ Esta era sobrinha e afilhada de Padre Sório.(VENDRAME, 2013, p.204).

¹⁴² Além dos casamentos acima descritos, os outros cinco filhos de Próspero e Serafina se casam respectivamente: Damasio João casou com Maria Fogliato; Américo Francisco com Paulina Ceratti; Odone Henrique com Marieta Ida Moinegri; Plínio com Helena Biachi e, Próspero Filho com Joana Castelarín.

¹⁴³ Comerciante em Porto Alegre e possuidor de extensa área territorial na região circundante da colônia.

As relações da família Pippi com a comerciante Ema Tognotti¹⁴⁴, de Silveira Martins, desde o início da colonização, eram realmente estreitas e foram reforçadas na pia batismal em 23 de maio de 1884, quando ela e Flávio Bruno Pippi apadrinharam o menino Angelo João Batista, filho do casal Angelo Dalfabro e Angela De Cecco, moradores da sede colonial. Mas tais relações consolidavam também solidariedades comerciais através de laços estabelecidos entre ambos, que resultaram na venda do lote urbano nº 111, de Flávio Bruno Pippi, à supracitada comerciante.

Identificamos, igualmente, as relações de Flávio Bruno Pippi com Vincenzo Pigatto, através do apadrinhamento de seu filho Abel, em 1939 (Livro de Genealogia do CPG nº 5, p.27). Além dessa relação afetiva, Flávio Bruno tem relações de negócios com Vincenzo Pigatto, chamando-o como testemunha de transação econômica. Neste sentido, Vendrame (2013, p.136) afirma que “escolher os compadres entre as pessoas de proeminência local era uma forma de se cercar de recursos numa sociedade em processo de acomodação”. Constata-se que havia uma maior proximidade entre alguns comerciantes e estes estabeleciam relações além do setor comercial, estendendo-as, assim, ao âmbito parental e social (compadrio).

Juntando ao que acima mencionamos, o apadrinhamento de Angelo Pippi, filho de Flávio Bruno e Angela Moretti, batizado em 1909 pelo comerciante, agora compadre, Amós Nocchi (Livro de Genealogia do CPG nº 5, p.2), no que tange aos casamentos de seus filhos¹⁴⁵, trazemos o caso de Ernesto, que casou-se com Otilia Trevisan, descendente da quinta família com maior área territorial na sede do núcleo (SAQUET, 2003, p.109). Esta, ao que parece, era uma atitude recorrente entre os comerciantes.

Vincenzo Pigatto também estabeleceu suas redes relacionais, seja com seus pares comerciantes ou não. Conforme já mencionado, em 1901, ele foi, juntamente com sua esposa, padrinho do filho de Flávio Bruno Pippi e Ângela Moretto. Flávio Bruno era responsável pela casa comercial de seu irmão Próspero, em Faxinal do Soturno e, posteriormente, teve seu próprio negócio em Val de Serra, como já destacado. Alguns negócios de compra de terra foram feitos na casa comercial de Vincenzo, em que Flávio Bruno era comprador ou era testemunha.

A solidariedade e os negócios andavam lado a lado entre os imigrantes italianos desde o início da colonização, pois encontramos muitos casos em que tais relações foram explicitadas,

¹⁴⁴ Segundo a documentação Ema foi a única mulher comerciante na colônia que, após a morte de seu marido assume e amplia os negócios familiares. Caixa Silveira Martins – CPG Nova Palma.

¹⁴⁵ Na Genealogia do CPG Nº 5 p.27, consta o casamento dos filhos de Flávio Bruno Pippi: Celestina Helena, casou com César Fellin; José Francisco com Julia Copetti; Casemiro com Maria Angela Bottega; João Silvio com Rosalina Reck; Amâncio com Ana Giacomello; Eliza Luiza com João Batista Copetti; Floriza com Luiz Pasqualini; Abel com Amábile Osmari; Genoveva Maria com Luiz Ravanello; Helena com Luiz Sarzi Sartori; Brunilda Aldegonda com Adolfo Brizola; Ernesto com Otilia Trevisan e, Angelo com Itália Belinazzo.

como foi o caso da família Girardello que acolheu Vincenzo em sua casa algum tempo após a chegada no Núcleo Soturno. O mesmo caso pode ser identificado com Luciano Descovi, que desde o estabelecimento de Vincenzo Pigatto no lote 81, na sede do referido núcleo, aquele o contrata para pequenos serviços e, posteriormente, será padrinho de seu casamento. Também encontramos Vincenzo, em 1936, como procurador das firmas José Girardello e Cia e Vergílio Descovi e Cia (representada por João Dalcin), no município de Cachoeira do Sul, para dar baixa na sociedade DAUSACKER Cia LTDA, da qual um membro da família Descovi fazia parte (SPONCHIADO, Escritos, 16.04.1936, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto).

A documentação reafirma o que vimos demonstrando: que havia uma prática comum entre estes comerciantes que era apadrinhar e manter ligações com pessoas próximas, inclusive com seus pares, como forma de manter e fortalecer redes.

Aqui identificamos mais uma vez o poder de mediação exercido por Vincenzo Pigatto, que já vinha sendo reconhecido muito antes, quando em 1900, ele será o testamenteiro de Felice Rossato, em Villa Rica (atual município de Júlio de Castilhos), em favor dos filhos Antonio, João e José Rossato. (SPONCHIADO, Escritos, 17.04.1900, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto).

Analisando as relações de casamento em torno da família Pigatto, percebeu-se que Vincenzo preocupou-se em deixar seu filho adotivo bem economicamente, mas em relação à filha adotiva, Luigia (Luiza), buscou um bom casamento, o que seria fundamental. A jovem criada pelo casal, casou-se em 19 de setembro de 1915 com Angelo José Bozzetto¹⁴⁶. Este, desde a querela de Vincenzo Pigatto com os comerciantes de Novo Treviso iniciada por volta de 1913, posicionou-se a favor de Pigatto. Sua história de crescimento econômico está ligada à necessidade de concertar a trilhadeira adquirida para a produção de arroz. Sem condições de adquirir uma máquina nova, ele transformou aquela máquina praticamente sucateada em uma outra nova. A máquina agora, além de servir para a colheita do arroz, poderia ser utilizada também no cultivo de outros cereais. Era algo inovador que lhe rendeu a produção de outras colheitadeiras, e dentro de alguns anos e algumas consideráveis inovações e muito investimento de capital, a “Tigre” (Ver anexo L) foi patenteada. Em 1939, a nova trilhadeira passou a ser produzida industrialmente.¹⁴⁷ (CESCA, 1975, p.56-58).

¹⁴⁶ Filho de Antonio Bozzetto e Elisabetta Lion, nascido em Novo Treviso aos 21 de abril de 1894. In: Histórico Família Bozzetto, Arquivo do CPG, Sala de documentação, Caixa Bozzetto. Jovem trabalhou com seu pai na lavoura, depois atuou como carroceiro em Nova Palma. Posteriormente comprou sua carroça própria e realizava fretes. Por fim, associou-se a uma pequena empresa de arroz o que com o aumento da produção, se revelou um “mecânico prático”. (CESCA, 1975, p.55-56)

¹⁴⁷ Por conta desta atividade, onde investiu fortemente, tornou-se praticamente auto-suficiente na produção das peças que necessitava para a construção da trilhadeira. Disso resultou também o investimento em uma pequena

Mas, segundo Selbach (2007, p.128), no grande Álbum de Cachoeira, editado em 1922 por Benjamim Camozato, no ramo industrial já se destacavam as trilhadeiras “Tigre” de Ângelo Bozzetto em Faxinal do Soturno. Seu genro, agora com poder aquisitivo considerável, atuou em outras áreas, entre as quais, a construção de uma nova igreja, a rádio, a casa de saúde, além de tornar-se vereador de Cachoeira do Sul pelo PSD, promovendo, inclusive, a vinda dos governadores Walter Jobin, Ernesto Dornelles e Ildo Meneghetti a Faxinal do Soturno nos anos 1940, 1950. (CESCA, 1975, p.59).

Vicenzo cultivava boas relações com os parentes de sua esposa Amélia, residentes em São Paulo e também comerciantes e industriais. São eles que presenteiam Amélia com este “Fiat” que aparece na figura 13. Consta no verso da fotografia os seguintes dizeres: “Boas Festas e Feliz entrada do Ano Novo, deseja-vos seu amigo e patroa. Boas festas a todos! Homenageamos a Amélia!!

Figura 44- Carro Fiat



Fonte: Arquivo CPG- Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Manter um bom relacionamento com os parentes que lhes enviavam presentes caros, também demonstrava para os concidadão o poder das famílias e que suas relações se estendiam para além da colônia.

Usina Hidrelétrica a “Nova Palma Ltda”, no rio Soturno, que servia para o fornecimento de energia à sua empresa. Posteriormente, mais três usina foram construídas que é responsável atualmente pelo abastecimento de parte de 8 municípios da região.

As relações de Vincenzo Pigatto com a própria família ampliavam-se na medida em que os filhos de seus sobrinhos trabalhavam para a sua loja, entre os quais José Pigatto, filho de Luigi Pigatto Filho e Augusta Tereza Vestena que aparece fotografado com sua mulher, juntamente com Vincenzo Pigatto e os conterrâneos José Tomasi e João Bertoldo¹⁴⁸.

Figura 45 – Viagem a Porto Alegre da família Pigatto



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

A rede familiar de Vincenzo, no sentido amplo do termo, mantinha-se tanto através de apadrinhamentos e casamentos quanto em oportunidades de trabalho para os seus parentes mais próximos. Isto lhe garantia o suporte necessário para seus empreendimentos.

Luigi Pigatto, assim como seu irmão Vincenzo, atentou para a questão do apadrinhamento em família e fora dela. Em primeiro lugar manteve a proximidade com os conterrâneos, convidando como padrinho do primeiro filho Luigi Girardello, o mesmo que abrigou seu irmão Vincenzo. Manteve proximidade com o comerciante Luciano Descovi e o marceneiro Constante Prendin. Ambos apadrinharão, respectivamente, os filhos José Vicente (1896) e Angela (1900)¹⁴⁹. A família Descovi, segundo Saquet (2003, p.108) era proprietária de 18 lotes, dos 107 da sede do Núcleo Soturno, monopolizando 17% da área territorial. Aqui evidencia-se a importância da proximidade dos irmãos Pigatto com Luciano Descovi¹⁵⁰. Eram os socialmente

¹⁴⁸ Também comerciante, em Nova Palma.

¹⁴⁹ Livro de Genealogia do CPG nº3 p.99. Todos os dados apresentados a seguir sobre o casamento dos filhos também foram consultados na referida fonte.

¹⁵⁰ Sobre a trajetória deste senhor consultar o histórico produzido para o IV Encontro da Família elaborado por STEFANELLO (2015) In: Arquivo do CPG, Sala de documentação, Caixa Descovi.

iguais que se aproximavam tanto por questões econômicas – os negócios – quanto pelas sociabilidades - festas/casamentos/batizados.

Havia preocupação em garantir que o patrimônio material (econômico) e imaterial (representatividade na sociedade) se perpetuasse na família. E isso se reflete nos casamentos. Luiz Pigatto Filho casou Augusta Tereza Vestena¹⁵¹, Maria Luiza com Angelo Ravanello¹⁵², Rosa com Stefano Jovanovicz¹⁵³, Luiza casou com Angelo José Bozzetto¹⁵⁴, Pedro Pigatto casou com Itália Mazzardo¹⁵⁵, José Vicente com Catarina Soccal¹⁵⁶, Antonio Domingos casou com Paula Boezio¹⁵⁷, Angela Pigatto casou com Antonio Santi¹⁵⁸, Catarina casou com Guilherme Alberti¹⁵⁹, Elizabetha Elsa casou com Angelo Stefanello¹⁶⁰.

Como se pode perceber, manter os casamentos entre conhecidos, pares comerciantes e pessoas com posses, consolidava e alargava também o sentido de família¹⁶¹, assim como possibilitava uma fluidez no espaço colonial, que ia do município de Júlio de Castilhos a Cachoeira do Sul, mas que com os processos emancipatórios¹⁶² ocorridos na região a partir da década de 1950, estende seus braços principal e diretamente aos municípios de Faxinal do

¹⁵¹ No dia 19 de agosto de 1903, ela filha de Giacomo e Maria Rossi e tiveram como padrinho de casamento outro representante da classe comercial e também dos maiores concentradores de lotes urbanos da sede, José Volcato. Este casal teve os seguintes filhos: Lucia Maria, Maria Teresa, Amélia Rita, Luis Ricardo, Guido, José, Adelaide, Angelo Antonio e Achilles. Amélia Rita casou-se com Antonio Soccal, irmão de sua tia Catarina e que será prefeito de Faxinal do Soturno na década de 1960.

¹⁵² Casaram aos 19 de julho de 1909.

¹⁵³ Casaram aos 3 de dezembro de 1914.

¹⁵⁴ Casaram aos 18 de setembro de 1915. Já mencionou-se rapidamente a trajetória e a influência deste senhor na sociedade faxinalense.

¹⁵⁵ Casaram aos 20 de junho de 1914. Ela filha de Girolomo Mazzardo e Rosa Muraro, nascida aos 31 de março de 1893 em Vicenza. Parente da avó de seu marido, Lucia Catherina Mazzardo. Tiveram os seguintes filhos: Rosalda, Tereza Maria, Atilio Angelo, Maria Luiza, Amélia, Clara, Carlos, Clarinda, Guilherme, Primo, Segundo, Cezira, Irma, Stella Rosa, Valdomiro.

¹⁵⁶ Casaram aos 27 de junho de 1921. Ela filha de Olintho Soccal e Rosa Legehmann, nascida em Dona Francisca aos 11 de agosto de 1903. Tiveram os filhos: Renato Luiz, Norma Luiza, Elmo Luiz, Nelson Vicente, Joana Valdereza, Terezinha, Rosmarina.

¹⁵⁷ Casaram aos 9 de junho de 1924. Ela é filha de Valentim Angelo Boezio e Giudita De Micheli, nascida aos 9 de março de 1904. Segundo as memórias familiares o senhor Boezio tinha muitas posses e no Relato do Padre Luiz sobre a família de Luigi II, afirma Antonio vai residir em “Varador” com seus pais e “passa as terras a jovem Paula Boezio, que depois [...] casa com Antonio” (Arquivo do CPG- Caixa Pigatto). Tiveram os filhos: Maria, Helena, Adelino, Benjamin, Nilza Lucia, Vitorino, Hilda Inês, Peri Luis Terezinha Nair, Sadi Antonio, Darci Vicente, Nelci Helena, Eleonor Julieta.

¹⁵⁸ Casaram aos 26 de outubro de 1929. Ele era seu vizinho e migram na década de 1940 Jaboticaba.

¹⁵⁹ Casaram aos 5 de julho de 1922. Ele era comerciante em São João do Polesine.

¹⁶⁰ Casaram aos 8 de maio de 1924. Na década de 1930 migram para Lageado Bonito.

¹⁶¹ Nos dicionários brasileiros do século XX, o conceito de família estava “ligado ao casamento, à consanguinidade e a coabitação, entendendo por família os pais e filhos que vivem na mesma casa” (FARIA, 2000, p. 216). Porém, os avanços dos estudos relativos ao tema pautados mais recentemente na microanálise e perseguindo as redes sociais, os espaços de sociabilidade, os regimes matrimoniais, entre outros, apontam o vínculo de parentesco consanguíneo ou fictício como elo principal. Ou seja, o foco de análise muda, antes pautado nas coisas e nas pessoas que comporiam a família para as relações que ligam distintos agentes sociais em algo que possa ser definido como família.

¹⁶² Sobre este aspecto consultar Bolzan (2011).

Soturno, Dona Francisca, São João do Polesine, Nova Palma e Pinhal Grande. Estar ligado à elite comercial e ser possuidor de terras consolidava não só o prestígio, mas a representatividade e o reconhecimento diante dos seus conterrâneos. Esta estratégia de consagrar alianças através do parentesco é perpetuada pelas gerações seguintes desta família¹⁶³. O outro lado da família, a que ficou na Itália, também não era esquecida nestes arranjos. É o que vemos em Luigi Pigatto, quando se correspondia com a família na Itália, conforme destacamos no capítulo anterior.

O que se percebeu é que ele e seu irmão Vincenzo conseguiram não só garantir melhores condições para seus descendentes, mas também usufruir destas conquistas e demonstrá-las aos parentes que permaneceram na Itália. É o que se percebe em 1912, quando ele viaja para visitar os parentes italianos. Assim, 22 anos após a chegada de Luigi Pigatto, ele retorna para a Itália, e aproveita a ocasião para comprar, em Bassano del Grappa, onde residia seu irmão Domenico, algumas joias. Certamente é uma forma de demonstrar a sua condição econômica, adquirida na América. O que chama atenção não é o fato de trazer as joias, mas a quantidade que traz. Por este motivo, conjecturamos que possa ter sido para venda. Na nota emitida (Ver anexo M) lê-se o seguinte:

Fabbrica Oreficerie in genere			
Luigi Balestra – Bassano			
18 agosto 1912			
Sig. Pigatto Luigi			
	Grammi	Lire	Importo
65 paio schiarelle per bambine	52.00	2.50	130.00
38 paio bucculette in sorte piccole	49.00	2.50	63.90
6 anelli crucifisso pieni	18.00	2.50	45.00
			238.90
Distinti Saluti			
LBalestra (Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto)			

No verso deste documento que, segundo Padre Sponchiado seria de autoria de Girolamo Mazzardo¹⁶⁴, este saúda a família ao emitir a referida nota, afirmando que caso necessitassem de algo mais, que o avisassem com urgência, pois poderia expedir. Pelo menos nesta ocasião percebe-se que Luigi Pigatto encomendou as joias quando viajou, posteriormente, em 1 de abril de 1913 elas foram remetidas. Não se pode comprovar até que ponto procede a informação,

¹⁶³ Limitar-nos-emos, para esta análise, a descrever a relação dos filhos dos casais acima apresentados e seguiremos na análise destacando somente os que se relacionaram com o Padre Luiz e, que no nosso entendimento, influenciaram no seu trabalho de reelaboração da memória familiar, seguindo principalmente a linhagem masculina da família.

¹⁶⁴ Padre Luiz colou uma folha no documento que estava rasgado e por isso não foi possível conferir a assinatura.

mas tanto na anotação do padre feita à margem deste documento, como nas memórias dos familiares, é recorrente a versão de que ele teria auxiliado financeiramente os parentes Mazzardo em sua viagem ao Brasil.

A análise da família Pigatto em suas relações familiares e sociais fica claro que a família estabeleceu uma ampla rede de auxílio, informação e apadrinhamento que lhe assegurou um lugar de distinção na sociedade da Quarta Colônia com ramificações que cruzavam o Atlântico e estendiam-se para outras partes do Brasil.

4.3 Representação Política: A Construção de um Poder Familiar Local e Regional

A representação política coroa as redes comerciais e parentais (reais ou fictícias). A sociabilidade, através da casa comercial, “permite dar conta de como as novas regras do jogo e da política são produtos da interação social e podem dar lugar a formas relacionais específicas que fornecem, no caso dos clubes eleitorais, um conjunto de recursos organizativos, relacionais e identitários para o exercício da soberania”¹⁶⁵ (BERNALDO DE QUIRÓS, 2008, p.16).

No caso das duas famílias aqui estudadas, existe uma diferença importante entre elas: a família Pippi assume efetivamente cargos políticos nas administrações locais somente no final da década de 1950, ao passo que a família Pigatto participa da vida política e administrativa local, desde 1909.

A família Pippi esteve concentrada mais próxima à sede da colônia, ao passo a família Pigatto não. Se este fator influenciou no ingresso tardio de seus descendentes na política, não se pode afirmar. Inclusive, como visto, ambas estabelecem redes de solidariedade e compadrio como estratégia de inserção na sociedade colonial desde o início.

Nesse subcapítulo, pretendemos analisar a trajetória dessas duas famílias na política local e regional, procurando, na medida do possível, descortinar as relações estabelecidas para se inserirem efetivamente na sociedade sul-rio-grandense do ponto de vista político.

Tal ponto de vista não é descolado da realidade social e econômica e, para muitos, a estratégia política anda lado a lado com a econômica e a social, mas para outros, ela pode ser buscada a posteriori, isto é, depois da conquista de um lugar ao sol, do ponto de vista econômico.

Assim, abordamos nesta análise primeiramente as relações comerciais, de compadrio e solidariedades estabelecidas pela família Pippi. As relações de Próspero com o italiano Anibal

¹⁶⁵ Tradução nossa.

di Primio, que era negociante em Santa Maria desde o ano de 1877, são reveladoras de tais teias sociais, comerciais e políticas. Desde que Anibal di Primio foi padrinho de casamento de Próspero Pippi, estreitaram-se as relações. Anibal foi o primeiro agente consular¹⁶⁶ não oficial em Santa Maria e seu correspondente em Silveira Martins foi seu compadre Próspero Pippi.

As suas relações de compadrio e liderança local, levam-no a assumir cargos de representação, diante de seus pares. Como exemplo podemos citar que Próspero, ao presidir a comissão de melhoramentos, a partir de 1886, assumia o papel de mediador entre a comunidade e o poder, representado pela Intendência de Santa Maria. Por seu intermédio chegava à população as decisões tomadas em relação aos imigrantes e, da mesma forma, os pedidos dirigidos à Intendência.

Ser reconhecido como competente para ocupar tal cargo diante de uma rede de comerciantes e lideranças locais é indicativo de seu prestígio e poder político. Santin e Isaia (1990, p.31) já diziam do poder de liderança exercido por este comerciante. No entanto, não houve por parte da Intendência de Santa Maria, o reconhecimento formal da capacidade administrativa destes líderes imigrantes. Embora a referida Intendência, em março 1890, tenha concedido a esta comissão o direito de atuar como subintendência, nega o pedido de elevação deste distrito à categoria de vila por entender que não havia no local pessoas aptas a ocupar as diversas funções¹⁶⁷ administrativas requeridas para instalar um novo município.

Segundo a reflexão feita por Saquet (2003), na República Velha, o poder estava ainda muito atrelado às antigas oligarquias de origem lusa e/ou alemã, ficando os imigrantes e seus descendentes italianos praticamente fora do cenário político. Esta inserção só será alcançada mais tarde pelos comerciantes e industriais mais proeminentes. “Este fator teria prejudicado o desenvolvimento local”, diz ele (SAQUET, 2003, p. 172).

De 1888 a 1890, encontram-se vários ofícios trocados entre Próspero e a Intendência de Santa Maria, são cobranças de metade dos aluguéis relativos a uma casa de sua propriedade, utilizada como quartel e cadeia de março a dezembro de 1888.¹⁶⁸ Não há nenhuma relação política. São relações comerciais. Queremos ressaltar que, desde que assumiu o cargo de presidente de comissão de melhoramentos, os vários ofícios encaminhados são no sentido de

¹⁶⁶ Quanto a esta questão não encontramos nenhuma documentação na qual se pudesse comprovar o cargo de Próspero Pippi como oficial. No entanto, esta representatividade certamente existiu e este provavelmente não foi o único caso, pois nos escritos de Umberto Ancarani, oficialmente o primeiro Agente Consular da Itália em Santa Maria, contidas em ANCARANI (In: SANTIN, ISAIA, 1990), em 1912, é fundada oficialmente a Agência Consular, devido à importância política internacional de Santa Maria.

¹⁶⁷ Circular expedida pela Intendência Municipal de Santa Maria ao imigrante Próspero Pippi, 13 de março de 1890 (In: SANTIN; ISAIA, 1990, p. 34-35).

¹⁶⁸ Ofício enviado a Intendência de Santa Maria, pelo imigrante Próspero Pippi, 10 de abril de 1890. (Arquivo do CPG, Sala de documentação, Caixa Pippi).

cobrar os aluguéis devidos, já que a escolha de sua casa para a utilização como cadeia, foi influenciada por sua atuação de mediador entre a comunidade e o poder municipal.

“Os mais instruídos, na sociedade colonial, geralmente eram os comerciantes, o que facilitava suas ações econômicas e políticas em cada localidade” (SAQUET, 2003, p.108), por isso, estes vão assumir cargos de representatividade, pois serão os porta-vozes imbuídos do poder de falar e agir em nome do grupo, como nos mostra Bourdieu (1996, p.82-83).

Flávio Bruno Pippi também exerceu esta representatividade diante da comunidade, segundo as informações de Bellinaso (1983, p.186;216), ele foi um dos líderes do imigrantes, juntamente com Máximo Fellin (pai de seu genro César), exercendo também, a atividade de agente consular. Ser líder, neste caso, é estar à frente de comissões e iniciativas que visassem ao desenvolvimento local. Pelo lado dos imigrantes havia lideranças com o reconhecimento dos pares, mas do lado da Intendência de Santa Maria isto não se confirmava. Eram ouvidos porque vinham em nome dos imigrantes, mas não porque representavam algum poder no quadro oficial do Município.

Sabe-se que as redes tecidas na casa comercial, são um reconhecido espaço de sociabilidade masculina, refletem-se também nos acordos políticos. O supracitado comerciante, em função de suas transações econômicas com diversas casas bancárias, foi, em certa ocasião, convidado pelo gerente do Banco Pelotense de Júlio de Castilhos para ser o seu representante (Ver anexo N), entretanto, não obtivemos a confirmação da aceitação ou recusa, mas nesse caso estamos diante de uma ação de reconhecimento, por parte do Banco, de sua liderança local.

Nas gerações sucessivas da família de Flávio Bruno, identificar-se-á também uma ativa participação política através da ocupação de cargos, embora se possa constatar, no limite permitido pela documentação analisada, que esta família efetivamente assumiu cargos políticos a partir do final da década de 1950, especialmente com seus netos e bisnetos.

Do ponto de vista político, interessa-nos mais de perto a trajetória de Bruno Pippi¹⁶⁹ (neto)¹⁷⁰ a partir de 1944 quando ele se transfere para Nova Palma. Neste local, como se pode verificar na figura nº 37, ele abre uma casa comercial de compra e venda de produtos coloniais,

¹⁶⁹ Filho mais velho de José Francisco e Julia Copetti, nascido em Núcleo Norte, aos 12 de outubro de 1913. Ele ficou órfão de pai, pequenino. Em 1934-35, foi professor em Dona Francisca e lá casou-se com Mafalda Casarotto aos 17 de janeiro de 1938. Segundo as informações, ele neste período possuía uma empresa em sociedade, que em pouco tempo cessou as atividades. Daí transferiu-se para Nova Palma, onde a partir de março de 1945 atuou como enfermeiro da Sociedade Hospitalar. Deixou este cargo em 1947, já tendo adquirido vários lotes urbanos, que circundavam a praça central do distrito e, abrindo sua casa comercial.

¹⁷⁰ Nesta família, observamos uma sucessão do nome Bruno, segundo as reflexões de Witt (2008, p.79) “quanto aos nomes, o costume da época de se homenagear os avós, pais e padrinhos transcende o sentimento de amizade e admiração por aquele que ‘doará’ a duplicidade do seu nome para o batizado. A transmissão do nome vinha carregada de significados: homenagem, memória familiar e desejo de que características positivasse progresso material dos avós, pais e/ou padrinhos estivessem se agregando a vida do recém-nascido”.

consignações e um posto de combustível. A partir deste momento, e muito em função de suas relações com o Monsenhor Humberto Busato, de Núcleo Norte, com quem conviveu desde a infância, após a morte de seu pai, filiou-se ao PTB. A sociedade distrital, neste momento, era formada por muitos comerciantes, dentre eles, muitos representantes das famílias Pigatto e Volcato.

Angelo Domingos Volcato (filho de João Volcato) será o correligionário da primeira hora de Bruno Pippi, partidário do PTB e também descendente de uma das famílias mais poderosas econômica e, politicamente¹⁷¹ da região.

Para Tedesco (2010, p.284-285), o período inicial da colonização tem o seu centro na casa comercial. Percebemos que, na Quarta Colônia, isto também se verifica pois a casa comercial continua a ser “centro aglutinador da vida econômica e social, em igual correlação com a igreja, enquanto espaço de manifestação da fé, era o centro nevrálgico dessa dinâmica entre desentendimentos e acertos públicos” ao longo do século XX.

No processo emancipatório, que se dá após a chegada de padre Luiz Sponchiado à região em 1956, com a participação nas negociações de Monsenhor Busato, é possível perceber o atrelamento da Igreja católica à política local. Embora houvesse uma conjunção de forças em prol da emancipação de Nova Palma naquele ano, veremos que foi o momento em que se definiram alianças políticas que perpassaram os espaços de sociabilidade para além da casa comercial, alcançando a vida privada, e que influenciarão na construção da memória oficial da imigração italiana, representada pelo conjunto documental organizado no CPG, conforme veremos.

No caso da família Pigatto, o campo político está, sem dúvida, atrelado ao seu poder econômico. Vincenzo Pigatto era o “homem da venda”, segundo as memórias de Angelo Girardello, registradas por Padre Luiz

Na época, o líder, o conselheiro, o recurso da gente do interior, com seus palpites-oráculos, tendo abastecimento de tudo o que se precisava no dia a dia, lanchonete de biscoitos e rapaduras, aos domingos, servindo mondongo-sopa, ou, carne em úmido. Era a caixa de crédito, tinha remédios, alguma cerveja, gazosas e principalmente cachaça. (SPONCHIADO, Escritos, 07/03/1933, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto).

¹⁷¹ Sobre a concentração de área territorial colonial, na qual a família Volcato é uma das cinco maiores concentradoras, consultar Saquet (2003, p.109) e sobre a representação política da mesma família Langone (2013, p.59- 66)

Ser o “homem da venda” significava também ser o conselheiro, o “farmacêutico”, o caixa de crédito e o homem que vendia tudo do que o povo necessitasse. Mas significava, acima de tudo, ser o líder a quem se podia recorrer. Embora pareça mitificada, esta representatividade era real e constante. A ação de Vincenzo Pigatto se fazia através de contratos com a Intendência quando, por exemplo, foi responsável pela construção, em 1913, do aterro e de quarenta e um pontilhões e bueiros no acesso a Restinga Seca. Já em fevereiro de 1929, construiu uma ponte e 17 bueiros na estrada entre Faxinal e Nova Palma. Em março do mesmo ano, foi a vez de uma ponte metálica sobre o rio Soturno, com 40 metros de comprimento, assim como o aterro dos respectivos pontilhões. Recebeu por este contrato o valor de 168 contos de réis. Já na localidade de Trombudo, construiu, em 1931, uma ponte em madeira, totalmente coberta, de 15 metros de comprimento por 4 de largura (CESCA, 1975, p.29). Observa-se que ele desempenhava muitas outras atividades que não somente a comercial. Parece-nos que Vincenzo Pigatto assumia, de fato, a função de um construtor de caminhos, um empresário a mandar fazer pontes e estradas que ligavam todas as partes da colônia e, principalmente, visando ao escoamento da produção e o ir e vir da população.

Ou seja, o fato de desenvolver trabalhos para a Intendência o ligava diretamente ao governo e mantinha diante da população a imagem de que ele era o responsável pelo desenvolvimento local. Sobre isto, é exemplar ainda o depoimento de Angelo Girardello: “a ponte de ferro em Faxinal do Soturno, não tinha um ano da sua inauguração, e viera pelo Bromberg da Alemanha, ficando a montagem a cargo de Vicente Pigatto, o “homem da venda”. (SPONCHIADO, Escritos, 07/03/1933, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto).

Selbach (2003, p.192), ao analisar o relatório da Intendência de Cachoeira do Sul do ano de 1930, no que tange aos trabalhos nas estradas, pontes e pontilhões afirma que

Os trabalhos eram organizados por capatazes fiscalizados pelo subintendente de cada distrito, além do engenheiro da seção de obras. A mão de obra utilizada na conservação das estradas das chamadas zonas agrícolas era composta, em sua maioria, pelos próprios moradores das localidades. A fórmula utilizada permitia que o contribuinte optasse em pagar o valor estabelecido ou trabalhasse no serviço durante seis dias.

Em relação ao custo dessas obras, o mesmo autor afirma que em alguns casos era muito elevado, como por exemplo, “a ponte metálica construída em Faxinal do Soturno, no então 5º distrito, custou 553:087\$102 réis” (SELBACH, 2007, p.193).

Este poder econômico vai conferindo a estes comerciantes uma maior respeitabilidade e reconhecimento, por parte da população colonial e da Intendência, pois passa a ser um líder

local. No entanto, esse poder nem sempre era aceito por todos e provocava conflitos de interesses econômicos e políticos, como vimos com os comerciantes de Novo Treviso.

No ano de 1937, o Banco Pfeiffer SA nomeou como correspondente na localidade de Faxinal do Soturno Vincenzo Pigatto. Já em 1943, este banco transformou-se no Banco Industrial e Comercial do Sul SA, o qual era atendido por Anselmo Cassol e por seu neto Vitélio Bozzetto. (CESCA, 1975, p.42-43).

O seu reconhecimento para além da comunidade local, atinge seu ápice em setembro de 1944, quando ele recebe o título de Cidadão Brasileiro, pela Portaria Ministerial nº 9351.

Quanto a seu irmão Luigi Pigatto, a situação não foi diferente. Em 1904, juntamente com outros cidadãos, fez parte da comissão de conservação das estradas distritais. O documento que regula o funcionamento é bem claro quanto a representatividade deste cidadãos na comunidade, o qual reproduzimos a seguir:

Regulamento pelo qual deverão funcionar as Comissões Conservadoras das Estradas públicas na zona colonial, 5º distrito de Vila Rica. Barracão

A saber

A Comissão do lugar supra dito, é composta dos seguintes cidadãos: João Vedovatto Luiz Pigatto e Primo Rossato. E terão as atribuições seguintes:

I São os únicos habilitados a nomearem encarregados para as turmas e darem a estas as instruções necessárias a bem do serviço

II Os membros da Comissão que possuírem mais de duas colônias, serão obrigados, ao pagamento de dois dias de serviço, ou de cinco mil reis por cada colônia que exceder.

III Os membros, da Comissão são obrigados, a antes de darem princípio aos trabalhos, percorrerem as Estradas públicas, a fim de verificarem onde, devem mandar fazer qualquer reparo que exija urgência.

IV Compete à Comissão mandar as turmas, trabalhar unicamente nas Estradas públicas, evitando assim, o abuso que já se tem dado, com vários contribuintes que se tenham negado ao trabalho nas Estradas referidas; alegando terem de trabalhar nas que vão as suas casas. Quando que nesta só poderão conservá-las às suas custas.

V Todo contribuinte: que, não comparecer no serviço, sem causa justificada, no dia e hora estipulada pela competente Comissão, será punido pela lei (Código Posturas municipal) para o que imediatamente a Comissão fará ciente ao sub-intendente.

Zona

A zona do Barracão é compreendida a seguinte área:

Ao Oeste partindo da divisa da Cachoeira até encontrar com o confim da Linha número 1, a Norte a partir do povoado até encontrar com matos de propriedade inclusível a linha base, a Leste até encontrar com o cerro que tem além do moinho de José Tomazzi.

Os trabalhos deverão dar-se princípio no dia 25 do corrente, não além!
Sub-intendência municipal da zona colonial 5º distrito de Vila Rica
10 de Março de 1904.

O Sub-intendente Caetano Cavalheiro (REGULAMENTO, 1904, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto, p.1-3)

Além, é claro, de estes serem de confiança do subintendente, pois segundo as palavras do próprio Caetano, “são os únicos habilitados”. Isto sem dúvida é símbolo da representatividade direta do subintendente, pelas mãos da comissão. Ela tem o poder de delegar as funções, controlar a execução dos trabalhos, assim como “delatar” os que não cumprissem com suas obrigações. O subintendente por sua vez era de extrema confiança do Intendente, o que significava uma hierarquia direta. Nas palavras de Costa (1991, p.247)

Os subintendentes eram pessoas escolhidas pelo Intendente que eram de sua inteira confiança. Dirigiam as obras públicas, conservavam estradas, abriam ruas e, nos primeiros tempos da vida dos distritos, acumulavam os cargos de subdelegados de polícia e comandante da Guarda Municipal.

Mercê das qualidades que deveriam possuir, eram muito bem escolhidos, pois o cargo exige capacidade administrativa e alto senso de responsabilidade.

A família Pigatto teve como subintendentes¹⁷²/subprefeitos de Nova Palma, no período em que esteve sob a jurisdição do município de Júlio de Castilhos os seguintes cidadãos: Guido Grotto no período de 02/07/1945 a 05/1947. Ele era marido de Maria Tereza Pigatto, filha de Luiz Pigatto Filho. Quando Guido deixa o cargo, quem assume é seu cunhado José Pigatto, que permanece até maio de 1949, e reassume no período de 10/1957 a 05/1959. Também exerce o cargo Luis Ricardo Pigatto, irmão do anterior, de 05/01/1956 a 10/1957. José também elegeu-se como vereador de 1952 a 1955 (LANGONE, 2013, p.65-66). Estes são os descendentes de Luigi Pigatto filho, os quais vão permanecer, em sua maioria, residindo em Nova Palma e participando ativamente da política local até os dias atuais.

O patriarca Luigi atuou ainda como Inspetor Seccional do 5º distrito, cargo que exerceu até 5 de janeiro de 1909 (Ver anexo O). Corroborando com a análise de Saquet (2003, p. 171-172) ao estudar a relação dos Intendentes e subintendentes do município de Júlio de Castilhos, especialmente no que tange aos distritos de Núcleo Norte e Núcleo Soturno, conclui-se que o grupo dominante política e economicamente deste município era consubstanciado por latifundiários e militares e, neste contexto, os intendentes não representavam as aspirações e os

¹⁷² “Pelo Decreto nº 37, de janeiro de 1931, os Intendentes e Subintendentes passaram a denominar-se Prefeitos e Subprefeitos” (COSTA, 1991, p.247).

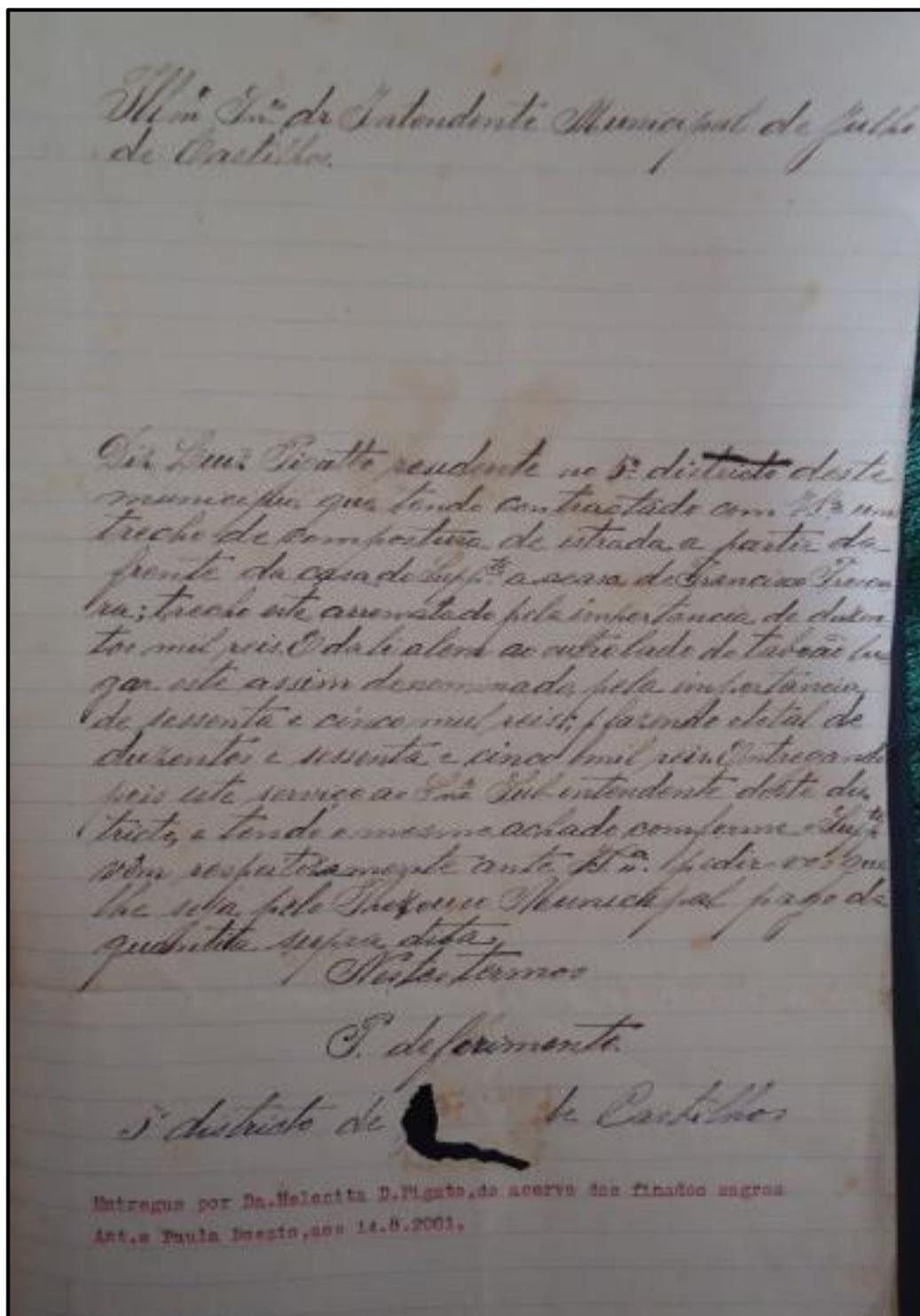
interesses dos italianos e seus descendentes e que estes não assumiram nenhum dos cargos acima mencionados, anteriormente à década de 1930.

A documentação comprova este fato, no entanto, no que tange à família Pigatto a documentação é reveladora de que, embora o cargo assumido não tenha sido o de intendente e/ou subintendente, tanto Luigi quanto Antonio, que assumem respectivamente o cargo de Inspetor Seccional e Juiz Distrital, estão muito afinados com o grupo dominante no poder.

Embora a representatividade desta família assumindo cargo de subprefeitos se efetive somente na década de 1940, as relações que se estabelecem a partir de 1905 com a instauração do Partido Republicano neste distrito, tendo como representante máximo João Volcato, demonstra que as relações comerciais e as alianças estabelecidas entre os pares comerciantes e imigrantes/descendentes de italianos, contribui para que esta representatividade seja reconhecida. Representatividade galgada pelo patriarca Luigi e levada a fio por seus descendentes.

Além disso, outro importante fator era a estreita ligação de Luigi Pigatto com o subintendente, pois a partir desta ligação é que ele teve a concessão para o reparo das estradas distritais o qual foi contratado em duas ocasiões. O primeiro caso pode ser observado na figura a seguir (não identificamos a data).

Figura 46 – Solicitação de Pagamento



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

A outra ocasião foi em 19 de abril de 1925, quando foi contratado para o “conserto completo de um trecho de 40 kilometros [quilômetros] da Vila a Linha Sete” (SPONCHIADO, Escritos, 19/04/1925, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto), pelo valor de seis contos de réis.

Antonio Pigatto segue politicamente os passos de seu pai. Pelo ato nº 293 datado de 8 de dezembro de 1920, foi nomeado por Antônio Augusto Borges de Medeiros, Juiz Distrital do 8º distrito do Município de Júlio de Castilhos, com sede em Comércio, pelo tempo de quatro anos.

A imagem abaixo registra a ocasião de uma reunião na subprefeitura¹⁷³, em Nova Palma na década de 1930, com os seguintes senhores: em pé - Luciano Degregori, Ângelo Volcato, Vitorino Descovi, Virgílio Descovi, José Quevedos, Miguel Soares, Amadeo Zasso, José Bevilaqua, Josué Descovi. Sentados: Peri Barcelos, Antonio Marin, Antônio Pigatto, Angelo Rossato e João Bertoldo.

Figura 47- Reunião na Subprefeitura



Fonte: Arquivo CPG- Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

No desdobramento de suas atividades, Antonio investe também na pecuária. Neste sentido, em 1939 quando é criada a Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados LTDA, este

¹⁷³ Só para ressaltar a atividade política de alguns destes indivíduos Ângelo Volcato foi por duas ocasiões subprefeito do distrito; Vergílio Descovi foi suplente do subprefeito Pedro Fumagalli, assim como vereador. A família Volcato e Descovi filhou-se aos PRR, que em 1905 criava neste distrito sua comissão executiva, tendo como líder local João Volcato (aparentado dos Descovi), o qual exerceu muitos cargos (LANGONE, 2013, p.59-60). A classe comercial está representada por Angelo Rossato, João Bertoldo, Antonio Marin além, de Antonio Pigatto.

faz parte da comissão administrativa (COSTA, 1991, p.401). Ou seja, está em meio a elite latifundiária e pecuarista do município.

Os netos de Luigi também seguem na atividade comercial assim como são muito ativos politicamente. Já mencionou-se anteriormente a atividade de alguns representantes desta família, quando estava sob a jurisdição do município de Júlio de Castilhos. Estes mesmos representantes irão tomar parte ativa no processo emancipatório desencadeado na década de 1960¹⁷⁴.

Na escrita da história destas duas famílias - Pigatto e Pippi -, interessa-nos destacar que, igualmente na família Pippi, estes indivíduos, a partir de 1956 interagem muito com o novo pároco, Padre Luiz Sponchiado e, para além da Igreja, em função deste momento político vivido localmente pela busca da emancipação. Acreditamos também que estas relações influenciaram na construção da memória familiar elaborada pelo referido padre.

No caso da família Pigatto, desde a primeira reunião em prol da emancipação, estão presentes os senhores Luiz Ricardo Pigatto, Guido Grotto, José Pigatto, todos já ativos politicamente. Na comissão de emancipação o representante da família foi Angelo Antonio Pigatto (irmão dos acima mencionados).

O que identificou-se nesse processo é que Antonio Pigatto e seu filho Peri eram politicamente ligados ao PTB¹⁷⁵. Já seus sobrinhos Angelo Antonio e José, e descendentes de Luigi Pigatto Filho, estavam atrelados ao PSD. Já na primeira administração (01/01/1961 a 31/12/1963), Peri Pigatto elegeu-se como vereador pelo PTB. Seu primo Angelo Antonio Pigatto foi prefeito no período de 31/01/1969 a 31/01/1973. (SPONCHIADO, 1996, p.190)

Nas administrações seguintes, os netos de Luiz Pigatto Filho irão assumir cargos políticos.

As relações políticas e as redes estabelecidas em torno do processo emancipacionista, podem ser percebidas na correspondência a seguir (Ver anexo P)

Prezado amigo Sr Ricardo Pigatto

Para minorar a dor da despedida – (separação que nem eu nem ninguém esperávamos tão logo, e em horas tão decisivas) – e também para que não sofra continuidade o esforço progressista em que estamos empenhado [sic],

¹⁷⁴ Processo este abordado no primeiro capítulo desta tese. Aqui nos deteremos a analisar as relações específicas em Nova Palma, no entanto, desde as tratativas em prol da emancipação coletiva dos municípios identificam-se os representantes destas famílias em outras comissões, interagindo.

¹⁷⁵ Assim como Ângelo Volcato e Bruno Pippi. (SPONCHIADO, 1996, p.187). Com Golpe Civil Militar em 1964, os partidos políticos foram proibidos. Com o AI- 2, foi instituído o bipartidarismo, onde a situação se organizou em torno da ARENA e a oposição ingressou no MDB. (FABER, 2010, p.24).

não quis e não fiz despedidas especiais.... Vamos ficara assim mesmo tão perto....

Contudo, amigo, porque conheço suas qualidades e aptidões a V. S. escrevo estas linhas, para recomendar-lhe encarecida e instantemente o NOVO MUNICÍPIO, que afanosamente, com tantos anos de luta conseguimos formar, sob a robusta proteção do Céu [Céu], – Como filho que sai da casa paterna, a Nova Comuna, precisa de paz e união de esforços, concórdia, porque sob estes signos nasceu, e é sob eles, poderá prosperar e cumprir as fagueiras esperanças que os Emancipacionistas – chefes e soldados – quiseram e sonharam.

Tenho já uma boa experiência, conheço V. S. – sei que o pode fazer, e, me despedindo, - (Deus sabe quanto me custa) – rogo-lhe que coloque toda a sua influência e prestígio junto s seu PARTIDO e povo, para conseguir estas QUATRO COISAS:

- 1) Lute para que nos quadros da Administração e Direção do Novo Município, entrem somente “GENTE NOSSA” ...Temos elementos, de sobra, são, competentes, íntegros, trabalhadores e capazes...
- 2) Faça tudo para bem organizar, e quanto antes, registrar o DIRETÓRIO DO SEU PARTIDO, pois, dos partidos precisamos.
- 3) Use de toda a sua influência, para que o seu Partido organizado, em peso, apresente, como CANDIDATOS a Prefeito e Vice- Prefeito do Novo Município, os Srs. Maury Langone e Eduardo Stefanello, que, por todos os modos, são os grandes indicados, para os três primeiros anos iniciais, - seja pela capacidade esclarecida que têm, seja pela vontade férrea de trabalho que os distinguem, - seja pelo merecido conceito de estima que gozam, - seja pelos enormes sacrifícios que dispenderam para a emancipação, - seja para unir todos os Partidos em Candidaturas Únicas, - seja para deixar bem colocado o novo município junto ao Governo, - e também que possam ser cumpridas as obrigações assumidas pela Comissão Emancipacionista, da qual sou indigno Presidente.
- 4) Cada partido apareça em cena, por si, apresentando cada um, unânime e espontaneamente, os mesmos dois candidatos indicados, ficando liberdade para escolha e eleição dos Srs. Vereadores.

Desta forma, meu caro amigo, tudo se processará democraticamente; aparecerão os Partidos vivos, necessários e organizados; evitar-se-ão lutas políticas maiores, e ficarão à testa da novel Comuna – que nos é tão cara – na sua primeira, quão importante Administração que é somente três anos e pouco, uma grande capacidade para o trabalho burocrático que é o Seu Maury e um emérito e incansável trabalhador que não respeita nem dias nem noites para o bem público como é o seu Eduardo. Um substituirá facilmente o outro, porque juntos trabalham, e são dois cidadãos – estou certo – que sacrificarão o ordenado e seus próprios interesses pela causa comum, pois, ambos, já, muito e muito – eu o sei – dispenderam para a consecução do nosso pequeno e promissor Município que há de fazer milagres, se bem conduzido, com economia, trabalho e paz.

Era o que tinha a lhe dizer meu caro amigo.

Adeus... Saio contente porque algo fiz por meu povo, e consolo-me na certeza que V. S., tudo há de fazer para que estes meus últimos desejos e esperanças se cumpram. – Eu o conheço, sei de suas qualidades, e de tantos bons companheiros e correligionários seus, a que peço transmitir este “Meu Testamento”.

O novo Município que tanto me custou... que tanto amei... e que tenho de deixar, fica em boas mãos.

Não me esqueça de meus conselhos. Na catedral em Santa Maria às ordens.

Nova Palma, aos 12 de Março de 1960¹⁷⁶

(ass) Pe. Luizinho (SPONCHIADO, Correspondência, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto)

De fato, nas eleições ocorridas em 18 de dezembro de 1960, se elegeram Maury Langone (PDC) como prefeito e Eduardo Stefanello (PTB) como vereador.

A carta, enquanto documento político, é muito importante para se conhecer a extensão do papel político do Pe. Luiz Sponchiado na região. Sua ação, como estamos marcando neste trabalho, fica muito clara pelo que diz e escreve. Nesse caso, fica explícita a preferência política do Padre Sponchiado, mas também, explícita a rede de relações a que ambos, o Padre e o cidadão, pertencem.

Assim, pode-se perceber, como as alianças políticas e partidárias perpassaram as relações comerciais, sociais e de apadrinhamento. A Igreja, por seu turno, nunca esteve fora do âmbito da convivência destes sujeitos históricos, porém, seus interesses nunca foram deixados de lado. E igualmente o padre, neste caso, o Padre Luiz Sponchiado, ao envolver-se nas questões políticas, controlando não só a vida religiosa de seus fiéis, estabeleceu relações de aproximação ou afastamento que, ao nosso ver, influenciaram na construção da história das famílias contadas através do arquivo do CPG

Assim, pode-se perceber, como as alianças políticos partidárias perpassaram as relações comerciais, sociais e de apadrinhamento. A Igreja nunca esteve fora do âmbito da convivência destes sujeitos históricos, porém seus interesses nunca foram deixados de lado. E igualmente o padre, neste caso, o Padre Luiz Sponchiado, ao envolver-se nas questões políticas, controlando não só a vida religiosa de seus fiéis, estabeleceu relações de aproximação ou afastamento que, ao nosso ver influenciaram na construção da história das famílias contadas através do arquivo do CPG.

¹⁷⁶ Padre Luiz retorna como pároco de Nova Palma em agosto de 1962, onde residiu até seu falecimento em março de 2010.

5 MEMÓRIAS FAMILIARES

La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda y como la recuerda para contarla. Gabriel García Márquez¹⁷⁷

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar, através da trajetória dos Pippi e dos Pigatto, como se dá a construção das memórias familiares. Analisamos o tema sob a perspectiva da organização de dois conjuntos documentais: o acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG) e o acervo privado e inédito da família Pippi. Para tanto, percorremos a trajetória destes indivíduos e sua inserção na sociedade sul-rio-grandense, a fim de elucidar as relações estabelecidas e a memória construída.

Nesse sentido, analisamos, ao longo dos capítulos anteriores, a construção da memória elaborada pelo Padre Luiz Sponchiado no CPG que, em seu conjunto, consagra a memória que chamamos de oficial da imigração italiana na quarta colônia. A memória contida/construída no acervo privado dos Pippi, juntamente com a sua memória oficial que está no CPG é reveladora dos conflitos que permeiam os processos de reelaboração de memórias. Mas ambas as famílias, ao se apropriarem (ou não) da sua memória e da história contada a partir da perspectiva documental do CPG, estão ao mesmo tempo trazendo à tona o patrimônio familiar ali contido

Refletindo sobre este aspecto, para a compreensão da gênese e da prática patrimonial, valemo-nos de Meneses (2006, p.37), quando observa que se deve atentar para as forças sociais que atuam e, ao fazê-lo, necessitam de “suportes materiais de sentidos e valores”. Queremos dizer que o que é considerado, ou não, como patrimônio, depende de uma apropriação da comunidade a qual o CPG representa. Ele deve ser um referencial para esta comunidade e, ao ser organizado, passa por um processo de seleção. Na reflexão de Hartog (2006, p.272), as necessidades, historicamente constituídas, orientaram as acepções do termo ao longo do tempo e, dessa forma, o “patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos¹⁷⁸”. Assim, o patrimônio confere identidade a um determinado grupo (os italianos da quarta colônia) e a escolha do que é ou não patrimônio, depende muito do interesse dos indivíduos e dos grupos (que podem ser de ordem política ou de classe) que estão em jogo e, por isso, este “não pode ser visto a partir do passado,

¹⁷⁷ Márquez (2002, p. 8 apud WITT, 2008, p.279).

¹⁷⁸ Este termo, segundo Meneses (1998, p. 94), “é uma expressão rebarbativa forjada por Pomian (1977) para identificar objetos excepcionalmente apropriados e (exclusivamente) capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade”.

mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente” (HARTOG, 2006, p.270).

Neste sentido, o patrimônio cultural¹⁷⁹ possibilita a

Manutenção, construção ou reconstrução da identidade (pessoal ou coletiva) de modo sobretudo a proporcionar ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz [...]; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição (COELHO, 1997, p.287).

Desta forma, por patrimônio entendemos o “conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade” (BARRETO, 2001. p.11). Sendo assim,

O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática e militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos, por exemplo coloca em primeiro plano, para a história moderna o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens [...]. O registro paroquial, [...] marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa (LE GOFF, 2003, p.531)

Ao longo deste capítulo, buscamos refletir, então, sobre quais as forças atuantes, quais os discursos históricos que definiram ou não, a apropriação, por parte das famílias Pippi e Pigatto, da memória que foi elaborada no acervo do CPG tomando-a como a sua memória e o seu patrimônio documental familiar.

5.1 As Memórias Construídas no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) e as Memórias Guardadas pela Família Pippi

Com o advento da modernidade, o avanço do capitalismo e a desestruturação das sociedades tradicionais o novo se estabelece como marca de progresso e sinal da destruição da tradição, o que ocasiona um enfraquecimento dos vínculos ancestrais (BENEDUZI, 2009, p.47). Detecta-se aí uma intensificação da perda e uma necessidade de reviver o passado e de se identificar.

¹⁷⁹ Para uma análise mais detalhada sobre o tema, ver, entre outros, Choay (2001), Poulot (2009), Gonçalves (1996). Em nossa dissertação de Mestrado defendida na UFSM (STEFANELLO, 2010) aprofundamos o tema no Brasil em especial no que diz respeito às políticas públicas.

Especialmente nas últimas décadas do século XX, assistiu-se a uma ampliação de reivindicações identitárias, influenciada, entre outras questões¹⁸⁰, pela necessidade da memória. Trabalhando com a ideia de regime de historicidade¹⁸¹, Hartog (2006, p.261; 270) situou este processo no contexto de desenvolvimento da categoria do presente, a qual ele denomina “presentismo”, no qual se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer”. “Um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade”.

Nesta busca incessante pela memória e pela identidade, situamos a construção dos dois arquivos, que serviram de base documental para a realização desta análise: o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, já apresentado no cap. 2, e o acervo privado da família Pippi, até agora inédito. Ambos são conjuntos documentais organizados com a finalidade de alicerçarem a rememoração, permitindo, assim, a identificação dos descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia em maior ou menor escala.

Em Candau (2011, p.23), destacamos, ao estudar as questões de memória, a metamemória, a qual identificamos como a representação que o indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem deste fato e como constrói sua identidade, sua distinção em relação aos outros. Trata-se, portanto, de uma memória reivindicada.

Ao estudar a memória, partimos do princípio de que é um fenômeno construído tanto individual quanto coletivamente. Neste sentido, há uma dialética da memória e do esquecimento que seleciona o que se pretende reter como memória, seja de um grupo ou de um momento histórico. A memória, nesse caso, funciona como uma representação¹⁸².

As representações necessitam estar articuladas a elementos fundamentais, como por exemplo, a construção do imaginário social, que é “um processo constituído historicamente: o da elaboração, em cada sociedade, de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva”

¹⁸⁰ A partir da década de 1960 “o surgimento de novos movimentos sociais levou a constituição de novos sujeitos políticos que, assim, implicou na criação de novos espaços políticos, fora do plano institucional, que ensejarão novas práticas sociais e novas representações simbólicas, que as acompanham” (EVANGELISTA, 1992, p.17). Atrelada a esta mudança, está em curso uma mudança historiográfica, levada adiante pela Escola dos Annales e, posteriormente com a História Cultural e a Micro – História em que as maiores transformações, foram a ampliação nas temáticas e objetos e, a diversificação das fontes e métodos de pesquisas. Para uma compreensão mais detalhada do processo, consultar Stefanello (2012).

¹⁸¹ O autor supracitado trabalha com duas acepções deste conceito. De forma mais restrita, seria a forma com que “uma sociedade trata seu passado” e, ampliando a compreensão designa “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana”. Ele acrescenta ainda, que é a maneira de “iluminar modos de relação ao tempo, formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem” (HARTOG, 2006, p.263).

¹⁸² Os autores que trabalharam com o tema, ao longo da história, discutiram sobre a ambiguidade com que é tratado o termo. Neste estudo especialmente Chartier (2002, p.165) e Ginzburg (2001, p.85) identificam que por vezes o tema é tratado como a presentificação de uma ausência e por vezes torna visível a realidade representada (exibe a própria presença). É nesta segunda perspectiva que procuraremos abordar o tema.

(PESAVENTO, 1993, p.383). Este processo define uma identidade e dá sentido às práticas sociais. Estas representações não são necessariamente a cópia do real, deve ser aceito, por isso, que o imaginário social não é neutro, transparente, mas é constituído por uma rede de significados. “O mundo social é também representação, e falar do imaginário é, obrigatoriamente, falar do social” (PESAVENTO, 1993, p.384).

Então:

Não se trata, como se vê, de um processo de dominação simples ou mecânica, mas de algo complexo e expresso em termos de uma dominação simbólica, onde as representações do real se apresentam com as aparências de evidência. Símbolos, objetos usos e costumes apresentam-se como uma coerência interna que torna palavra e coisas aceitas consensualmente como naturais. (PESAVENTO, 1993, p.390)

Nestas disputas pela memória, inserimos a criação destes dois acervos documentais, que são, antes de tudo, representações elaboradas do presente para o passado, na tentativa de solidificar uma memória familiar, inserindo estes indivíduos em um lugar social. Esta memória se ancorou em vestígios documentais, mas se institucionalizou com a criação destes acervos

5.1.1 O Enquadramento da Memória: CPG

O CPG é o lugar de memória oficial da imigração italiana da quarta colônia. Ele foi pensado e criado no contexto de comemoração do Centenário da Imigração Italiana nesta região. Procurou ressaltar a memória como suporte de uma identidade dos descendentes destes imigrantes. Neste caso, quando o Padre Luiz Sponchiado reelaborou a memória, a identidade, ele, “forjou” uma identidade comum, coletiva. Nesta perspectiva, a identidade cultural ou coletiva, da mesma forma que a memória coletiva, será sempre representação. Sob esta ótica, “os indivíduos percebem-se – imaginam-se, como diria Benedict Anderson – membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo” (CANDAUI, 2011, p.25-26).

Hall¹⁸³ (2004, p. 51), em seus estudos sobre a identidade cultural, ressalta também o trabalho de Anderson quando discute a identidade, especialmente em relação à identidade

¹⁸³ Hall(2004) trabalha com a questão da identidade cultural na pós-modernidade. Ao abordar este tema elencou três concepções de identidade. A primeira relacionada ao sujeito do iluminismo, baseado num indivíduo totalmente centrado, unificado, ou seja, remonta as características individualistas e racionalistas do renascimento. A segunda está relacionada à noção de sujeito sociológico que além de manter essas características de um sujeito individual, racional, entende esse como parte da sociedade e, portanto, sua identidade é resultado de sua interação com o meio. Neste contexto criam-se as raízes do sujeito pós-moderno o qual não tem uma identidade “fixa, essencial ou

nacional, neste sentido, ele afirma que esta cria um discurso através dos símbolos e das representações. Não é só a identidade nacional que é um discurso, mas toda e qualquer identidade e, à medida que se reelabora uma identidade italiana (forjada para/pelos descendentes), é com o intuito de que seja “referência, conjunto de formas de ser, de valores e de códigos nos quais as pessoas se reconhecem. A adesão [a esse] conjunto desenvolve nas pessoas o sentimento de pertença” (D’ALÉSSIO, 1998. p. 280). Nesse sentido, é uma representação.

Este era o objetivo do Padre Luiz Sponchiado ao ampliar a reelaboração memorial, iniciada pelo estudo da sua família e alargada aos demais descendentes de imigrantes por conta das comemorações do Centenário da Imigração, ou seja, ele iniciou o trabalho elaborando uma memória de si. Procurou “construir para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo” (GOMES, 2004, p.17). Exatamente neste ponto, observa-se o esforço de tudo recordar, de tudo “guardar”, feito por ele. No entanto,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis e, de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age- e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’ (BAUMAN, 2005, p.17).

Ou seja, com a multiplicidade de representações culturais, nas sociedades modernas, as identidades mudam conforme o indivíduo é representado ou questionado (HALL, 2004, p.13).

Sobre a identidade da ancestralidade italiana, reelaborada por padre Luizinho em sua carta endereçada a Sady Pigatto, em 5 de maio de 1993, ele é muito específico: “ajudem-nos, pois guardar a história é comprovar a identidade, um legado que nossos antepassados nos deixaram, para resguardar...” (Arquivo CPG, sala de documentação, Caixa Pigatto). Ele promoveu várias ações no sentido de envolver a comunidade neste processo de afirmação identitária. Uma delas é esta “busca” pela documentação, pela história familiar, inserindo, dessa forma, todas as famílias na sua narrativa histórica, relacionando-as com a imigração e a colonização italiana. O discurso acima é muito representativo, pois há nesse projeto a exaltação da figura do imigrante italiano. Assim, como no discurso que se segue, fica clara a “herança” o “legado”, ou seja, os elementos que alicerçam a sua representação identitária.

permanente” (HALL, 2004 p.12). É nesse momento que se pode observar que, à medida que essas representações culturais vão se multiplicando, resultam em várias identidades possíveis, o que possibilita a identificação com cada uma delas, pelo menos temporariamente.

A herança que nos levou nossos avoengos à aventura americana pode-se resumir em três palavras, que me permitem repetir, pois são sacrossantas, e, para nós Sponchiado, um legado, que somente filhos pródigos, podem esbanjar.

1) FÉ CRISTÃ, característica dos troncos imigrados, que lhes deu força e coragem, para vencerem os obstáculos inarráveis e indescritíveis que lhes antolharam na aventura. Abandonados de tudo e de todos, confiaram no “Dio Buono” e “Madona Santissima”, com aquela fé paulina “que transporta montanhas”, e esta fé operosa, buscaram transmiti-la pela palavra e pelo exemplo a seus descendentes.

2) CRENÇA NO TRABALHO. Trabalho suado, perseverante, parcimonioso. Apesar da exploração, não lhes faltou o “pão nosso de cada dia”, pelo contrário, tornaram-se progressistas e, apesar dos pesares, não se “acabocaram”.

3) APEGO A FAMILIA, que quiseram sempre honrada, unida pelos laços indissolúveis do matrimônio cristão bem vivido, gerando a vida em larga descendência. Vida com letra maiúscula, isto é, física, moral e espiritual. Pela fé cristã vivida, trabalho aturado e família bem constituída, cumpriram eles a Palavra do Senhor, quando lhes disse e prometeu: “Vos farei pais de um grande povo, que será salvação e testemunho para outras nações”. Padre Luiz Sponchiado ¹⁸⁴

Era sobre esta perspectiva, nas palavras do padre, sobre este “tripé” que se assentava a identidade italiana. Sobre esta questão é importante a reflexão de Beneduzi (2005, p.290) que identifica, nos discursos das comemorações do cinquentenário da imigração, a construção de uma identidade baseada em três elementos: “religião, família e trabalho”. Estes são os elementos que norteiam o trabalho de reelaboração memorial e identitária levado a cabo por este padre, por ocasião das comemorações do centenário.

Ampliando esta discussão, as identidades são sempre elaboradas a partir de uma alteridade, ou seja, na relação entre o eu e o outro e, vice-versa. Manter as fronteiras socioculturais também é papel da memória, neste contexto, para Halbwachs (2006), a memória individual é construída sempre em relação a uma coletividade (ao grupo ao qual pertencemos), em relação ao meio social e a todos que nos cercam. Assim, este sociólogo evidencia os quadros sociais da memória, ou melhor, as condições sociais em que são produzidas as lembranças e os esquecimentos, que materializam a memória, quadros estes que se desenrolam no tempo, no espaço e se utilizam de uma linguagem. Exemplificando, a memória coletiva

Apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata do passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. [...] é uma painel de semelhanças, é

¹⁸⁴ Discurso proferido na Homilia da Celebração do Centenário da vinda dos Sponchiado para o Brasil, na Igreja Matriz de São Pedro em Vargeão/RS aos 15 de fevereiro de 1987.

natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. [...] o essencial é que subsistam os traços pelos quais ele se distingue dos outros e que estejam marcados em todo o seu conteúdo (HALBWACHS, 2006, p.109-110).

Pollak, ao refletir sobre o enquadramento da memória, afirmou que este era guiado não só com a intenção de manter as fronteiras sociais, mas também com o objetivo modificá-las (1989, p.9). Neste sentido, enquadrar a memória é salvaguardar as fronteiras do que é comum a um grupo – incluindo o território- fornecendo para isso, “um quadro de referências e de pontos de referências” (1989, p.9).

Dentre os responsáveis por este enquadramento memorial, na quarta colônia, identificamos o Padre Luiz, que controlou a memória construída no CPG, sendo a testemunha autorizada a produzir o discurso e a solidificá-lo através do conjunto documental do Centro de Pesquisas Genealógicas. Além disso, “o CPG registra, através do seu acervo, a história oficial, de bastidores, a cotidiana daquela população da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS e da atuação da Igreja” (PADOIN, 2002, p.169).

Se estabeleceu assim, uma fronteira cultural e simbólica, na qual

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, ‘sublimações’, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusa, ‘vida sonhada’, ancoragens, interpretações e reinterpretções constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda a narrativa. (CANDAU, 2011, p.71)

O Padre Luiz, como narrador, se preocupou em “dominar o tempo” parafraseando Gomes (2004, p.18), estabelecendo para isso uma ordem da escrita. Queremos dizer que ele procurou datar e localizar tudo o que escrevia, para que esta ordem temporal não ficasse prejudicada. Para isso, foram muitos os suportes utilizados por ele, ou seja, elaborou diários de pesquisas, escritos, históricos, produziu e coletou fotografias, cartões postais, jornais, documentos civis e religiosos, passaportes, correspondências, etc. Todo o conjunto documental utilizado para a produção da sua memória merecia ser guardado e lembrando. E mais, o conjunto documental de todas as famílias de imigrantes e descendentes de italianos da quarta colônia também o deveriam ser. O Padre assumiu, assim, o papel de escritor local, “aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, [que] oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se deste passado através dos traços transcritos” (CANDAU, 2011, p.109).

A perspectiva de rememoração, princípio de atuação do padre, era a familiar. E, neste sentido, especialmente a genealogia¹⁸⁵. Este é o caminho de maior visibilidade, ou seja, onde a memória e a identidade se permitem ver mais facilmente. Esta organização genealógica insere os indivíduos “em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros” (CATROGA, 2001, p. 50), por isso, que a identidade é uma construção social. A família é, na modernidade, o elo que possibilita a identificação, a diferenciação e a transmissão dessa memória. Assim, as festas familiares, os ritos e símbolos como a fotografia, os papéis de família fazem parte das heranças que são fundamentais para a criação do sentimento de pertença que permite a cada um se reconhecer nessa genealogia.

Este trabalho de transmissão da identidade familiar, levada a cabo pelo nosso protagonista, que é também um genealogista, objetivava “salvaguardar” a memória dos seus ancestrais, assim como a sua.

Se durante a constituição de sua filiação ele encontra a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la, certamente tirará disso um proveito identitário evidente. [...]. Guardião vigilante da ordem genealógica, ele ‘molda um parentesco sob medida’ e torna-se, em razão disso, um ‘solista da memória’ engajado em uma ‘retórica da distinção’ e de um enraizamento. (CANDAU, 2011, p.140)

Não bastava somente criar uma identidade através desta genealogia, mas era necessário um espaço para visibilizá-la, disponibilizá-la, transmiti-la. Neste sentido, a comunidade novapalmense colaborou para a construção de um espaço que desse a ler sua história. É importante ressaltar que, na região da quarta colônia, as comemorações do centenário estiveram atreladas à Igreja e foram de fato executadas pelo viés religioso¹⁸⁶. Nesta perspectiva, envolver a comunidade em prol de uma identidade, significava reforçar também o papel da religião, e a autoridade do padre que, conforme ressaltamos no primeiro capítulo, era um dos principais valores dos imigrantes e de seus descendentes, ou seja, um fator de agregação cultural. Dessa forma, marcava-se não só a identidade de uma comunidade, a dos descendentes de italianos, mas dos descendentes católicos. Por isso, “instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites” (BOURDIEU, 1996, p.100).

¹⁸⁵ Pe. Luiz Sponchiado partiu, para montar seu acervo, dando continuidade às pesquisas através das Anágrafes da colonização e como ele mesmo define “Anágrafe é outra denominação que se dá ao Liber Familiarum (Livro das Famílias)” (SPONCHIADO, 1990. p.425), produzidas pelos padres e onde eram registradas todas as informações das famílias.

¹⁸⁶ Sobre a análise deste processo na quarta colônia é interessante consultar o trabalho de Manfio (2015).

Desta conjuntura, surgiu o espaço físico do CPG, uma instituição que se propunha, desde a sua projeção, como um espaço simbólico, um lugar de memória da imigração italiana na região. Sobre este aspecto, “nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio” (NORA, 1993, p. 15).

No entanto,

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança (NORA, 1993, p.21-22).

Assim, todos os objetos memoráveis reunidos pelo padre, com a colaboração da comunidade foi conservada neste espaço. Espaço construído com uma intencionalidade, desta forma, o acervo documental também tem uma intencionalidade, passou por uma seleção, em primeiro lugar pela família que decidiu o que disponibilizar ou não e, em segundo, pelo padre que selecionou o que arquivar.

Na reflexão de Farge (2009, p.11), o arquivo “é difícil em sua materialidade. Porquanto desmesurado, invasivo como as marés de equinócios, as avalanchas ou as inundações” permitidas pela subdivisão em fundos documentais¹⁸⁷. O arquivo mexe com a verdade e o real, pois é um discurso. Por isso, “talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o Falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las” (FARGE, 2009, p.35).

Desta forma, estes documentos são monumentalizados pela mão da história. Isto se deveu também, na sociedade moderna, à ampliação do termo documento e, pela concepção, já ressaltada neste trabalho, de que todos os sujeitos são dotados de história. Ou seja, tudo que exprime, demonstra e pertence ao homem são fontes. Estes documentos “guardados” no CPG são, portanto, fontes e símbolos de pertença social.

¹⁸⁷ “Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas formas ou seu suporte material, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública e, cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo” (Andrè, 1986, apud FARGE, 2009, p.12).

5.1.2 Outra “Memória de Si”: Família Pippi

Trabalhando na perspectiva definida por Chartier (2002, p. 172) como o crédito recusado, a representação de sua memória elaborada através do CPG, motivou a família Pippi através de Maria Neli, a reelaborar uma outra memória de si. Mas que memória é esta pretendida? Podemos dizer certamente que é uma memória que lhes permita uma representatividade política e social não demonstrada pelo conjunto documental do CPG. Seguindo este raciocínio, “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p.13).

Na construção elaborada pelo padre, a trajetória da família é descrita basicamente pela figura de Próspero Pippi, em Silveira Martins. Mesmo assim, as pesquisas realizadas emitiam muitos juízos de valores que acentuavam, por vezes negativamente, as ações deste indivíduo. Para exemplificar citamos alguns trechos de escritos elaborados por este sacerdote.

PROSPERO, ‘imbroione’ [imbroglione]¹⁸⁸ acabou com o progresso de S.[Silveira] Martins, absolutamente não aceitando dar ou vender à projetada ferrovia um lugar em suas propriedades que circundavam a Sede, para uma Estação. Se tivesse cedido algo do tanto que tinha, os colégios não teriam ido a Vale Vêneto. (SPONCHIADO, Escritos, 05/10/1997¹⁸⁹- CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi)

Referindo-se a seus filhos, ele diz “saíram ao pai: Medonhos, Partiram daí com dinheiro. Pouco, muito pouco religiosos (SPONCHIADO, Escritos, 05/10/1997, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi). No que tange às hipotecas de terras ele define “com canalhices comerciais, seu Próspero teria ‘comprado’, as terras da baixada de SS.[Santos] Anjos” (SPONCHIADO, Escritos, 05/10/1997, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi).

A atuação deste comerciante não diferiu da de outros comerciantes, como discorremos no capítulo anterior, no entanto, nos escritos ele ressaltou o adjetivo ‘expertalhão’ (SPONCHIADO, Escritos, 05/05/1886, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pippi) ao passo que a mesma atitude no caso de Vincenzo Pigatto foi descrita como “habilidade para os negócios” (SPONCHIADO, Escritos, 10/05/1890, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto), inclusive quando ele negociou o lote no Núcleo Soturno que estava ocupado por Próspero.

¹⁸⁸ Tradução: trapaceiro, golpista.

¹⁸⁹ Este escrito foi elaborado segundo a entrevista oral que o padre realizou com o senhor Achilles Pirotti.

Em função de Próspero usar de todas as estratégias de compadrio, alianças, solidariedades desenvolvidas na casa comercial e na pia batismal e proximidade com a pároco, o padre Luiz o considerou de pouca fé, “espertalhão”, preocupado somente com seus interesses. No entanto, o fato de auxiliar a igreja, mesmo que por interesse, não significa que não fosse católico. Outro fator é que isso não significa que outros comerciantes eram mais ou menos desinteressados em relação aos favores que a religião podia trazer a seus negócios. De qualquer forma a visão, a versão dos fatos que se perpetuou na memória dos descendentes depende também das relações nutridas por quem rememora.

Outro exemplo de que algumas características eram ressaltadas e que vão para além das duas famílias analisadas, identificou-se na família Descovi. Luciano¹⁹⁰ manteve estreitas relações com a família Pigatto, como já identificamos, ao elaborar um histórico familiar, por conta de uma festa da descendência em 2008, padre Luiz ressaltou que tanto ele quanto seu pai não eram muito ligados à igreja.

Ainda que não frequentasse a Igreja, acompanhou diariamente as turmas que em mutirão ergueram de 1925 a 1927, nossa Igreja Matriz, conservando amizade humana com o vigário Pe. João Zanella, tendo porém anteriormente se afastado do Pe. Burmann pelo ódio que conservava contra os alemães desde a Itália. (II ENCONTRO..., 15/11/2008 – CPG, Caixa Descovi, p.3).

E, no que tange a seu pai destacou que

Os vizinhos, principalmente as crianças, perceberam a impertinência do velho Zan, com fama de briguento e anti-clerical, mal humorado “come quelli dei Sette Comuni”, diziam. Esta Região montanhosa de Vicenza se fala um dialeto dos “Cimbros”. De sangue alemão tinham fama de mal humorados. Todas deficiências que se vinham somar às dificuldades enormes dos primeiros anos na floresta Americana (II ENCONTRO..., 15/11/2008 – CPG, Caixa Descovi, p.1).

Tem outra perspectiva de análise que ressaltaremos brevemente aqui. É muito presente no discurso realizado pelo padre a presença e aversão ao alemão. Para esclarecer, após a unificação italiana, com a constituição do Reino da Itália, se reelabora uma identidade nacional. No caso vêneto, a identidade regional, que será elaborada paralelamente à identidade nacional, será construída em uma relação de alteridade com “il tedesco”, que simbolizava “o outro invasor e destruidor, responsável pela desagregação e opressão do povo italiano” (BENEDUZI,

¹⁹⁰ Além de ser um grande comerciante local, dono de muitos lotes territoriais na sede, foi segundo o Escrito de Padre Luiz (1891- CPG, Caixa Prefeitura) Tenente da 4ª Cia, do 142º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Município Cachoeira.

2011, p.52). Queremos dizer que esta é uma perspectiva identitária que permeia os escritos do padre.

As reelaborações memoriais se dão sempre do presente em relação ao passado, isto não pode, em nenhum momento, ser desconsiderado neste trabalho. Pois serão as relações mantidas pelo padre que definirão a abordagem dada a cada família.

Retomando o nosso ponto de partida, quanto a outra memória construída de si, Gomes¹⁹¹ (2004, p.9) afirma que é no “espaço privado que de forma alguma elimina o público, que avultam em importância as práticas da escrita de si”. É neste espaço privado que se identificou a construção do acervo da família Pippi, pensado e organizado por Maria Neli. Ela se propõe ser a guardiã¹⁹² da memória familiar, criando, então, uma identidade privada, no interior da identidade social construída através do CPG. Segundo Pereira (2008, p.122), nas famílias, “este papel de guardião da memória é desempenhado majoritariamente pelas mulheres, pois esse é o espaço onde elas reinam em absoluto”. O que a historiadora quis dizer é que neste universo privado, “as experiências vividas e os fatos registrados e rememorados pelas mulheres estão inscritos”¹⁹³ (2008, p.123) em cadernos ou álbuns.

Refletindo um pouco mais sobre as questões acima apresentadas, Gomes (2004, p.12) ressalta que os “tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas”. É como desdobramento deste processo, que ganham legitimidade, os processos de construção e guarda de memórias individuais.

O objetivo era ressaltar a singularidade individual desta família. Maria Neli, neste processo, reordenou, rearranjou e ressignificou a trajetória familiar, através da sua narrativa. E neste sentido,

Cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo ‘nível de evocabilidade’ ou de memorabilidade. Eles são representados como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que encontra sua lógica e sua coerência nessa demarcação. A lembrança da

¹⁹¹ Gomes (2004, p.9) destaca a influência historiográfica francesa, especialmente na questão de gênero, com a publicação da coleção da *História de vida privada*, para o português, na década de 1990 e que influenciou várias produções brasileiras. Deste espaço privado da investigação histórica, sobressai o papel das mulheres e dos homens comuns.

¹⁹² Já mencionamos este conceito, trabalhado por Pollak (1989, p.8) e reelaborado a partir da leitura deste pesquisador por PEREIRA (2008, p.122), quando trabalhou em sua tese com as “guardiãs da memória familiar” que conservavam as caixinhas de lembranças.

¹⁹³ Pereira (2008) especialmente no capítulo 3, faz uma reflexão mais aprofundada sobre o espaço ocupado pela mulher, procurando inseri-la e contextualizar esta inserção, este universo do privado e delegando-a o papel de guardiã da memória familiar.

experiência individual resulta, assim, de um processo de ‘seleção mnemônica e simbólica’ (CANDAUI, 2011, p.98-99).

Ela faz a sua seleção ao elaborar a narrativa. E analisando efetivamente o seu acervo, a proposta é muito clara: dar visibilidade política e social à família, contrapondo-se à representação elaborada pelo acervo do CPG. Esclarecendo esta assertiva, queremos dizer que a proposta de organização inicial do acervo é a mesma do CPG, ou seja, parte da genealogia familiar, como se pode observar na imagem a seguir:

Figura 48- Pasta IV – A (Flávio Bruno Pippi)

1 - FLAVIO BRUNO PIPPI PASTA IV-A

Filho de Giuseppe PIPPI * ???
+ ???

Elena GIANNI * 1824 Italia ????
+ 19/04/1903 em Silveira Martins/RS/Brasil

*20/04/1860 em Fabbriche di Vallico/Provincia Lucca/Toscana/Italia
+25/08/1931 em Val de Serra/ Ivorá/RS/Brasil

1º Casamento: 21/06/1886 em..... com
ANA BRONDANI – filha de João Batta Brondani e Mariana Conavis
*21/01/1862 em Gemona/Udine/Italia
+24/03/1889 em Silveira Martins/RS/Brasil

Filhos: - Celestina Helena Pippi *20/09/1887 em Silveira Martins/RS/Brasil
Casou-se em 01/05/1907 em Ivorá/RS/Br com Cêzar Felin

- Leão José João Pippi *27/10/1888 em Silveira Martins/RS/Br
+07/04/1889 em Silveira Martins/RS/Br

2º Casamento: 10/10/1889 em Silveira Martins/RS/Br com
ANGELA (Perpétua) MORETTO

Filha de Angelo MORETTO (Pietro Moretto e Elena Nickelle)
*.....
+.....
Luigia REFFO (RESSO) *.....
+.....

*07/09/1867 em Tombolo/Provincia Padova/Veneto/Italia ?
+19/11/1951 em Ivorá/RS/Brasil

FILHOS:
1.1 – JOSÉ (FRANCISCO) PIPPI * 10/09/1890 em Silveira Martins/RS/Br
Casado com JÚLIA COPETTI * 10/06/1890 em Ivorá/RS/Br

1.1.1 – Bruno Pippi
1.1.2 – Antonieta Angela Pippi

Fonte: Genealogia, Pasta IV – A, AMNDP.

A construção deste acervo segue a mesma lógica utilizada pelo Padre Luiz. Posteriormente a esta parte genealógica, sucedem-se o arquivamento de documentos, fotografias, entrevistas orais realizadas com membros da família e pesquisas feitas em obras

bibliográficas. Através deste conjunto documental, observa-se a intencionalidade de inserir a família nos mais amplos campos de atuação. Como havíamos dito, a documentação arquivada no CPG não permite a visualização de uma trajetória familiar em direção às distintas áreas.

No caso da representatividade política reivindicada pela família e de nenhuma forma demonstrada através do conjunto documental do CPG, é possível compreender o porquê do não reconhecimento da memória elaborada pela perspectiva do padre. No documento seguinte (Ver anexo Q), enviado à presidência da Câmara Federal, pelo Deputado Antonio Bresolin, se observa a representatividade exercida por Bruno Pippi¹⁹⁴:

Câmara dos Deputados
Senhor Presidente

Requer seja consignado nos Anais da Casa voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Pippi, destacado elemento do MDB e forte comerciante em Nova Palma, Rio Grande do Sul.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, vem dizer e requerer a V . Exia o seguinte: Que acaba de falecer em Nova Palma, Rio Grande do Sul, onde residia a largos anos, o sr. Bruno Pippi, destacado elemento do MDB comerciante naquela cidade.

Que o extinto figura entre os fundadores do extinto PTB, tendo sido amigo pessoal de Pasqualini, Jango e outros elementos daquela grei partidária, e nos últimos tempos vinha exercendo a Presidência da Executiva Municipal do MDB.

Ao sucumbir, além da esposa, filhos, netos e outros parentes, consternou a sociedade novapalmense e da região, pois era cidadão honesto, trabalhador e altamente conceituado.

[...]

Sala de sessões, 22 de agosto de 1975
Ass: Antonio Bresolin (Pasta II A- AMNDP)

Este era o protagonista familiar, que na década de 1940 se transferiu para Nova Palma e, posteriormente, participou do processo emancipatório ao lado da família Pigatto e do Padre Luiz. Ou seja, tanto quanto a outra família aqui estudada (a Pigatto) a família Pippi foi comercial, política e socialmente influente na comunidade novapalmense. Os trechos do documento acima citado são claros e precisos quanto a esta representatividade. No entanto, para reforçar esta análise, além dos trinta cinco fonogramas recebidos pela família, de diversos representantes políticos regionais, estaduais de pessoas e entidades, o decreto nº 1/75 emitido

¹⁹⁴ Bruno Pippi, como já mencionamos no capítulo anterior, se estabeleceu em Nova Palma em 1944 e participou ativamente em amplos setores da sociedade. Além dos já destacados citamos ainda, no âmbito cultural, sua participação como sócio fundador da Sociedade Esporte Clube Guarani (década de 1940) e, como um dos primeiros associados ao Centro Folclórico Porteira da Tradição.

pelo então prefeito municipal de Nova Palma, Achilles Grotto, datado de 21 de agosto de 1975, no seu artigo 1º decreta luto oficial no município, no dia seguinte, ou seja 22, “considerando o falecimento do Sr. Bruno Pippi. Ilustre homem público dedicado ao município” (Decreto nº 1/75, Pasta II A- AMNDP).

Esta é a memória familiar reclamada, pautada na trajetória ampla deste protagonista. No entanto, cabe aqui uma outra reflexão, por que a família, ao tomar posse de toda esta documentação, decide nada deixar sob a tutela do CPG? Aqui nos valem da reflexão de Pollak (1989, p.4), em relação a memórias subterrâneas, segundo este pesquisador, estas memórias emergem como integrantes das culturas minoritárias e se opõem à memória oficial. Em nosso estudo, a memória familiar, construída socialmente e com uma intencionalidade, entra em disputa com a memória familiar oficializada através do CPG. Este é um exemplo da construção da memória no silêncio e que veio a público, após o falecimento do padre, idealizador desta memória oficializada. A documentação consultada é inédita e foi cedida especialmente e com exclusividade, para esta tese. Foi o conhecimento de sua existência que nos permitiu a elaboração da hipótese ora confirmada.

Mas retomando a questão anteriormente colocada, novamente seguindo as reflexões e Pollak (1989, p.5) e também de Candau (2011, p. 60), estas memórias não estão relegadas ao esquecimento, pelo contrário, são memórias de espera, de resistência, aguardando o momento político e ideológico, o tempo exato para emergir. Assim,

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho de memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquelas dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória de ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2011, p.60)

É nesta perspectiva que compreendemos a construção e o silêncio deste acervo familiar, que entra em disputa, ou embate, com a memória e a identidade oficializada no CPG. Não se trata do não reconhecimento de uma memória e de uma identidade dos descendentes de imigrantes italianos, mas de uma reivindicação por uma memória familiar inserida neste contexto de descendência italiana. Ou seja, para além de uma memória, homogeneizada da imigração italiana na quarta colônia, sobressaem-se as memórias familiares que congregam esta memória “maior” e que, com a apropriação familiar são reelaboradas, reafirmadas ou refutadas.

5.2 Embates Memoriais

Esta coesão/conflito se identificou nestes dois acervos, ambos construídos com a finalidade de identificar as famílias, através da construção de uma memória permitida pela documentação ali arquivada. O enfrentamento memorial se expressa no momento em que o não se sentir representado, o não aceitação da versão memorial familiar apresentada no CPG como a que dê conta da complexidade da trajetória familiar, instiga a organização de seu próprio acervo. Nesta linha de raciocínio, podemos refletir sobre a eficácia social da representação (RICOEUR, 2007, p.244), ou seja, se a representação elaborada, através do CPG, é ou não apropriada pelas famílias, algo que estamos discorrendo ao longo deste capítulo. Queremos dizer que, para que ocorra a apropriação memorial elaborada no CPG, a aceitação e o envolvimento familiar são fundamentais.

Seguindo esta linha de raciocínio, não percebendo a memória representada através da documentação do CPG como a de sua família, Maria Neli Donatto Pippi cria seu acervo particular. O não se sentir representada a faz reagir e corrobora com a perspectiva de que a história é um ato de representação. E representação é uma construção elaborada a partir do real e envolve a percepção, a identificação, o reconhecimento, a classificação, a legitimação e a exclusão (PESAVENTO, 2008, p.40). Assim, indivíduos e grupos constroem sobre a sua realidade representações que dão sentido ao mundo. A esse conjunto de ideias e imagens de representação que estes constroem para si em distintas épocas, denomina-se imaginário. Este “comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito” (PESAVENTO, 2008, p.43). Este imaginário social em embate foi o que verificamos ao confrontar os dois acervos.

No que tange à família Pippi, conforme foi analisado na caixa de documentação arquivada no CPG, encontramos, além de pouca documentação, basicamente uma pesquisa genealógica composta de: cópias de documentos de nascimentos, casamentos e óbitos; recortes de jornais e escritos elaborados pelo padre Luiz, como resultado de suas pesquisas. No entanto, as pesquisas elaboradas em torno da história e trajetória desta família não contaram com a participação efetiva de nenhum de seus membros. Há doação de pouquíssimos documentos, feitas muito recentemente (na década de 2000). Podemos perceber que não houve tanta aproximação com a família.

Era prática do padre Luiz, ao realizar suas pesquisas, entrevistar algumas pessoas da família para compor a trajetória das mesmas. Além disso, ao entrar em contato com estas, e

registrar os depoimentos memoriais, ele coletava documentos e fotografias. Em alguns casos, ele escrevia para os descendentes afim de solicitar esta colaboração, como no exemplo a seguir:

Prezado Sady Pigato e Sra.

Paz e Bem.

- Ajeitando, no acervo do nosso CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS, DOCUMENTOS E HISTÓRIA do tronco “PIGATO”, em nosso meio, pois, aqui chegaram em 1888, quase nada em fotografias, encontramos, do finado Antonio, sua Senhora, Casamentos dos filhos, da família. – Muito queremos ter. Pelo que peço trazer todos os retratos que tiver em casa, antigos e novos, para escolhermos os válidos para este nosso trabalho comunitário. [...]

- Aguardo pois suas ordens, visto que sua família, também é elemento relevante na caminhada comunitária e paroquial de cem anos a esta parte. [...] Muito seu. Nova Palma, aos 5.5.1993 Ass. Pe. Luiz Sponchiado. (SPONCHIADO, Correspondencia, 05/05/1993, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto) (Grifos nossos).

Neste caso constatamos que ele foi atendido, pois em 2001 a cunhada de Sady, Heleniza Dalcin, casada com seu irmão Darci Vicente, doou ao acervo não somente as fotos solicitadas, mas também uma coleção de impostos territoriais pertencentes ao acervo de seu sogro Antonio Pigatto. Como se verificou no exemplo acima, havia a colaboração das famílias para o “arquivamento” da documentação. Sob a escusa do trabalho comunitário, aliado a sua autoridade de pároco e de organizador do acervo e da valorização da família, ele dispunha da argumentação necessária para o convencimento. Outro dado importante, em relação à valorização acima mencionada, é o fato de, ao se dedicar a escrever uma correspondência, solicitando o auxílio da família, ele evidencia a importância que esta família tem para a história da comunidade, assim como demonstra a proximidade das relações nutridas. Na reflexão de Gomes (2004, p.19), “escrever cartas exige tempo, disciplina, reflexão e confiança. Há sempre uma razão ou razões para fazê-lo: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar, etc”.

Fica evidente a valorização familiar promovida a partir do momento desta escrita, pois o padre dedica seu tempo especialmente para isso, no entanto, deixa claro que ele “escolherá” as fotografias que julgar importante manter no acervo. Ou seja, ele é a mão que seleciona.

Nesta perspectiva, a história cultural propõe por meio das representações feitas, interpretar a realidade do passado procurando “chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008. p.42). Então, como afirmou Pesavento, procuramos identificar estes discursos elaborados pelos organizadores destes dois acervos, que são representativos dos embates memoriais travados.

Neste sentido, os arquivos paroquiais e civis, as histórias de família, de vida, as fotografias, os diários, a genealogia são fundamentais para a reconstrução dessas teias de relações sociais. Assim, “a preocupação com a preservação da memória histórica e dos vínculos culturais com a Itália motivaram-no [Padre Luiz] a guardar documentos escritos, jornais, fotografias, [e] livros (PADOIN, 2002, p.169). E, no caso da construção da memória, estas alianças e relações se refletem, tanto que as relações de proximidade que o Padre Luiz nutre com a Família Pigatto, perceptível na documentação, quanto no distanciamento em relação à Família Pippi.

Sobre este aspecto, sobre o qual discorreremos a partir de agora, é importante destacar que esta análise foi baseada na documentação destas duas famílias, porém, o processo de seleção verificado para elas também pode ser aplicado às demais, que compõem o conjunto documental familiar do CPG. Buscando analisar a documentação contida no referido arquivo, para identificar as relações estabelecidas entre o Padre e as duas famílias em questão, verificou-se que a afinidade política e ideológica contribuíram para o estreitamento de relações. Nesta perspectiva, ainda, é importante destacar que não houve uma homogeneidade de relações estabelecidas com o pároco, simplesmente por fazerem parte da mesma família.

Neste contexto, a família é compreendida “como célula constitutiva de todo o ente social, como fuente esencial de la socialización de los individuos, y como motor propulsor de las iniciativas individuales de hombres y mujeres en el plano económico, social, político y cultural”¹⁹⁵ (MORENO, 2004, p.13). Queremos dizer, como observado no capítulo anterior, que as duas famílias em questão, desenvolveram estratégias de inserção na sociedade colonial, estabelecendo alianças e compadrios, objetivando cercar-se de recursos a fim de garantirem a ascensão econômica, política e principalmente social, envolvendo para isso a maioria dos membros familiares. Nesta perspectiva, não analisamos somente a família nuclear, atrelada ao conceito moderno de família, “ligado ao casamento, à consanguinidade e a coabitação, entendendo por família os pais e filhos que vivem na mesma casa” (FARIA, 2000, p.216), mas, procuramos perseguir a família estendida, as redes sociais e os espaços de sociabilidade – considerando a casa comercial o espaço privilegiado para esta análise-, assim como os regimes

¹⁹⁵Tradução: Como célula constitutiva de todo o ser social, como fonte essencial da socialização dos indivíduos, e como motor propulsor das iniciativas individuais de homens e mulheres no plano econômico, social, político e cultural.

matrimoniais que apontassem para o vínculo de parentesco¹⁹⁶ consanguíneo ou fictício como elo principal.

Conforme já mencionado, as afinidades políticas e ideológicas também são importantes quando se tratam de alianças. Já destacamos no capítulo anterior, que as duas famílias em questão, atuaram politicamente desde o início da colonização. Especialmente para esta análise da construção da memória, interessa-nos compreender as relações estabelecidas entre o padre Luiz e os representantes de ambas as famílias. Sobre este aspecto, percebeu-se que a proximidade política e ideológica influenciou diretamente a sociabilidade e a memória construída sobre determinada família. É importante não esquecer que o sujeito que seleciona a memória a ser “preservada” é o pároco e,

Em cada localidade, assim como ocorreu em outros lugares da reterritorialização italiana no Rio Grande do Sul, tudo aconteceu em torno da igreja ou das capelas. A partir dessas é que se produzem as vilas, sedes das mesmas. A presença dessas formas espaciais e do padre em cada núcleo de colonização foi sinônimo de progresso para as famílias e nos revela a íntima relação entre elementos da cultura, da política e da economia na vida cotidiana e na produção do território. (SAQUET, 2003, p. 99).

Reforçamos esta questão pois a autoridade exercida pelo padre, em nosso entendimento, influenciou na preservação da documentação. Esclarecendo, queremos dizer que nem sempre a autoridade e os ideais do pároco eram aceitos unanimemente, estes atritos serão claramente percebidos, quando se analisar a documentação familiar. Isto reforça a tese de que são as relações de proximidade, no campo religioso e para além dele, que definirão a reelaboração memorial. É importante que se diga que, embora estejamos trabalhando com estas duas famílias, isto se evidencia ao percorrermos a trajetória de outras.

Como havíamos mencionado, a sociabilidade¹⁹⁷ está diretamente ligada à memória familiar construída no CPG pelo Padre Luiz. Segundo Zuppa (2004, p.16), existe a sociabilidade formal, em espaços associativos em entidades, grupos políticos, culturais, clubes e organizações a sociabilidade informal em praças, salões, praias, casas comerciais, festas, etc. Interessa-nos, sobretudo, investigar a sociabilidade entendida como “princípios, relações e atitudes dos homens para viver em sociedade”, como nos diz Bernaldo de Quirós (2008, p.4).

¹⁹⁶ Segundo Hameister (2014, p. 100) este parentesco não é uma categoria dada a priori, por isso “é construído por regras sociais, religiosas, morais, e eleito por escolhas estratégicas, sejam elas afetivas, econômicas ou de qualquer outro tipo”.

¹⁹⁷ Os estudos sobre sociabilidades ganharam lugar na história a partir da década de 1966 com as reflexões de Maurice Agulhon, sobre a sociabilidades nos espaços das confrarias e associações da Provence oriental, na segunda metade do século XVIII. (RAMOS,2000, p.6-7).

Percorrendo, no limite que a documentação permitiu, estes espaços, vimos que a casa comercial foi um espaço privilegiado de sociabilidade. Nela estabeleceram-se redes e alianças reforçadas muitas vezes pelo compadrio. Porém, com o avançar da pesquisa, a documentação nos mostrou que, além deste espaço, outros também foram importantes e demonstraram uma proximidade, uma convivência, que consideramos decisiva para a elaboração memorial, como veremos a seguir.

O primeiro lugar de destaque da vida social nas comunidades coloniais gravitava em torno da igreja, como estamos verificando ao longo deste trabalho. Se a vida econômica, política, social e cultural se desenvolveu primordialmente no armazém, a igreja igualmente a desenvolveu em todos estes aspectos. Tanto a família Pippi quanto a Pigatto percorreram estes espaços, como já demonstramos. No entanto, embora inseridos na mesma sociedade e compartilhando de algumas redes como a comercial e a política, a sociabilidade fosse ela formal ou informal, teve um peso decisivo na construção da memória e da identidade familiar nesses dois grupos.

Queremos dizer que ambas as famílias eram católicas, comerciantes, e atuavam na década de 1950 na sociedade novapalmense como influentes representantes políticos. Ou seja, a sociabilidade formal apontou para uma trajetória de igualdade. No início da caminhada, também a análise é, salvo algumas pequenas nuances, semelhante. No entanto, nossa análise mostra que tais trajetórias não estão expressas igualmente no acervo documental do CPG. Por quê? Ao buscarmos uma resposta plausível, verificamos que a questão principal da reelaboração memorial feita por padre Luiz era a sociabilidade desenvolvida para além destes espaços formais e para a qual a reflexão de Zuppa (2004, p.21) nos dá um caminho. Para ela é na sociabilidade informal, no tempo ócio, que os atores “desenham os vínculos familiares, constroem representações que expressam segregações espaciais, caracterizam tendências na sociedade e conforto e consumo dos bens materiais e simbólicos, e vinculam as formas de manifestar as desigualdades políticas¹⁹⁸”.

Como pudemos verificar na trajetória do Padre Luiz, ele teve uma afinidade de cunho político partidário com os representantes da família Pigatto, que se estendia também para a Igreja. Discorrendo um pouco mais sobre este aspecto, identificamos, na caixa da família Pigatto, muitas fotografias que demonstram a proximidade com o Padre. Encontramos no acervo as fotografias¹⁹⁹ que demonstram os tempos sociais da vida destas famílias. Ou seja, desde o

¹⁹⁸ Tradução nossa.

¹⁹⁹ Não faremos aqui uma análise das imagens fotográficas. Elas serão utilizadas na perspectiva de elemento evocativo de memória.

casamento dos pais, a constituição de um novo núcleo familiar, passando pelo nascimento e casamento de seus filhos e netos. O espaço do trabalho, da religiosidade, do lazer, das comemorações e também da morte são registrados e, mais que isto, doados ao acervo do CPG. Já incluímos algumas destas imagens ao longo deste trabalho.

Mas, outros momentos que foram captados pelas lentes da câmera fotográfica compõem o acervo da família no CPG, como a figura 49 deste capítulo onde aparece Peri Pigatto em companhia dos colegas de escola, em 1948, ou mesmo a figura 50 cujo destaque é a festa de 15 anos de Maria de Fátima Pigatto.

Figura 49- Peri Pigatto em companhia dos colegas de escola, em 1948



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

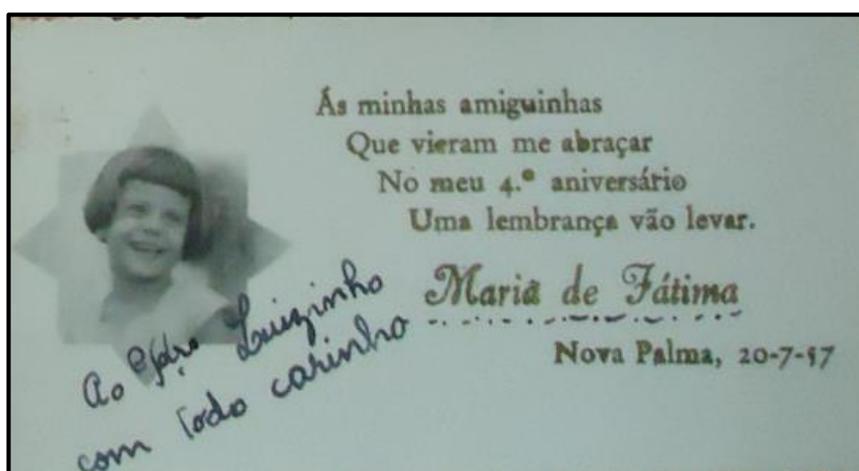
Figura 50- Festa de 15 anos de Maria de Fátima Pigatto (1972)



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Embora o acervo contenha documentação de grande parte dos descendentes, houve uma maior proximidade do padre com os descendentes da família de Luigi Pigatto Filho, especialmente os filhos Luiz Ricardo e Ângelo Antonio. Exemplificando esta questão, escolhemos uma fotografia e uma lembrança que demonstram, não só a proximidade, mas as relações com o padre através das dedicatórias e também das anotações feitas pelo padre quando “guardou-as” no acervo.

Figura 51-Lembrança de aniversário de Maria de Fátima Pigatto



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

Figura 52- Comemoração de 25 anos de casamento de Luiz Ricardo Pigatto e Alzira Bertoldo



Fonte: Arquivo CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto.

O que nos interessa observar é que a dedicatória da figura 5, denota a proximidade do padre com a família da menina. Esta era filha de Angelo Antonio Pigatto e, nesta ocasião de seu aniversário, ela também celebrou a primeira eucaristia. Além desta lembrança, encontramos no acervo muitas fotografias doadas ao padre como lembrança. Enviar uma fotografia como lembrança é um “ato de produção da memória para o futuro” (BENEDUZI, 2011, p.199).

Na figura 52, organizada pelo padre no acervo, encontramos uma longa descrição desta comemoração. Ao finalizar esta descrição Padre Luiz utilizou as seguintes palavras: “casal modelar, muito relacionado e estimado na comunidade” (PADRE LUIZ, Arquivo do CPG, sala de documentação, Caixa Pigatto). Ele deixou claro com estas palavras a sua percepção, a sua imagem construída, em relação a esta família. Na questão da sociabilidade estabelecida, conforme comentamos anteriormente, o padre realizava entrevistas orais com membros das famílias para “guardar” estas memórias no CPG. Ao registrar estes depoimentos, e no caso da família Pigatto foram muitos, Padre Luís destacou aspectos como “o testemunho cristão do lar e a notável participação na vida civil e religiosa” (SPONCHIADO, Pasta Fotos – CPG, Sala de documentação, caixa Pigatto), que nos permitem ampliar o escopo desta amizade para uma categoria mais próxima como admiração, modelo, parceria.

No que tange à família de Angelo Antonio Pigatto, ele registrou a trajetória deste indivíduo e de sua família na ocasião em que almoçou, em sua residência na cidade de Santa

Maria, em 25 de outubro de 1999. José Pigatto, irmão de Angelo Antonio hospedou o padre Luiz, por quatro dias em sua casa em Santa Maria, quando este realizava pesquisas na cidade (SPONCHIADO, Escritos, 12/04/1917, CPG, Sala de Documentação, Caixa Pigatto). Quanto à família de Luiz Ricardo Pigatto, guia-nos como fonte, neste contexto, uma filmagem feita pelo padre durante sua participação nas comemorações do aniversário de sua esposa Alzira Bertoldo Pigatto, em sua residência na cidade de Nova Palma, em 2004. Teríamos muitos outros exemplos que poderíamos citar, mas nos detemos nestes por entender que são suficientes para demonstrar que o padre circulava no espaço privado da família Pigatto. Queremos dizer que, para além das relações mantidas no espaços públicos, o espaço do privado, a convivência e a proximidade com as famílias, mesmo quando estas se transferem para outra cidade, são mantidas.

Quanto à família Pippi, a situação que encontramos pela documentação do CPG é exatamente oposta. Encontramos uma fotografia dedicada ao padre pela filha de Bruno Pippi, Ligia, quando ela celebrou sua primeira comunhão. Este foi o único registro pessoal encontrado. Além do mais, nenhuma pesquisa foi elaborada com a participação destes integrantes familiares. Pela documentação do acervo, percebemos que não houve uma interação entre a família Pippi e o Padre Luiz, no espaço do privado. Sem dúvida, este, em nosso entendimento, foi um fator determinante na forma como se fez reelaboração memorial por parte do padre. Em contrapartida, isso também foi determinante para a reelaboração memorial de si, feita pela família Pippi.

É devido a estas circunstâncias que a família Pippi entra neste embate memorial e constrói, na mesma perspectiva documental do CPG, o seu acervo documental privado. Isto é, não se mostra inteira no CPG, mas elabora ela mesma a sua memória. Neste sentido, ao consultarmos o acervo particular dos Pippi, percebemos os espaços sociais refletidos na documentação, pois encontramos fotografias trocadas entre os membros da família. Como pudemos observar na figura a seguir.

Figura 53 – Fotografia dedicada a Josefina Pippi



Fonte: AMNDP - Pasta IV A – Bruno Pippi e Angela Moretto

Nas imagens que se seguem percebemos também exemplos de sociabilidades em espaços informais. Na primeira, não pudemos identificar exatamente do que se trata, porém ao que tudo indica era uma representação feita por jovens em Ivorá, no ano de 1936.

Figura 54 – Momento Festivo (Josefina Pippi)



Fonte: AMNDP - Pasta III A- José Pippi e Júlia Copetti

Figura 55 – Bruno Pippi



Fonte: AMNDP - Pasta II A- Bruno Pippi e Mafalda Casarotto

Produzir fotografias para enviá-las a parentes é uma forma de elaboração da memória, como já afirmamos. “Faz-se a foto para produzir a recordação naqueles que não nos veem desde muito tempo, para eternizar um momento do viver, preservar o tempo presente para que ele não se perca” (BENEDUZI, 2011, p. 199). Neste sentido, dependendo da intensidade dos vínculos mantidos no grupo familiar, a dispersão geográfica dos parentes exige, mais que nunca a consolidação destes laços de parentesco. Sendo assim, a fotografia sempre cumpre esta função de troca muito melhor que as cartas²⁰⁰ (BOURDIEU, 2003, p.64).

Como vimos, a sociabilidade determinou a reelaboração da memória construída pelo padre em relação às famílias, assim como provocou a construção de uma outra memória elaborada pela família Pippi. Os dois responsáveis pela criação destes acervos são sujeitos históricos que olham o passado a partir de suas relações e aspirações do presente. São estas relações que vão determinar a seleção, a disponibilização por parte das famílias de seus documentos familiares, ou não, ao padre, no caso da memória “guardada” no CPG. Por outro viés, é possível verificar que a própria família pode nutrir afinidades ou pouca afeição pelo

²⁰⁰ Tradução nossa.

pároco em questão. Então, é nesta convivência comunitária, nesta tensão que estas aproximações ou afastamentos serão definidos e que as memórias serão reelaboradas.

No curso desta pesquisa, mais precisamente quando nos detivemos no estudo das trajetórias familiares na Itália, ao contatar descendentes da família Pigatto, encontramos um outro embate memorial decorrente do contato com Giuliano Battocchio, descendente de Domenico Pigatto e Giuliana Spada e com Francesco Pigatto, residentes respectivamente em Bassano del Grappa e Rosà (ambas comunas da Província de Vicenza). Estes dois senhores não se conheciam pessoalmente, mas em função desta pesquisa, o senhor Battocchio se empenhou na “descoberta de suas raízes”. Após algumas visitas à casa de Francesco, para identificarmos as gerações familiares, ele nos presenteou com um livro sobre a genealogia da família Pigatto, elaborado por Philippe Pascale Pigatto com a sua colaboração. Na segunda edição da obra, publicada em 2013, a pesquisa contemplou todos os Pigatto que residiam nas comunas vicentinas de Breganze, Mason Vicentino e Villaraspa. O autor do livro é italiano, mas vive na França e por isso a obra é escrita nas duas línguas simultaneamente.

Embora este trabalho tenha sido elaborado a partir dos registros paroquiais, para a nossa surpresa, a família de Vincenzo Pigatto e Rosa Carollo, moradores de Breganze, assim como seus três filhos: Domenico, Vincenzo e Luigi nascidos lá, não se encontravam registrados. Conforme apresentamos neste trabalho, consultamos os registros paroquiais desta comuna e encontramos a família. Então, perguntamos outra vez, qual memória se elaborou na Itália? Por que a família ítalo-brasileira que tem seus descendentes naquele local nem sequer está mencionada no livro com a história da família?

Tal como já vimos na memória dos Pippi, houve um embate memorial cujo pano de fundo foi o “esquecimento” decorrente de fatores como proximidade ou distanciamento social. No caso dos Pigatto, o distanciamento foi, possivelmente, decorrência do tempo do processo imigratório. Mas refletindo sobre a construção das memórias familiares entendemo-las, ao fim e ao cabo, como um processo de “seleção”, a motivação deste “esquecimento”. Em qualquer sociedade, as reelaborações memórias são pautadas em escolhas e permeadas por muitos vieses. Não sabemos, o que aconteceu no passado que motivou o “esquecimento” de alguns parentes dos Pigatto, nem quais as escolhas feitas ao elaborar aquela memória familiar. Mas concluímos que, num lado ou noutro do Atlântico, a memória sempre pode ser reelaborada e servir de base para contar as histórias familiares e/ou de comunidades e cidades.

Este é mais um exemplo de como, mesmo em uma memória que tem a pretensão de ser representativa de uma coletividade familiar, são as escolhas e as relações sociais estabelecidas entre os membros familiares que determinam a memória a ser construída/esquecida. Estes são

os embates memoriais travados nos processos de afirmação identitária, que neste caso tem seus descendentes espalhados em diversos países, mas todos com um único objetivo: Reelaborar uma memória e uma história de si, que dê sentido às suas práticas sociais.

5.3 Apropriações da Memória

Desdobrando a nossa narrativa para uma reflexão mais ampla, entendemos que a apropriação da memória na família Pigatto vai se dar quando a família se sente representada, ou melhor, quando ela se reconhece na reelaboração feita pelo padre. Este, no nosso entendimento, é o primeiro passo para a apropriação. O segundo e o mais importante é, além do reconhecimento, o contínuo auxílio dado pela família para a construção desta reelaboração. Queremos dizer que na medida que a família o compreende como o mais “capacitado” para “contar e guardar” a história e a memória familiar ele tem a autorização e o reconhecimento da família para o fazer.

Neste ponto é importante a reflexão feita por Pollak (1989, p.10) ao abordar os enquadramentos memoriais, quando realizou sua pesquisa sobre os sobreviventes do campo de Auschwitz – Birkenau, relatou que a responsável pela associação escolheu as testemunhas que deveriam ser entrevistadas. Neste ato, segundo o sociólogo, identificou-se uma preocupação com o controle da imagem da associação e com a memória de seus deportados. “É preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes” (1989, p.10). Pensamos aqui que escolher testemunhas confiáveis para a construção da memória e da história, foi, e continua sendo, a preocupação das famílias dos descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, que “delegaram”, ou melhor, reconheceram o trabalho feito pelo padre. Ele, assim, é confiável, é o mais indicado a fazer o enquadramento da memória familiar, e então, solidificar o social.

Isso porque tanto a memória quanto a identidade são pontos importantes “na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas” (POLLAK, 1992, p.205). A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais. Na medida em que a memória está instituída ela mantém a coerência, a continuidade e a organização. Por isso, a memória é um elemento constituinte da identidade, seja esta grupal ou individual. Esta identidade possibilita, dessa forma, a unidade, a continuidade no tempo e a coerência. (POLLAK, 1992, p.203-205), que é uma das aspirações dos grupos sociais. Desta forma,

É através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de divisão e, de modo mais amplo, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as visões do mundo e as divisões políticas” (BOURDIEU, 1996, p.119-120)

“O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. (BOURDIEU, 1989, p.9). Neste processo de conferir sentido ao mundo social é que identificamos as elaborações identitárias.

No que diz respeito à identidade regional, neste estudo dos descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, esta se propôs ser uma referência que assegure o seu caráter diferencial em relação às demais regiões e, neste processo enquanto “alguns fatos são lembrados outros são relegados ao esquecimento” (SOARES & KLAMT, 2008, p.45). Desta forma,

Os acontecimentos, uma vez inscritos como lembranças na memória, podem remeter também àquilo que não lembramos mais, ao esquecimento, ao silêncio. Assim, quando falamos da relação entre memória e esquecimento, lembramos, ao revés, que a memória só poderá desempenhar sua função social mediante liturgias próprias, calcadas nas lembranças provocadas por vestígios do passado (RAMOS, 2011, p.103).

Estes vestígios do passado, em que se assentam as lembranças, para os descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, encontram-se também, no Centro de Pesquisas Genealógicas em Nova Palma. Aliás este é um espaço por excelência de lembrança. Por isso que muitas famílias doaram a documentação familiar para que o padre “guardasse” no CPG. Destas doações, os documentos registram as atividades políticas, econômicas, sociais e culturais das famílias. São documentos produzidos nos espaços privados e públicos. Exemplificando esta questão, as fotografias doadas registram os tempos da vida social, como nascimentos, casamentos e a morte. O fato de delegar estes registros da convivência privada e familiar aos “cuidados” do padre demonstra que, assim como ocorreu com os demais documentos, eles o reconhecem como guardião da memória familiar. Além do que, comprova que as famílias se apropriaram deste espaço de memória e o reconheceram como tal. Este é, portanto, o espaço representativo onde a sua memória e a sua história pode ser vista e revista, mostrada e demonstrada para os demais.

Verificamos assim que, das várias faces da apropriação, uma das mais eficazes é a constante reelaboração e comemoração feita pelas famílias. Neste aspecto, observamos o quanto elas procuraram solidificar uma memória e uma identidade familiar. Este é o legado que deveria ser “transmitido” às futuras gerações. Por isso é que neste processo são intensificadas as comemorações familiares. Assistimos, pois, a uma efervescência de festas das famílias, que procuravam/procuram rememorar o seu passado, unir gerações, estreitar os laços entre os parentes, diminuir as distâncias geográficas e marcar o seu espaço social.

Desta forma,

Rememorar, colocar as lembranças nos eixos, quando bem conduzidas, é um processo de reelaboração [pessoal] pelo qual os indivíduos encontram, naquilo que possuem, ou julgam possuir, valor. E, neste processo o indivíduo se transforma em valor também. Não isoladamente, mas enquanto membro de uma coletividade que partilha símbolos comuns e é reconhecida socialmente por seus efeitos” (ZANINI, 2006, p.24).

Neste sentido, muitos aspectos da imigração foram reelaborados e tidos como referência para a identidade destes descendentes de imigrantes italianos²⁰¹. O que nos chamou a atenção foi que os discursos reelaborados por ocasião das festas familiares pretendem ser a história das famílias. Estes, muitas vezes foram os primeiros escritos que deram origem a livros com as genealogias familiares.

No entanto, especificamente para os descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, em muitas destas ocasiões, este discurso era elaborado e lido pelo padre Luiz.

Ele era o porta voz da família colonial da região. Tinha o conhecimento sobre a imigração e a história e o suporte documental necessário para esta elaboração. Ou seja, para além do arcabouço teórico utilizado para a descrição do processo imigratório e da colonização, ele era o guardião das fontes documentais destas famílias, a quem elas recorriam para rememorar. Mas não era só o guardião, ele devia se fazer presente na comemoração. Aqui nos valem da reflexão feita por Zanini (2006, p.80) que ao entrevistar os descendentes de imigrantes italianos quando investigou como a travessia era rememorada por estes descendentes, constatou que “muitos dos membros mais idosos das famílias e que conviveram com os primeiros descendentes ou com os imigrantes, são hoje valorizados como portadores de conhecimentos familiares, tornando-se um patrimônio familiar eles também”.

²⁰¹ Sobre este aspecto Zanini (2006) desenvolveu um trabalho sobre a construção da identidade étnica dos italianos, na região de Santa Maria/RS e o desenvolveu especialmente nos dois primeiros capítulos quando abordou esta reelaboração feita pelos descendentes, na construção de sua identidade e memória.

Neste aspecto, identificamos duas questões: a primeira que as famílias que recorriam ao padre para elaborar este discurso familiar e faziam questão da sua presença nestas comemorações familiares, compreendiam-no como portador deste conhecimento, como um patrimônio familiar ele próprio, a segunda questão é que o padre reconhecia os membros familiares mais idosos também como portadores de memória e, na medida do possível, sempre registrava suas memórias.

Nestes históricos, o padre Luiz elaborou um discurso sobre a imigração italiana baseado na visão do imigrante civilizador, herói, conferindo às famílias o papel de protagonistas, ressaltando a religiosidade, “a fé e a perseverança”, procurando difundir a visão de que estes imigrantes eram católicos e trabalhadores. Mas conferiu a distintas famílias diferentes papéis, perceptíveis numa análise mais detalhada do discurso produzido pelo conjunto documental. Cabe a nós, pesquisadores, investigar este processo para apreender o trabalho político de representação que oficializou, neste caso, a memória da imigração italiana na Quarta Colônia. Para exemplificar o que estamos dizendo, quando trabalhamos neste capítulo o enquadramento da memória feito através do CPG, citamos um pronunciamento do padre na ocasião da festa de sua família e, nele, identificamos este processo de reelaboração memorial, pautado nos ideais acima descritos (Fé, trabalho e família).

Outro exemplo do que estamos dizendo, e que procuramos demonstrar ao longo desta análise, é que as famílias tinham suas memórias reelaboradas de acordo com as relações mantidas com o padre. No caso específico dos históricos familiares, esta posição também se evidencia. Citamos anteriormente o exemplo da família Descovi, quando trabalhamos com a *Outra Memória de Sí*. Naquele momento destacamos a forma com que o padre ressaltava informações sobre a família. Ou seja, ele afirmou que não eram muito católicos e, afirmar e reafirmar uma informação, no momento de comemoração, em que os descendentes encontram-se reunidos e, mais importante, quando está celebrando o rito religioso, é significativo do papel de coerção desempenhado pelo padre. Ou seja, os valores que pautavam a sua reelaboração memorial – religiosidade, trabalho e família - deveriam constantemente ser ressaltados. Esta era uma forma de dizer também, o que não deveria ser feito. Aqui compreendemos que o objetivo era inculcar valores pautados pela sua visão de pároco, memorialista e descendente de imigrantes enquanto o responsável autorizado a construir a memória e a identidade familiar. Assim,

O trabalho de inculcação através do qual se realiza a imposição duradoura do limite arbitrário visa naturalizar as rupturas decisórias constitutivas de um

arbitrário cultural [...], sob a forma do sentido dos limites, fazendo com que alguns mantenham sua posição ou se conservem a distância enquanto outros se mantêm em seu lugar e se contentam com o que são, a serem o que têm que ser” (BOURDIEU, 1996, p.103)

Retomando o tema das comemorações familiares, verificamos ainda que a elaboração destes históricos, assim como a participação do padre no evento proporcionou uma constante alimentação do acervo do CPG. Estamos dizendo que o púlpito, neste caso, era o espaço de contar a história familiar e pedir que a documentação guardada em casa fosse doada ao CPG. Para além da celebração religiosa, feita pelo padre, além do histórico elaborado e lido por ele, a produção de uma filmagem deste momento, também garantia ao padre a aproximação e o reconhecimento de que ele era o guardião da memória. Ou seja, todos os elementos envolvidos, desde o histórico às filmagens são formas de manter a memória para o futuro. Memória esta, que foi produzida pelo padre, reconhecida pela família e guardada para a posteridade no CPG, espaço este de rememoração oficial da imigração italiana na quarta colônia.

Dito de outra forma, a reelaboração da memória familiar feita pelo padre está inserida sempre na memória dos descendentes de imigrantes italianos da quarta colônia, ou seja é parte dela, a constrói. E assim é, também, uma forma de demonstrar que o CPG é, por excelência, o lugar da memória das famílias e, da imigração italiana desta região.

No que diz respeito às famílias estudadas nesta tese, destacamos que nenhuma delas organizou comemorações familiares, festas nem livros genealógicos ou memorialísticos que ressaltassem a trajetória e a história de seus descendentes. Então de que forma percebemos a sua apropriação da memória?

Partimos da ideia de que a construção da sua memória foi elaborada pelo padre Luiz Sponchiado e pretendeu contemplar a totalidade, ou quase totalidade das famílias que imigraram para a quarta colônia. Então, o que determinou a apropriação ou não da memória familiar foram as relações estabelecidas com o padre. Queremos dizer que todas as relações influenciaram a forma como as memórias destas famílias foram arquivadas e demonstradas no CPG. Nesta gama de relações, percebemos que, para além do espaço religioso, espaço de atuação por excelência do pároco, as afinidades político-ideológicas ganham consistência nos espaços de sociabilidade. Este é um viés de análise da apropriação da memória que consideramos como importante em nossa pesquisa.

É importante compreender também que as famílias precisam se “enxergar” nas representações feitas pelo padre, quando ele fala sobre a história e a memória familiar da Quarta Colônia. Elas precisam fazer parte da memória que foi construída. Queremos dizer que se o que

é “contado”, através do acervo, não corresponde ao caminho percorrido pelos integrantes da família ela, a memória, não será reconhecida. Ou seja, não será apropriada.

Em alguns casos, no entanto, o padre realmente não conseguiu manter contato com as famílias. Por exemplo, quando no processo de emigração feito pelos descendentes da primeira geração para outras regiões do Estado e, posteriormente do País, não restando na quarta colônia nenhum representante do núcleo familiar, não foi possível reelaborar a memória familiar, com o auxílio dos descendentes. Queremos dizer que para estes casos, as relações estabelecidas não podem ser consideradas parâmetros para a análise. Até porque, quando estes descendentes procuram reelaborar a memória, ou como preferia dizer o padre Luiz “buscar suas raízes”, eles vão até o Centro de Pesquisas Genealógicas em Nova Palma. Fazendo este movimento os descendentes entendem que aquele é o lugar onde está “guardada” a genealogia e a história familiar. Ou seja, há o reconhecimento deste espaço como um espaço de memória.

Mas este não é o caso das famílias aqui estudadas. Até porque esta análise seria um outro trabalho. No que diz respeito à família Pigatto, então, a representação feita pelo padre realmente contemplou a sua trajetória familiar, como pudemos constatar ao longo desta análise. E, mais que isto, a família colaborou continuamente com a doação de documentos ao acervo. Ora, se os indivíduos em gerações sucessivas delegam ao padre a responsabilidade de guardar os objetos que evocam suas memórias familiares, que congelam no tempo os momentos vividos, ou ainda, que pertenceram a seus antepassados, significa que ele é a pessoa autorizada pela família a fazê-lo, que reconhecem seu trabalho e querem contribuir com sua continuidade, enxergam-se na memória que está sendo construída. Para exemplificar o que dissemos ao longo do trabalho, mantivemos contato com o senhor José Alexandre Magrini Pigatto, um dos descendentes que colaborou e colabora com a doação de documentos, seus e de seus familiares, para a guarda no acervo.

O exemplo acima citado, é apenas um de tantos outros que poderíamos mencionar e que demonstra a intensa relação mantida com o padre e com o acervo. Assim, podemos dizer que a família Pigatto realmente apropriou-se da memória familiar elaborada pelo padre Luiz e representada no acervo documental do CPG.

No entanto, a memória é sempre uma construção social e seletiva. Se escolhe o que se quer que seja dito, rememorado ou esquecido. Aliás, não há memória sem esquecimento. Nesse processo de apropriação, as famílias “tomam posse de si mesmas” (BOURDIEU: 1996, p.123), pois é através das disputas que se “constroem as categorias de percepção do mundo social e, ao

mesmo tempo, os grupos são constituídos por tais categorias²⁰². Já dizia Halbwachs (2006, p.30),

Nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós, porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Assim, como acabamos de estudar

A família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social”. (BOURDIEU, 2008, p.128)

São estas tantas representações sobre a memória e a identidade familiar que moveram este estudo. Neste sentido, não foram todas as famílias que se apropriaram da memória construída pelo padre Luiz Sponchiado e o reconheceram como o guardião da sua memória familiar. Este é o caso da família Pippi. Ao contrário do que verificamos com a família Pigatto, embora Maria Neli Donato Pippi, a organizadora/detentora do acervo familiar tenha mantido relações profissionais com o padre Luiz, ela não doou a sua documentação para o acervo. Ao contrário, criou seu próprio acervo, utilizando as mesmas metodologias utilizadas pelo padre.

Maria Neli é filha de Maria de Lourdes Pippi e Genésio Donato. Neta de Amâncio Pippi, filho do imigrante Flávio Bruno Pippi. No entanto, sua descendência Pippi não termina nesta ordem genealógica. Ela casou-se em 1977, com Bruno Casarotto Pippi Filho, que é filho de Bruno Pippi e Mafalda Casarotto. Rapidamente, devemos dizer que os avós de Maria Neli e Bruno, são irmãos e, portanto eles descendem de mesmo imigrante: Flávio Bruno Pippi que, como vimos veio para o Brasil posteriormente a seu irmão Próspero, em 1881.

Bruno Pippi e sua esposa Mafalda são os descendentes desta primeira família, que na década de 1940, se transferiram para Nova Palma. É com esta carga simbólica que a organizadora do acervo trabalhou. Residindo em Nova Palma, atuou como professora na Escola Estadual local e, também como professora de língua italiana. Foi uma das fundadoras,

²⁰² Segundo o autor supracitado “as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade deste mesmo grupo” (BOURDIEU, 1996, p.123).

juntamente com seu marido, do Círculo Vêneto na cidade e sua presidente em várias administrações. Além disso, trabalhou como Secretária de Industria, Comercio, Turismo e Desporto em três administrações²⁰³ municipais. Exerceu, dentre outras funções, a de catequista, na época em que o Padre Luiz atuou como pároco em Nova Palma

No momento em que desenvolveram todas estas atividades, esteve em constante interação com o padre Luiz, inclusive porque a administração do CPG era feita conjuntamente com a Prefeitura Municipal que estava sob sua responsabilidade direta. Foi responsável pelo projeto do Centro Cultural que propôs um novo espaço para a acomodação do acervo do CPG.

Queremos dizer que Maria Neli possuía um grande conhecimento sobre o trabalho realizado no CPG, inclusive esteve muito presente após a morte do padre Luiz. Ou seja, ela também realizava o seu trabalho de reelaboração memorial, ao mesmo tempo em que acompanhava o trabalho feito no CPG. Possuía conhecimento da língua e da cultura italiana e estava envolvida com as atividades de valorização cultural local. Mas, a sua documentação não foi doada ao acervo do CPG, sendo guardada em casa. Isto nos leva a pensar que Maria Neli talvez não aceitasse a mediação do Pe. Luiz como construtor e guardião da memória familiar ou, então se julgasse a única capaz de construir a própria memória familiar. Poderíamos dizer, também, que Maria Neli estava autorizada pela família a construir a história dos Pippi. Mas fica claro que um embate memorial fora travado por esta família. Percebemos, nas entrevistas e conversas, que as disputas político-ideológicas, as redes e as sociabilidades permeavam os meandros destas construções. Beneduzi (2005, p.280) nos mostra que “o espaço doméstico, além de ser o lugar da vida familiar do imigrante, também é, por excelência, o *locus* da rememoração das experiências da trajetória familiar e do grupo étnico”. Embora neste caso não trabalhem com o imigrante diretamente, mas com seus descendentes, a assertiva pode, sem dúvida nenhuma, ser mantida. Queremos dizer que foi no espaço privado com/para o grupo familiar que as rememorações foram produzidas. Estamos assim, diante de uma “memória subterrânea”, nas palavras de Pollak (1989, p.4), que estava à espera do momento da “redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK, 1989, p.5) para reclamar seu espaço.

²⁰³ Foi especialmente neste momento que mantive contato com a detentora do acervo, pois atuei como funcionária (2004 à 2013) e, após o falecimento do Padre Luiz, em 2010, como a historiadora responsável pelo acervo do CPG. Especialmente de 2005 a 2012 Maria Neli atuou como Secretária Municipal e, portanto, minha chefe imediata. Foi especialmente quando ingressei no doutorado em 2011, que diante da necessidade de licença para os estudos, estabeleci uma maior proximidade com a secretária. No curso do doutorado e, interessada na minha pesquisa ela me “revelou” possuir um acervo privado sobre a sua família. A partir deste momento a minha proposta de pesquisa, que tinha a intenção inicial de trabalhar com as memórias construídas, ganhou o recorte atual.

Ao reclamar tal espaço, a família foi elaborando uma trajetória diversa da demonstrada pelo padre. Mais ampla e mais numerosa em termos de documentos, procurando “refazer” todos os espaços percorridos por seus integrantes, dando a ler uma outra história familiar. Ou seja, construindo uma escrita de sí que, são processos “ao mesmo tempo, constitutivos da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’” (GOMES, 2004, p. 16). Entendendo, a partir desta situação particular, como estes indivíduos produziram o seu mundo social, apreendemos as redes mais complexas de sustentação cultural, afetiva e de poder. Isto nos possibilitou perceber, nos pormenores e nas peculiaridades, o que o particular tem de coletivo.

Nestes processos de elaboração memorial, também se atribuiu valor aos objetos, fotografias, símbolos que conferiam unidade às famílias. Estes se tornaram traços comuns desta coletividade e deram unicidade a este coletivo. Nesta perspectiva, também tornaram-se patrimônio familiar. Segundo Hartog (2006, p.272)

[...] o que distingue o crescimento patrimonial contemporâneo dos precedentes é a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, quando o presente tomou uma extensão inédita. O memorial é preferido ao monumento ou este último torna-se memorial, o passado atrai mais que a história; a presença do passado, a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação; enfim este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente.

Neste contexto, construir representações que conferem sentido à sua história através de um imaginário contido na documentação tanto a arquivada no CPG, quanto a do acervo particular da família Pippi, traz também uma identidade familiar e o patrimônio documental familiar, nesta perspectiva, materializa a identidade constituída primeiramente no imaterial, ou seja, na memória de cada indivíduo. Eis aqui o exemplo, pois a documentação familiar contida nestes dois acervos se propõe a ser o patrimônio documental familiar no qual os descendentes destes imigrantes italianos identifiquem-se, apropriem-se e atinjam assim, o reconhecimento.

Portanto, estes espaços, públicos ou privados são, ao mesmo tempo, “lugares de memória e espaços de (re)elaboração e re(a)presentação da memória” (RAMOS; LOPES, 2010, p.176) dos descendentes de imigrantes italianos da Quarta Colônia.

6 CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho de investigação, temos a convicção de que as perguntas que moveram o projeto foram respondidas. Não temos a pretensão de que este seja um trabalho definitivo, pelo contrário, temos a certeza que esta foi uma primeira análise de tantas que irão surgir. Estudar as reelaborações memoriais feitas pelos indivíduos não é um trabalho simples, mas especialmente esta, foi imensamente gratificante, pois foi fruto, antes de tudo, de uma trajetória, não só profissional, mas também pessoal.

Nesta trajetória, trabalhamos com uma documentação inédita: o acervo privado da família **Pippi**, que confrontado com o existente no Centro de Pesquisas Genealógicas -CPG- de Nova Palma (RS), (caixa Família Pippi) torna este um trabalho em grande parte inédito na análise das reelaborações memoriais feitas a partir dos dois acervos que tencionados respondem distintamente, especialmente quanto à memória do grupo familiar supracitado. Analisamos ao mesmo tempo a documentação da família **Pigatto**, depositada e arranjada no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma (caixa Família Pigatto).

Partimos nesta análise, em termos de fontes, da documentação arquivada no CPG, especialmente as caixas de famílias, pois observamos que a construção da memória familiar estava diretamente relacionada às relações estabelecidas com o Padre Luiz Sponchiado, criador deste acervo. Então, o que nos moveu foi o intuito de compreender como se construiu a memória familiar dos imigrantes e descendentes de italianos da Quarta Colônia Imperial e qual a memória de si e sobre si foi construída.

Para tanto, detivemo-nos, especialmente, no estudo de caso de duas famílias de imigrantes estabelecidos na região e já mencionados, pois, ao investigarmos a sociedade colonial, constatamos serem as duas famílias igualmente influentes tanto econômica, quanto política e sócio culturalmente: trata-se das famílias **Pigatto e Pippi** que na tese foram tomadas como exemplo, como estudo de caso. Partindo deste pressuposto, procuramos investigar quais as estratégias usadas por estas famílias para se inserirem na sociedade receptora (sul-riograndense), assim como buscamos compreender a memória que guardaram de si e a que foi construída sobre si.

Neste ponto, foi importante cruzarmos a análise das trajetórias familiares organizadas pelo Padre Luiz Sponchiado para compreendermos quais as escolhas feitas e qual memória familiar havia sido construída. Partimos da percepção de que foi construída uma memória oficial, organizada e reconhecida como tal, no CPG, pelo padre Luiz Sponchiado e, em paralelo, foi construída uma outra memória histórica mantida em casa e organizada pelos descendentes

da família Pippi. Trata-se de uma memória particular. Este foi o embate memorial que moveu esta investigação: a existência de uma memória oficial (CPG) e de uma memória particular, organizada em casa, muito rica em conteúdo e distinta da organizada pelo Pe. Luiz.

Por isso, essa investigação foi baseada na análise da documentação arquivada sobre as duas famílias no CPG, especialmente na parte do acervo denominada ‘caixas de família’ e na documentação privada da família Pippi. A partir desta documentação, valemo-nos de referenciais bibliográficos e teóricos que dessem suporte para os temas norteadores deste trabalho, especialmente no que se referiam à memória e à representação.

Assim, no capítulo dois, trabalhamos com o CPG destacando-o como um centro de memória e história oficial da Imigração Italiana na Quarta Colônia. Desenvolvemos uma análise mais aprofundada sobre a trajetória de seu criador, o Padre Luiz Sponchiado, ele também descendente de imigrantes italianos vindos para a região colonial em 1885. Foi importante refletir sobre este protagonista para compreendermos quem foi o agente social autorizado a construir a memória oficial da imigração italiana desta região e em que contexto isto se deu.

Percorremos, para tanto, a trajetória de seu grupo familiar desde a saída da Comuna de Carbonera, na Província de Treviso, até o seu estabelecimento na Quarta Colônia Imperial, especialmente no núcleo de Novo Treviso e, posteriormente, a emigração para Taquaruçu do Sul. Estas foram as memórias que instigaram o indivíduo Luiz Marcelino Sponchiado a reelaborar uma memória de si. Sua atuação como sacerdote, filho de imigrantes e interessado na história da imigração, levou-o à criação do CPG, quando estendeu estas reelaborações memoriais a todas as famílias de imigrantes da referida região colonial.

Atuando como padre, ele desenvolveu diante dos descendentes uma autoridade que lhe possibilitou o acesso à documentação familiar, partindo inicialmente da pesquisa no acervo da própria Igreja. Sua autoridade e prestígio foram construídos pela representatividade exercida como pároco nas regiões de colonização italiana, mas principalmente pela sua inserção em todas as áreas da comunidade. Pudemos verificar, assim, que estendendo sua atuação para estas diversas áreas, ele foi construindo uma imagem em torno de si, que determinou a sua participação, como mediador, na resolução de todas as questões nas distintas instâncias sociais.

Esta atuação se fez sentir para além da comunidade e, ele foi autorizado pelo Bispo da Diocese de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter, a coordenar as comemorações do Centenário da Imigração Italiana para a região, a partir da década de 1970. É a partir deste trabalho que se desenvolve a construção do acervo do CPG e ele torna-se o “guardião da memória” e da história oficial da Imigração Italiana nesta região. Uma memória oficializada pela mão da Igreja, e reconhecida e apropriada por muitas das famílias destes descendentes de imigrantes. No

entanto, esta ação não significou que a totalidade das famílias imigrantes tomou as memórias organizadas no CPG como suas. Esta foi a situação da família Pippi, que, ao não se sentir representada por esta documentação arquivada do CPG, criou seu acervo particular, reconstruindo uma outra trajetória e história para si.

Para compreender como foram feitas estas construções, consideramos importante entender quem foram e de onde vieram estes dois grupos familiares de imigrantes italianos. Esta foi a análise desenvolvida no terceiro capítulo. Neste momento, dedicamo-nos com afinco a percorrer a trajetória destas famílias oriundas de regiões distintas da Itália.

Investigamos a história local e os processos imigratórios desenvolvidos na região da Toscana e do Vêneto, procurando entender a sociedade em que viviam nossos protagonistas, para apreender as motivações e aspirações que os levaram a emigrarem. Partimos do pressuposto de que estes sujeitos foram responsáveis por traçar suas estratégias de superação social, valendo-se de todos os meios para isso. É neste contexto que identificaremos as redes estabelecidas neste processo, que alicerçaram os fluxos destas emigrações. Identificamos que a troca de informações foi responsável por estes fluxos, embora eles ocorressem de maneiras diferenciadas.

A família Pippi, é oriunda da Toscana, especialmente da comuna de Fabbriche di Vallico, uma região localizada entre as montanhas, na fronteira entre o Ducado de Modena e a República de Lucca. Neste local, viveu a família de Giuseppe Luigi Pippi e Elena Gianni, e seus sete filhos: Giuliano Pippi, Próspero Pippi, Luisa Aldegonda Pippi, Maria Dionizia Isabella Pippi, Flávio Bruno Pippi, Gotardo Dionizio Adolfo Pippi, e Vittorio Oreste Pippi.

Vimos, no que tange à família Pippi, que houve uma continuidade no fluxo migratório, no qual os integrantes masculinos do núcleo familiar, emigravam de tempos em tempos, na medida em que o pioneiro Próspero ampliava seus negócios. Esta dinâmica imigratória familiar propiciou a transferência de todos os integrantes masculinos para a América.

Mas este fluxo atendeu à estratégia de inserção desta família na sociedade colonial. A atividade comercial familiar foi a opção utilizada para a inserção na sociedade sul-rio-grandense e a expansão desta atividade, através de uma rede de casas comerciais foi o que manteve este fluxo, garantindo as condições para que isso ocorresse.

Para além desta rede familiar, pudemos verificar outras redes estabelecidas que garantiram esta inserção. Identificamos que o compadrio entre os pares comerciantes e com conterrâneos foi importante para a expansão da atividade comercial e para assegurar o êxito da mesma.

Da mesma forma que a família Pippi, a família Pigatto também estabeleceu suas redes relacionais. Imigrantes oriundos de Pozzoleone, comuna de Vicenza, na região do Vêneto, eles se organizaram para emigrar. Tendo familiares já estabelecidos na América, a inserção foi facilitada. Assim, Luigi Pigatto e sua esposa, Lucia Catterina Mazzardo, emigraram juntamente com Vincenzo Pigatto. Na sociedade colonial as atividades desenvolvidas, por estes imigrantes passaram do cultivo da terra ao investimento na área comercial.

Verificamos que, na sociedade colonial, todos os integrantes que haviam emigrado solteiros casaram-se (a maioria com moças também italianas). A partir da expansão destes núcleos familiares e das atividades comerciais, procuramos estudar no quarto capítulo, a consolidação deste poder familiar. Pudemos perceber que a casa comercial, espaço por excelência de sociabilidade, foi o espaço onde foram estabelecidas alianças e compadrios. O capital econômico oriundo desta atividade possibilitou a diversificação das atividades. Percebemos que ambas as famílias reinvestiram seus lucros na aquisição de áreas territoriais e de outras atividades, como é o caso da família Pippi: em hotéis e moinho.

No reinvestimento destes recursos, as famílias alargaram sua influência na sociedade colonial. As novas atividades, passadas de geração em geração, foram firmando o seu prestígio. A partir deste prestígio econômico e social aliado às redes estabelecidas foi possível para estas famílias alcançarem o poder político. Neste sentido, embora em momentos distintos, ambas assumiram cargos políticos. A família Pippi assumiu efetivamente cargos políticos, nas administrações locais somente no final da década de 1950, ao passo que na família Pigatto isto ocorre no início do séc. XX, no ano de 1909. Assim, verificamos que houve uma inserção muito precoce da família Pigatto, na política.

Procuramos estudar ainda, as relações estabelecidas entre os integrantes destas famílias e o Padre Luiz Sponchiado, a partir da segunda metade da década de 1950, quando este assumiu a paróquia de Nova Palma. O pároco, para além da Igreja, buscou, em função do momento político vivido localmente em torno da emancipação política, estabelecer relações que influenciaram na construção da memória familiar elaborada por ele.

As memórias familiares foram o objeto principal de nossa análise, no quinto capítulo da tese procuramos compreender as representações memoriais elaboradas a partir do acervo do CPG e do acervo privado da família Pippi.

Como nosso propósito foi compreender como foi representada a memória familiar, procuramos discutir o enquadramento memorial elaborado no CPG. Este é o lugar de memória e história oficial da imigração italiana da quarta colônia imperial. E o padre Luiz Sponchiado foi autorizado a fazê-la, é esta memória que foi reconhecida como oficial pela comunidade.

Nesta perspectiva do reconhecimento desta memória, a exemplo de muitas famílias, a família Pigatto não só a aceitou como apropriou-se da mesma e continuamente colaborou para a sua reelaboração memorial.

Entendemos que a apropriação da memória foi dada quando a família se reconheceu na reelaboração feita pelo padre. Este foi o primeiro passo para a apropriação. O segundo e mais importante foi além do reconhecimento, o contínuo auxílio dado pela família para a construção desta reelaboração. Queremos dizer que, na medida que a família o compreendeu como o mais “capacitado” para “contar e guardar” a história e a memória familiar, ele teve a autorização e o reconhecimento dela para o fazer.

O processo de reelaboração memorial organizado no CPG foi uma representação que não foi apropriada por todas as famílias, como já destacamos. É desta não apropriação da memória familiar, que a família Pippi, através de Maria Neli Pippi, organizou uma outra memória que abarcasse a trajetória familiar dos seus. Assim, observamos que uma memória reclamada e não expressada no acervo do CPG foi o motor para a elaboração de uma memória de si. Verificamos que, neste embate memorial, a sociabilidade teve um peso decisivo para a construção de uma memória mais ou menos trabalhada. Neste contexto, o patrimônio documental familiar materializou ainda a identidade, constituída primeiramente no imaterial ou seja, na memória de cada indivíduo.

No curso desta pesquisa, mais precisamente quando nos detivemos no estudo das trajetórias familiares na Itália, encontramos com um outro embate memorial, agora relacionado com a família Pigatto. Tratava-se da construção de uma memória de si que não contemplava os Pigatto que emigraram para o Brasil, embora a pesquisa tenha sido baseada na comunidade de origem desta família. No desdobramento do processo memorial, fizemos a aproximação destes dois grupos, mas percebemos que este foi mais um exemplo dos embates travados nos processos de afirmação identitária.

Nossa reflexão nos apontou, ao longo do trabalho, que os responsáveis pela criação de acervos são sujeitos históricos que olharam o passado a partir de suas relações e aspirações do presente. Este olhar determina a seleção dos documentos e a sua disponibilização, por parte das famílias, ao padre Sponchiado, o representante autorizado a guardar e construir uma memória das famílias e da imigração que será “guardada” no CPG. A senhora Maria Neli Pippi, por seu turno, fará o mesmo com a documentação de sua família, dividindo com o Padre Luiz Sponchiado a guarda deste acervo documental. Trata-se de documentos particulares, o que nos permitiu concluir que ela não reconhecia no sacerdote alguém autorizado a fazer a história de

sua família. Possivelmente, seja ela a representante autorizada a falar pelos seus. Ou a quem ela delegar esta função.

Independente destas tensões e desencontros, percebemos, por fim, que a documentação familiar arquivada nestes dois acervos tornou-se patrimônio documental familiar dos descendentes de imigrantes italianos da Quarta Colônia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Michel. **Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914**. Tradução Ana Falcão Bastos. Portugal: Editora Querco, 1984.

AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acessado em julho de 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andrea Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.p.421-463.

BAREA, Dom José. **A vida Espiritual nas Colônias Italianas no Estado do Rio Grande do Rio Grande do Sul**. Tradução e introdução de Mário Gardelin e Rovílo Costa. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

BELLINASSO, Severino Tranquilo. **Ivorá 100 anos de História 1883-1983**. Santa Maria/RS, Ed. PALLOTTI, 1983.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho (1787 – 1930)**. Vol.1. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BENEDUZI, Luís Fernando. Caminhos de Memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero- Americanos**. Porto Alegre: PUC. v.35, n.1, jan-jun, 2009, p. 40-55.

_____. Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul. In: **Anos 90: Revista do Pós Graduação em História UFRGS, IFCH**. V. 12, n.21.jan/dez. Porto Alegre: PPGH, 2005. p. 271- 294.

_____. **Mal di Paese: as Reelaborações de um Vêneto Imaginário na Ex-Colônia de CONDE D'EU (1884-1925)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. **Os Fios da Nostalgia: Perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar González, « **La « sociabilidad » y la historia política** », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, BAC - Biblioteca de Autores del Centro, 2008, [Online], posto online em 17 Fevereiro 2008. URL: <http://nuevomundo.revues.org/24082>.

BEVILACQUA, Piero. Società Rurale e Emigrazione. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs). **Storia dell'emigrazione italiana: Partenze**. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 95-112.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul-1870/1920)**. São Paulo: USP, 2005. (Tese de Doutorado).

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da Fragmentação á Integração**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. (Tese de Doutorado).

BONFADA, Genésio. **Os palotinos no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Pallotti, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1996.

_____. A Ilusão Biográfica. In: _____ **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008. p.74-82.

_____. O Espírito de Família. In: _____ **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008. p.124-135.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Un Arte Medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía.** Barcelona: Editora Gustavo Gili. 2003.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória.** Tradução Míriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget. 2003.

_____. **Memória e identidade.** Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: CONTEXTO, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.p.43-69.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente.** Santa Maria: Rainha, 1975.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. Unesp, 2001.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia; Livraria do Globo, 1925.

COELHO, Teixeira. Verbetes Patrimônio Cultural. **Dicionário Crítico de Política Cultural-Cultura e Imaginário.** São Paulo: Iluminuras, 1997. p.285-288.

COSTA, Firmino. **Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos.** Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal, 1991.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidade, Subjetividade, Fragmentos e Poderes. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados**

em **História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo: EDUC, nº. 17, 1998. p 269-280;

DADÀ, Adriana. *Lavoratori dell'Appennino Toscano in Corsica nel secolo XIX*. In: **Altretalie**, v. 12, lug – dic 1994, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, p.6-38.

DE BONI, Luis (Org). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: EST, Fondazione Giovanni Agnelli. Porto Alegre: EST, 1987. Vol I.

DELLAI, Giordano. **Pozzo, la Friola e la contrada degli Scaldafarro**. Pozzoleone: Amministrazione Comunale di Pozzoleone, 2008.

DEVOTO, Giacomo; OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana**. Firenze: Le Monnier, 1971.

ESTRADA, Ana Vera (Ed.). **La familia y las Ciencias Sociales**. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la cultura Cubana Juan Marinello, 2003.

EVANGELISTA, João. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992. p.11-43.

FABER, Marcos. **Partidos Políticos no Brasil**. 2010, 1ª ed. Disponível em: http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos. Acesso em agosto de 2015.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Sheila Castro. Família. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p.216-218.

FARIA, Sheila Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p.241-258.

FERRARI – BRAVO, Anna. **Toscana (Esclusa Firenze)**. 5ª ed. Milano: Touring Editore. 1997.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

GARCÍA ABAD, R. Una Proposta metodologica para um analisis micro de las migraciones a corta y media distancia: los seguimientos nominativos. **Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica/Asociación de Demografía Histórica (ADEH)**. Castelo Branco (Portugal), ADEH/ Instituto Politécnico de Castelo, 2004. p.9-24.

GINSBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In:_____. **Olhos de madeira:nove reflexões sobre a distância**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.

GIRON, Loraine S. **Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes**. In: DACANAL, J. GONZAGA, S. (Orgs) **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.46-90.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo**.In GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita de História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.7- 24.

_____. Imigrantes italianos: entre italianità e a brasilidade. In: IBGE – **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p.157-177;

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso”. IN OLIVEIRA, Lucia Lipp (org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p 108-123.

_____. **.A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ, 1996.

GUT, Ph. A Itália de 1815 a 1914. In NERÉ, Jacques. **História Contemporânea**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 294-322.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 75-109.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. jul/dez. 2006, p.261- 273. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em julho/2015.

IMÍZCOZ, José M. – Actores, Redes, Procesos: reflexiones para una historia más global. In: **Revista da Faculdade de Letras – História (Universidade do Port)**. III Série, Vol. 5, 2004, p. 115-140.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares**. 2ª ed. Caxias do Sul:EDUSC, 2001.

JUBILEU de Nova Palma 1919-1944. Santa Maria: Patronato, 1944.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória em Narrativas**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001. p.11-30.

LAGO, Adriano. **A força da participação: desde 1963 fazendo história de união e produtividade**. Porto Alegre: Ed.Sescoop, 2013.

LANARO, Silvio. Genealogia di un modello. In: _____. **Storia d'Italia**. Le regioni dall'Unità a oggi. Il Veneto.Torino: Giulio Einaudi editore, 1984, p.1-63.

LANGONE, Maury Antonio. **Nova Palma: Berço e Maturidade**. Nova Palma: Prefeitura Municipal, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In:_____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão .[et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.525-541.

_____. Memória. In:_____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão .[et al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LEVI, Giovani. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015, p.246-262.

_____. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Máira et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015, p.12-31.

_____. Sobre a micro-história. IN: Burke, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Porto Alegre: SULINA, 1975.

MANFIO, Juliana Maria. **Entre o Sacerdócio e a Pesquisa Histórica: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana –RS**. Santa Maria: UFSM, 2015. (Dissertação de Mestrado).

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

MARIN, Jérri Roberto (org). **Quarta Colônia: Novos Olhares**. Porto Alegre: EST, 1999.

MARIN, Jérri; MARIN, Joel Orlando. Colonos italianos de Silveira Martins: entre os poderes da Igreja Católica e do Estado. In: NEVES, Delma Pessanha (orgs). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Vol. 2, p.65-88.

MENESES, Ulpiniano T. B. A Cidade como Bem Cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. IN: MORI, V. et al **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 34-75.

MERLOTTI, Vania. **O mito do padre entre os descendentes de italianos**. 2ed. Porto Alegre: EST/ Caxias do Sul: UCS, 1979.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana: In: **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS. 2007, v. 9, n. 17, p. 204-264.

MORENO, José Luis. **Historia de la Familia en el Rio de La Plata**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

MORI, Giorgio. **Storia di Itália. La Regione dall`Unità a oggi: La Toscana**. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1986, p.1-148.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Niterói: UFF, 2006. (Tese de Doutorado).

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de Yara Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**. nº10, 1993. p.7-28.

PADOIN, Maria Medianeira. Uma reflexão acadêmico-científica na organização e na informatização o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) sobre imigração italiana, na Quarta Colônia Imperial do RS, Brasil. In: **CESLA**. N° 4. 2002, p.166-171.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre Histórias, Fotografias e Objetos: imigração italiana e memórias de mulheres**. Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.2008, 279 f.

PESAVENTO, Sandra J. **A invenção da sociedade gaúcha**. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, V.14, nº2. 1993. p. 383-396.

_____. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.99-122.

_____. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2008, p. 11-18.

_____. Imagens, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: RAMOS, A. F.; PATRIOTA, R.; PESAVENTO, S. J.(org). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.17-35.

PIGATTO, Pascale Philippe; PIGATTO, Francesco. **Da Vicenza a Alberto Pigatto**. Itália: Provincia di Vicenza; França: Toulouse, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p.3-15.

POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POZZOBON, Andrea. **Uma odisséia na América**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1997.

RAMELLA, Franco. Por um uso fuerte Del concepto de red em los estúdios migratórios. **Inimigración y redes sociales em La Argentina Moderna**. M.Bjergand H. Otero. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios Latino americanos (CEMLA), 1995. p.9-21.

_____. Reti social, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs). **Storia dell'emigrazione italiana: Partenze**. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143- 160.

RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. **O Teatro da Sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo 1850/1930**. UFRGS. 2000. (Porto Alegre - Tese de doutorado).

_____. Os Museus de Imigração como Espaços de Memória. In: MARTINS, Ismênia; HECKER, Alexandre (Orgs). **E/imigrações:histórias, culturas, trajetórias**. 1 ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011, p.99-112.

RAMOS, Eloisa; LOPES Maíne. Lugares de memória da imigração na América Latina: as hospedarias dos imigrantes de São Paulo e Buenos Aires. **Maracanan**, Rio de Janeiro, vol.6, 2010, p.171-183.

REPETTI, Emanuele. **Dizionario geografico fisico storico della Toscana, contenente la descrizione di tutti i luoghi del granducato, ducato di Lucca, Garfagnana e Lunigiana**. Vol. 2. Firenze: Repetti e A. Tofani, 1835. p. 293-299.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.p.17-245.

RIGHI, José Vicente; TORRI, Valmor; BISOGNIN, Edir Lucia. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma, (município da Quarta Colônia de Imigração Italiana)**. Santa Maria, 1996. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de História).

RUGGIERO, Antonio de. **Emigrati Toscani nel Brasile Meridionale 1875-1914**. Tese (dottorato in Storia) – Dottorato di Ricerca in Studi Storici per l'età Moderna e Contemporanea, USF, Firenze, 2011.272 f.

_____. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra et al. **Micro- história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p.162-181.

SANTIN, Silvino e ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: Patrimônio Histórico-Cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Colonização Italiana e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EST. Edições, 2002.

_____. **Os Tempos e Territórios da Colonização Italiana: O desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História Questões & Debates**, Curitiba: Editora da UFPR nº51, jul-dez, 2009, p.13-29.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945**. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2007.

SOARES, André; KLAMT, Sérgio Célio. (Org.). **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. Santa Maria: UFSM, 2008.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996.

SPONCHIADO, Pe. Luiz. A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis (Org). **A presença italiana no Brasil**. Vol II. Porto Alegre; Torino: EST, Fondazione Giovanni Agnelli. Porto Alegre: EST, 1990.p.425-446.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória e Patrimônio: Fundamentos e Sensibilizações da Comunidade de Nova Palma (CPG e Museu Histórico)**. Santa Maria, 2010. (Dissertação de Mestrado).

_____. Documentos familiares: a memória da família Pigatto. In: RAMOS, Eloisa; ARENDT, Isabel; WITT, Marcos Antonio (Orgs). **A história da Imigração e sua(as) escrita (as)** .[ebook].São Leopoldo:OIKOS, 2012, p.403-418.

_____. **IV Encontro da Família Descovi**. Parobé/RS. 2015. Arquivo CPG, sala de documentação, caixa Descovi.

TEDESCO, Jão Carlos. O Comércio e o comerciante colonial nas narrativas de romancistas gaúchos. In: TEDESCO, João; ZANINI, Maria Catarina. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p.277-310.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. **Carretas e carreteiros na colônia Guaporé-Nordeste do RS: 1892-1960**. In: Revista de História Regional, v. 19, n. 2, 2014. p. 408-436 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso 02/09/2015.

TURA, Joselaine Aparecida G. **Capitéis: Fé E Religiosidade Na Quarta Colônia De Imigração Italiana No Rio Grande Do Sul (Nova Palma 1890 - 1925)**. Monografia de Graduação em Ensino e Pesquisa em História. UNIFRA: Santa Maria, 2012, 42 f.

VENDRAME, Maíra Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”:** a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: UFSM, 2007.

_____. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878- 1910)**. Porto Alegre: PUC, 2013.(Tese de Doutorado).

_____. Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In: VENDRAME, Maíra et al. **Micro- história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015, p.200-223.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do sul 1893- 1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégia políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ZANINI, Maria Catarina. **Italianidades no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZANNINI, Andrea; GAZZI, Daniele. **Contadini, emigranti, “colonos”**: Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale – storia e demografia 1780-1910. Tomo II. Treviso: Edizione Fondazione Benetton Studi Ricerche/ Canova, 2003, p 273-319.

ZUPPA, Graciela. **Prácticas de sociabilidad em um escenario argentino: Mar Del Plata 1870 – 1970**. 1ª Ed. Mar Del Plata: Universidad Nacional Mar Del Plata, 2004.

Sites consultados

<http://cemla.com/buscador/>

<http://dati-censimentopopolazione.istat.it>

http://www.ciseionline.it/KMS/inc_188.asp

<http://www.treccani.it/>

<https://www.google.com.br/maps/place/36050+Friola+VI,+Italy>

<https://www.google.com.br/maps/place/Province+of+Vicenza,+Italy>

www.comuni-italiani.it/05/clima.html.

www.comuni-italiani.it/09/clima.html.

www.paesiapuani.it/trassilico.htm.

www.pozzeone.org/principale

www.provincia.lucca.it/territorio.php.

www.provincia.vicenza.it/ente/elenco-dei-comuni-della-provincia-di-vicenza

FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS

Archivio Comunale di Fabbriche di Vallico

Atti di Matrimonio. Anno 1879, n°9 e n°12
 Atti di Morti Ano 1870, n° 8.
 Atti di Nascita Ano 1853, n° 55.
 Atti di Nascita Ano 1856, n° 1.
 Atti di Nascita Ano 1858, n°24.
 Atti di Nascita Ano 1860, n° 34.
 Atti di Nascita Ano 1867, n° 50.
 Atti di Nascita. Ano 1862, n° 50.

Archivio di Stato di Bassano del Grappa- Vicenza/Itália

Atti di Matrimonio. Comune Bassano del Grappa. Anno 1901, n° 12.
 Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1875, n° 7.
 Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1877, n° 4.
 Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1886, parte II, n° 1.
 Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1888, n° 10.
 Atti di Morte. Comune Pozzoleone. Anno 1875, n° 14.
 Atti di Morte. Comune Pozzoleone. Anno 1893, n° 3.
 Denuncia della Successione di Luigi Pigatto. Ufficio del Registro di Maróstica n° 38, v. 8. Data: 25/03/1875

Archivio di Stato di Vicenza

Liste di Leva Militare. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1862, n° 426.
 Liste di Leva Militare. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1872, n° 831.

Archivio Parrocchiale (San Giacomo) di Fabbriche di Vallico

Libro di Battesimo Lettera C de 1776-1831, p.163
 Libro di Matrimonio n°4, Lettera C de 1827-1905, p. 50-51, n° 83
 Libro Stato delle Anime, Ano ..., p.92

Archivio Parrocchiale di Ancignano- Sandrigo/Itália

Libro di Battesimo- Parrocchia San Pancrazio – Ancignano- Anno 1862.

Archivio Parrocchiale di Breganze – Vicenza/Itália.

Atti di Matrimonio Anno 1820
 Atti di Nascita Anno 1822

Atti di Nascita Anno 1831

Atti di Nascita Anno 1833

Arquivo CPG Nova Palma– Rio Grande do Sul/ Brasil

Caixa Escolas

Caixa Família Aléssio

Caixa Família Descovi

II ENCONTRO....., 15/11/2008.

Caixa Família Pigatto

BETTINARDI, Vincenzo. 20/01/1896.

REGULAMENTO, 1904.

SPONCHIADO, Correspondência, 05/05/1993.

SPONCHIADO, Escritos, 07/03/1933.

SPONCHIADO, Escritos, 09/02/1901.

SPONCHIADO, Escritos, 09/09/1892.

SPONCHIADO, Escritos, 10/05/1890.

SPONCHIADO, Escritos, 12/04/1917.

SPONCHIADO, Escritos, 12/09/1895.

SPONCHIADO, Escritos, 16. 04 .1936.

SPONCHIADO, Escritos, 16/02/1888

SPONCHIADO, Escritos, 17.04.1900.

SPONCHIADO, Escritos.17.10.1999.

Caixa Família Piovesan

Caixa Família Pippi

SPONCHIADO, Escritos, 05/05/1886.

SPONCHIADO, Escritos, 05/10/1997.

SPONCHIADO, Escritos, 07/06/1903.

SPONCHIADO, Escritos, 17/11/1899.

SPONCHIADO, Escritos, s/d

Caixa Família Rossato

Caixa Família Sponchiado

SPONCHIADO, Escritos 27/05/1924

SPONCHIADO, Pronunciamento, 02/04/2004

Caixa Hospital

Caixa Matriz

Caixa Padre Luiz

MADRE Rosália Maria. Correspondência, Silveira Martins, 16/07/1963

FRIDERICH, Correspondência, Cerro Largo: 09/05/1954

MARDINI Hugo, Correspondência, Porto Alegre: 23/08/1971.

LESSA, Barbosa. Correspondência, Porto Alegre: 31/03/1985

SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, Nova Palma:14/12/1994

SPONCHIADO, Escritos 11/02/1995
 SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, São Paulo. 25/09/2003.

Caixa Prefeitura

DELEGADO Militar, Ofício nº 199/68
 DELEGADO Polícia, Comunicado
 DELEGADO Polícia, Ofício nº 02/66
 RODRIGUES Joel Pereira, Nova Palma: 05/10/1990.
 SPONCHIADO, Luiz. Correspondência, Nova Palma: 11/03/1996

Livro de Genealogia nº 3
 Livro de Genealogia nº 5
 Livro de Genealogia nº 7
 Livro de Genealogia nº 9
 SPONCHIADO, Crônicas da Colonização Nº 46 e 47

Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Maria

Livro de casamentos de Silveira Martins nº 1, p.13
 Livro de batismo de Silveira Martins nº1, p. 106
 Livro de óbito de Silveira Martins nº 1, p.8

Arquivo Família Pippi (AMNDP)

Pasta II A- Bruno Pippi e Mafalda Casarotto
 Decreto nº 1/75
 Pasta III A- José Pippi e Júlia Copetti;
 Pasta III D- Amâncio Pippi e Pasqualina Giacomello
 Pasta IV A – Bruno Pippi e Angela Moretto
 Genealogia
 Pasta Livro 1- Relações Comerciais;
 Memorando, 05/04/1921
 Nota Promissória, 1/10/1901.
 Pedidos- 26/11/1921.
 Pasta Livro 2- Bens e Propriedades
 Escritura Pública
 Extinção de Hipoteca, 17/11/1902.
 Pasta Política – Aborda as eleições de 1982, 1993, 1996, 2000, 2004, 2006 (presidente e governador), 2008 e 2012;
 Pasta Política – Especificamente em Nova Palma na década de 1990.
 Pasta Administração NP- Relativa a Administração Municipal de 1993 a 1996 – em que Bruno Pippi Filho (marido de Maria Neli Donatto Pippi) é secretário Municipal de Educação e Cultura;

Arquivo Paroquial de Nova Palma/RS

Livro Tombo nº 3fls 51

Arquivo Prefeitura Municipal de Nova Palma

Acervo Fotográfico

DECRETO 10 Maio 1947, nº 441. Disponível em:
www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1947/06/047u0441/sg. Acesso em 17/01/2015.

Depoimentos Orais

Cezira Pigatto Fréo
José Alexandre Magrini Pigatto.

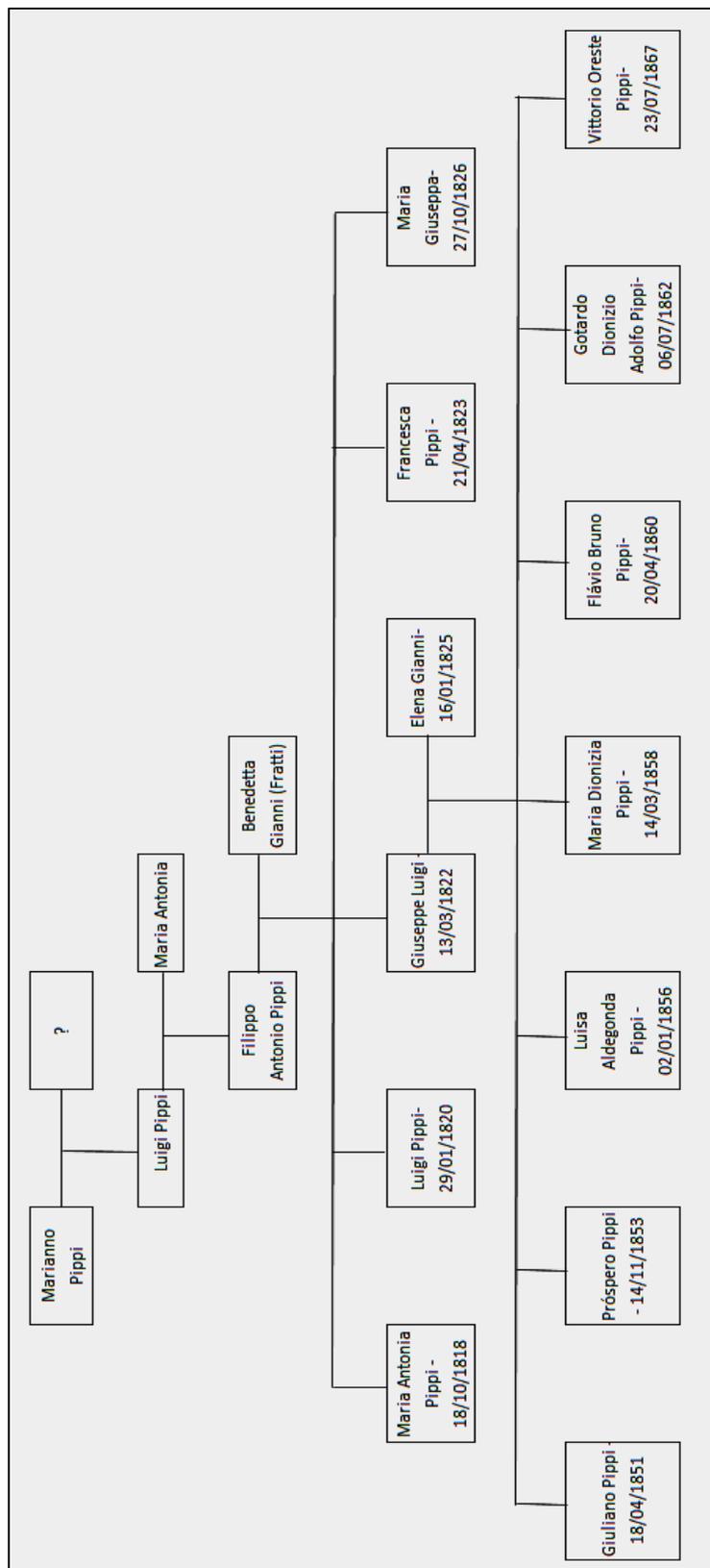
APÊNDICES

**APÊNDICE A – EMIGRANTI ITALIANI IN BRASILE SECONDO LA
PROVENIENZA REGIONALE, 1878-1902**

	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	%
Piemonte e Val d'Aosta	1.767	2,5	15.198	3,1	6.598	1,8	2,5
Liguria	558	0,8	2.823	0,6	2.098	0,6	0,6
Lombardia	6.098	8,5	60.380	12,3	20.107	5,4	9,2
Veneto e Friuli	21.264	29,6	246.168	50,0	62.066	16,6	35,2
Emilia Romagna	512	0,7	28.876	5,8	21.386	5,7	5,4
ITALIA SETT.	30.199	42,1	353.445	71,8	112.255	30,1	52,9
Toscana	6.340	8,8	26.542	5,4	26.746	7,2	6,4
Marche	147	0,2	3.875	0,8	14.671	3,9	2,0
Umbria	20	-	442	0,1	8.928	2,4	1,0
Lazio	-	-	308	-	12.273	3,3	1,3
ITALIA CENTRALE	6.507	9,0	31.157	6,3	62.618	16,8	10,7
Abruzzi e Molise	3.845	5,4	17.865	3,6	47.997	12,9	7,4
Campania	8.913	12,4	37.845	7,7	71.093	19,1	12,6
Puglia	117	0,2	6.707	1,4	14.157	3,8	2,2
Basilicata	9.504	13,3	10.177	2,1	14.727	3,9	3,7
Calabria	12.659	17,6	27.172	5,5	31.875	8,5	7,7
Sicilia	45	-	7.776	1,6	12.937	3,5	2,2
Sardegna	13	-	107	-	5.254	1,4	0,6
ITALIA MERID. E ISOLE	35.096	48,9	107.649	21,9	198.040	53,1	36,4
ITALIA	71.802	100,0	492.251	100,0	372.913	100,0	100,0

Fonte: Ruggiero (2010, p.235)

APÊNDICE B – GENEALOGIA DA FAMÍLIA PIPPI



APÊNDICE C - BREVE DESCRIZIONE GENEALOGICA

Breve Descrizione Genealogica

Elaborato appositamente per ringraziare l'aiuto ricevuto dalla famiglia di Giuliano Battocchio nelle ricerche effettuate in Italia, con l'obiettivo di aiutare i discendenti di entrambi i lati dell'oceano, a trovare le proprie radici.

Liriana Zanon Stefanello

2015

Famiglia Pigatto

Questa breve descrizione genealogica è stata elaborata appositamente per rendere chiara la storia di questa famiglia e del suo percorso, cercando di ricostruirne il legame tra Brasile e Italia. Si evidenzia che si prenderanno in considerazione tutte le generazioni alle quali abbiamo avuto accesso durante la ricerca in Italia fino ai figli di Luigi e Maria Freato. Fra questi figli, avizzeremo nella genealogia degli uomini, all'interno del limite permesso dalle fonti utilizzate²⁰⁴.

La famiglia Pigatto, nostro oggetto di studio, ha la sua origine nel Comune di Breganze, in Provincia di Vicenza/Italia. Questa, è una regione caratterizzata dal dominio della Chiesa e dei nobili feudali, peraltro in molti casi, i domini si estendevano a vari comuni.

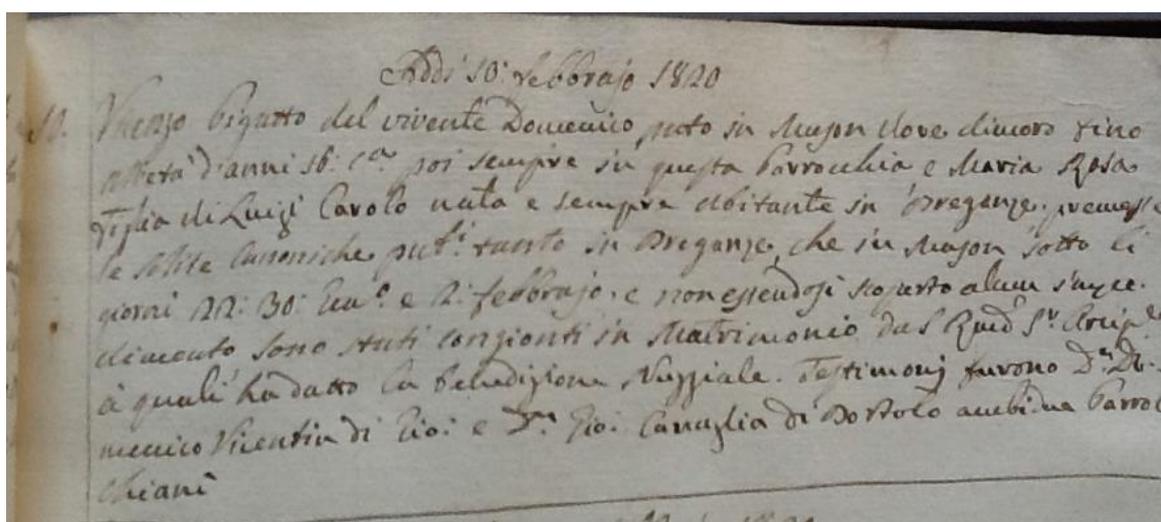
È in questo luogo che Vincenzo Pigatto si sposò il 10/02/1820 con Rosa Caloro e, costituì famiglia. Egli era figlio di Domenico e nacque a Mason ed ella figlia di Luigi, nacque a Breganze. Lì ebbero i seguenti figli:

Domenico Pigatto nato il 08/01/1822;

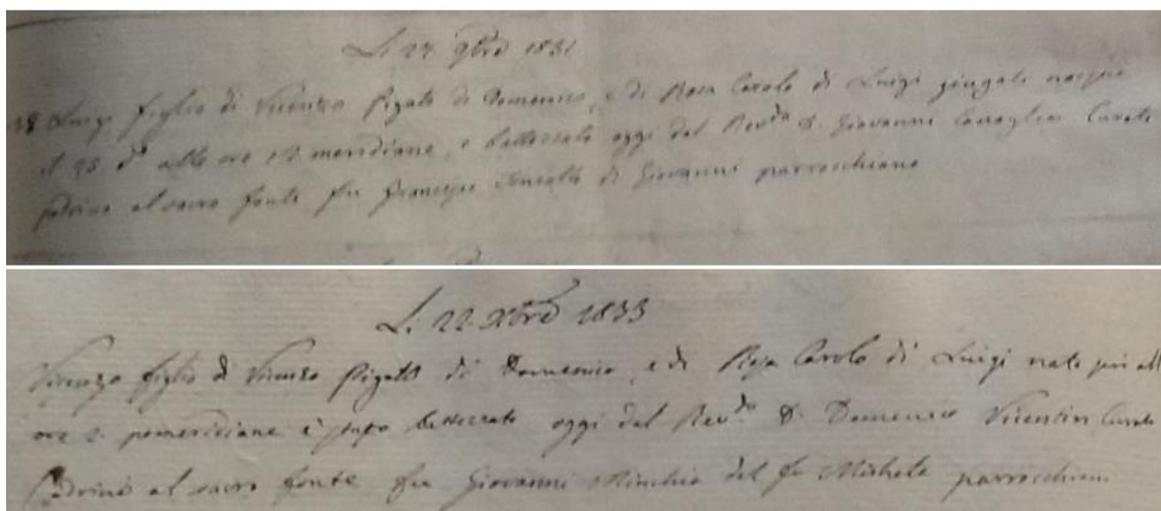
Luigi Pigatto nato il 25/11/1831

Vincenzo Pigatto nato il 21/12/1833

Matrimonio di Vincenzo Pigatto con Rosa Carolo e, battesimo dei suoi figli.



²⁰⁴ L'obiettivo iniziale di questa ricerca non era quello di trattare la genealogia, tuttavia, grazie alle ricerche realizzate in Italia e alla collaborazione fondamentale della famiglia di Giuliano Battocchio, abbiamo deciso di ricostruire questi collegamenti, per far sì che si potesse venire a conoscenza di questo lignaggio, anche se in maniera succinta.



Fonte: Archivio della Parrocchia di Breganze – Vicenza

Il secondo è il capo-famiglia del quale tratteremo in questa ricerca. Verso il 1855 si sposò con la giovane Maria Freato, nata nel vicino comune di Sandrigo, figlia di Bortolo e Maria Zorzan.

È nel distretto di Ancignano, del suddetto comune, che Luigi e Maria risiedettero dopo il matrimonio e dove ebbero quattro dei loro sei figli. Erano agricoltori. In questa località nacquero i seguenti figli²⁰⁵: Rosa Pigatto, nata il 1° ottobre 1856; Maria Luigia Pigatto, nata il 18 aprile 1858; Luigi Pigatto, nato il 29 marzo 1862²⁰⁶; Angela Pigatto, nata il 27 luglio 1864.

Secondo gli archivi e le fonti consultati, Luigi non partecipava alle migrazioni stagionali per questioni di lavoro, quando migra lo fa con la famiglia. Suo padre è rimasto a Breganze, invece suo fratello Domenico, negli anni 50 dell'Ottocento si trovava a Pozzoleone e li costituì famiglia con la pozzoleonese Giovanna Della Pria²⁰⁷.

Storicamente la decade del 1860 è segnata dalla costituzione del regno d'Italia. È in questo momento storico che Luigi decide di trasferirsi a Friola, frazione di Pozzoleone²⁰⁸.

L'antica Pozzoleone, che inizialmente si chiamava soltanto Pozzo, si originò dall'azione di conquista del Monastero di San Felice e Fortunato di Vicenza che era proprietario di una vasta area territoriale, che includeva la proprietà rurale di San Vito e secondo Dellai (2008, p. 76), questo era il “luogo che includeva pressoché tutto il territorio dell'attuale Bressanvido (che

²⁰⁵ Le informazioni sulle date di queste nascite sono state raccolte nei processi matrimoniali di cui parleremo a seguire e che sono sotto tutela dell'Archivio di Stato di Vicenza, nella Sessione Bassano del Grappa, localizzato nello stesso Comune.

²⁰⁶ Libro di Battesimo- Parrocchia San Pancrazio – Ancignano- Anno 1862.

²⁰⁷ Informazioni di Dellai (2008, p. 295).

²⁰⁸ Il cambio di nome da Pozzo a Pozzoleone avviene il 18/08/1867, ad opera del sindaco del municipio, per distinguere da altri municipi con lo stesso nome. Vittorio Emanuele II decreta allora il cambiamento.

da esso prende il nome), ed in più ampie aree di Poianella, Preporcile (un paese ora scomparso che si trovava ad Est dell'attuale centro di Poianella), Pozzo, Lupia ed Ancignano.”

L'origine di questo municipio è legata alla Chiesa, che per molto tempo ha posseduto quest'area territoriale. Nel corso dei secoli si cercò di far diventare questi campi produttivi, deforestando e irrigando. Per questo motivo vennero realizzate molte opere di canalizzazione per irrigare, soprattutto nel periodo in cui questa regione fu sotto il controllo di Venezia.

Friola²⁰⁹ è un paese piccolo, ma importante dal punto di vista strategico. Si trova sulla sponda destra del fiume Brenta e storicamente è terra di frontiera tra le attuali provincie di Vicenza e Padova, quindi fu palco, come molti dei territori circostanti, di varie dispute. In questo luogo, il fiume è più stretto. Ciò, facilitava il passaggio da una sponda all'altra. Ossia, una zona di passaggio in piena pianura, punto di facile attraversamento del Brenta, come si vede nell'immagine che segue. Era sia uno scalo portuale che comunicava con i territori dell'altra sponda, sia di trasporto commerciale²¹⁰. Friola, attualmente, fa parte del municipio di Pozzoleone.

²⁰⁹ Secondo informazioni storiche questa regione era parte del feudo dei nobili Ezzelini dal XII secolo. Nei secoli successivi le famiglie nobili di Vicenza, Proti e Dalla Tavola si succedono nell'acquisto di queste terre. Informazioni disponibili in: **L'ANTICA FRIOLA**. Disponibile in: <http://www.pozzoleone.org/principale.htm>. Accesso: 27 Luglio. 2015.

²¹⁰ Secondo informazioni contenute nel sito sopra menzionato, questo era il luogo di sosta dei zatterieri che trasportavano il legname attraverso il Brenta verso Venezia.

Veduta aerea di Friola- Comune di Pozzoleone



Fonte Adattamento fatta dall'autore. **GOOGLE MAPS**. Mountain View: Google, 2015.

Nel XV secolo, la Repubblica di Venezia²¹¹ con la sua oligarchia militare e mercantile, aveva ottenuto un ampio potere economico e commerciale e in questo momento intensificò le conquiste, espandendosi verso il Veneto. Vicenza venne occupata il 28 aprile 1404. Nonostante la presenza di alcuni conflitti, il periodo della dominazione veneziana fu di stabilità politica e ripresa socioeconomica, ma il fatto più importante da sottolineare è che, a Pozzoleone, come a Friola, secondo Dellai (2008, p.120) durante questo periodo, il municipio godeva di autonomia per deliberare a riguardo di tutti le questioni relative al proprio territorio.

²¹¹ Anche conosciuta come Repubblica Veneta, estendeva i suoi domini nell'attuale regione del Veneto, ossia, nelle provincie di Treviso, Padova, Verona, Vicenza, Rovigo e Belluno, oltre a Brescia, Bergamo e Mantova, della Lombardia e Udine del Friuli. Relativamente a Venezia e in questo periodo si utilizzano i seguenti termini: Serenissima e Dominante. Sulla rappresentazione di questi termini consultare il lavoro del Professor Beneduzi (2011, p. 34).

Dal XVI al XVIII secolo, nella regione avvenne una trasformazione fondiaria, infatti le famiglie nobili Capra e Mocenigo, originarie di Vicenza, grandi donatarie di terra, insieme ai Dalla Tavola di Friola, a poco a poco videro i propri territori frammentarsi. Nello stesso momento la Chiesa, oltre a possedere un grande potere economico, grazie al Concilio di Trento (1545 – 1563), deteneva un intensificato potere locale. Pertanto, oltre alle funzioni religiose il parroco doveva controllare la vita della parrocchia. Più precisamente, nulla doveva sfuggire ai suoi occhi, quindi questi aveva il controllo burocratico e forniva l'assistenza religiosa.

Nel 1797 Napoleone Bonaparte invase la regione e pose fine al potere che ivi esercitava la Serenissima. Beneduzi (2011, p. 35-36), che analizza le trasformazioni avvenute in questo periodo, dimostra che il potere di Venezia non era accettato pacificamente dai membri dell'élite, per essi quindi l'invasione di Napoleone significava liberazione. Tuttavia, per la popolazione che viveva distante dallo spazio urbano, rappresentava una situazione di perdita di stabilità e perdita di certezze. Instabilità non solamente avvertita, ma instaurata con le successive dominazioni franco-austriache. Con il Congresso di Vienna (1815) iniziò un lungo periodo di dominazione austriaca che fu interrotto solo nel momento in cui il Veneto passò al Regno d'Italia, nel 1866.

La società rurale di Pozzoleone era fortemente segnata dalla guerra, per la sua condizione di territorio di passaggio, e dalla religiosità. La struttura sociale post-unificazione si era modificata rispetto al medioevo. In questo momento le grandi proprietà dei nobili lasciarono spazio a piccole e medie proprietà di agricoltori della stessa località, ma ancor di più a famiglie provenienti da altre, secondo la constatazione di Dellai (2008, p. 237).

È in questo contesto che troviamo la famiglia di Luigi Pigatto che si trasferì a Pozzoleone. Come già detto, tutti questi territori della pianura vicentina erano di intensa mobilità e molte volte le estensioni feudali comprendevano diversi di questi luoghi, che posteriormente diventeranno municipi.

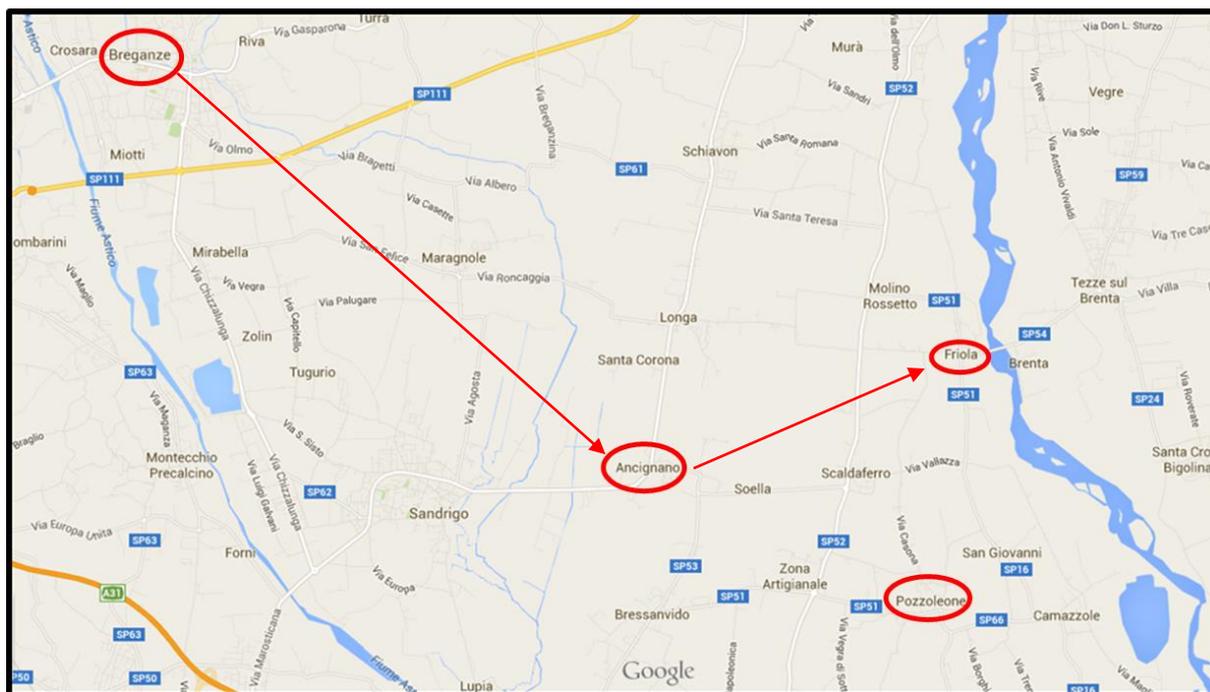
Qui la Chiesa ricoprì il ruolo di grande feudataria, si consideri quanto precedentemente descritto da Dellai, relativamente ai domini territoriali di San Vito. Precisamente nel territorio di Vicenza, la mobilità dei braccianti era intensa e la famiglia Pigatto è un esempio di ciò.

Si valuta l'ipotesi secondo la quale, il fratello di Luigi, Domenico possa averlo invitato, o avergli indicato la possibilità di migliori condizioni di lavoro. Forse, vista l'instabilità subita nel processo di unificazione. In fin dei conti, è un'ipotesi da prendere in considerazione, poiché dopo l'unificazione il primo sindaco di questo comune, fu Nicolò Benozzati, aiutato dal suo braccio destro, l'ereditiere dei Dalla Tavola (di Friola), Giovanni Bernardi. Infatti, ogni volta che il sindaco avesse bisogno di assentarsi, lo stesso Bernardi lo sostituiva. Secondo i registri

nel 1876 egli era alla guida dell'amministrazione, aiutato da 14 consiglieri, tra i quali, Domenico Pigatto.

Luigi Pigatto si stabilì con la famiglia a Friola e lì nacque il figlio Vincenzo, il 14 febbraio 1870.

Percorso effettuato dalla famiglia di Luigi Pigatto in provincia di Vicenza



Fonte: Adattamento fatta dall'autore. **GOOGLE MAPS**. Mountain View: Google, 2015.

Secondo i registri consultati, l'ultimo figlio nacque il 28 settembre 1872, nell'allora municipio di Pozzeleone e venne chiamato Domenico.

Certificato di nascita di Domenico Pigatto

7. Un Bronzo del valore di £ - 12,00
 8. Alcuni attrezzi di casa e da cucina del valore di £ - 10,00²¹⁴

Come si osserva, i beni divisi erano di uso del contadino e furono suddivisi tra gli eredi in parti uguali, completando un totale di 206 lire italiane. La famiglia non possedeva nessun immobile, dividendo per questo motivo appena i suddetti beni mobili; ciò permette di concludere che, anche avendo valore, non erano sufficienti al sostentamento familiare. Fondamentano quest'ipotesi, le informazioni contenute nella documentazione matrimoniale delle due prime figlie, soprattutto quella relativa a Maria Luigia Pigatto, la quale è esente dal pagamento delle tasse, poiché prova lo stato di povertà, quasi miseria, in cui viveva la sua famiglia.

Subito dopo la morte di Luigi Pigatto, la figlia più grande, Rosa Pigatto, di 19 anni, si sposò (Si veda l'allegato C) con il giovane di Friola, Vincenzo Bettinardi, il 1° ottobre 1875²¹⁵. Il nucleo familiare Pigatto, con la morte del padre e il matrimonio della figlia, vide la propria forza lavoro ridotta. Il figlio maschio più grande, aveva in questo momento 13 anni, ma probabilmente, assunse le sue responsabilità con la famiglia, giacché nel 1877, anche sua sorella Maria Luigia si sposò, a 18 anni, con Giovanni Battista Rossato, il 6 febbraio 1877²¹⁶ e i documenti prodotti per il matrimonio (Si veda l'allegato D) comprovano che era esente dal pagamento delle tasse, visto che sia il parroco che il sindaco di Pozzoleone, attestavano la miseria della famiglia. Si arriva alla conclusione che dopo la morte del capo-famiglia, anche se il matrimonio delle due figlie più grandi abbia diminuito la quantità di individui da sostenere, la situazione era comunque precaria.

Nel 1882, a 20 anni, Luigi entrò nel servizio militare, il 27 ottobre, come soldato di 3^a categoria nella milizia territoriale del distretto di Vicenza²¹⁷. Anche se fino al 1887 si presentò sempre quando chiamato, il 16 agosto del 1883 era già in licenza permanente.

Sul finire del novembre del 1885, Luigi si sposò (Si veda l'allegato E) con il solo rito religioso, con la giovane Lucia Catterina Mazzardo²¹⁸, che risiedeva a Vivaro, distretto del comune di Dueville. I suoi genitori, però risiedevano a Friola. Non abbiamo potuto appurarlo,

²¹⁴ **Denuncia della Successione di Luigi Pigatto.** Ufficio del Registro di Marostica n° 38, v. 8. Data: 25/03/1875
 In: Archivio di Stato di Bassano del Grappa.

²¹⁵ **Atti di Matrimonio.** Comune Pozzoleone. Anno 1875, n° 7. In: Archivio di Stato di Bassano Del Grappa.

²¹⁶ **Atti di Matrimonio.** Comune Pozzoleone. Anno 1877, n° 4. In Archivio di Stato di Bassano Del Grappa.

²¹⁷ **Liste di Leva Militare.** Comune di Vicenza. Nati nel anno 1862, n° 426. In: Archivio di Stato di Vicenza.

²¹⁸ Lucia è figlia di Pietro Mazzardo e Maria Novello, nata nel Comune di Schiavon, il 31 dicembre 1861.

ma probabilmente la giovane lavorava fuori casa per poter complementare il reddito familiare. Il matrimonio civile ebbe luogo il 17 gennaio 1886, entrambi i riti avvennero a Dueville²¹⁹.

In questo periodo, a Friola, risiedeva Maria Freato con i figli Angela, Vincenzo e Domenico, rispettivamente di 21, 16 e 14 anni. Secondo la documentazione consultata e a logica, considerando la situazione della famiglia, Luigi e sua moglie nel ricevere notizie di Maria Madalena Mazzardo, sorella di Lucia, sposata con Giacomo Turra, immigrati stabilitisi nella Colonia di Silveira Martins, nello stato del Rio Grande do Sul, Brasile, dal 1884, pensarono alla possibilità di cambiare tale situazione e pertanto di emigrare. Secondo Franzina (2006, p. 263) “i contadini veneti, partendo per l’America, vendevano, generalmente, tutte le proprie cose, gli animali e i mobili di casa, e frequentemente, se avevano un pezzo di terra, vendevano anche questo.” Ciò spiegherebbe il fatto per il quale alcune famiglie²²⁰ partivano con alcune risorse finanziarie, che nonostante fossero poche, erano comunque importanti.

Nello stesso anno (1866), nacque il figlio primogenito della coppia, anch’esso di nome Luigi, che nell’anno successivo morì. Come si è visto, alla morte del padre la famiglia non possedeva beni immobili e Giacomo Turra²²¹, già stabilitosi nel Nucleo Soturno, della già citata colonia, oltre ad acquistare due lotti di terra, ne prenotò uno per il cognato che sarebbe immigrato. Quindi, la possibilità di avere terra propria influenzò la sua decisione, considerando anche la situazione di povertà in cui si trovava.

Insieme alla giovane coppia emigrò il fratello di Luigi Pigatto, Vincenzo di 17 anni. Essi arriveranno nella Colonia di Silveira Martins, nel febbraio 1888²²².

I porti di partenza degli emigranti non erano solamente quelli italiani di Genova e Napoli, ma anche quelli francesi di Le Havre e Marsiglia; purtroppo, non è stato possibile sapere con precisione quale di questi porti fu, per la famiglia Pigatto in questione, la via d’accesso per l’America. Tuttavia, nel 1888 si trovavano in Brasile.

In Italia rimasero le sorelle e Domenico, insieme alla madre. Nello stesso anno, nel quale il clan Pigatto arriva in terra brasiliana, la ragazza più giovane tra le donne, Angela, si sposò (Si veda l’allegato F) con Antonio Rossato, cognato di sua sorella Maria Luigia, il 19 marzo 1888²²³. Nonostante l’emigrazione di alcuni membri della famiglia, nell’occasione del

²¹⁹ La registrazione civile del matrimonio, che abbiamo consultato, è stata fatta anch’essa a Pozzoleone. **Atti di Matrimonio**. Comune Pozzoleone. Anno 1886, parte II, n° 1.

²²⁰ Secondo Franzina (2006, p.264). Con la vendita dei beni, eccetto in alcuni casi, il reddito andava da circa 150 a 300 lire.

²²¹ **Scritti di Padre Luiz**. Nova Palma: 16.02.1888. CPG, Sala di Documentazione, Scatola Pigatto.

²²² Secondo le informazioni contenute in alcuni scritti di Padre Luiz Sponchiado, essi sarebbero arrivati con il Vapor Paranà a Porto Alegre il 13 febbraio 1888. Tuttavia, non si può comprovare questa informazione e nemmeno scoprire il Porto dal quale partirono dall’Italia.

²²³ **Atti di Matrimonio**. Comune Pozzoleone. Anno 1888, n° 10. In: Archivio di Stato di Bassano del Grappa.

matrimonio di Angela, la documentazione è molto chiara quanto alla condizione miserabile della famiglia.

Nel 1892 (Si veda l'allegato G), il più giovane della famiglia iniziò il servizio militare, sua madre rimase con le figlie che risiedevano a Pozzoleone. Domenico prima del servizio militare era industriale²²⁴. Nell'anno successivo, l'11 gennaio²²⁵, morì nello stesso comune Maria Freato, a sessant'anni (Si veda l'allegato H). Domenico, diversamente da suo fratello Luigi, continuò ad operare come militare per molti anni (1892-1897). Come soldato di 1ª categoria, fu poliziotto, sia di pattuglia a piedi, sia a cavallo. Con la dichiarazione di buona condotta, egli entrò in licenza permanente il 27 settembre 1897²²⁶. Nonostante si sia presentato in altre occasioni, questi andò in pensione e conservò il grado definitivamente nel 1902. L'anno precedente, cioè il 1891, il 13 maggio²²⁷ si sposò con Giuliana Spada²²⁸ (Si veda l'allegato I), con la quale ebbe sette figli²²⁹ (Si veda l'allegato J): Giuseppe Pigatto (sposato con Ida Maino); Adele Pigatto (sposata con Alberto Covelli); Angelina Pigatto (sposata con Luigi Denardi); Maria Pigatto (sposata con Sante Battocchio); Teresa Pigatto (sposata con Fabris); Luigi Pigatto (celibe) e, Antonio Pigatto (sposato con Mariucia Motta)

Dopo un parto difficile, sua moglie morì e il 21 febbraio 1916, egli si risposò, questa volta con Eugenia Fransan.

Sottolineo, che questa breve ricerca genealogica è stata pensata con l'obiettivo, di aiutare i discendenti di Domenico, che si trovano in Italia, a conoscere questi elementi sconnessi. Quindi, faccio un veloce elenco della discendenza di Maria Pigatto e Sante Battocchio, i quali furono partecipi di questo percorso.

Maria Pigatto, la quarta figlia di Domenico e Giuliana, si sposò a Bassano del Grappa con Sante Battocchio²³⁰. La coppia ebbe cinque figli: Giuliano, nato il 1º marzo 1938; Domenico²³¹; Giorgio; Roberto e Maria Giovanna.

²²⁴ Industriante: era la persona che lavorava in un'attività industriale, o qualcuno che conduceva un'azienda agricola affittata, di considerevole estensione

²²⁵ **Atti di Morte**. Comune Pozzoleone. Anno 1893, n° 3. In: Archivio di Stato di Bassano del Grappa.

²²⁶ **Liste di Leva Militare**. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1872, n° 831. In: Archivio di Stato di Vicenza.

²²⁷ **Atti di Matrimonio**. Comune Bassano del Grappa. Anno 1901, n° 12. In: Archivio di Stato di Bassano del Grappa.

²²⁸ Figlia di Giuseppe Spada e Fortunata Carraro, nata il 22 agosto 1877 a Loreggia –PD. Ella lavorava come sarta.

²²⁹ Tra questi figli, Maria Pigatto, si sposò con Sante Battocchio, costoro sono i genitori di Giuliano Battocchio, residente a Bassano del Grappa, che insieme alla sua famiglia mi ha aiutato moltissimo nella raccolta di questi dati relativi alla famiglia.

²³⁰ Figlio di Valentino e Domenica Visegna, nato il 31 ottobre 1901 a Bassano del Grappa.

²³¹ Domenico immigrò in Brasile, lavorò come professore nell'Università Statale del Ceará/ Brasile. Si sposò con Esther Albuquerque.

Fra i figli sopra menzionati, poniamo l'attenzione sul primogenito Giuliano Battocchio, che si sposò a Bassano del Grappa, il 19 ottobre 1964 con Helena Maria (Marlene) Zonta ((Si veda l'allegato L), nata il 2 marzo 1938. Sono genitori di 3 figli: Paulo²³², Michela²³³ e Lucia²³⁴.

Così la famiglia si divise tra Brasile e Italia. Questa famiglia, a esempio di tante altre famiglie venete, vide nell'emigrazione la possibilità di cambiamento sociale ed economico, ossia, traccia una strategia di superamento sociale e prende parte attivamente a questo processo, e in questo caso specifico, le reti parentali sono rivelatrici di questo intreccio di relazioni che unisce i due lati dell'oceano.

Lucia Catterina Mazzardo, moglie di Luigi Pigatto, era incinta quando arrivò in Brasile. Secondo quanto detto precedentemente, sua sorella Maria Madalena e Giacomo Turra, suo cognato, si trovavano già dal 1883 nella Colonia. Questi avevano comprato i lotti n° 15 e 21 del Nucleo Soturno. Secondo gli scritti di Padre Luiz, Giacomo Turra nel 1885 prenotò il lotto n°45, di tale nucleo, per Luigi Pigatto. Dobbiamo ricordare che la creazione del Nucleo Soturno, era in atto da poco tempo, il che rendeva possibile che essi potessero ancora prenotare lotti per i conterranei che volessero immigrare. Il Nucleo Soturno (attuale municipio di Nova Palma) distava 39 Km dalla sede coloniale. Nella *linha 1 (negativa)*²³⁵ risiedevano questi parenti della famiglia Pigatto che li accolsero all'arrivo.

Subito, Luigi comprò il lotto 45, e successivamente secondo uno scritto di Padre Luiz, datato 16 febbraio 1888,

Comprò nella parte alta del terreno²³⁶, i diritti da “nazionali”²³⁷ del Lotto 91. All'altezza dell'estremità Est di esso, in alto, c'erano dei “caboclos²³⁸”, con i quali, la famiglia [...] è cresciuta e si è abituata. Non ci furono, pertanto difficoltà nell'acquistare diritti (ndt, su terre) di frontiera e vicinali, e, più tardi terre di campo.

Come si vede e si comprova dagli atti relativi alle terre, contratti di compravendita e titoli di proprietà, dal momento in cui arrivò al Nucleo Soturno, Luigi acquistò i seguenti lotti facenti parte della *linha n°1* di tale nucleo della Colonia Silveira Martins: n° 45, 90, 91, 92, 93

²³²Paulo nato il 7 ottobre 1965, si sposò con Analisa Ferraro il 24 agosto 1991, costoro sono i genitori di Elena e Pietro, che mi hanno aiutato moltissimo coinvolgendosi effettivamente con la storia dei propri antenati.

²³³ Michela nata il 6 maggio 1967, si sposò con Enrico Comaccio, costoro sono i genitori di Giovanni e Francesca.

²³⁴ Lucia nata il 21 gennaio 1973, si sposò con Alberto Vettorazzo, costoro sono i genitori di Giovanna.

²³⁵ N.d.T Per *linha* si intende una misurazione dello spazio coloniale in questione; in questo caso si tratta di quella opposta alla numero 1, per questo negativa.

²³⁶N.d.T. In questo caso il sacerdote in questione vuole indicare quella parte della terra che confinava con i proprietari brasiliani, ossia l'ultimo lotto di terra nella linea di misurazione utilizzata.

²³⁷ N.d.T *Nacionais* indica proprietari brasiliani, in genere e in questo caso grandi proprietari terrieri, sovente di origine portoghese.

²³⁸ N.d.T Il termine *caboclos* indica gli abitanti di origine mista del territorio in questione, sovente di basso reddito e discendenti da popolazioni di schiavi o ex-schiavi e lavoratori liberi.

e 94. Si evidenzia che di questi 6 lotti, due furono comprati direttamente dal governo, mentre gli altri furono comprati con il tempo, da portoghesi che ne avevano il possesso, come consta nella descrizione di Padre Luiz che fa riferimento appunto ai suddetti come “nazionali”.

Egli si dedicò all’agricoltura in un primo momento, ma successivamente investirà le risorse accumulate, in una casa di commercio. Questa coppia ebbe 11 figli²³⁹, dei quali 10 nacquero in terra brasiliana, nel Nucleo Soturno, che elenchiamo qui di seguito:

Luiz Filho Pigatto, nato il 27 giugno 1888, sposatosi il 19 agosto 1903, con Augusta Tereza Vestena;

Maria Luiza Pigatto, nata l’11 dicembre 1890, sposatasi il 19 luglio 1909, con Angelo Ravanello;

Rosa Pigatto, nata il 13 giugno 1892, sposatasi il 3 dicembre 1914, con Stefano Jovanovicz;

Luiza Pigatto, nata il 29 giugno 1893, sposatasi il 18 settembre 1915 con Angelo José Bozzetto;

Pedro Pigatto, nato l’8 dicembre 1895 sposatosi il 20 giugno 1914, con Italia Mazzardo;

José Vincenzo Pigatto, nato il 20 giugno 1896, sposatosi il 27 giugno 1921, con Catarina Socal;

Antonio Domingos Pigatto, nato l’8 dicembre 1897 sposatosi il 9 giugno 1924, con Paula Boezio;

Angela Pigatto, nata il 9 settembre 1900, sposatasi il 26 ottobre 1929, con Antonio Santi;

Catarina Pigatto, nata il 20 ottobre 1902 sposatasi il 5 luglio 1922, con Guilherme Alberti;

Elizabetha Elsa Pigatto, nata il 3 febbraio 1905, sposatasi il 8 maggio 1924, con Angelo Stefanello.

La prosperità desiderata dopo aver lasciato l’Italia, sarà raggiunta dalla famiglia, visto che come vedremo di seguito, il potere economico, poco a poco sarà conquistato e si trasformerà in potere politico, non soltanto per questi migranti, ma anche per le generazioni successive future. Prosperità questa non solo visibile nella società coloniale, ma dimostrata anche ai parenti in Italia.

Riprendiamo dalla motivazione esistente al momento della decisione di emigrare, ovvero quella per la quale i parenti già stabilitisi nella colonia, furono responsabili della pubblicità di tale luogo. In questo senso Zannini e Gazzi (2003, p. 318) nel fare riferimento alla

²³⁹ Queste informazioni e i dati genealogici sono stati consultati nel Libro di Genealogia n°3 p.99 del CPG (Centro di Ricerca Genealogica).

reazione dell'agricoltore (possibile futuro emigrante) a queste notizie, affermano che “tendeva naturalmente a dar credito alle parole stese di pugno dal parente già emigrato, dal paesano fidato”. Si riprende da tale questione, poiché Luigi Pigatto ha mantenuto uno scambio di corrispondenza con i parenti che sono rimasti in Italia. Quindi, la lettera diventa la forma più accreditata di informazioni. Inoltre operando una riflessione più attenta, secondo Levi (2015, p. 23)

Il luogo comune dell'emigrazione, come frutto di una caotica fuga di miserabili e come conseguenza del processo di proletarizzazione è, sicuramente, incorretto; emigrano quelli che possono emigrare e perché hanno una solida rete parentale e risorse materiali, che fanno dell'emigrazione un investimento dentro a una strategia di gestione delle risorse, forte e complessa; emigrano i proprietari più che i proletari, anche se, ovviamente, il fenomeno cominciò come risposta alla crisi dei prezzi dei prodotti agricoli, a partire dagli anni 80 dell'Ottocento.

La Lettera²⁴⁰ datata 20 gennaio 1896²⁴¹, inviata da Friola, da suo cognato Vincenzo Bettinardi conferma che aveva ricevuto la corrispondenza e le foto inviate dai cognati del Brasile. Parla delle novità nella comunità e della situazione della famiglia, che stava coltivando campi e, a dispetto della siccità, avevano fatto buon raccolto. Così, le correnti di informazioni stabilite tra il paese d'origine e quello di destino, attraverso le lettere, le fotografie e le rimesse di denaro, erano il ponte e la pubblicità più efficaci dell'immigrazione. Citando Ramella (2001, p. 143) “il motore dell'emigrazione è diventato negli anni l'emigrazione stessa”.

Quanto a Vincenzo Pigatto, questi immigrò insieme al fratello e alla cognata, tuttavia non risiedette con la famiglia Turra, come aveva fatto Luigi. Inizialmente si stabilì nel lotto 24, da solo e in mezzo alla foresta. Secondo le memorie di Luigi Girardello, riferite da Padre Luiz (Scritti, 09.09.1892), questa famiglia di Berganze, Vicenza, vedendolo da solo, lo invitarono a risiedere con loro nel lotto n°6. Alcuni giorni dopo Vincenzo si trasferì insieme alla famiglia Girardello.

Lavorò inizialmente ‘a giornata’ nel nucleo, esercendo varie attività, anche per Luciano Descovi, con il quale mantenne strette relazioni. Posteriormente cominciò a lavorare nella costruzione della ferrovia, in prossimità della stazione Pinhal, localizzata nell'attuale Municipio di Itaara, nella linea ferroviaria che collegava Santa Maria a Marcelino Ramos.

²⁴⁰ Molti autori lavorano con la questione della corrispondenza, come la fonte d'informazioni più accreditata e il motore che manteneva il flusso di tali e/immigrazioni. A titolo di conoscenza evidenziamo Franzina (19791) e Rech (1996).

²⁴¹ **Lettera Vincenzo Bettinardi ai cognati Pigatto**. 20.01.1896. In: Archivio del CPG. Sala di documentazione, scatola Pigatto.

Al contrario di suo fratello Luigi che inizialmente lavorava solo la terra, Vincenzo non si dedicò soltanto all'attività agricola. Subito, cercò di acquistare un lotto nella sede del nucleo. Inoltre, il lotto desiderato era quello numero 81, ed era occupato da Prospero Pippi, che aveva intenzione di costruire anche un mulino idraulico. Tuttavia, a causa del disaccordo presente tra questi e il direttore della Colonia, Manuel José da Siqueira Couto, Vincenzo riuscì ad acquistare il lotto, attraverso un "accordo economico" con il direttore, nel maggio del 1890²⁴². Il giovane Pigatto dimostrava così molta abilità negli affari.

L'anno seguente, costruì nel suddetto lotto, una piccola casa, con una stanza da letto, nella quale cominciò a risiedere. La sua futura moglie, Amelia Grassi²⁴³, (Si veda l'allegato M) anch'essa arrivò nel nucleo in questo momento storico, quando da San Paulo venne a risiedere con suo zio Matteo Grassi. Istruita, impartiva lezioni di italiano ad alcuni bambini. Subito, cominciò la relazione tra i due giovani.

Il 9 settembre 1892, si sposarono con rito religioso. Secondo la documentazione trovata nel CPG (NdT, Centro di Ricerca Genealogica) la coppia si era già organizzata per lavorare, subito dopo il matrimonio, a Vale Veneto, con il commerciante Paolo Bortoluzzi. Così fecero, dove "Ella, istruita, al bancone e ai servizi di scrittura del Negozio; Egli – (semi-alfabetizzato) – nel trasporto in carrozze, nel caricare e scaricare merci e prodotti, nella Ferrovia di Arroio do Sò e S. [Santa] Maria, servizi domestici di mungitura, lavoro con gli animali, coltivazione e pulizia dei campi"²⁴⁴.

Rimasero a lavorare dal Signor Bortoluzzi fino al 1895, quando dopo aver realizzato il matrimonio civile, legalizzarono la loro situazione con l'obiettivo di stabilirsi a "Campo do Meio", oggi Municipio di Faxinal do Soturno, con un commercio proprio.

Questa regione era di grandi latifondari come Theobaldo Barbosa Lima e Miguel Martins; soprattutto a partire dal 1890, questi territori furono lottizzati e venduti a immigrati già stabiliti nella colonia. Paolo Bortoluzzi nel 1893, fu procuratore di Manuel Py nella vendita delle terre, che questi aveva comprato e lottizzato dalla Sesmaria Miguel Martins. Vincenzo Pigatto che lavorava con Bortoluzzi si organizzò per, più in là nel tempo, acquistare terra in questa regione.

²⁴²Su questo episodio consultare: **Scritti di Padre Luiz**. 10/05/1890. Sala di documentazione, CPG- scatola della famiglia Pigatto.

²⁴³Figlia di Michelle Grassi e Fiorina Lorschi, nata a Santa Maria delle Rovere-TV/ Italia. La registrazione civile del matrimonio fu realizzata il 17 maggio 1895 libro di Dona Francisca n° 1 pag..57, quando risiedettero a Vale Veneto. Secondo le informazioni, ella aveva dei fratelli a San Paulo che erano proprietari con successo di una casa commerciale e di un'azienda di carrozzerie e con i quali si manteneva in contatto assiduamente.

²⁴⁴**Scritti di Padre Luiz**. 09/09/1892. Sala di documentazione, CPG- scatola della famiglia Pigatto. , p. 1 retro.

Secondo Cesca (1975, p. 54) Vincenzo avrebbe acquistato il commercio, localizzato all'attuale entrata della città, da un signore conosciuto come Gobbetto, venuto da Nova Palma. In questo primo momento, egli si dedicava ancora all'agricoltura, mentre sua moglie dava lezioni e si prendeva cura del piccolo commercio. Vincenzo e Amelia non ebbero figli, ma crebbero i nipoti Luigia e José Vincenzo, figli di suo fratello Luigi Pigatto.

I due fratelli si dedicarono ad attività diversificate, come quando per esempio, in diverse occasioni, furono assunti per servizi di apertura di strade, il che rese possibile avere un reddito extra, oltre alla coltivazione del lotto(i) coloniale(i), che sarà investito in altre aree come, per esempio, nel commercio e nell'acquisto di terre. Le generazioni future in Brasile seguiranno i passi degli immigrati, operando con il commercio e principalmente in politica.

Ci siamo limitati, in questa breve descrizione, a questa prima generazione nata in Brasile, poiché l'obiettivo era semplicemente quello di elencare i membri e dare visibilità a questa famiglia divisa tra due continenti.

Bibliografia:

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os Fios de Nostalgia: Perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente**. Santa Maria: Rainha, 1975.

DELLAI, Giordano. **Pozzo, la Friola e la Contrada degli Scaldafarro**. Pozzoleone: Amministrazione Comunale di Pozzoleone, 2008, p.60-400.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

L'ANTICA FRIOLA. Disponível em: <http://www.pozzoleone.org/principale.htm>. Acesso 27 jul. 2015.

LEVI, Giovanni • Reflexões sobre família e parentela In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis. **Micro- história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015, p.12-31.

RAMELLA, Franco. Reti social, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs). **Storia dell'emigrazione italiana: Partenze**. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143- 160.

ZANNINI, Andrea; GAZZI, Daniele. **Contadini, emigranti, “colonos”: Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale – storia e demografia 1780-1910**. Tomo II. Treviso: Edizione Fondazione Benetton Studi Ricerche/ Canova, 2003, p 273-319.

Fonti Consultate:

Archivio di Stato di Bassano del Grappa- Vicenza/Itália

Atti di Matrimonio. Comune Bassano del Grappa. Anno 1901, nº 12.

Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1875, nº 7.

Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1877, nº 4.

Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1886, parte II, nº 1.

Atti di Matrimonio. Comune Pozzoleone. Anno 1888, nº 10.

Atti di Morte. Comune Pozzoleone. Anno 1875, nº 14.

Atti di Morte. Comune Pozzoleone. Anno 1893, nº 3.

Denunzia della Successione di Luigi Pigatto. Ufficio del Registro di Maróstica nº 38, v. 8.
Data: 25/03/1875

Archivio Parrocchiale di Ancignano- Sandrigo/Itália

Libro di Battesimo- Parrocchia San Pancrazio – Ancignano- Anno 1862.

Archivio Parrocchiale di Breganze – Vicenza/Itália.

Archivio dell Centro di Ricerca Genealogica di Nova Palma– Rio Grande do Sul/ Brasil:

Lettera di Vincenzo Bettinardi ai cognati Pigatto. 20.01.1896

Scritti di Padre Luiz. Nova Palma: 09/09/1892.

Scritti di Padre Luiz. Nova Palma: 10.05.1890.

Scritti di Padre Luiz. Nova Palma: 16.02.1888.

Libro di Genealogia n° 3. p.99.

Archivio di Stato di Vicenza

Liste di Leva Militare. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1862, n° 426.

Liste di Leva Militare. Comune di Vicenza. Nati nel anno 1872, n° 831.

ALLEGATI

ALLEGATO A – REGISTRO DI MORTE DI LUIGI PIGATTO



UFFICIO DELLO STATO CIVILE

COMUNE di *Lozzano* PROVINCIA di *Vicenza*

ESTRATTO DEL REGISTRO DEGLI ATTI DI MORTE
dell'anno 1875 al progressivo N. *16*

L'anno milloctocentosettanta *cinque*, addì *ventisei* di *ottobre*
a ore *due* meridiane *due* e minuti *cinque*, nella Casa comunale.

Avanti di noi *Stefano Giacomini* segretario municipale dal 1868 in avanti, del
sindacato *Luca* milloctocentosettanta *cinque*, ed approvato

Ufficiale dello Stato Civile del Comune di *Lozzano*, sono comparso:

Portobello Giuseppe, di anni *ventinove*, *indigeno*, domiciliato
in *Lozzano*, *Stefano Lozzano*, di anni *ventisei*
indigeno, domiciliato in *Lozzano*, i quali mi hanno dichiarato che a ore
due meridiane *due* e minuti *cinque* di *giorno*, nella casa posta in
Lozzano al numero *cinquante*, è morto *Luigi Pigatto*
di anni *quarantacinque*, *indigeno*, residente in *Lozzano*
nato in *Preghanzu*, dalla fu *Giuseppina* *indigena*, domiciliato in
Preghanzu, e dalla fu *Giulia* *Parotto* *indigena*, domi-
ciliata in *Preghanzu*, marito di *Luigi*

A quest'atto sono stati presenti quali testimoni *Portobello Giuseppe*
di anni *ventinove*, *Parotto*, e *Portobello* *Luca*, di anni
ventisei, *indigeno*, tutti residenti in questo Comune. Letto il presente atto
a tutti gli intervenuti, *Stefano*

SE CON ESAME del Ministero Reale e Azienda Cattolica
della Sezione Archivio di Stato di Roma del Gruppo
INVITO DI ESTERNE RIPRODUZIONE CON QUALSIASI MEZZO

Bartolozzo Giuseppe
 Basilegata Rubea Giovanni Bartolozzo
 Maria Raffaele
 Raffaele Giovanni Luffyal delle State finite

Suo copia conforme all'originale
 L'uffyal delle State finite
 Bonaventura



Luffya
 L'uffyal delle State finite
 Bonaventura



AU CONCESSIONE del Ministero Reale e ARRETRATI
 della Direzione Anonima di Stato di BARRINO del Gruppo
 DANETO DE LA TERRINE RIPRODUZIONE CON QUALSIASI MEZZO

ALLEGATO B: DENUNZIA DELLA SUCCESSIONE DI LUIGI PIGATTO

150

(Mod. 4.) ⁽⁹⁾ **DENUNZIA DELLA SUCCESSIONE**

Ufficio del *Registro*
di *Marittima*

N.° *38* d'ordine del volume *8*

N.° *42* d'ordine del campione

Tavola delle successioni
Lett. *P.* N.° *58*

(1)

Il sottoscritto *Pigato Domenico*

dimorante a ⁽⁴⁾ *Portofino*

nella sua qualità di ⁽⁵⁾ *Fratello del defunto*

dichiara che nel giorno ⁽⁶⁾ *25* del mese

di ⁽⁶⁾ *Marzo* dell'anno ⁽⁶⁾ *1875*

mori in ⁽⁷⁾ *Porto*

il ⁽⁸⁾ *nomine* *Pigato Luigi*

che aveva il suo domicilio a ⁽⁹⁾ *Porto*

⁽¹⁰⁾ *congiugato* con ⁽¹¹⁾ *Creata Maria*

Dichiara pure che la sua eredità consiste negli oggetti *entro*

descritti e che la medesima in forza di ⁽¹²⁾ *Legge*

è devoluta agli individui qui sotto designati aventi col defunto il grado di parentela apparente dal seguente Albero genealogico.

AVVERTENZA

Se la denuncia è fatta col mezzo di procuratore dovrà essere corredata dall'atto di procura.

STIPITE

Pigato Luigi

Figli — *" Rosa*
" Teresina
" Luigi
" Angelina
" Vincenzo
" Domenico

Creata Maria

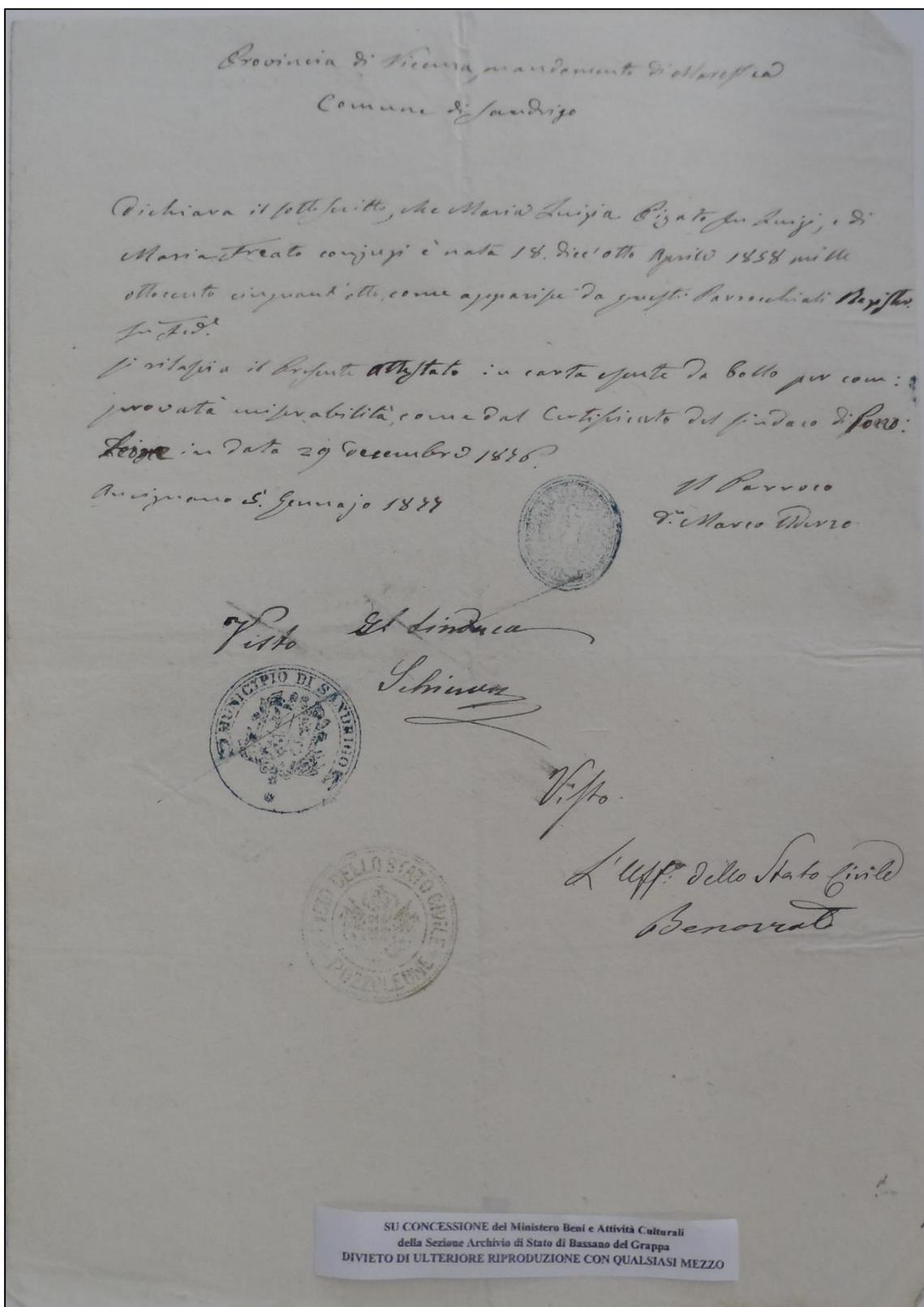
Tavola ereditaria
" Testamenti
Informazione Sindacale L. 200

SU CONCESSIONE del Ministero Beni e Attività Culturali
della Sezione Archivio di Stato di Bassano del Grappa
DIVIETO DI ULTERIORE RIPRODUZIONE CON QUALSIASI MEZZO

ATTIVO DELLA

NUMERO pro- gressivo	DESIGNAZIONE DEGLI OGGETTI EREDITARI	VALORE degli oggetti ereditari
Per l'ordine a seguirsi nella designazione veggansi le avvertenze riportate nell'ultima pagina		
1.	Due Manzo dell'approssimativo valore di L. —	150. 00
2.	Una Coltraja di Raso L. 15. —	15. 00
3.	Una Coltraja del calcolato valore di L. —	8. 00
4.	Una Stagnada di S. A. del valore di L. —	5. 00
5.	Una Panninella di calcolati del valore di —	1. 00
6.	Due Sestini vecchi del peso di L. 6. —	5. 00
7.	Una Bronze del valore di L. —	12. 00
8.	Altri attrezzi di casa e di cucina del valore di L. —	10. 00
Totale L. —		206. 00
Moby etc. di Leg.		10. 30

ALLEGATO D – MATRIMONIO DI MARIA LUIGIA PIGATTO



ATTI DI MATRIMONIO.

L'anno millenovecentoventi, *sette* del mese *di Luglio* a *Salerno*,
e noi *notario pubblico* *Luigi* della Casa *comune*
di *Salerno* questo di *pubblico*
Avanti di noi *Donato Nicola Ludica*

Numero quattro
Novato Gio Battista
Sigalla Maria Luigia

Uffizio della Stato Civile, veduto in forma ufficiale, sono proceduto conquisi:
l' *Novato Gio Battista* di anni *venti*
con la *Singana* residente in *Salerno* figlio di *Stefano*
residente in *Salerno* e di *Barbara* *intestata*
residente in *Salerno* e *Sigalla Maria Luigia*
di anni *ventotto* nata in *Acquafredda* residente in
Salerno figlia del *Luigi* residente in *Salerno*
e di *Luca Maria* residente in *Salerno* i quali mi
hanno dichiarato di esser in matrimonio; e questa offerta mi hanno presentata [...] dichiarando
sotto giuramento: e all'atto di questa, non che di quelli già prodotti all'atto della richiesta
delle pubblicazioni, i quali tutti, esser del mio stato, insieme ad alcune degli allegati a
questo registro, manifestando nella stessa alla celebrazione del loro matrimonio, ho letto agli
spesi gli articoli concernenti, concernenti e concernenti del Codice Civile, e quindi ho
dichiarato che esser se intende il presente in meglio le qui presenti *Sigalla*
Maria Luigia, e a quindi se intende il presente in meglio le qui presenti
Novato Giovanni Battista; ed esser tutti esser dopo affirmati-
tamente e per intelligenti anche da intarsi sotto intarsi, ho proceduto in nome
della legge che i relativi sono stati in matrimonio. A questo atto sono stati presenti:
Maria Antonia di anni *ventotto* *intestata*
Chiaro Giacomo di anni *ventotto* *intestata*
intarsi residenti in questo Comune. I. *intestata* presentata. *ho il sottoposto*
dello per Chiamato da una ingente la prima e ventidue
giugno e la seconda e ventotto delto p.p.
delto il presente atto agli intervenenti ho
hanno questo mese sotto intarsi, ed intarsi delto
spesi che si qualifica il intarsi
Novato *Battista*
Chiaro Antonio *Novato Giacomo*
Donato Nicola *ufficiale dello stato civile*



Stampa di archivio con dati di riferimento.

ALLEGATO E - MATRIMONIO DI LUIGI PIGATTO E CATERINA MAZZARDO

PROVINCIA
di
VIGENZA

COMUNE
di
Dossena

UFFICIO DELLO STATO CIVILE

Estretto del Registro Atto di MATRIMONIO dell'anno 1880

Numero _____ (*6.*) Parte 1.

ATTO
di
MATRIMONIO
N. *1.*

L'anno susseguente *1880*, addì *11* di *luglio*
a ore *9* in pubblica *chiesa* e sotto *canonica*
nella Casa Comunale di *Dossena*
aperta al pubblico
avanti di noi *Don Luigi* *Parrocchiano* *Legittimo* *Parroco* *di*
Dossena *in* *virtù* *dei* *poteri* *per* *noi* *espressamente* *apportati*
Ufficiale dello Stato Civile, vestito in forma ufficiale, non personalmente compare
1. *Pigatto Luigi*, di anni *25*, nato in *Dossena*, residente in *Dossena*
figlio del *Luigi* *padre* e della *Caterina* *madre*, residente in *Dossena*
e della *Giulia* *madre*, residente in *Dossena*
2. *Mazzardo Caterina*
di anni *21*, nata in *Dossena*, residente in *Dossena*
residente in *Dossena*, figlia del *Luigi* *padre* e della *Giulia* *madre*, residente
in *Dossena* e della *Maria* *madre*, residente
in *Dossena*, i quali mi hanno richiesto di celebrare il matrimonio a questa
data in cui hanno presentato i documenti *richiesti* e dall'elenco di questi e senza di quali
gli presenti all'atto della richiesta della pubblicazione, i quali tutti, come del caso, insieme
col volume degli allegati a questa ragione, risultanti nella cartella alla conoscenza del mio
ufficio, ho letta agli sposi gli articoli concernenti, eccettuato e interpretato del Codice Civile,
e quindi ho domandato alla sposa se intende di prendere in moglie in quel presente *Mazzardo*
Caterina e a questo mi risponde di prendere in moglie il
presente *Pigatto Luigi* ed essendo
mi dicente ciascuno affezionalmente e piena intelligenza dello dei termini sopra detti, ho

DE CONCESSIONE del Ministero Reale e Archivio Centrale
della Sezione Archivio di Stato di Bologna del Gruppo
DIVIETO DI ULTERIORE RIPRODUZIONE CON QUALSIASI APPARATO

ALLEGATO H – REGISTRO DI MORTE DI MARIA FREATO

ATTI DI MORTE 2

L'anno milleottocentonovanta *tre*, addì *sedici*, di *Giugno*,
 a ore *una* meridiane *una* e minuti *nulla*, nella Casa comunale.

Avanti di me *Don Francesco Sordani* Vicario del *Parrocchiale* e
Don Felice Sordani Parroco, debbono apparsi
 l'Ufficiale dello Stato Civile del Comune di *Castellone*, sono comparsi
Carlo Giuseppe, di anni *quarantotto*; *Luigi*, domiciliato
 in *Castellone*; *Antonio Giuseppe*, di anni *venti*,
Francesco, domiciliati in *Castellone*, quali mi hanno dichiarato che a ore
due meridiane *una* e minuti *nulla* di *ieri*, nella casa posta
 al numero *quarantacinque* è morta *Freato*
Maria, di anni *settantotto*; *Giuseppe*,
 residente in *Castellone*, nato in *Favara*, da *Luigi*
Valerio, domiciliato in *Favara*, e da *Luigia*
Carolina, domiciliata in *Favara*.
 A quest'atto sono stati presenti quali testimoni
Luigi Sordani, di anni *ventinove*; *Luigi*,
Carlo Giuseppe, di anni *quarantotto*.
 Letto il presente atto a tutti gli intervenuti, i quali mi hanno
 sottoscritto.

Carlo Giuseppe *Giuseppe*
Luigi Sordani *Antonio Giuseppe*
Don Felice Sordani Ufficiale Ufficiale

Numero *3*
Freato Maria

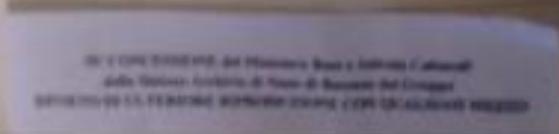
IN CONCESSIONE del Ministero Reale e Archivi e libreria
 della Sezione Archivi di Stato di Roma del Gruppo
 DIVIETO DI ULTERIORE RIPRODUZIONE CON QUALSIASI MEZZO

ALLEGATO I – MATRIMONIO DI DOMENICO PIGATTO

PROVINCIA	CIRCONDARIO
di <u>Quindici</u>	di <u>Campopiano</u>
Comune di <u>Loruggia</u>	
ESTRATTO DAL REGISTRO Atti di Matrimonio	
dell'anno mille <u>novacentesimo</u>	
N. <u>Novo</u>	
<u>Pigatto Domenico</u>	L'anno mille <u>novacentesimo</u> anni <u>tredecim</u> , di <u>stagio</u> , a ore <u>anti-</u> <u>meridiane sedici e minuti <u>sette</u></u> , nella Casa comunale di <u>Loruggia</u> aperta al pubblico.
<u>Spada Ciriliana</u>	Avanti di me <u>Reggiani (ex Cognocetti)</u> <u>Sore Auziane in assenza del Sindaco</u> Ufficiale della Stato Civile vestito in forma ufficiale, sono per- sonalmente comparati:
<u>Giuseppe</u> <u>Carro</u> <u>di Loruggia</u> <u>il 22 Agosto 1897</u>	1. <u>Pigatto Domenico</u> , <u>celibe</u> di anni <u>tredecim</u> , <u>impiegato</u> nato in <u>Loruggia</u> , residente in <u>Bassano</u> , figlio di <u>Luigi</u> residente in <u>vita a Loruggia</u> e di <u>Luca Maria</u> residente in <u>vita a Loruggia</u> ;
	2. <u>Spada Ciriliana</u> , <u>chiamata <u>Luigi</u></u> anni <u>ambate</u> , <u>cucciniera</u> nata in <u>Loruggia</u> , residente in <u>Loruggia</u> , figlia di <u>Car-</u> <u>lo</u> , residente in <u>Loruggia</u>
Tavola 11-119 - Ep. 2001 (4)	* Il rubricato in precedenza o la cancellazione.
SE CONDIZIONE DI MATRIMONIO NON È AVVENUTA Dalla Sezione Anagrafe di Stato di Bassano del Grappa SPEDITI IN 15 GIORNI SECONDO LE LEGGI CON QUALSIASI MEZZO	

in *Carriere Terrena* residente in *Long*
gia i quali mi hanno richiesto di unirti in matrimonio; a questo
 effetto mi hanno presentati i documenti, sottoscritti; e dall'esame di questi, non
 che di quelli già prodotti all'atto della richiesta delle pubblicazioni, i quali tutti, muniti
 del mio visto, inserisco nel volume degli allegati a questo registro, risultandomi nulla
 ostare alla celebrazione del loro matrimonio, ho letto agli sposi gli articoli centotrenta,
 centotrentuno e centotrentadue del Codice Civile, quindi ho domandato allo sposo se
 intende di prendere in moglie la qui presente *Spesola Giuliana* e allo sposo se
 e a questa se intende di prendere in moglie il qui presente *Giuseppe*
manico ed entrambi ciascuno risposto affermativamente a piena
 intelligenza anche dei termini sottoscritti, ho presentati in nome della legge che
 i medesimi sono stati in matrimonio. A quest'atto sono stati presenti:
Sublato Felice di anni *ventisei* • *Impiegato*
Tommaso *gamba* di anni *ventinove* • *calcolatore*
 entrambi residenti in questo Comune. I documenti, presentati; sono:
 i certificati delle pubblicazioni d'instromento
 stati eseguiti in questo Comune nelle
 due Domeniche successive quattorze e ventisei
 Aprile ultimo scorso, e di quelle di Bologna nelle
 medesime due Domeniche quattorze e ventisei
 Aprile ultimo scorso.
 Sotto il presente atto a tutti gli intervenuti
 questi si sono messi sottoscritti
Giuseppe Tommaso • *Spesola Giuliana*
Felice Sublato • *Tommaso Gamba*
Regnani Felice

* * * * *



**ALLEGATO J – FAMIGLIA DI DOMENICO PIGATTO. BASSANO DEL GRAPPA-
VICENZA/ITALIA.**



Fonte: Archivio dello Centro di Ricerca Genealogica di Nova Palma, Sala di documentazione, scatola della famiglia Pigatto 17/02/1920.

**ALLEGATO L – GIULIANO BATTOCCHIO E MARLENE. 07/11/2014 – BASSANO
DEL GRAPPA.**



Fonte: Archivio personale dell'autore.

ALLEGATO M – VICENZO PIGATTO E AMÉLIA GRASSI

Fonte: Archivio dello Centro di Ricerca Genealogica di Nova Palma, Sala di documentazione, scatola della famiglia Pigatto

ANEXOS

ANEXO A- DOCUMENTO ENDEREÇADO AO PADRE LUIZ POR RENETE
MARIA MENEGAZZI

 **EMATER-RS**
FUNDAÇÃO EMATER
CONSELHO SECRETARIA DA AGRICULTURA

Prefeitura....11.6.84.

ESCRITÓRIO MUNICIPAL DA EMATER/RS - NOVA PALMA

Rev.^o Pe. Luis Spenchiadó

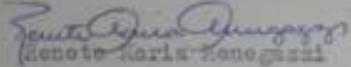
Vimos, por meio desta, solicitar-vos colaboração na divulgação de uma Palestra com projeção de Slides sobre Agrotóxicos e os perigos que eles causam na saúde: contaminação do solo, ar, água bem como na contaminação dos alimentos. A referida palestra será realizada dia 11 de junho, segunda-feira, às 2 horas da tarde, no CIEB, Centro Folclórico Porteira da Tradição. Este evento faz parte da Programação da Semana do Meio Ambiente com a participação da EMATER, E.E. Tiradentes e do Dr. Aécio Carlos Fiori.

Para isso, estão sendo convidadas todas as mães da cidade bem como do interior, também poderão participar outras pessoas.

A Direção da E.E. Tiradentes comunica que após a palestra, serão entregues os Boletins Escolares.

Desde já, contando com Vossa colaboração lhe agradecemos.

Nova Palma, 8 de junho de 1984


Renete Maria Menegazzi
Especialista Rural
da EMATER de Nova Palma

ANEXO B - DOCUMENTO ENVIADO POR ALGUSTO IZIDIO DOS SANTOS

MINISTERIO DO EXERCITO
 III EXERCITO - 3ª R M
 9ª C S M

Of n° 199/68

2ª DELEGACIA DO SERVIÇO MILITAR
 FAXINAL DO SOTURNO, 12 Nov 68
 Do Delegado de Serviço Militar
 Ao Revmº Sr Pe. LUIZ SPONCHIADO
 -DD Fátima de Nova Palma
 Ass:- Solicitação (faz)

- 1 - Pelo presente vimos solicitar a valiosíssima colaboração de V Revmº, no sentido de que vossos paroquianos sejam alertados / do seguinte:
 - Estão convocados para apresentação na Junta de Serviço Militar de Nova Palma, entre os dias 9 a 15 de dezembro de 1968, todos os reservistas de 1ª e 2ª categorias das classes de / 1944, 1945, 1946, 1947 e 1948, ou de classes anteriores licenciados nos anos de 64, 65, 66, 67 e 68.
 - Àquele que não atender esta convocação será declarado não em dia com suas obrigações militares, e como tal estará sujeito a multa prevista na Lei de Serviço Militar.
 - A convocação que ora se faz é a título de treinamento, porém obrigatório.
- 2 - Na certeza de sermos atendidos em nossa pretensão antecipadamente agradecemos, e colhemos a oportunidade para apresentar a V. Revmº os nossos protestos de apreço e distinguida consideração.

Augusto Izidio dos Santos - 1º Ten
 ALGUSTO IZIDIO DOS SANTOS - 1º Ten
 Delegado de Serviço Militar

ANEXO C - DOCUMENTO ENVIADO AO PADRE LUIZ POR LUIS FERNANDO NUNES MESSIAS


 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA
 DEPARTAMENTO DE POLICIA CIVIL
 3ª REGIÃO POLICIAL
 DELEGACIA DE POLICIA DE NOVA PALMA

Prefeitura 24.1.1966.

Of. 02/66

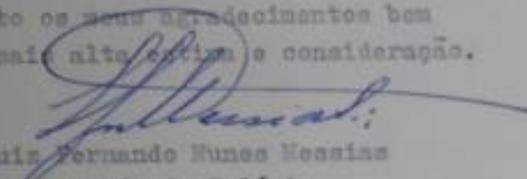
Nova Palma, 24 de janeiro de 1.966.-

Secretaria de Segurança Pública
 Departamento de Polícia Civil
DELEGACIA DE POLICIA
 NOVA PALMA

REVERENDÍSSIMO PADRE:

Solicito ao presado sacerdote, caso seja possível, tornar pública a Portaria anexa ao presente - officio. Sendo que o dito documento visa apenas o bem es tar público, estou certo de receber inteiro apóio de vo sa parte.

Sem outro particular para o momento e cer to de ser atendido apresento os meus agradecimentos bem como os meus protestos da mais alta estima e consideração.


 Luis Fernando Nunes Messias
 Delegado de Polícia

AO REVMO. PÁROCO
 PADRE LUIZ SPONCHIADO
NESTA CIDADE

ANEXO D - PORTARIA DE 24.1.1966 EMITIDA POR LUIZ FERNANDO NUNES MESSIAS


 PREFEITURA DE NOVA PALMA - RORAIMA
 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
 / 1ª Região Policial
 Delegacia de Polícia em Nova Palma -

Prefeitura....24.1.1966.

PORTARIA

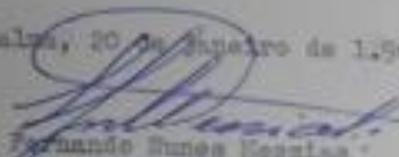
O cidadão Luiz Fernando Nunes Messias, Delegado de Polícia - Substituto do Município de Nova Palma, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.....

RESOLVE proibir, de acordo com a Lei, aos comerciantes deste Município de venderem bebidas alcoólicas aos indivíduos HENRI HENNINGER, JOSÉ HENRI, MILIO HENRI e aos indivíduos conhecidos pela alcunha de Bastião e Assis, bem como a quaisquer se encontrarem em estado de embriaguez, solicitarem bebidas daquela natureza. Aos comerciantes que não atenderem para a presente Portaria, será aplicada a Lei de aplicação de com os Artigos 62 e 63 da Lei das Contravenções Penais e Artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

A Delegacia de Polícia não terá complacência com os contraventores por esta razão está atentando o público comerciante em geral.....

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Palma, 20 de Janeiro de 1966.-


 Luiz Fernando Nunes Messias
 Delegado de Polícia Subst.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
 1ª REGIÃO POLICIAL
 NOVA PALMA - RORAIMA

ANEXO G - DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA O PROCESSO DE CASAMENTO DE MARIA LUIGIA PIGATTO



DEL REALE ISTITUTO DEL MATRIMONIO, SECONDO L'ARTICOLO
 DELLA LEGGE DEL 20 MARZO 1809, SI DEVE
 ESPORTARE LA DEMANDA, INFORMATIVA E CON QUALIUNQUE MODALITÀ

N. 2
 PROVINCIA DI Verona  COMUNE DI Lezzeno

PUBBLICAZIONE Prima DI MATRIMONIO

Si fa nota che avanti l'Ufficiale dello Stato Civile del Comune
 di Lezzeno deve celebrarsi il Matrimonio;
 del Signor Massato Giovanni Battista di Lezzeno
nato a Lezzeno residente in Lezzeno di età maggiore
figlio del avuto Antonio residente in Lezzeno
e della avuta Barbara Federina residente in Lezzeno

dello Signora Sigatta Maria Luigia di Lezzeno
nata a Lezzeno residente a Lezzeno di età minore
figlia del fu Luigi residente in Lezzeno
e della avuta Giustina residente in Lezzeno

Questo atto sarà affisso alla Porta del Palazzo Municipale per otto giorni di seguito a comin-
 ciare da oggi, uschè coloro i quali hanno diritto di opporsi al suddetto matrimonio non possano
 allegare ignoranza.

Dall'Ufficio Municipale 11 Gennaio 1877


 L'Ufficiale dello Stato Civile
Barbieri

ANEXO H – CARTA DE VINCENZO BETTINARDI AOS PARENTES NO BRASIL

Carta de Vincenzo Bettinardi aos pais e irmãos em São Paulo, datada em 18 de maio de 1848. O texto está escrito em português e trata de assuntos familiares e financeiros.

Meu pai e mãe, meus irmãos e irmãs, eu sou muito obrigado a Deus por ter-me conservado até aqui e por ter-me dado a oportunidade de escrever-vos esta carta.

Desde que vim para cá, tenho estado muito ocupado com os meus negócios e com a administração da casa. Não tenho tido tempo de escrever-vos com mais frequência, mas agora que tenho um pouco mais de tempo, quero escrever-vos algumas linhas para vos dar notícias de mim e da minha família.

Tudo vai bem aqui, graças a Deus. Estou muito feliz e satisfeito com a situação da minha família e com a saúde de todos. Espero que vocês também estejam bem e felizes.

Quanto aos meus negócios, tudo está indo muito bem. Estou muito satisfeito com os resultados que tenho obtido até agora. Espero que vocês também estejam satisfeitos com a situação financeira da família.

Vou continuar trabalhando muito duro para melhorar ainda mais a situação da minha família e para garantir o futuro de todos.

Com muito amor e carinho, beijos de todos para vocês e para todos os familiares.

Seu filho e irmão muito amoroso,
 Vincenzo Bettinardi

Le lettere che mandate in favore di questi orfani
 di la vostra

Giovedì 20 Gennaio 1890
 Da sono il vostro nipote
 Dell'Onorevole Talbotino Vi saluto
 di una voce amore di mia
 madre vostra sorella Rosa
 Felice e Felice
 Carissimi Genitori
 Ringrazio questa mia
 cara madre che io sono
 nata marita levata da voi
 alla vostra madre per ricordo
 vostra madre e morte vostro
 fratello e matita e io sono con
 vostra sorella Rosa bandonata da
 tutti per altro non manco da darvi
 un pronto di baci e saluti
 e sono Felice e Felice

Oha Signori Chignati:
 Dopo la vostra partenza noi siamo
 State Nello Di Sgarziati Morlo molti
 figli morti vostra madre. dunque sian
 a tachora noi e vorrei sapere dopo
 unne parita se non potete piugene
 in nitatia o se non potete qui prego
 Vi unne pronta in sposta, a t de

ANEXO I- NOTA PROMISSÓRIA DE JOÃO FRANCISCO CHAVES

59/600

Eu abaixo assinado declaro de ser
 Devedor ao Sr. Prospero Pippi a quantia
 acima, digo de cinquenta nove mil seis
 centos reis, que pagarei desta data a trezta
 dias, na falta pagarei mais 1% ao mez
 a de o tempo que me for concedido

Fachinal Soturno 19 Abril 1895
 Provo do Sr. João Francisco Chaves
 Osmar Jardim

Testimonha Giuseppe Dall'acqua
 Outro Testimonha Renato Giuseppe

ANEXO J - CONTRATO ENTRE BRUNO PIPPI E PRÓSPERO PIPPI

Os abaixo assignados, de uma parte Bruno Pippi residente no 5º Districto de Cochabamba e de outra Prospero Pippi residente em São Maria do Distrito de Sucre, Estado de Rio Grande do Sul, por este instrumento particular que pode ser reduzido a escriptura publico quando couber a uma das partes tens contractado o seguinte:

- I: Que como resultado do bolucio da casa de negocio sito no fazenda do Soturno, affectado em Setembro de 1895 o cidadão Bruno Pippi se reconhece devedor com o Senr Prospero Pippi da quantia de tres treze contos, duzentos e setenta e um mil reis.
- II: Que hoje paga o dita divida na forma seguinte:
- a) em fianças pelo valor de cinco contos duzentos e vinte e sete mil reis: (R. 5.227.000)
 - b) em dinheiro duas contos de reis e duzentos mil reis (R. 2.000.000)
 - c) Dois terrenos em sito sub o Guarda Mor, outro em linha seis, dos quais se obriga de passar the a competente escriptura de venda, correndo todas as despesas por conta do devedor pelo valor de dois contos e oitenta.
 - d) cinco boi e tres cavetas que entregará quanto antes resgatando o competente recibo pelo valor de um conto de reis, porém se o Senr Prospero Pippi vender todo isso por mais de um conto de reis, o mais tem de devolver o ao Senr Bruno Pippi e se vender por menos, a differença o Senr Bruno tem de pagar ao Senr Prospero.
 - e) uma letra a prazo de 90 dias de um conto de reis.
 - f) finalmente a honra a vista e dois contos de reis com prazo de dois annos olando o pteca nas duas cosas que possui na l. de São Maria do Distrito de Sucre.
- III: Que o Senr Bruno Pippi pode gozar da casa que ac

actualmente mora, como tambem do portador, por seis
meses a come da data de hoje sem pagar alleguel
porem conservando a casa e portador nas condicoes
que actualmente se acha.

IV^a Ser. fica autorizada qualquer transaccão commer-
cial e particular que se fizer entre elles fora do que
traheo - se no presente contrato, sob pena de
responsabilidade com costas etc. que em juizo cober.

Luzerna 18 de Maio de 1899.

Ducimus Signi

Prospero F. F. F.

Rodrigo A. V. V.

Guilherme F. F.

ANEXO K- NOTA PROMISSÓRIA DE JOÃO LUGETT

46 \$ 600

Declaro que devo ao Sr. Paulo Pippi
 a quantia de quarenta e seis mil réis
 e seiscentos. Pelo valor recebido que
 me obriga a restituir ao mesmo
 Sr. ou a sua ordem a quantia
 acima declarada de
 R\$ 46.600
 em moedas correntes em qualquer
 tempo que elle determinar até
 noventa e seis meses de
 antecedência.
 Assim também me obriga a pagar
 um por cento de taxa corren-
 te a quantia acima a contar da
 data até seu completo pagamento.
 O primeiro termo pago de
 três meses e sua falta se
 capitalizarão.
 Para constar escrevi por elle
 o dito e produziram sem terido
 tempo os seus efitos legais mandando
 passar o presente que assignar em
 presença de dois Testemunhas.

Paulo Pippi 1 de Outubro 1901.

João Lugett
 João Pimenta de Faria
 Carlos Pimenta

ANEXO L - TRILHADEIRAS TIGRE DE ANGELO BOZZETTO

FIGATTO. *Carro Trilhadeira*



Trilhadeira de Capacidade Farmacêutica - 1935
Prêmio com medalha de ouro na 1ª Exp. Agr. Pac. e
Int. Julio de Castilhos - 1937
Prêmio com medalha de ouro na 1ª Exp. Agr. Pac. e
Int. Julio de Castilhos - 1938
1º Prêmio na 1ª Exp. Federal de A. e P. D. de
Santa Maria - 1939
Distinção honorífica à 1ª Feira de Armas de
Porto Alegre - 1939
Prêmio - na 1ª Exposição Federal de A. e P. de
Santa Maria - 1939

PATENTE BRASILEIRA N.º 24669

TRILHADEIRAS TIGRE

Industria Nacional de Machinas Agricolas
 FUNDADA EM 1921
 de Angelo Bozzetto
 FACHINAL DO SOTURNO
 Via: Restinga Secca - 5ª Distrito de Cachoeira
 Rio Grande do Sul - Brasil
 TELEPHONE N.º 7

FACHINAL DO SOTURNO,
 Est. Farm. BOZZETTO

RECIBO

3:000\$000

Recebemos de Sr. Antonio Pigatto a quantia de tres
 contos de reis (3:000\$000) proveniente da herança de nossos fina-
 dos paes e sogros Luiz Pigatto e Lucia Mazzardo Pigatto, importancia
 esta que representa o total que nos cabe dando assim plena e total
 quitação para não mais repetir, ficando o aludido nosso cunhado e ir-
 mão Antonio livre de qualquer responsabilidade presente e futurament

A rogo de Luiza Pigatto Bozzetto por não saber as-
 sinar - Benjamin Bento Zago e testemunhas Antonio Soccol e Eugenio
 Piussi

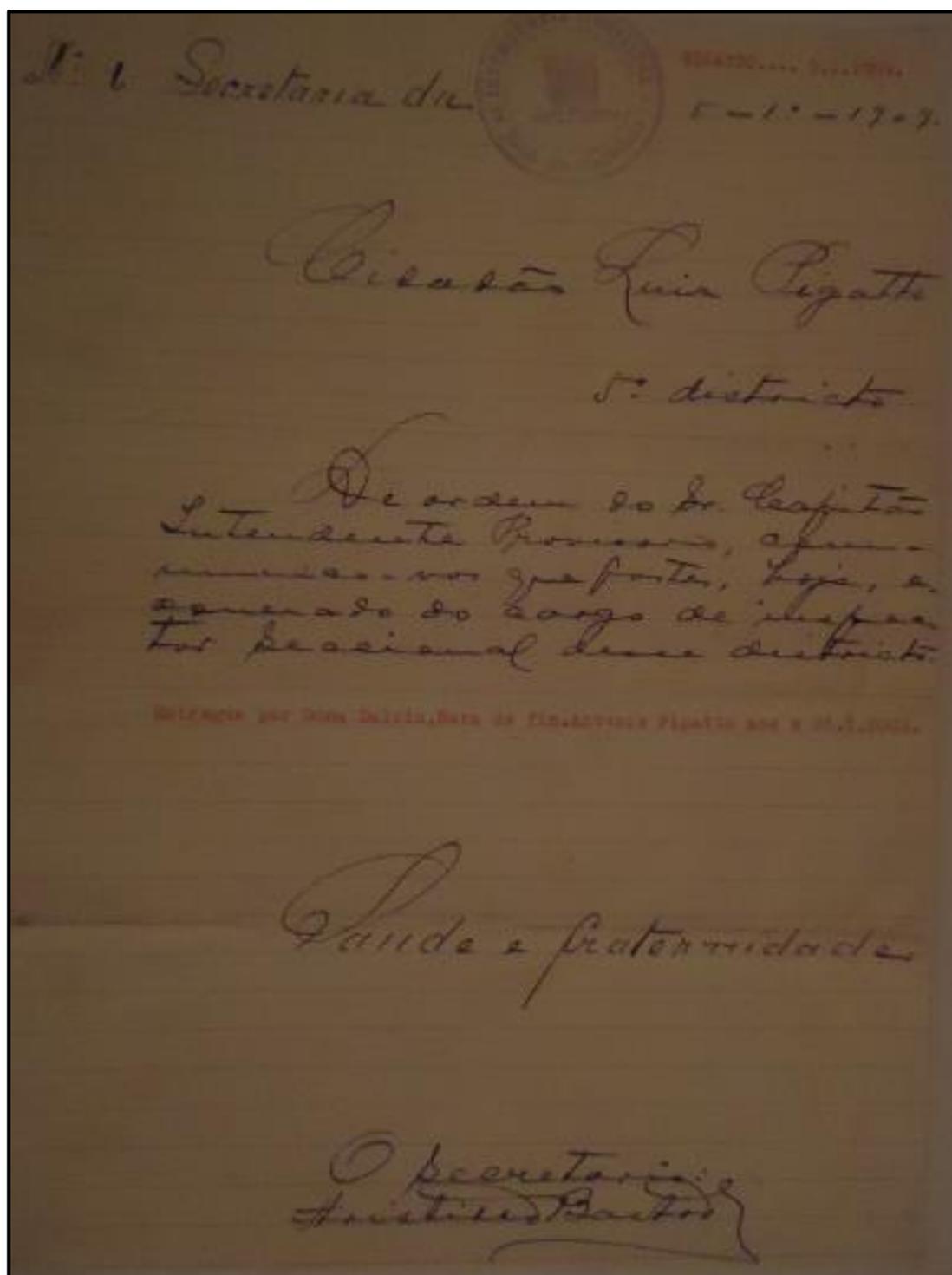
Fachinal do Soturno, 2 de Setembro de 1941

Angelo Bozzetto
Diogo da Silva *Benjamin Bento Zago*

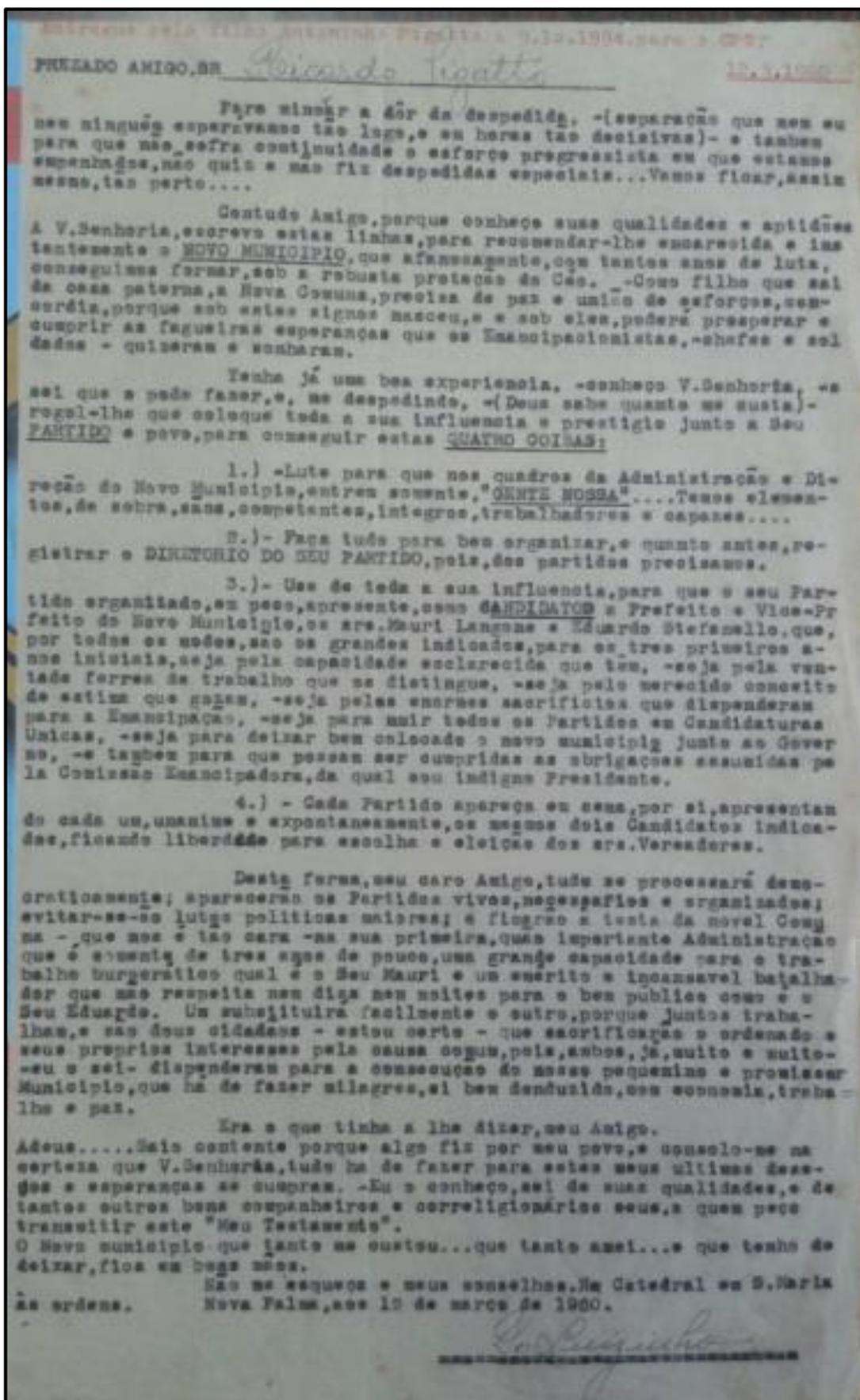
Testemunhas: *Antonio Soccol*
Eugenio Piussi

Entregue por Da. Helenita D. Pigatto nos 14.8.2001, de acervo dos fins
 dos sogros Antonio e Paula Boezio Pigatto.
 -Nota -Original com "Doc. FACHINAL", por ser Not a Caracteristica, de
 Grande produção e negocio das Trilhadeiras, que encheram o RS. e ou-
 tros Estados, pela venda à Secretarias e Ministerio da Agricultura.

ANEXO O- EXONERAÇÃO DE LUIZ PIGATTO DO CARGO DE INSPETOR SECCIONAL



ANEXO P - CARTA DE PADRE LUIZ A RICARDO PIGATTO



ANEXO Q - REQUERIMENTO DE ANTONIO BRESOLIN

 CÂMARA DOS DEPUTADOS
SENIOR PRESIDENTE

Lópio

Requer seja consignado nos Anais da Casa voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Bruno Pippi, destacado elemento do MDB e forte comerciante em Nova Palma, Rio Grande do Sul.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, vem dizer e requerer a V. Exia. o seguinte:

Que acaba de falecer em Nova Palma, Rio Grande do Sul, onde residia há largos anos, o sr. Bruno Pippi, destacado elemento do MDB e forte comerciante naquela cidade.

Que o extinto figura entre os fundadores do extinto PTB, tendo sido amigo pessoal de Pasqualini, Jango e outros elementos daquela grei partidária, e nos últimos tempos vinha exercendo a Presidência da Executiva Municipal do MDB.

Que ao sucumbir, além da esposa, filhos, netos e outros parentes, consternou a sociedade novapalmsense e da região, pois era cidadão honesto, trabalhador e altamente conceituado.

Que face ao exposto, o peticionário requer se digne V. Exia. mandar consignar nos Anais da Casa voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Bruno Pippi.

Sala das sessões, 22 de agosto de 1975.

Antonio Bresolin
ANTONIO BRESOLIN

011 487